

**O retorno do caracol à sua concha:
alienação e desalienação em cooperativas e
associações de trabalhadores**

Henrique Tahan Novaes
e colaboradores

3ª Edição
LUTAS ANTICAPITAL
Marília, 2020

Henrique Tahan Novaes
e colaboradores

**O retorno do caracol à sua concha
alienação e desalienação em cooperativas e
associações de trabalhadores**

3ª Edição
LUTAS ANTICAPITAL
Marília, 2020

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos, Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Capa: Mariana da Rocha Corrêa Silva

Pintura da Capa: Colheita da Cana – Candido Portinari (s/d)

Impressão: Renovagraf

R438 O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores. Henrique Tahan Novaes. 3ª edição. Marília: Lutas anticapital, 2020.

303p.

ISBN:978-85-53104-29-9

1. Trabalho. 2. Trabalhadores. 3. Associações de Trabalhadores. 4. Fábrica- autogestão. I. Novaes, Henrique. II. Título.

CDD 331

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

3ª edição: janeiro de 2020

Editora Lutas anticapital

Marília –SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

Sumário

Nota da 3ª edição.....	11
Nota da 1ª e 2ª edições.....	17
1 - As bases sócio-históricas do socialismo autogestionário: a contribuição de István Mészáros.....	35
2 - Qual autogestão?.....	81
3 - A participação do trabalhador na fábrica: contrastes entre as propostas do modelo japonês e as propostas autogestionárias.....	113
4 - Lições do debate entre os defensores da estatização sob controle operário e da autogestão.....	137
5 - As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros.....	167
6 - Uma pedra protossocialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre a política pública de Economia Solidária no governo Lula.....	193
7- Para onde vão as Fábricas Recuperadas?.....	229
Referências.....	275
Sobre o autor.....	303

A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo. Quando Marx analisou a alienação, nos seus manuscritos de 1844, indicou os seus quatro principais aspectos: a alienação dos seres humanos em relação à natureza; à sua própria atividade produtiva; à sua espécie, como espécie humana; e de uns em relação aos outros. E afirmou enfaticamente que isso não é uma “fatalidade da natureza”, mas uma forma de autoalienação. Dito de outra forma, não é o feito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico, que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo de transcender a autoalienação do trabalho. (István Mészáros)

As próprias fábricas-cooperativas dos trabalhadores são, no interior da antiga forma, a primeira ruptura da antiga forma, embora naturalmente por toda parte, em sua organização real reproduzam e tenham que reproduzir todos os defeitos do sistema existente. (Karl Marx)

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão o comunismo, o comunismo “realizável”? (Karl Marx)

Nota

3ª edição

Este livro chegou a 3ª Edição. A 1ª e 2ª edição foram feitas pela Editora Expressão Popular e atingiram o público acadêmico e dos movimentos sociais. Elas saíram na Coleção Mundo do Trabalho, coordenada pelo Prof. Ricardo Antunes. Agradeço imensamente o apoio da Expressão Popular e do amigo Antunes na socialização dos meus trabalhos.

Este livro reflete em grande medida meus estudos e pesquisas realizados no final da graduação em Economia na UNESP Araraquara, sob orientação do Professor Paulo Alves de Lima Filho e meus estudos realizados na UNICAMP, antes de entrar no mestrado e no mestrado. Os capítulos foram escritos em sua grande maioria por mim, sendo que alguns deles contaram com a construção coletiva dos meus orientadores Paulo Alves de Lima Filho e Renato Dagnino, e do amigo Maurício Sardá de Faria.

Para minha “sorte”, não passei imediatamente da graduação para o mestrado. Prestei inicialmente no Instituto de Economia, no Cesit, mas não deu certo. No ano de 2002 trabalhei na POF – Pesquisa de Orçamento Familiar (IBGE), me dediquei aos estudos estipulados pelo Prof. Paulo Lima, fiz uma disciplina no Instituto de

Economia e uma disciplina com o Prof. Dagnino, que veio a ser no ano seguinte meu orientador no Instituto de Geociências (UNICAMP) e trazer novos problemas de pesquisa.

O livro que o leitor tem em mãos foi feito por um jovem de 21 a 26 anos, em grande medida pela sistematização dos textos sobre alienação e desalienação em cooperativas de trabalhadores, autogestão, propriedade dos meios de produção, economia solidária, fábricas recuperadas e o debate mais geral sobre a não neutralidade das forças produtivas, a organização do processo de trabalho capitalista e as possibilidades de adequação tecnológica das fábricas recuperadas.

Cumpre destacar que tentei deixar minha dissertação, que virou o livro “O Fetiche da tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas”, a mais sintética possível. Muitos dos estudos que fiz ao redor do tema ou em paralelo ao tema central da dissertação, bem como artigos apresentados em revistas ou congressos, vieram “parar” neste pequeno livro. Devo destacar também o papel da UNICAMP no estímulo a socialização de pesquisas, em parte como fruto do produtivismo, em parte como necessidade vital para a vida acadêmica.

Ao que tudo indica, o livro teve uma razoável circulação nas suas duas edições. A Editora Expressão Popular, como todos devem saber, faz livros baratos e consegue, através de uma ampla rede que envolve vendas na internet, livrarias de pequeno, médio e grande porte, livreiros com suas banquinhas e membros de movimentos sociais, chegar em todos os cantos do país.

De lá pra cá fiz outros livros e imagino ter amadurecido em temas que ali apenas tateei. Destaco principalmente o livro “Mundo do Trabalho Associado e

Embriões de Educação para além do capital” (Lutas anticapital, 2018).

Muitos dos problemas que os movimentos sociais enfrentam hoje, em especial os movimentos sociais anticapital, já aparecem no “Retorno do Caracol à sua concha”. Temas vitais como a história da autogestão, a conversão das forças produtivas em forças destrutivas, a necessidade de uma teoria da transição ao comunismo, em especial do papel do mundo do trabalho associado numa possível e necessária revolução latino-americana já estão aqui colocados.

O leitor poderá perceber que o livro tem como base meu “encantamento” com a teoria da alienação de István Mészáros e sua defesa de uma teoria da transição no século XXI. Direta e indiretamente, reflete minha crítica à teoria da Economia Solidária do querido Prof. Paul Singer e de muitos amigos.

Tenho um enorme apreço à figura do carismático e grande lutador Paul Singer, mas no campo teórico, tentei mostrar as contradições e limites da sua teoria. Conhecer-lo na ITCP USP no ano de 2001 foi um sonho para um jovem militante.

Sobre isso, uma das cenas mais horripilantes do golpe de 2016 foi a entrada de um zé mané na SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, construída a base de muita luta pelo movimento de economia solidária. Para nossa sorte, Singer pediu para sair antes que o tirassem. Para sua sorte, não viu a maracutaia pra eleger Bolsonaro e da extrema direita no país.

Resolvi acrescentar um capítulo nesta 3ª edição. Refiro-me ao capítulo “Uma pedra protossocialista num colar pró-capital: notas sobre a política pública de Economia Solidária no governo Lula”, escrito com o Prof. Paulo Alves de Lima Filho. O leitor poderá rapidamente

perceber que se trata de um capítulo provisório e incompleto. Naquele momento a Editora Expressão Popular sugeriu retirá-lo do livro, muito provavelmente porque fazia críticas ao lulismo. Ele foi apresentado num congresso na USP e depois não mereceu o devido aprofundamento. Mesmo com essas ressalvas, este texto recebeu atenção de Paul Singer, de muitos membros da SENAES e de pesquisadores. Vale mais pela ideia ali esboçada do que pelo conteúdo em si.

Desde a época que saiu “O retorno do caracol”, mais pesquisas foram produzidas sobre Paul Singer, que poderiam ter me ajudado naquele momento a enxergar aspectos da sua obra e da sua trajetória que não pude compreender naquele momento. Mesmo assim, acho que a maior parte das críticas que fiz neste livro a ele permanecem válidas. Trabalhos seminais sobre a teoria da alienação também foram lançados. Da mesma forma, inúmeras outras pesquisas sobre as fábricas recuperadas foram feitas, o que certamente contribuiu para o enriquecimento do conhecimento sobre as mesmas.

É verdade que parte dessas pesquisas se dá fora do marxismo, como fruto do ecletismo acadêmico e de um enorme peso dado a descrição pura e simples dos fenômenos sociais, fora dos marcos de uma teoria da transição que conecte as lutas e contradições das fábricas recuperadas com a luta mais ampla da classe trabalhadora seja para manter os postos de trabalho seja para construir uma sociedade fora dos marcos das relações sociais moldadas pelo capital.

Fora da América Latina, há também um renascimento do interesse pela autogestão, em grande medida em função da crise estrutural do capital e do pisoteamento que as classes possuidoras e os gestores do capital estão realizando na classe que vive do trabalho.

Continuo acreditando que os partidos, sindicatos e outros movimentos sociais ainda não deram o verdadeiro peso que a autogestão e o mundo do trabalho associado podem ter numa possível e necessária construção de uma sociedade para além do capital. Se este livro conseguir ajudar a desempenhar este papel terá alcançado sua função. Boa leitura a todas e a todos.

Marília, 04 de dezembro de 2019

Henrique Tahan Novaes
hetanov@gmail.com

Nota

1^a e 2^a edições

Este livro reúne artigos escritos por mim ou em conjunto com os pesquisadores Paulo Lima Filho, Maurício Sardá de Faria e Renato Dagnino sobre alienação do trabalho em cooperativas e associações de trabalhadores.

Eles foram apresentados em congressos e, posteriormente, publicados em revistas latino-americanas. Dessa forma, apesar de termos adaptado os artigos para este livro, os capítulos podem ser lidos de forma independente, o que não significa que não exista uma unidade e complementaridade entre eles.

A unidade e complementaridade tiveram início em função de uma extensa pesquisa ligada direta ou indiretamente pela monografia de graduação, nossa dissertação de mestrado e pela tese de doutorado, as duas últimas financiadas pela Fapesp.

Na apresentação do livro *O fetiche da tecnologia – A experiência das fábricas recuperadas* (Expressão Popular, 2007) observamos que esse era o primeiro resultado de um projeto de pesquisa esboçado junto com o professor Paulo Lima Filho (Ibec) para os próximos 15 anos.

Se *O fetiche da tecnologia* foi o primeiro resultado das nossas pesquisas, os artigos ora apresentados reúnem o segundo passo deste projeto. Os capítulos aqui publicados sugerem de desdobramentos da pesquisa de

mestrado e de doutorado, realizados através da continuidade das pesquisas de campo no Brasil, Argentina e Venezuela, a) com trabalhadores das Fábricas Recuperadas, b) estudo das políticas públicas de Economia Solidária, c) análise dos livros de teóricos da autogestão e do associativismo, em especial da autogestão como forma de superação da alienação do trabalho, d) aprofundamento da leitura de autores que abordam a relação entre forças produtivas e relações sociais de produção e f) início dos estudos dos clássicos que abordam a alienação do trabalho.

Na tese de doutorado *A relação universidade movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas* (Novaes, 2010), apresentamos as conclusões do estudo sobre as contradições da alienação e superação da alienação dos pesquisadores-extensionistas, na relação que estabeleceram com os movimentos sociais. Se é verdade que já há um razoável acúmulo de reflexões sobre a alienação do trabalho, o mesmo não se pode dizer sobre as especificidades da alienação e dos “embriões” de superação da alienação em Cooperativas e Associações de Trabalhadores.

Como uma contribuição ao debate de alienação, cremos que há a necessidade de caracterizar as especificidades da alienação em Cooperativas de Trabalhadores, bem como as possibilidades e a necessidade de transcendência da alienação do trabalho (Mészáros, 2002), nas Associações de Trabalhadores. Nesse sentido, este livro pode servir como uma introdução ao tema da alienação em Cooperativas e Associações de Trabalhadores e está sendo complementado por outras pesquisas que surgem na América Latina.

Para nós, não há ação autogestionária sem teoria autogestionária e - nesse sentido - acreditamos que os

estudos que estão brotando na América Latina poderão potencializar a ação dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, retroalimentar a teoria da autogestão. Não são poucos os militantes e teóricos que erram na ação por não terem uma teoria adequada dos limites e possibilidades das Cooperativas e Associações de Trabalhadores no capitalismo. Estudar e refletir sobre a autogestão pode ajudar a potencializar a relação teoria-prática-teoria ou prática-teoria-prática.

Ao longo das nossas pesquisas, percebemos que parcelas da academia latino-americana e dos movimentos sociais tentam revigorar a teoria e a prática da autogestão de uma forma bastante “suspeita”, sem trazer para o debate os elementos essenciais da alienação do trabalho. Estes autores não veem o capital como uma “relação social total” e tendem a criticar apenas alguns aspectos parciais da alienação do trabalho.

Sobre isso, chama a atenção o fato de que, ao mesmo tempo em que o tema da autogestão reaparece como uma proposta radical que poderia reforçar uma teoria da transição socialista para o século 21, surgem diversas iniciativas que a vislumbram como uma resposta apenas parcial e incompleta aos “problemas” da reprodução social.

Diretamente ligadas à teoria pós-moderna, à ausência de “exploração”, de “classes sociais” etc. essas novas teorias da “autogestão” tornaram-se a “salvação da lavoura” para os problemas encontrados pelo capital nesse início de milênio. Em geral propondo mudanças epiteliais, essas teorias e práticas não alteram a essência da sociedade de classes e tocam superficialmente na alienação do trabalho.

Isso pode ser visto, por exemplo, no reaparecimento de idéias já há bastante tempo criticadas. Autores como John Holoway, Paul Singer, inúmeros socialistas de

mercado e pequeno-burgueses etc. retiram do baú velharias com um ar de novidade.

Num plano de menor sofisticação teórica e menor radicalidade que Holoway e Singer, mas na mesma tendência, o Banco Mundial, ONGs, setores conservadores da Igreja Católica, prefeituras conservadoras, governos “desenvolvimentistas” e prefeituras de caráter popular (muitas de coligações encabeçadas pelo PT) passam a dar vozes a um certo tipo de cooperativismo e associativismo desvinculado da luta de classes e da superação do trabalho alienado. É evidente que é possível estabelecer gradações entre estas propostas e práticas, mas na sua essência elas pouco se diferenciam: elas giram em torno da órbita do capital, estando algumas mais à esquerda e outras à direita, mas todas dentro de sua órbita.

Num contexto de Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro, nada melhor do que promover um certo tipo de cooperativismo e associativismo “pacificadores”, desconectados de outras lutas dos movimentos sociais e que não questionam a totalidade do sociometabolismo do capital (Mészáros, 2002). Noutras palavras, numa sociedade de classes com plena hegemonia do capital financeiro o “sul” dos setores conservadores e de alguns setores que retomam o “desenvolvimentismo” seguramente não é a busca de superação do trabalho alienado e dificilmente terá a “sociedade dos produtores livres como horizonte” (Tiriba, 2002).

Apesar de nos espelharmos principalmente em Marx e Mészáros, cabe sublinhar que não acreditamos que as citações dos clássicos são “infalíveis” e de “validade universal” para todos os contextos e momentos históricos. Se Marx nos deu algumas pistas sobre a análise do cooperativismo e se suas citações que em alguma medida,

parecem ser bastante atuais, não podemos nos furtar da observação do cooperativismo e do associativismo no século 20, principalmente na América Latina. Lenin se posicionou no debate da atualização da teoria marxista e dos novos problemas postos pela vida de forma irônica quando teve que criar a NEP. Lukács comenta que quando da introdução da NEP, Lenin replicou com fina ironia alguns marxistas e disse: “A Marx nunca ocorreu escrever uma palavra sobre o tema: ele morreu sem nos deixar qualquer citação exata ou indicação irrefutável acerca dele. Cabe a nós resolver o problema” (Lenin *apud* Lukács, 2008, p. 48).

Marx nos deixou algumas pegadas sobre este tema que serão abordadas ao longo dos capítulos, mas já poderíamos adiantar que ele se debruçou sobre a dialética da parte e do todo, das rupturas com a “antiga forma” e a “reprodução da antiga forma” e o surgimento do “novo” nas Cooperativas e Associações de Trabalhadores. Para sinalizar as possibilidades de ruptura, lembremos que este pensador social reconhece o movimento cooperativo como

uma das forças transformadoras da sociedade presente baseada em antagonismo de classes. O seu grande mérito é o de mostrar na prática que o presente sistema, pauperizador e despótico, de subordinação do trabalho ao capital pode ser superado pelo sistema republicano e beneficente de associação de produtores livres e iguais (Karl Marx).

Mészáros fala em “descontinuidades na continuidade” e as “continuidades na descontinuidade”, para caracterizar os avanços e retrocessos que caracterizaram o cooperativismo e associativismo no século 20.

Para o caso das Fábricas Recuperadas (FRs) que surgiram na América Latina no final do século 20 e início

do século 21, talvez a principal contradição que enfrentam seja que embora tenham materializado transformações significativas, elas não conseguem superar a substância da exploração e da opressão de classe que são inerentes às relações sociais de produção capitalistas.

No Brasil, alguns autores observaram as lutas autogestionárias sem cair nos maniqueísmos: “reformismo” ou “revolução”, “transformação total” ou “ausência de transformações”. Observamos que uma via argumentativa para resolver esses problemas parece ser a de Vieitez e Dal Ri (2001), Gaiger (2001), Nascimento (2004) e Faria (2005). Para Vieitez e Dal Ri (2001) e Dal Ri e Vieitez (2008), há mudanças, principalmente na organização e nas relações de trabalho, bem como na gestão nas Fábricas Recuperadas. No entanto, eles afirmam que as modificações realizadas até agora não dão conta de transformar a essência das FRs – produção de mercadorias, supremacia dos quadros etc. A possibilidade de avanço estaria na articulação das Fábricas Recuperadas, Cooperativas e Associações de Trabalhadores com o movimento de luta mais geral dos trabalhadores, e de uma visão e um programa de modificação da sociedade de classes, e não apenas de unidades produtivas (Novaes, 2007).

De acordo com Gaiger, as formas de produção da Economia Solidária são atípicas, porém podem conviver – sem abalar – o capitalismo (Gaiger, 2002). Para que estas se convertam num novo modo de produção que transcenda a alienação do trabalho, são necessárias mudanças significativas que apenas serão esboçadas neste livro.

Para nós, as Cooperativas de Resistência, formadas no calor da luta dos trabalhadores, prefiguram ou nos mostram alguns dos elementos do que seria uma forma superior de produção, baseada no trabalho coletivo, com sentido social, onde há possibilidades de superação da autoalienação do

trabalho. Evidentemente que elas não conseguem se realizar em sua plenitude porque estão imersas no modo de produção capitalista. Nas palavras de Marx, citadas na epígrafe deste livro:

As próprias fábricas-cooperativas dos trabalhadores são, no interior da antiga forma, a primeira ruptura da antiga forma, embora naturalmente por toda parte, em sua organização real reproduzam e tenham que reproduzir todos os defeitos do sistema existente (Karl Marx).

Aliás, num contexto de avanço da barbárie social como o que presenciamos desde os anos de 1970, a maioria das Cooperativas e Associações de Trabalhadores não consegue romper “a antiga forma”: nelas encontramos trabalhadores precarizados, mal remunerados, lutando pra sobreviver diariamente etc. Tendo em vista três cenários: a) Cooperativas de Resistência num contexto de avanço da barbárie, b) Cooperativas de Subsistência, num estágio intermediário de sobrevivência que lhes permita “respirar”, c) cooperativismo emancipador, num contexto de ofensiva socialista e unificação das lutas dos movimentos sociais para a superação do trabalho alienado, é bem provável que estejamos no primeiro momento.

Rosa Luxemburgo dizia que as Cooperativas são formas híbridas, pois guardam características das empresas “convencionais” e anunciam outras características que poderíamos chamar pelo nome de “socialistas”. Preferimos a denominação anfíbios, uma vez que os animais híbridos não se reproduzem ou não podem florescer. Nesse sentido, as Cooperativas de Resistência são “anfíbios embrionários” que poderão florescer ou degenerar, em função do processo histórico no qual se inserirem.

Em outras palavras, trazendo este debate para os dias de hoje, poderíamos dizer que no final do século 20 –

em função do contexto regressivo caracterizado pelo avanço da barbárie que redundou no aumento da exploração dos trabalhadores – muitas Cooperativas se tornaram “refêns” deste contexto e recorreram ao aumento da autoexploração para sobreviver.

Partimos da hipótese já razoavelmente sustentada historicamente de que as Cooperativas tendem a se degenerar no mercado capitalista ou apenas sobreviver, mas sem a possibilidade de florescer na ausência da generalização do controle da produção social pelos trabalhadores.

Nesse sentido, acreditamos que é preciso diferenciar o papel do cooperativismo e do associativismo na sociedade de classes em pelo menos dois diferentes contextos históricos: a) contexto defensivo: surgimento de fábricas isoladas tentando sobreviver no “mercado”; b) coletivizações ou surgimento de conselhos dentro de um contexto revolucionário, tal como ocorreu, por exemplo, na Comuna de Paris (1871), na Rússia de 1905 e 1917, na Hungria de 1919 e 1956, na Espanha (1936-1939) e na Revolução dos Cravos (1974-1975), entre outros.

Num contexto defensivo de lutas de fábricas isoladas é bem provável que as características da autogestão ou as mudanças internas vão minguando. Segundo Bernardo, quanto mais conectadas ao mercado mundial, maiores as chances de perda das características autogestionárias dessas fábricas. Num contexto revolucionário, o século 20 tendeu para a burocratização, tal como nos mostrou o século 20 na URSS.

Para o caso da URSS, se os *soviets* chegaram a desempenhar um papel fundamental em 1905 e 1917, principalmente depois da morte de Lenin, houve uma crescente burocratização das decisões vitais da sociedade. Apesar da propriedade dos meios de produção ter sido

contestada, um corpo à parte dos trabalhadores comandava as decisões estratégicas. Sendo assim, o controle crescente da produção pelos produtores associados permanece, então, como desafio para o século 21.

Do ponto de vista teórico, o “longo século 20” não foi dos mais favoráveis ao florescimento da teoria da transição socialista. Uma breve leitura dos diários de Rosa Luxemburgo, Georg Lukács, Karl Korsch, Antonio Gramsci, M. Pistrak, entre outros, mostrará as dificuldades de sobrevivência – até mesmo física – diante do avanço do fascismo e do estalinismo que reinaram ao menos até 1956¹. Para tomarmos apenas o depoimento de Lukács: “À medida que o predomínio intelectual de Stálin foi reforçando-se e se enrijeceu em culto à personalidade, a pesquisa marxista degenerou amplamente numa exposição, aplicação e difusão de ‘verdades definitivas’” (Lukács, 2008, p. 48).

Do ponto de vista das lutas operárias conselhistas, basta ver como atuou a burocracia soviética nas revoluções húngara (1956) e polonesa (anos de 1980). A repressão às tentativas de construção de um “socialismo com rosto humano” em contraposição à burocratização da vida foi duramente reprimida. Na Hungria, foram contabilizados cerca de 2 mil mortos, 13 mil feridos em Budapeste, 700 mortos e 1.500 feridos no resto do país. Foram encarcerados inúmeros combatentes, em sua maioria jovens, e realizadas cerca de 100 execuções. Aliás, esta

¹ Após 1956, em vez da autorreforma do “socialismo real” tal como vislumbrou Lukács, numa análise bastante otimista (Netto, 2008), presenciamos o aprofundamento das contradições da autocracia na URSS agora sob as mãos de Brejnev e Gorbachov, para não falar sobre seus sucessores. No “capitalismo real”, vivenciamos a “contrarrevolução global” (Octávio Ianni) que colocou o marxismo numa crise teórica profunda. Aqui, passamos a vivenciar o avanço avassalador da teoria pós-moderna, seja por parte de teóricos do capital, mas também de ex-marxistas que passam a teorizar as “vantagens” da ordem capitalista.

repressão levou Mészáros ao exílio na Itália. Foi lá que ele escreveu *A revolta do intelectual na Hungria* – livro publicado em italiano em 1958 que retrata a revolta dos intelectuais contra o regime vigente, o breve retorno ao poder de Imre Nagy, o ressurgimento de uma imprensa livre, o controle das fábricas pelos trabalhadores, o desmoronamento do partido comunista burocratizado e o esmagamento da revolução – o “outubro vermelho” húngaro – pelas tropas russas. Cabe salientar que este livro não foi traduzido para o português.

No “capitalismo real” latino-americano, e num contexto um pouco diferente, basta ver o papel da ditadura brasileira na repressão às Ligas Camponesas e a atuação do governo argentino no *Cordobazo*.

**

Depois desta breve contextualização, façamos uma breve descrição dos capítulos. No Capítulo 1, observamos que algumas vertentes da Economia Solidária vêm resgatando a obra de pensadores anarquistas, de Robert Owen e Charles Fourier, entre outros. Ignorando ou subestimando os escritos de Marx e alguns de seus seguidores sobre “autogoverno pelos produtores associados”, autogestão, controle operário, autonomia operária, o papel dos conselhos operários na emancipação dos trabalhadores etc. esses pesquisadores parecem “esquecer” – será que por acaso? – a contribuição teórico-prática de Marx e dos marxistas autogestionários que não aderiram às teses da social-democracia e também daqueles que fizeram uma crítica à burocratização do “socialismo real”.

Este capítulo se dedica à divulgação e reflexão das bases sócio-históricas de um dos seguidores de Marx que entrou no debate do socialismo autogestionário, o pensador húngaro István Mészáros. Ele faz parte de uma pesquisa em

andamento que aprofunda a leitura de alguns marxistas que seguiram as trilhas da autogestão: Anton Pannekoek, Karl Korsch, Rosa Luxemburgo, Paul Mattick, Cornelius Castoriadis, José Mariátegui, Maurício Tragtenberg, João Bernardo, Paul Singer e Cláudio Nascimento.

Vimos que Mészáros daria ênfase ou imprimiria um novo significado a alguns “temas” ainda pouco abordados ou ignorados pelas vertentes não socialistas da Economia Solidária: a) a crítica radical à propriedade privada dos meios de produção (o cooperativismo como possibilidade de reatar o “caracol à sua concha”), b) a necessidade de uma nova divisão de trabalho e um novo tipo de participação dos trabalhadores tendo em vista a transformação da sociedade: a autogestão como superação da heterogestão, c) a crítica das forças produtivas e destrutivas engendradas pelo capital, d) o papel das assembleias democráticas nas Cooperativas e Associações de Trabalhadores e da democracia socialista, e) a necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados, f) a crítica à sociedade produtora de mercadorias e a necessidade de superação do trabalho alienado. Enfim, a necessidade de se compreender o sociometabolismo do capital como uma relação totalizante.

No capítulo 2, defendemos a necessidade de se retomar o debate sobre o planejamento autêntico da produção pelos produtores associados em contraposição à alienação das decisões estratégicas da sociedade a uma força estranha, o “mercado”. Para isso, partimos da crítica à ideia disseminada nos noticiários de um mercado metafísico totalmente desgovernado, e da constatação de que entre 500 ou 600 empresas transnacionais controlam de 20% a 25% do comércio mundial de bens e serviços. Observamos que há planejamento no capitalismo: a gigantesca corporação monopolista transnacional regula e controla a

produção mundial de mercadorias; no entanto, este planejamento praticado pela grande empresa não deixa de ser parcial e está longe de representar o “controle sociometabólico” da produção e distribuição pelos produtores associados (Mészáros, 2002).

Os defensores da construção do planejamento autêntico observam que teremos que realizar tanto a crítica ao capitalismo dirigido quanto os equívocos da burocracia soviética. Para dar sustentação à proposta de planejamento como pilar imprescindível da autogestão e em oposição às teses liberais de economia mista e “socialistas de mercado”, partimos de nossa experiência com as Fábricas Recuperadas, Cooperativas e Associações de Trabalhadores e observamos que a ala mais à esquerda do movimento de Economia Solidária questiona a propriedade privada dos meios de produção – advogando o controle das mesmas pelos trabalhadores – mas não questiona o mercado, a distribuição.

Entretanto, a ala mais conservadora da Economia Solidária, ao advogar a necessidade de se combinar cooperação dentro das fábricas e competição no mercado tenta rejuvenescer – sob uma nova roupagem – as velhas teses socialistas de mercado. Enquanto isso, os defensores do planejamento autêntico, sempre dentro de uma análise histórico-dialética, reconhecem que as empresas concorrem – ainda que parcialmente – no mercado capitalista, mas vislumbram a coordenação da produção pelos produtores associados como sendo a melhor forma de distribuir tendo em vista a satisfação das necessidades humanas. Não há socialismo autogestionário sem a construção teórico-prática da coordenação da produção pelos produtores associados. Para nós, esse é um dos temas vitais da alienação do trabalho.

A modificação das estruturas de controle do capital e seu retorno aos produtores associados se daria por meio de um processo de construção histórica das mediações necessárias para o comando da produção e distribuição pelos trabalhadores tendo como meta a desmercantilização completa da sociedade, conforme veremos neste capítulo.

O capítulo 3: “A participação do trabalhador na fábrica e na sociedade” (Henrique Novaes e Renato Dagnino) analisa a alienação do trabalho sobre outro ângulo. Sinalizamos os elementos essenciais de um espectro que vai desde as estratégias gerencialistas para cooptar a força de trabalho até as lutas por participação de uma outra natureza que visam construir uma sociedade autogovernada pelos produtores associados.

Para isso, fizemos uma breve análise de política da participação dos trabalhadores na empresa, seus diferentes propósitos e interesses. Acreditamos que as estratégias gerencialistas – e aqui se insere o modelo japonês – atacam os sintomas (e não as causas) da alienação: os trabalhadores decidem sobre tudo menos o essencial, enquanto nas propostas autogestionárias propõe-se que o trabalhador participe da gestão dos problemas essenciais da empresa, do bairro etc. No que se refere à construção de um novo processo de trabalho, a participação envolveria a necessidade de unificação do *homo faber* ao *homo sapiens* e, ao mesmo tempo, a produção de valores de uso, de acordo com as possibilidades históricas. Concluimos que há diferença entre as mesmas não apenas no grau mas também na natureza da participação.

Uma advertência faz-se necessária. Este capítulo já foi apresentado ao leitor no nosso livro *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. No entanto, como a participação “superficial” do trabalhador

na fábrica e na sociedade de classes é uma das faces da alienação do trabalho, resolvemos apresenta-lo novamente.

O capítulo 4: “Entre o século 19 e o século 21: lições do debate entre os defensores da estatização sob controle operário e da autogestão” introduz o debate sobre a estatização e/ou autogestão das fábricas que ressurge no início do século 21. Ao estudar as Fábricas Recuperadas na América Latina, verificamos que não havia consenso diante do seguinte tema: quando uma fábrica fecha ou é subutilizada, o que os trabalhadores devem fazer: reivindicar a estatização? A estatização sob controle operário? Devem se organizar na forma de cooperativa?

Levantamos os argumentos dos defensores da estatização sob controle operário, dos defensores da autogestão e de estratégias mistas na América Latina. Os movimentos de Fábricas Recuperadas, principalmente na Argentina e na Venezuela, e em menor medida no Brasil, propõem a estatização, enquanto outros “preferem” a autogestão.

Para os que defendem a estatização, os trabalhadores, caso montem suas empresas, podem se tornar pequeno-burgueses, há autoexploração dos trabalhadores, exploração dos trabalhadores contratados e – por conseguinte – formação de castas no seio da classe trabalhadora. Para não cair nesses problemas não se pode vincular os investimentos, melhoras salariais e condições de trabalho aos rendimentos da empresa. Se isto ocorrer, haverá degeneração.

A saída estaria na estatização das fábricas; porém, reivindicam o compartilhamento das decisões entre os trabalhadores e a burocracia estatal, tendo os trabalhadores maior poder decisório. Algumas variantes defendem a estatização com controle operário de todas as

fábricas enquanto outras defendem a estatização dos setores estratégicos da economia.

Os defensores de uma proposta mista afirmam que a) deve-se implementar a transferência aos trabalhadores, b) para outros casos, a transferência junto com mecanismos cooperativos entre os usuários, c) ou novas formas de partilha entre o capital estatal, os trabalhadores e as cooperativas de consumidores. Para estes, o Estado foi durante muito tempo considerado como equivocadamente como sinônimo de socialismo, ignorando a funcionalidade das estatais para a acumulação capitalista.

Os defensores da autogestão variam de um espectro que vai desde aqueles que defendem o controle das empresas pelos trabalhadores competindo no mercado, até aqueles postulam necessidade de se combinar ataques duplos (Mészáros, 2002), isto é, mudanças na divisão do trabalho nas fábricas até o planejamento socialista da produção.

O capítulo 5 contrasta as visões de Paul Singer e István Mészáros sobre as forças produtivas. Ele foi escrito com o professor Renato Dagnino. Ao adotar provocativamente a técnica de simulação de um diálogo sobre a questão das forças produtivas na transição ao socialismo entre dois pesquisadores contemporâneos de grande influência no meio acadêmico brasileiro, este trabalho pretende trazer à tona temas ainda pouco tratados. Paul Singer acredita que os trabalhadores devem lutar pela “apropriação” e “uso” das forças produtivas em novas relações sociais de produção. István Mészáros afirma que as forças produtivas engendradas no capitalismo são um entrave à emancipação do trabalho e que requerem uma “radical reestruturação” e uma “incorporação qualitativamente distinta” no socialismo. Através de um diálogo simulado por nós, verificamos que enquanto o

primeiro ressaltaria a potencialidade do emprego das forças produtivas herdadas do capitalismo no socialismo, reduzindo a questão da transição à necessidade de democratização do “acesso” às forças produtivas, o segundo levantaria que esta não seria suficiente, uma vez que as forças produtivas capitalistas não nos permitiriam ir “além do capital”. Mézáros não advoga uma visão do tipo “beco sem saída”, mas faz inúmeras ponderações e críticas ao marxismo “produtivista”.

Encerramos o livro com o capítulo 7 – “Para onde vão as Fábricas Recuperadas?” (Henrique Novaes e Maurício Sardá de Faria). Ele analisa o surgimento das Fábricas Recuperadas dentro de uma perspectiva histórica, mostrando as contradições surgidas ao longo do processo de retomada da produção pelos trabalhadores, os limites e as possibilidades de florescimento da autogestão num contexto defensivo. Inicia-se com um breve retrospecto histórico sobre o tema da autonomia operária para, em seguida, situar descritivamente as Fábricas Recuperadas, principalmente no Brasil e Argentina. O estudo tem como foco a análise das formas variadas de controle dos trabalhadores sobre os instrumentos de trabalho e a oportunidade que se apresenta para a superação do trabalho alienado ou para a autonomização das práticas coletivas de organização da classe trabalhadora.

Henrique T. Novaes

Julho/Agosto de 2010
hetanov@yahoo.com.br

1

As bases sócio-históricas do socialismo autogestionário: a contribuição de István Mészáros

Introdução: a retomada da autogestão, do cooperativismo e do associativismo no final do século 20

Para não ir mais longe, a necessidade da autogestão fez-se sentir pelos trabalhadores desde o primeiro dia em que foram colocados numa fábrica, à sua revelia. No século 19, o cooperativismo e o mutualismo ganham força como forma de resistência ao desemprego, principalmente durante a Revolução Industrial na Inglaterra. É preciso lembrar que uma das primeiras motivações de criação das mútuas era para que os trabalhadores não fossem enterrados como cachorros.

Já as Cooperativas de consumo permitiram aos trabalhadores consumir produtos de boa qualidade e a um preço acessível. Vejamos como se pronuncia George Holyoake:

O que despertará mais interesse no escritor ou no leitor não é o brilhantismo da atividade comercial, mas, sim, o novo e aprimorado espírito que anima esse intercâmbio comercial. O comprador e o vendedor se encontram como amigos; não há astúcia de um lado, nem suspeita

do outro (...) Essas multidões de trabalhadores humildes, que anteriormente nunca sabiam quando estavam consumindo alimento de boa qualidade, que almoçavam diariamente comida adulterada, cujos sapatos estragavam antes da hora, cujos coletes eram enebados e cujas esposas usavam tecido comum impossível de lavar, agora compram nos mercados [armazéns cooperativos de Rochdale] como milionários e, no que concerne à pureza dos alimentos, vivem como senhores (Holyoake, 1933, s/nº).

A autogestão em estágio embrionário ocorreu nas lutas dos anos de 1840, na Comuna de Paris (1871), quando os patrões abandonaram as fábricas e os trabalhadores se organizaram para colocá-las novamente em marcha. Nas palavras de um estudioso:

As oficinas da Comuna [de Paris] foram (...) modelos de democracia proletária. Os operários nomeavam seus gerentes, seus chefes de oficinas e seus chefes de equipe. Reservavam-se o direito de demiti-los se o rendimento ou as condições de trabalho não fossem satisfatórios. Fixavam seus salários e horários, as condições de trabalho; melhor ainda, um comitê de fábrica se reunia às tardes para decidir o trabalho do dia seguinte (Guillerm *apud* Guillerm e Bourdet, 1976).

Na Rússia, em 1905 e nos primeiros anos da Revolução de 1917, na Revolução Espanhola, na Revolução Húngara de 1919 e 1956, na Polonesa, na Portuguesa etc. algo parecido ocorreu, não apenas no controle das fábricas e coordenação da produção entre diversas fábricas, mas também a autogestão de escolas, estaleiros navais, hospitais, o controle da cidade pelos trabalhadores etc. Na Revolução Russa, os conselhos operários (*soviets*) cumpriram seu papel nos primeiros anos, mas foram

estrangulados em função da burocratização crescente das decisões estratégicas da sociedade. Para Tragtenberg:

A estatização dos meios de produção, a preservação do salariedade como forma de remuneração do trabalho, o controle do processo produtivo pela tecnocracia, o partido político no cume do estado são práticas dominantes na URSS, China, países do Leste europeu e Cuba. Houve uma revolução? Sim. A propriedade privada dos meios de produção foi substituída pela propriedade estatal dos mesmos, só que gerida por uma burocracia que tem no partido, seja socialista (PS), seja comunista (PC) – seu principal instrumento de disciplinação do trabalhador (Tragtenberg, 1986, p. 8).

No contexto do fim dos anos de 1960, surgiram inúmeras revoltas anticapitalistas, destacando-se o maio de 1968. Na América Latina, poderíamos citar o *Cordobazo* argentino (1969), as Comissões de Fábrica no Brasil, as ocupações de fábricas e os cordões industriais durante o governo de Allende.

No campo, poderiam ser diversos os exemplos de coletivização das terras e de um novo projeto de vida comunista. Para citar alguns exemplos, durante a Revolução Espanhola (1936-1939), a terra foi coletivizada. O pouco conhecido movimento georgista (Estados Unidos) pode ser citado como outro exemplo de cooperativismo no campo. No Brasil, as ligas camponesas tinham o cooperativismo como uma de suas bases e, muito antes, a “Comuna de Palmares” teve durante alguns anos certas características autogestionárias².

Não nos parece mero acaso que o cooperativismo dentro de uma ótica de transição socialista vislumbrada por

² Em 2009, foi relançado o livro de Clóvis Lugon, que também joga luzes na experiência da República Guarani.

Marx tenha sido deixado de lado pela social-democracia. Ainda em vida, Marx teve que criticar os reformismos que já sinalizavam uma crise em potencial do marxismo. Isso pode ser visto principalmente nas suas críticas ao programa de Gotha e Erfurt e ao socialismo paternalista de Robert Owen. No século 20, a crise marxista ganha novos ares, principalmente na Segunda Internacional. Rosa Luxemburgo sinaliza muito bem essa crise no seu livro *A crise da social-democracia*, Karl Korsch no seu livro *Marxismo e filosofia* e Lukács em *História e consciência de classe*, autores que foram defenestrados dos centros marxistas.

Sintomas fortes da crise teórica do marxismo se dão também com o avanço do estalinismo. A temperatura do “termômetro” das crises aumenta nos levantes na Hungria em 1956 (“socialismo com rosto humano”), na República Tcheca, na Polônia, no maio de 1968. O auge da crise se dá com a queda do muro de Berlim. Como não poderia deixar de ser, depois da queda do muro, houve uma avalanche de teorias que pretendem mesclar princípios “socialistas”, de suposta transformação social com pitadas de capitalismo. Ernest Mandel assim se expressou sobre este contexto de crise teórica nos marcos da reprodução do capital:

Hoje em dia, a totalidade do pensamento socialista (que é mais velho do que Marx, mas que dele recebeu expressão sistemática e científica), que representa *per se* uma crítica da produção de mercadorias e do mercado, bem como uma profunda desmistificação histórica do conjunto de suposições teóricas que se originam de Hobbes, Locke e Smith, corre o perigo de ser atirada ao mar. Pois ao lado de políticos e acadêmicos conservadores, também um número crescente de socialistas, e acima de tudo, muitos social-democratas de esquerda e eurocomunistas, estão agora

redescobrimo e reincorporando a seus esquemas de pensamento social certos axiomas burgueses que não têm qualquer fundamento científico ou base empírica: são simplesmente artigos de fé cega ou de superstição (Mandel, 1991, p. 23).

Uma das poucas exceções nesse cenário é o pensador István Mészáros, que tece em sua obra uma crítica implacável ao “sociometabolismo do capital”. Para Mészáros, a proposta da autogestão nunca morreu. Para outros, está havendo uma revitalização, principalmente em função do “balanço” dos equívocos da experiência soviética e da social-democracia europeia.

Este capítulo se dedica à divulgação das bases sócio-históricas de um dos pensadores do marxismo autogestionário: István Mészáros. Em outras pesquisas pretendemos aprofundar a leitura de outros marxistas autogestionários: Anton Pannekoek, Karl Korsch, Rosa Luxemburgo, Paul Mattick, Cornelius Castoriadis, Alain Guillerm e Ivon Bourdet, José Mariátegui, Maurício Tragtenberg, João Bernardo, Paul Singer e Cláudio Nascimento.

Na conferência nacional pelo “socialismo autogestionário”, realizada em Lisboa, a autogestão foi definida como:

(...) a construção permanente de um modelo de socialismo, em que diversas alavancas de poder, os centros de decisão, de gestão e controle e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição

e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (Nascimento, 2004, p. 2).

Temos percebido que, não por acaso, a visão mais radical da autogestão não ganhou espaço nos debates teórico-práticos sobre Economia Solidária. No Brasil, já há alguns trabalhos divulgados recentemente de autores que poderíamos considerar como adeptos da “Economia Solidária Socialista”, dentre os quais destacamos os de Antônio Cruz (2006), Cláudio Nascimento (s/d), Lia Tiriba (2001 e 2007), Maurício Sardá de Faria (2005), Carlos Schmidt (2008), os nossos trabalhos, entre alguns outros. Bernardo (1975 e 1986), Bruno (1986), José Henrique de Faria (2004), Guimarães (2004), Vieitez e Dal Ri (2001), Dal Ri e Vieitez (2008), Pinassi (2005), Antunes (2008) também poderiam ser classificados como pertencentes a uma vertente socialista da Economia Solidária, no entanto, ou eles têm uma trajetória de pesquisa anterior ao movimento da Economia Solidária ou têm muitas ressalvas com relação à utilização deste conceito e os teóricos do movimento, principalmente na vertente de Paul Singer. Eles resgatam o debate marxista do cooperativismo de resistência e a autonomia operária, criticam as vertentes revisionistas, tal como a de Bernstein. Mais recentemente, tecem muitas críticas ao cooperativismo vinculado ao empreendedorismo e as cooperativas e procuram travar um debate “paralelo” ao da Economia Solidária talvez em função da banalização do termo ou em função de um suposto ou real reformismo. De uma forma bastante distinta das tendências hegemônicas na Economia Solidária, estes pensadores sociais procuram analisar o sociometabolismo do capital, de uma forma parecida com o método de Mészáros, como uma relação totalizante que deve, portanto, ser superada historicamente na sua totalidade. Esta afirmação é decisiva para o nosso

trabalho, pois não negamos que a Economia Solidária faça algumas críticas ao capital. No entanto, essas críticas não conseguem questionar o sociometabolismo do capital na sua totalidade, enquanto “relação social total”.

Apesar deste Capítulo ter como pano de fundo o debate latino-americano travado de forma ainda bem tímida pela vertente socialista da Economia Solidária, preferimos buscar e apresentar as raízes do que consideramos ser uma imprescindível contribuição dos autores clássicos do marxismo, a obra de István Mészáros.

Em função do “esquecimento” das lições dos pensadores clássicos, acreditamos que capítulos como esse poderão ajudar a resolver os problemas da Economia Solidária, caso a vertente compromissada com a emancipação dos trabalhadores ganhe força. Quando uma geração não se espelha nos ensinamentos das gerações de pensadores anteriores, reproduz o trabalho de Sísifo: num eterno começar de novo, as chances de repetirmos a história são grandes. No que se refere à Economia Solidária, para que ele não seja herdeira da crise teórica do marxismo, a contribuição de Mészáros é decisiva.

Mas há uma outra inquietação nesse trabalho: por que muitos pesquisadores da Economia Solidária resgatam a obra de Robert Owen, Charles Fourier, entre outros, e não citam Marx? Quando citam, ignoram certos debates já travados? Por que o debate latino-americano sobre cooperativismo de trabalhadores foi esquecido? Trata-se de eurocentrismo? E, neste eurocentrismo, por que se privilegiam alguns autores cooperativistas e se ignoram outros?

Para a primeira questão, talvez a resposta seja porque a obra de Marx sempre foi interpretada – a nosso ver equivocadamente – como uma simples questão de propriedade dos meios de produção ou como uma apologia

à estatização dos meios de produção como forma de se chegar ao socialismo. O estalinismo interpretou a socialismo como propriedade estatal dos meios de produção e ignorou o debate sobre a transcendência da alienação do trabalho (Mészáros, 2002).

Já a vertente socialista da Economia Solidária parece recorrer ao debate engendrado pela autogestão em períodos revolucionários, tais como a revolta dos Canuts em 1842, a Comuna de Paris, a Revolução Russa no seu início, a Revolução Espanhola, dentre outras. Quando observam o surgimento de Cooperativas “isoladas”, fazem inúmeras ponderações sobre essas iniciativas na ausência de uma revolução sociopolítica.

Depois de alguns anos revisando a obra de István Mészáros, vimos que ele tece uma crítica implacável ao “sociometabolismo do capital” e que toda a sua argumentação está baseada na observação e superação do trabalho alienado. Este Capítulo foi estruturado da seguinte forma: fizemos uma breve introdução à obra de Mészáros. Em seguida, fizemos a crítica radical à propriedade privada dos meios de produção (o cooperativismo como possibilidade de reatar o “caracol à sua concha”). A necessidade de uma nova divisão de trabalho (a autogestão em oposição à heterogestão, o papel das assembleias democráticas nas Cooperativas e Associações de Trabalhadores, além de um novo tipo de participação do trabalhador na transformação da sociedade) foram abordados na quarta seção. Mészáros tece crítica à sociedade produtora de mercadorias e vislumbra a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas (valores de uso). Esses temas foram abordados na quinta seção. A vinculação do cooperativismo à luta de classes foi analisada na penúltima seção, seguida das considerações finais.

Por último, mas não menos importante, cabe ressaltar que inúmeros temas como a indissociabilidade entre o complexo industrial-militar e o sociometabolismo do capital, a questão de gênero, o indivíduo e sua classe, a questão nacional-internacional, “o poder da ideologia”, a educação para além do capital não serão abordados neste livro³. Devemos reconhecer também a dificuldade de interpretação da vasta obra de Mészáros. Para que o leitor tenha acesso às interpretações de alguns intérpretes-discípulos, podemos citar, por exemplo, Antunes (2005 y s/d) y Pinassi (2008). Na América Latina, a “difusão” da obra de Mészáros parece ocorrer mais no Brasil que em otros países. Na Venezuela, seu trabalho recebeu numerosos prêmios e é constantemente citado pelo controverso comandante Chávez. Seus livros *Mas Allá del capital* (2002) y *El desafío y la carga del tiempo histórico: El socialismo del siglo XXI* foram traduzidos para o espanhol em 2002 e 2009 respectivamente. O segundo livro recebeu o “Premio Libertador al Pensamiento crítico” no ano de 2008 em Caracas, depois de ter sido avaliado por um júri formado por pensadores sociais latino-americanos de esquerda.

Uma sociedade para além do capital: iniciando o debate

Tal como nos informam os editores do livro *Para além do capital*, Mészáros nasceu em 1930, na Hungria. Com 12 anos e meio já trabalhava como operário em uma

³ Para saber mais sobre a temática educacional na obra de Mészáros, no sentido amplo da palavra, que transcende o debate educacional escolar-formal, ver Caio Antunes (2010), Novaes (2009c) e Wirth, Fraga e Novaes (2011).

fábrica de aviões de carga, tendo que mentir a idade em quatro anos para isso. Começou a trabalhar como assistente de Georg Lukács, em 1951, e seria indicado como seu sucessor na universidade de Budapeste, mas a invasão soviética de 1956 forçou-o a sair do país. Vive hoje na Inglaterra. Sua experiência como trabalhador e estudante na Hungria “socialista” foi determinante para a compreensão da educação como forma de superar os obstáculos da realidade.

Uma vez Lukács afirmou que o marxismo deveria ser refundado. Acreditamos que seu discípulo, István Mészáros, é um desses autores comprometidos com essa refundação. Ainda que uma síntese de poucos parágrafos deixe de lado a riqueza e a complexidade da obra de um pensador social, poderíamos dizer que ele faz uma crítica muito completa e implacável: a) ao que se convencionou chamar modo de produção capitalista, mostrando como se reforçou a ditadura do capital no século 20; b) aos teóricos e apologetas do capital; c) à social-democracia; d) ao “socialismo real”, o que ele chama experiência “pós-capitalista”, conforme veremos mais à frente. Adicionalmente, ele tenta resgatar a unidade da teoria de Marx cindida pelo marxismo do século 20, principalmente ao desenvolver o tema da alienação do trabalho e a autogestão como “transcendência positiva” da alienação do trabalho. Mészáros é herdeiro – e ao mesmo tempo – um discípulo crítico do seu mestre, Georg Lukács e, acima de tudo, um historiador marxista e um dos teóricos que atualiza a obra de Marx, teorizando os desafios do Século 21 e concomitantemente lutando para a construção de uma “sociedade para além do capital”.

A reflexão de Mészáros (2002) sobre a transição socialista se dá no âmbito da proposta que formula uma mudança global que tem por objetivo a transcendência do

“sociometabolismo do capital”. Sua teoria segue em busca das exigências qualitativamente mais elevadas da nova forma histórica, o socialismo pós-capital (e não pós-capitalista), onde o ser humano possa desenvolver sua “rica individualidade”.

Mészáros (2002) usa a expressão pós-capital e não pós-capitalista porque, por exemplo, enquanto a experiência soviética, uma sociedade pós-capitalista, “extinguiu” a propriedade privada dos meios de produção e deu origem ao planejamento burocrático, já uma sociedade pós-capital extinguirá todas as determinações da produção de mercadorias.

Na apresentação do livro de Mészáros (2002), Ricardo Antunes observa que, para este intelectual, capital e capitalismo são fenômenos distintos e a identificação conceitual entre ambos fez com que todas as experiências revolucionárias vivenciadas no século 20, desde a Revolução Russa até as tentativas mais recentes de constituição societal socialista, se mostrassem incapacitadas para superar o sistema de metabolismo social do capital. O capitalismo seria uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas. Antunes também observa que Mészáros define o sistema de metabolismo social do capital como poderoso e abrangente, tendo seu núcleo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado – três dimensões fundamentais do sistema materialmente construídas e inter-relacionadas –, sendo impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema⁴. Não tendo

⁴ Para a crítica do Estado, ver Mészáros (1996 e 2002), Miliband (1972) e Behring e Boschetti (2006). Retornaremos em alguma medida ao debate da necessidade de superação do Estado capitalista nos capítulos posteriores. No entanto, o leitor poderá observar que este tema não foi suficientemente tratado e será retomado em trabalhos posteriores.

limites para expansão, o sistema de metabolismo social do capital mostra-se incontrolável.

Como poderemos ver ao longo das próximas seções, a teoria de Mészáros gira em torno da alienação do trabalho e a necessidade de superação da mesma. Para ele,

a alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo. Quando Marx analisou a alienação nos seus manuscritos de 1844, indicou os seus quatro principais aspectos: a alienação dos seres humanos em relação à natureza; à sua própria atividade produtiva; à sua espécie, como espécie humana; e de uns em relação aos outros. E afirmou enfaticamente que isso não é uma “fatalidade da natureza”, mas uma forma de autoalienação (Mészáros, 2002).

Dito de outra forma, não é o feito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas, sim, o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico, que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo de transcender a autoalienação do trabalho (Mészáros, 2002). Vejamos agora a crítica à propriedade dos meios de produção.

O caracol e sua concha: a crítica à propriedade dos meios de produção

A vertente socialista da Economia Solidária parte de uma crítica, em alguns casos suave e diplomática, à propriedade dos meios de produção, à acumulação de

capital e à heterogestão e veem no cooperativismo e associativismo a fórmula anfíbia, já que transitória e nunca perfeita, para se chegar à sociedade governada pelos produtores associados. Passemos a analisar cada um desses subtemas.

Uma questão frequentemente abordada pelos pesquisadores que se envolveram com o cooperativismo e associativismo de trabalhadores é a da propriedade privada. Para eles, o cooperativismo é uma forma intermediária, que questionaria ainda nos marcos do capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção. O cooperativismo e o associativismo significariam a restituição ao trabalhador dos seus meios de subsistência. Para o marxismo autogestionário, o cooperativismo questiona parcialmente a propriedade dos meios de produção, no entanto, há um problema sinalizado: na ausência de uma revolução que questione a propriedade dos meios de produção como um todo, a propriedade cooperativista não passa de uma célula marginal neste organismo dominado por grandes corporações.

Diferentemente de uma sociedade por ações, Marx dizia que o cooperativismo poderia “reatar” o trabalhador aos meios de produção, ou o caracol à sua concha. Quando se referiu à mudança proporcionada pela manufatura, ele assim se expressou: “Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolavelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital” (Marx *apud* Antunes, 2005).

Mészáros teorizou sobre essa questão histórica. Para ele, é preciso reconhecer que há limites claros à propriedade de trabalhadores num contexto onde não há generalização de expropriações e que a “expropriação dos

expropriadores” deixa em pé a estrutura do capital. Apesar deste problema teórico-prático passar pela propriedade dos meios de produção, Mészáros adverte que:

De fato, nada é realizado por mudanças – mais ou menos facilmente reversíveis – apenas dos direitos de propriedade, como testemunha amplamente a história das “nacionalizações”, “desnacionalizações” e “privatizações” no pós-guerra. Mudanças legalmente induzidas nas relações de propriedade não têm garantia de sucesso mesmo que abarquem a ampla maioria do capital privado, quanto mais se se limitarem à sua minoria falida. O que necessita radicalmente ser alterado é o modo pelo qual o “microcosmo” reificado da jornada de trabalho singular é utilizado e reproduzido, apesar de suas contradições internas, através do “macrocosmo” homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo (Mészáros, 2002, p. 629).

Em outras palavras, ele acredita que a questão fundamental é o *“controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos”* (Mészáros, 2002, p. 628 – grifo nosso).

A “expropriação dos expropriadores” é apenas um pré-requisito, não significando quase nenhuma alteração naquilo que é essencial, a necessidade do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados. Isso pode ser visto, por exemplo, no caso da Revolução Russa, em que os meios de produção foram questionados mas as relações de produção capitalistas se reproduziram sob nova roupagem.

As Cooperativas e Associações de Trabalhadores são experiências práticas de auto-organização dos trabalhadores que podem ser potencializadas numa conjuntura de transformação social que tenha em vista a

transcendência do trabalho alienado (Mészáros, 2002). No entanto, se as Cooperativas e Associações de Trabalhadores permanecerem isoladas de outras lutas, elas ou definharão ou sobreviverão a duras penas, mas dificilmente poderão avançar rumo ao controle global do processo de trabalho pelos produtores associados (Mészáros, 2002).

Para o caso brasileiro, as Cooperativas de Resistência, formadas no calor da luta dos trabalhadores, prefiguram ou nos mostram alguns dos elementos do que seria uma forma superior de produção, baseada no trabalho coletivo, com sentido social, onde há possibilidades de superação da autoalienação do trabalho.

O problema central é a alienação do trabalho no sentido clássico do termo. Ela existe como função do capital e o trabalhador é, acima de tudo, dominado pelas condições de trabalho sob as quais não tem poder. O ponto crucial é que, quaisquer que sejam as melhoras advindas das taxas de salários, condições de aposentadoria, as condições de trabalho enquanto tais, isto é, o controle do ritmo, a concepção e o *status* do trabalho estão fora do controle dos trabalhadores (Tragtenberg, 2005).

Evidentemente que imersas no modo de produção capitalista, as Cooperativas e Associações de Trabalhadores não conseguirão realizar a emancipação dos trabalhadores em sua plenitude. Elas esboçam mudanças em função das suas características autogestionárias.

Interpretando Mészáros, pode haver elementos de autogestão em assentamentos de reforma agrária, Cooperativas Populares, Fábricas Recuperadas, mas para que estes elementos ganhem força faz-se necessária uma revolução. Preocupado em mostrar as formas possíveis de transformação de um mesmo fenômeno – para o nosso caso, a existência das Fábricas Recuperadas e Cooperativas Populares – e, sem cair em análises maniqueístas, ele é

capaz de mostrar as “descontinuidades na continuidade” e as “continuidades na descontinuidade” ou os avanços e retrocessos que os têm caracterizado. Por meio dessa análise, pudemos mostrar como, embora materializando transformações significativas, as Fábricas Recuperadas e Cooperativas Populares não conseguem superar a substância da exploração e da opressão de classe que são inerentes às relações sociais de produção capitalistas (Novaes, 2007).

Vejamos a dialética estabelecida por Marx, quando ele se pronuncia sobre o cooperativismo no século 19:

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. (...) Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. (...) Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária (Marx, 1864).

A “conquista do poder político” apregoada por Marx não deve ser compreendida aqui de forma mecanicista. Para ele, assim como para Mészáros, o cooperativismo e o associativismo devem ser inseridos dentro um projeto mais amplo de transformação da sociedade, que passa necessariamente por uma revolução política.

Marx fez alguns elogios à experiência de Rochdale. Lembremos que ele cita o jornal *Spectator* onde este afirma que a experiência de Rochdale (Inglaterra) “mostrou que

Associações de Trabalhadores podem gerir lojas, fábricas e quase todas as formas de atividades com sucesso e melhorou imediatamente a condição das pessoas; mas não deixou nenhum lugar visível para os capitalistas. Que Horror!” (Marx, 1996, p. 381). Para Marx, a economia política burguesa colocava os capitalistas da época como sendo “imprescindíveis”, quase naturais e eternos, e o cooperativismo veio a mostrar na prática que a sociedade poderia ser organizada de uma outra forma, não deixando nenhum lugar visível para os capitalistas. A seguinte passagem do Manifesto da Associação Internacional de Trabalhadores (1864) é mais precisa:

Mas o futuro nos reserva uma vitória ainda maior da economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns “hands” [operários] audazes (...) Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no continente foram, de fato, o resultado prático das

teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848 (Marx e Engels, 1970)⁵.

No entanto, se o cooperativismo ficasse “mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria”. A atualidade dessa crítica é enorme, em função da vertente de Economia Solidária que ignora o papel da política para a construção de uma nova sociedade. Segundo dois importantes teóricos marxistas da autogestão:

Os leitores de presente obra [*Autogestão: uma visão radical*] se convencerão sem esforço de que, para nós, a autogestão deve ser compreendida em sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical, que transforme completamente a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política e da vida social (Guilherm e Bourdet, 1976, p. 18).

⁵ Mészáros não desvincula o associativismo da luta de classes. Tanto Marx quanto Mészáros tecem alguns “elogios” a Owen, no entanto não desejam um “cooperativismo paternalista” vindo da classe dominante (Mészáros, 2005). No seu livro *Para além do capital*, ele retoma as críticas de Marx aos socialistas utópicos, mostrando os “equivocos” dos mesmos. Se trouxermos esse debate para os dias atuais, Mészáros diria que o cooperativismo e associativismo necessariamente devem estar vinculados à luta de classes que aponte para a transição socialista. Para ele, a construção da sociedade socialista deverá ser obra da própria classe trabalhadora.

Autogestão: por uma nova divisão social do trabalho e uma nova participação nas decisões estratégicas da sociedade

A outra base que sustenta a teoria de Mészáros é a necessidade de autogestão em oposição aquilo que se chama heterogestão. Para alguns, autogestão significa a reunificação entre o ato de conceber e executar o trabalho, o *homo faber* voltando a ser também *homo sapiens*. Para outros, o diferencial do cooperativismo de trabalhadores é o peso dado às assembleias democráticas (1 sócio = 1 voto).

Esta questão nos remete ao debate ao debate contemporâneo sobre o tipo de participação do trabalhador associado numa fábrica e na sociedade em geral. Devemos distinguir o “participacionismo” ensejado pelo capital e a “participação autêntica”. A experiência histórica demonstra que o *participacionismo* proposto pelo capital não tem diminuído o poder da direção das empresas. Tampouco tem alterado o comando ditado pelo capital financeiro nesta nova fase do capitalismo (Tragtenberg, 2005).

Algumas teses tentam desvelar o novo discurso do capital sobre a participação dos trabalhadores na fábrica e seu contraste com a pedagogia engajada na emancipação humana. Para Hirata (1990), os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) não representam de forma alguma “uma produção controlada pelos trabalhadores, mas, sim, uma organização [informal] em pequenos grupos para discutir e resolver problemas diagnosticados no local de trabalho”. Para ela, os CCQs diferem das propostas autogestionárias “pela própria natureza e não só em grau” (Hirata, 1990, p. 136).

A busca da participação do trabalhador, o enriquecimento de tarefas, o CCQ, *Kanban*, *Kaizen*, são estratégias utilizadas pelo capital para atacar os sintomas e

não as causas da alienação do trabalho. Já a autogestão não nasce desta *visão* de participação, mas, sim, das lutas históricas da classe trabalhadora nos séculos 19 e 20 para levar a cabo a democracia na produção e a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas.

Nesse sentido, autogestão significa a retomada do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana (Mészáros, 2002). Para Mészáros, o capital é expansivo, incontrolável e essencialmente destrutivo.

Se as estratégias gerencialistas procuram “reduzir” a participação do trabalhador à estreita necessidade de aumentar a produtividade da empresa e, com isso, permitir a reprodução do capital, as vertentes que advogam o cooperativismo e o associativismo dão um novo significado a participação “dentro” da empresa, via construção de conselhos autônomos, e adicionam a necessidade de participação “fora” do âmbito da empresa e propõem a participação dos trabalhadores no controle da sociedade (assembleias de bairro, parlamento etc.).

Lembremos que para Tragtenberg, a “participação autêntica” é aquela “onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado” (Tragtenberg, 1987, p. 30). Mészáros provavelmente assinaria em baixo dessa citação.

A participação em órgãos livremente eleitos, com rodízio de funções, teria uma função extremamente pedagógica para os trabalhadores (Bernardo, 1986).

Para terminar esta seção, poderíamos dizer que a necessidade de rodízio de cargos, e revogabilidade dos

cargos são princípios vitais da autogestão e tendem a impedir a burocratização das Cooperativas e Associações de Trabalhadores. Desenvolveremos esses pontos no capítulo 3.

Em prol de uma radical reestruturação das forças produtivas

Ao contrário da maioria dos autores marxistas do século 20, Mészáros entende a tecnologia, a ciência etc. como sendo não neutras e, por isso, acredita que antes ou quando “herdarem” as forças produtivas, os trabalhadores deverão preocupar-se em reestruturá-las radicalmente. Para ele, o poder liberador das forças produtivas “permanece como um mero potencial diante das necessidades autoperpetuadoras do capital” (Mészáros, 2002). No campo mais específico da tecnologia, afirma que sua inserção é estruturada com o único propósito de “reprodução ampliada do capital a qualquer custo social”. Veremos no capítulo 5 que sua interpretação sobre as forças produtivas também pode ser vista em sua obra *O poder da ideologia*, quando ele critica Habermas e dialoga com Raniero Panzieri. De acordo com Mészáros (2004, p. 519), Habermas “caricatura Marx” ao afirmar que ele “fala em forças produtivas neutras” (Habermas, 1986, p. 91). Pautando-se nas observações de Panzieri sobre a máquina e a racionalidade capitalista – além de outros autores –, Mészáros afirma que Marx sabia muito bem que “na utilização capitalista, não apenas as máquinas, mas também os ‘métodos’, as técnicas organizacionais etc. são incorporados ao capital e confrontam o trabalhador *como capital*: como uma ‘racionalidade’ externa” (Mészáros, 2004,

p. 519). Assim, todo sistema é “abstrato e parcial, passível de ser utilizado apenas em um tipo hierárquico de organização” (Panzieri, 1980 *apud* Mészáros, 2004, p. 519). De acordo com Mészáros,

Marx jamais poderia considerar neutras as *forças* produtivas, em virtude dos seus elos orgânicos com as *relações* de produção; por isso, uma mudança radical nessas últimas, nas sociedades que querem extirpar o capital de sua posição dominante, exige uma reestruturação fundamental e um caminho qualitativamente novo de incorporação das forças produtivas nas relações socialistas de produção (Mészáros, 2004, p. 519).

No artigo “Mais-valia e planejamento”, Panzieri (1982) afirma que

Frente à interligação de tecnologia e poder realizada pelo capital, a perspectiva de um uso alternativo (pela classe operária) da maquinaria não pode, evidentemente, basear-se numa derrubada, pura e simples, das relações de produção (de propriedade), nas quais estas sejam consideradas como uma casca destinada a desaparecer, a um certo nível de expansão produtiva, simplesmente porque se tornou demasiado pequena. *As relações de produção estão dentro das forças produtivas*, e estas foram “moldadas” pelo capital. É isso que permite a perpetuação do desenvolvimento capitalista, mesmo depois de a expansão das forças produtivas ter atingido seu nível mais alto (Panzieri, 1982, p. 25 – grifos no original e parênteses no original).

Mészáros (2002, p. 575), ao chamar a atenção para o fato de que as “condições materiais de produção, assim como sua organização hierárquica, permanecem no dia seguinte da revolução exatamente as mesmas que antes”,

ressalta a questão-chave que estamos enfocando: as formas tecnológicas capitalistas, por possuírem uma alta inércia, fruto de um longo período de acumulação e fortes estímulos ao seu desenvolvimento, representam um significativo desafio para a mudança sociopolítica qualitativa. É por essa razão que, para ele, uma radical transformação dos meios e técnicas de produção é considerada como sendo “um problema paradigmático da transição”.

Segundo Mészáros, imediatamente após a “expropriação dos expropriadores”, não são apenas os meios materiais e tecnologias de produção herdadas que permanecem os mesmos junto com as suas ligações com o sistema de troca, distribuição e consumo dado, mas a própria organização do trabalho permanece profundamente encastoadada naquela divisão social hierárquica do trabalho “que vem a ser a mais pesada opressão herdada do passado” (Mészáros, 2002, pp. 596-597).

Mészáros, ao argumentar que as questões da divisão do trabalho, da alienação, do “avanço” das forças produtivas foram abordadas incorretamente, oferece um substrato poderoso para a crítica à maioria das interpretações sobre C&T do marxismo do século 20⁶. Talvez por concentrar a atenção na tomada do poder pela classe trabalhadora, na propriedade estatal dos meios de produção etc., e em outras tarefas imediatas relativas ao período de transição, a esquerda marxista reduziu a questão da tecnologia e da ciência a uma simples “apropriação” das forças produtivas engendradas no capitalismo pelo proletariado e a sua “melhor” utilização para a construção do socialismo.

Podemos afirmar, interpretando Mészáros, que a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter

⁶ Para Mészáros (2002, p. 527), um conceito que requer uma reavaliação fundamental é o de “avanço produtivo” do capital.

fundamentalmente econômico, e não pode ser resumida ao tema da tomada do poder. Tudo nos leva a crer que as transformações qualitativas não se dão como resultado de uma simples mudança política, mas são processos que envolvem um longo prazo de “revolução social” por meio de um trabalho positivo de “regeneração” (Mészáros, 2002, p. 865). Mas, seguramente, Mészáros não é um fatalista, nem acredita que estamos “num beco sem saída”, muito menos acreditaria que teremos que retornar para a Idade Média e começar tudo de novo. Mészáros analisa o problema das forças produtivas, contextualizando-o dentro da história. Ele mostra os equívocos da esquerda que “esqueceu” este problema, mas também sinaliza as possibilidades históricas de “transcendência da autoalienação do trabalho” (Mészáros, 2002)⁷.

O planejamento socialista da produção

Os que desprezam a própria ideia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados (Mészáros, 2004).

Lembremos que é nos escritos dedicados à Comuna de Paris (1871) que Marx afirma que:

⁷ Para saber mais sobre a posição de Mészáros no debate sobre as forças produtivas/destrutivas, ver Mészáros (2002), Dagnino e Novaes (2007) e Novaes (2007).

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades Cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão o comunismo, o comunismo ‘realizável’? (Marx, 1996).

Como no lembra Mészáros,

o verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de ‘personificações do capital’ (Mészáros, 2002).

Esse pensador social critica ainda os equívocos da esquerda cooperativista, pois esta não atentou para a necessidade de promover “ataques duplos” ao sistema sociometabólico do capital.

É o “complexo global de reprodução sociometabólica” que necessita de uma reestruturação radical, de tal modo que um “macrocosmo” qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de “microcosmos” qualitativamente diferentes (Mészáros, 2002).

Lembremos que, para Marx, “a tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção”. Segundo Mészáros, a relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante do que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode

apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio (Mészáros, 2002). E ele prossegue:

A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloquente a esse respeito. Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela “expropriação dos expropriadores” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do “socialismo de mercado” (Mészáros, 2002, p. 629).

Para os poloneses, no contexto das revoluções dos anos de 1980:

A proposta autogestionária significava o controle direto da produção e, portanto, o controle da economia pelos trabalhadores. Não significava apenas o controle das empresas. Não bastava que os trabalhadores egessem, ao nível (*sic*) da empresa, os seus dirigentes. Isto representaria o risco de criar o que os poloneses chamam de “propriedade de grupo”. Seria transformar os trabalhadores de uma determinada fábrica, de uma determinada organização, em seus proprietários, e dessa forma colocá-los defendendo seus interesses privados contra os interesses mais gerais da sociedade (Bresser Pereira, 1987, p. 108).

Segundo Mészáros, a alienação reforçada institucionalmente dos meios e do material de trabalho do trabalhador constitui apenas pré-condição material da

articulação capitalista fragmentadora e homogeneizadora do processo de trabalho e da complexa subjugação do trabalhador ao comando do capital como trabalhador avulso, preso ao controle das funções produtivas infinitesimais, e sem qualquer controle sobre a distribuição da produção social total (Mészáros, 2002, p. 629).

Nesse sentido, Mészáros acredita que a possibilidade de uma modificação – inclusive das menores partes do sistema do capital – implica a necessidade de “ataques duplos”, constantemente renovados, tanto às “células constitutivas ou “microcosmos” (isto é, o modo pelo qual as jornadas de trabalho singulares são organizadas dentro das empresas produtivas particulares) com os “macrocosmos” autorregulantes e aos limites estruturais autorrenovantes do capital em sua inteireza (Mészáros, 2002, p.630).

Lembremos que os Conselhos têm um potencial mediador e emancipador ao solucionar de forma racional os problemas existenciais vitais dos trabalhadores, das preocupações cotidianas com moradias e trabalho, as grandes questões da vida social de acordo com suas necessidades elementares de classe (Mészáros, 2002). Entretanto, este autor faz algumas advertências, uma vez que os Conselhos de Trabalhadores não deveriam ser considerados a panaceia para todos os problemas da Revolução, contudo sem alguma forma de autoadministração genuína, as dificuldades e contradições que as sociedades pós-revolucionárias têm que enfrentar se transformarão em crônicas, e podem inclusive trazer o perigo de uma reincidência nas práticas produtivas da velha ordem, mesmo que sob um tipo diferente de controle pessoal (Mészáros, 2002, p. 457).

É preciso salientar que não vislumbramos o resgate dos instrumentos de planejamento no Estado, ainda que em algum momento tenhamos que recorrer ao mesmo, mas,

sim, a construção de organismos e instituições totalmente novos, criados pelos trabalhadores tendo em vista o “autogoverno pelos produtores associados” (Novaes, 2008). Mézáros nos lembra ainda que, quando da sua constituição espontânea, em meio as importantes crises estruturais dos países envolvidos, os Conselhos de Trabalhadores tentaram se atribuir em mais de uma ocasião na história, “precisamente o papel de autoadministrador possível, a par da responsabilidade autoimposta – que está implícita no papel assumindo e é praticamente inseparável dele – de executar a gigantesca tarefa de reedificar, em longo prazo, a estrutura produtiva social herdada” (Mészáros, 2002, p. 457).

Para teorizar sobre a dialética da parte e do todo, além de sinalizar a necessidade de “ataques duplos”, Mézáros se apoia na crítica de Rosa Luxemburgo (1999) a Bernstein. Para essa pensadora, o problema das Cooperativas não está na falta de disciplina dos trabalhadores, tal como advogava Bernstein. A contradição das Cooperativas é que elas têm que governar a si mesmas com o mais extremo absolutismo. Nelas, os trabalhadores são obrigados a assumir o papel do empresário capitalista contra si próprios – uma contradição que responde pelo fracasso das Cooperativas de Produção, que ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam por se dissolver.

Sendo assim, poderíamos interpretar a obra de Mézáros (2002), quando este sinaliza a necessidade de “ataques duplos”. Por um lado, a necessidade do controle coordenado da produção por meio da democracia substantiva dos produtores. Para o caso das Fábricas Recuperadas, o controle global da indústria pelos produtores associados, e não apenas de fábricas isoladas, e

a necessidade de mudanças qualitativas nos microcosmos, ou seja, dentro dos muros das Fábricas Recuperadas.

Mészáros advoga que os Conselhos de Trabalhadores devem cumprir o papel de mediadores materiais efetivos entre a ordem antiga e a ordem socialista almejada, porque o sistema do capital é um modo de controle global-universalista que não pode ser historicamente superado exceto, por uma alternativa sociometabólica igualmente abrangente (Mészáros, 2002, p. 599).

E conclui, observando que, enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas de modo autônomo pelos produtores associados, e não mais deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado, ou seja, um novo tipo de personificação do capital, o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo-o materialmente e, dessa forma, estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade (Mészáros, 2002, p. 601). Mészáros confere aos Conselhos de Trabalhadores e outras formas de mediação o papel na busca de um “planejamento autêntico”. Nesse sentido, para ele todas as funções de controle do sociometabolismo devem ser progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos produtores associados, pois – na falta disso – o comando das determinações produtivas e distributivas da reprodução social continuará sob a égide do capital.

As propostas que tentam conciliar princípios socialistas com mecanismos de “mercado” não são tão novas e isso já poderia ser visto na obra de Proudhon. Segundo Mandel (2001), para Proudhon:

tratava-se de emancipar o operário-artesão da dominação do dinheiro (do capital), sem abolir a produção mercantil e a concorrência: ilusão tipicamente artesanal pequeno-burguesa. Se algumas vezes

Proudhon é apresentado, não sem razão como o pai da ideia de autogestão operária, o impasse do “socialismo de mercado” manifesto na Iugoslávia desde 1970 já está potencialmente esboçado em suas ideias (Mandel, 2001, p. 70).

Lebowitz (2005) também tece algumas críticas ao *socialismo de mercado* e os impasses criados na Iugoslávia:

A Iugoslávia denominou o sistema de gestão de seus trabalhadores de “autogestão” e demonstrou que os capitalistas não são necessários – que as empresas podem ser administradas pelos operários através de seus conselhos operários (...) Contudo, havia um problema no sistema de autogestão iugoslavo, relacionado ao termo “auto”. De fato, os próprios trabalhadores em cada empresa determinavam a direção das mesmas. Entretanto, eles se preocupavam prioritariamente com eles próprios. O foco de cada trabalhador em cada empresa era o interesse pessoal (...). Faltava um senso de solidariedade com a sociedade. Ao invés disso, predominavam a auto-orientação e o egoísmo. Em alguns aspectos, se parecia com o pior mito capitalista, o conceito da “Mão Invisível”: a ideia de que, se cada classe seguir seu próprio interesse, a sociedade como um todo se beneficia. Na verdade, a mão invisível na Iugoslávia provocou o aumento da desigualdade e o declínio da solidariedade – levando, em último estágio, ao desmembramento do país (Lebowitz, 2005, s/nº).

De uma forma muito próxima às ideias de Proudhon, e talvez pela crise encadeada pelos insucessos do planejamento no período do “socialismo real”, os pesquisadores da Economia Solidária no Brasil seguem propondo uma contradição: a conciliação de “autogestão” das fábricas e competição no “mercado”, cooperação e

competição, “eficiência” da cooperativa e “anarquia” da produção⁸.

Desmercantilização da sociedade: produção de valores de uso *versus* acumulação de capital

O que penso que deveríamos ter em mente é que a questão básica não é a propriedade nem o controle dos recursos econômicos. A discussão básica é a desmercantilização dos processos econômicos mundiais. Cumpre salientar que desmercantilização não significa desmonetização, mas eliminação do lucro como categoria. O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nesta direção, com todas as consequências negativas que conhecemos. O socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo. Daqui a 500 anos, se trilharmos esse caminho, possivelmente ainda não o teremos percorrido totalmente, mas poderemos ter avançado nesta direção (Wallerstein, 2002, p. 36).

Para os herdeiros do legado marxiano, a superação da forma mercadoria sempre foi um tema seminal. Como não retornaremos a este ponto nos outros capítulos, tentaremos aprofundá-lo nas páginas a seguir.

Wallerstein nos chama a atenção para esse tema, usando o termo “desmercantilização”. Vale dizer que outros preferem o termo “desmercadorização” ou a expressão “produção de valores de uso”.

⁸ Para saber mais sobre a visão de Mészáros sobre a coordenação global da produção pelos produtores associados e a necessidade do planejamento autêntico, ver Mészáros (2002 e 2004) e Novaes (2008).

No livro *Para além do capital*, Mészáros (2002) resgata as lutas dos trabalhadores tendo em vista a construção de uma “economia comunal”. Ele parte das propostas de Charles Babbage para o aumento da vida útil das máquinas, equipamentos e produtos, mostra seus limites e analisa o avanço do sistema produtor de mercadorias, essencialmente destrutivo e produtor de bens supérfluos e descartáveis (Antunes, 2005). Vejamos, então, como se dão as lutas antimercantilização da vida na história concreta dos povos latino-americanos. Adotamos como marco a crise de 1973, pois foi principalmente a partir daí que o capital adotou novas estratégias de retomada da acumulação. O período que vai de 1945 a 1973 é caracterizado como de relativo controle social do capital. Depois de duas guerras mundiais e uma grande depressão, as possibilidades de uma revolução social na Europa em função da Revolução Russa, além da pressão dos movimentos sociais, tivemos um relativo controle social do capital que freou parcialmente a sua sede incessante pela mercantilização plena da sociedade. Apesar de ser no limite “incontrolável”, nas palavras de Mészáros, nesse momento histórico a reprodução do capital se encontrou razoavelmente controlada.

É nos anos de 1970 que aparecem os primeiros sintomas da crise de acumulação de capital. Como resposta a esta crise, o capital – em especial, o capital financeiro em sua conexão com o “modelo japonês” ou toyotismo – deu respostas que resultaram numa ofensiva rumo à intensificação da produção de mercadorias (novos produtos) ou em direção a “setores” e “campos” ainda não sujeitos à plena mercantilização.

Uma onda de privatizações, em especial com a eleição de governos neoliberais na Europa e EUA, elevou o ciclo da mercantilização a um novo patamar. Ao mesmo

tempo, a utilização de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho elevou a um novo patamar a mercantilização dos produtos e da força de trabalho.

O sismógrafo do avanço da mercantilização da força de trabalho pode ser visto nos processos de terceirização e escravização. No campo das relações de trabalho, é a partir de 1973 que se intensificam as formas de contratação baseadas no escravismo ou na superexploração do trabalho. Isso pode ser visto, por exemplo, no crescimento do número de trabalhadores sem carteira assinada, terceirizados trabalhando em jornadas extenuantes etc., bem como na realocização de corporações dentro de um mesmo país em busca de custos mais baixos ou até mesmo em outras nações. Nessa esteira, é preciso reconhecer que um certo cooperativismo que burla a legislação trabalhista tornou-se um “negócio da China” para as grandes corporações que viam na terceirização uma resposta para a diminuição dos seus custos. Em poucas palavras, este tipo de cooperativismo tornou-se também uma mercadoria rentável⁹.

O avanço do capital é hoje tão intenso que quase não sobra mais espaço para o convívio não mercantilizado. O Mercado Livre, um site da internet de compra e venda de produtos, nos mostra que inclusive o beijo pode ser comprado. Uma garota estadunidense colocou sua virgindade à venda; não no Mercado Livre. A Mastercard, cerca de dois anos atrás, lançou uma propaganda que indicava que suas maquininhas de cobrança poderiam estar ao alcance de pequenos produtores de laranja. Na mensagem, alguns jovens que tentavam fazer um pequeno

⁹ Lia Tiriba e Jacob Lima, dentre outros, vêm separando o joio do trigo, isto é, o cooperativismo inserido nas lutas históricas dos trabalhadores e as cooperativas surgidas de terceirização. Eles mostram as diferenças entre os propósitos dos cooperativismos, os atores que impulsionam, os interesses etc.

“roubo” de algumas laranjas não escaparam da cobrança, via “maquininha”, pelo produtor.

É nesse cenário de avanço destrutivo do capital (Mészáros, 2002) que surgem diversos conflitos na América Latina em torno da água, das sementes, energia elétrica, do petróleo, da água e do gás, entre outros. Bens públicos como a educação e a saúde também sofreram processos de “privatização indireta”, através da estagnação do setor público e do crescimento das vagas em faculdades particulares, bem como dos planos de saúde privados. Para Lombardi (2006), a educação acompanhou o processo de mercantilização mundial e sofreu um forte recuo. Mais precisamente:

a mercantilização favoreceu um recuo nas conquistas sociais e, com isso, foi sendo deixado de lado a concepção que a coloca como um direito; gradativamente, seu lugar foi ocupado por uma mercadorização dos serviços sociais. De direito do cidadão, as políticas sociais passaram a ser tomadas como serviços ao cidadão. O entendimento é que cada qual deve pagar o justo valor pelo tipo e qualidade de educação que quer receber (Lombardi, 2006, s/nº).

Poderíamos desenvolver o argumento de Lombardi para outros campos da educação, no entanto, poderemos apenas traçar mais algumas tendências gerais: indústrias culturais com seus *best-sellers* que só permitem aos leitores reações emotivas diante de histórias vazias de sentido humano e pouco interessadas. Quando publicam algum livro clássico, os leitores são condicionados a lê-los como algo meramente exótico, sem conectar as grandes obras da humanidade com os desafios teórico-práticos da desalienação da humanidade. Na contra-corrente da mercantilização da educação, algumas editoras tentam

retomar o conhecido projeto da Editora da Universidade de Buenos Aires, conduzida por Boris Spivacow, que colocou nas mãos do povo livros baratos e não alienantes. No Brasil dos anos 1990, a Editora Expressão Popular parece resgatar esta proposta, desmercantilizando – em germe – os livros que produz.

Na Argentina que tentou renascer da ditadura militar e da avalanche neoliberal, o povo e a classe média disseram em 2001, “Basta! Que se vayan todos”. Nos casos da Bolívia e Venezuela, o povo não aguentava mais a expropriação dos seus recursos naturais e o aumento do preço dos bens essenciais. No México, os trabalhadores representam suas lutas pela palavra de ordem “sin maíz no hay país”. Ela surgiu no contexto da criação do Nafta e expressa a necessidade de soberania nacional na questão do milho.

No caso das sementes, aparece uma mensagem de luta pela socialização da semente crioula como patrimônio histórico *versus* a crescente proliferação das sementes geneticamente modificadas que geram dependência, destroem o meio ambiente e estrangulam a vida dos pequenos produtores. Aparece nas lutas anticapital travadas pela Via Campesina contra as grandes corporações multinacionais.

É a luta entre a semente enquanto mercadoria, voltada para a acumulação de capital e dominação dos pequenos produtores *versus* a autogestão, a produção de alimentos saudáveis, a preservação do conhecimento tradicional de povos milenares que sobreviveram compartilhando suas sementes, isso para não falar da utilização adequada dos recursos naturais.

Nos anos de 2000, as rebeliões contra a privatização de bens públicos envolveram inicialmente as comunidades camponesas nas cidades de Cochabamba e Achacachi, na

Bolívia do ano de 2000, e em Arequipa-Peru, no ano de 2002, para citar apenas dois casos.

A insurreição indígena nucleada pela contestação dos acordos de exploração do gás resultou na renúncia do presidente da Bolívia em 2003 e na eleição de Evo Morales em 2005.

Trata-se da luta dos Movimentos Sociais na América Latina contra o acelerado processo de “destruição” do ser humano e da natureza, dos bens públicos e da nação. Ela pode ser vista também nas lutas de Chiapas, Guerrero e Oaxaca (México) contra a destruição do milho pelos produtos transgênicos, e nas ameaças de mercantilização das reservas aquíferas da região, como também pode ser vista nas lutas pelos babaçuais livres, contra a instalação de usinas hidrelétricas, mineradoras etc. na Amazônia¹⁰.

No México, em função do plantio do milho transgênico Bt, impulsionado pelas corporações multinacionais, houve contaminação de variedades crioulas e nativas, acabando com um trabalho de 12 mil anos de melhoramento natural de sementes de milho feito pelos índios mexicanos e camponeses, agricultores daquele país.

Trata-se da mercantilização dos recursos biológicos de países periféricos, no caso brasileiro principalmente da Amazônia, biopirataria em terras indígenas, entre outros locais, apropriação de recursos que seriam uso-fruto exclusivo dos indígenas etc. (Garcia dos Santos, 2005; Shiva, 2001; Raw, 2000; Sevá Filho, 2007).

No Brasil, a “destruição” dos viveiros da Aracruz (eucalipto) e as lutas entre a Via Campesina e a Syngenta Seeds (multinacional suíça), entre outras, podem ser interpretadas como táticas de enfrentamento nessa nova

¹⁰ Sobre isso, ver Almeida (2006), Sevá Filho (2008), Zibechi (2009) e Shiva (2001). Para um panorama mais amplo, ver Arrighi (2008), Bernardo (2004) e Harvey (2004).

fase de mercantilização do capitalismo, principalmente em função da destruição das sementes crioulas, o papel da C&T desempenhada no sistema capitalista e a invasão das multinacionais. No caso da Syngenta no Paraná, um dos motivos foi o desenvolvimento de experimentos ilegais de soja e milho transgênicos, na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, prática proibida pela Lei de Biossegurança da época¹¹.

Por exemplo, a indústria de árvores geneticamente modificadas também entrou nessa onda do lucro máximo em menor tempo possível (Lang, 2006). De acordo com Carrere e Lovera (2006), desde uma perspectiva industrial orientada ao lucro, as florestas têm sido percebidas como “desordenadas” e “pouco produtivas”. Há muitos anos, os cientistas florestais e silvicultores vêm tentando “melhorá-las”. A resposta a isso foi estabelecer plantações de uma única espécie, em fileiras retas e equidistantes, para se obter o maior volume possível de madeira por hectare. Desse jeito, as florestas estão sendo progressivamente substituídas por monoculturas produtoras de madeira, e esse pode ser um dos motivos de ataque por parte dos movimentos sociais. Voltaremos a esse tema no capítulo 4. Resistindo a este processo, os trabalhadores do Acre, girando em torno da figura de Chico Mendes, adotaram como estratégia de luta pela terra e pela vida os “empates” – técnica que impede a destruição das árvores no momento do seu corte. No Nordeste, as Quebradeiras de Coco lutaram e lutam incansavelmente pela lei do Babaçu Livre, diante do cercamento do fecho nas fazendas da região.

¹¹ Cabe sublinhar que a luta entre a Via Campesina e a Syngenta que resultou no assassinato de Keno e na posterior criação do Centro de Agroecologia no Paraná com seu nome. Sobre o tema mais amplo dos transgênicos, ver Shiva (2001), Andrioli e Fuchs (2007) e Christoffoli (2009), Mazzala Neto (2009), Novaes (2010), dentre outros.

Na década de 1970, surgiu o Movimento das Mulheres de Chipko (Índia), organização à qual está ligada a renomada pesquisadora-militante Vandana Shiva. Elas adotaram a tática de se amarrar às árvores para impedir sua derrubada e o despejo de lixo atômico na região.

Nos anos de 1980, surgiu o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no rio Uruguai (SC), que posteriormente virou MAB Nacional. Trata-se de uma “resposta” das populações atingidas por grandes barragens aos deslocamentos compulsórios, às indenizações irrisórias, à degradação da qualidade de vida, à destruição de suas comunidades e identidades culturais, à degradação do meio ambiente e da base material de suas atividades produtivas, entre outros fatores. “Águas para a vida, não para a morte”, foi o lema que surgiu no MAB e se tornou internacional.

Cabe lembrar que um dos motivos do surgimento das Ligas Camponesas foi a apropriação pelos grandes usineiros das terras de subsistência dos trabalhadores do Nordeste.

Durante as ditaduras civis-militares na América Latina, principalmente no final do século 20, assistimos ao retorno da acumulação primitiva, ao patenteamento de recursos indígenas, ao confisco de terras, à grilagem, à lei do mais forte¹² que se somam aos processos de mercantilização descritos anteriormente.

Vandana Shiva (2005) denomina esta nova fase de mercantilização pelos nomes de “novo colonialismo”, “biopirataria” e “biocolonialismo”. Para ela, “enquanto a

¹² Conforme relata Bernardo (2004), para um fato histórico do início do século 20: “Um caso extremo ocorreu em 1904 no Sudoeste Africano, quando o exército alemão empregou uma tal brutalidade para suprimir a revolta dos hereros que deixou chacinado entre 75% e 80% deste povo e encerrou entre 23% e 18% em campos de prisioneiros. Toda terra foi então confiscada e o mesmo aconteceu a totalidade do gado, pelo que nada mais restava aos sobreviventes do que solicitar emprego ao serviço dos colonos alemães”.

biodiversidade e os sistemas de conhecimento indígenas satisfazem as necessidades de milhões de pessoas, novos sistemas de patentes e direitos de propriedade intelectual” ameaçam apropriar-se dos “recursos e processos de conhecimento vitais do Terceiro Mundo e convertê-los em monopólio vantajoso para as empresas do Norte. As patentes estão, por isso, no centro do novo colonialismo” (Shiva, 2005, p. 320).

Nas grandes corporações, o aumento da produtividade da força de trabalho e os processos de obsolescência planejada elevaram-se em níveis estarrecedores.

A inovação, como forma de acumulação de capital e dominação dos consumidores, atinge um novo patamar, que se não é irracional beira à irracionalidade. Por exemplo, na indústria de alimentos infantis, um funcionário de uma grande corporação relata que “as pessoas estão ficando malucas. Estão tentando inventar manteiga de amendoim com estruturas que estalam como pipoca e inventam que isso lhes dá energia, além de fazer você se dedicar-se mais à escola” (Schor, 2009, p. 128).

O aumento da produtividade nas agroindústrias, que deram origem a doenças, como a vaca louca, a gripe aviária e recentemente a gripe suína, se inserem no processo de intensificação de mercadorias que estamos vivenciando. O capital financeiro não pode esperar e a mercadoria carne não pode esperar, devendo ser produzida em menor tempo possível.

Daniel Bensaid, em seu livro “*Os irredutíveis*” retrata a privatização de serviços e da seguridade social, entre outros, e afirma que

a privatização generalizada do planeta estende-se às informações, ao direito (prevalecendo o contrato privado

sobre a lei geral), à solidariedade (seguro privado e fundos de pensão em oposição aos seguros mútuos e à seguridade social), à violência (na França, há mais seguranças e milícias privadas do que policiais “públicos”) e até mesmo aos presídios (Bensaid, 2008, p. 65).

Ela vai ainda mais longe. Como a terra já era propriedade privada, agora trata-se de cercanias da cidade, com seus bairros protegidos e seus condomínios fechados em conglomerados urbanos que privilegiam a segurança pública para os abastados; a água, com a canalização lucrativa; o ar, com o projeto de um mercado mundial de direito de poluir; o frenesi de patenteamento, com a perspectiva plausível, a partir de agora, de um mercado de embriões e de clones ou de exploração privada do genoma humano. Esse “estreitamento do espaço público reduzido a uma pele de onagro é cheio de perigos para a democracia, formal ou não” (Bensaid, 2008, p. 65). E continua:

A intimidade também torna-se uma mercadoria negociável. A privatização do mundo tem como contrapartida uma “publicização” crescente da vida privada. Não só dos homens ditos “públicos”, que exibem sua imagem privada por necessidade de promoção midiática, mas, também, de cidadãos anônimos caçados em seu espaço privado pelo *telemarketing*, pelo circuito integrado de câmeras, pelo controle dos fluxos de comunicação ou pelos sistemas de observação militar. O *voyeurismo* midiático e o exibicionismo fazem par: a intimidade torna-se uma mercadoria negociável e o pudor torna-se uma cafonice vitoriana (Bensaid, 2008, p. 68).

Certa vez Lukács afirmou que no século 19 os trabalhadores eram explorados como produtores e a partir

do século 20 como produtores e consumidores. Do ponto de vista da exploração dos trabalhadores enquanto consumidores, resultado do avanço das técnicas de mercantilização da vida no século 20 – uma das cenas mais bonitas que o cinema italiano já produziu é a do filme “A classe operária vai ao paraíso”, do diretor Enio Petri. Quase no final do filme, o trabalhador Lulu chega em sua casa e transpira um ar reflexivo, pensativo. Na cena, ele não diz absolutamente nada, enquanto a câmera gira num dos cômodos da casa e mostra uma imensa quantidade de bens e quinquilharias totalmente supérfluos, muitos deles produzidos por corporações estadunidenses da “sociedade de consumo” que chegaram nas mãos dos trabalhadores italianos nos anos 1960. A cena leva o espectador a entrar no cérebro de Lulu e pensar algo assim: “Por que produzi tanto? Para que aumentei o ritmo do meu trabalho? Para comprar essas coisas sem nenhum sentido social, totalmente supérfluas? Para que trabalhei tanto?” É também neste filme que presenciamos o diálogo entre Lulu e Militina, um trabalhador que enlouqueceu e foi internado. Numa destas conversas, Militina questiona a utilidade das peças que produziam. Para nós, esta é uma das faces da alienação do trabalho: a produção sem nenhum sentido social, sem nenhum controle humano racional e consciente, voltada única e exclusivamente para a manipulação dos “consumidores” com vistas à irracional reprodução ampliada do capital.

Depois desta breve síntese sobre o avanço da mercantilização nos últimos 30 anos, vejamos agora as possibilidades de desmercantilização do produto do trabalho e do trabalhador nas Cooperativas e Associações Populares.

A desmercantilização da força de trabalho: limites e possibilidades das cooperativas e associações de trabalhadores

O cooperativismo e o associativismo podem cumprir o papel de desmercantilização da principal mercadoria no capitalismo: a força de trabalho. Um dos casos ilustrativos parece ser o de uma associação de seringueiros do município de Xapuri – muito famoso por ter sido o palco de muitos “embates” promovidos por Chico Mendes e seus seguidores. A partir deste exemplo, poderemos fazer algumas pontes com as seções anteriores deste capítulo. Apesar do aumento da renda dos associados nos últimos anos, apesar de terem adotado uma outra noção de tempo, centrada no reflorestamento ou no respeito ao ciclo de vida da floresta, esses trabalhadores – teoricamente “não produtores de mais-valia” por serem “donos do próprio trabalho” – estão plenamente conectados a uma imensa rede de empresas moveleiras que vai desde Xapuri a São Paulo e Nova York, onde em geral ocupam as fases iniciais da cadeia de distribuição do excedente econômico. Acreditamos que embora questionem a alienação do trabalho e deem alguns passos rumo à sua superação, apesar de conectarem a luta pela utilização adequada dos recursos naturais, eles perdem o controle do produto do trabalho assim que são “conectados” ao circuito de produção e circulação do capital. Ademais, estão sujeitos à concorrência literalmente selvagem de outras empresas que estão sempre tentando produzir a um custo mais barato.

É verdade que, se comparado aos métodos de acumulação primitiva vigentes na Amazônia, tendo em vista a máxima acumulação de capital em menor tempo possível, as Associações de Seringueiros já representam um primeiro passo na luta pela desmercantilização. No entanto, na

ausência de outras lutas que superem a alienação do trabalho em sua totalidade, os móveis continuarão tornando-se uma mercadoria consumida pela elite dos países do Norte e a elite brasileira, fora do controle dos trabalhadores. É como se os trabalhadores perdessem o controle da sua produção imediatamente após a saída do caminhão que despacha os produtos. Lembremos que para Marx:

(...) o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar o sentido humano correspondente à riqueza humana inteira do ser humano e natural (Marx, 2004, p.110).

Parafraseando Marx, nessas Cooperativas isoladas, apesar de se esboçar a superação do trabalho alienado, o móvel ainda é uma mercadoria e os comerciantes de móveis veem apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do móvel; este não tem sentido algum para essas Cooperativas.

As Cooperativas e Associações de Trabalhadores, na luta pela sobrevivência – na maioria dos casos – e dentro de uma estratégia de conquistar “novos mercados” – para a minoria – não conseguem superar a alienação do trabalho em sua totalidade. Em germe, podemos observar nos casos mais avançados a desalienação parcial do trabalho. No entanto, estas experiências não conseguem superar na prática todas as faces da alienação do trabalho: a perda do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana. Em outras palavras, o fruto

do trabalho de associações isoladas aparece como uma coisa estranha e independente dos produtores, ainda que eles tentem dominá-lo. O processo de trabalho na sua totalidade abrangente (“cadeia de produção”), continua nas mãos do capital, ainda que os trabalhadores dominem uma parcela muito pequena de algumas etapas do processo de trabalho. O trabalhador associado não é dono de si e não consegue alcançar a sua genericidade, enquanto espécie humana, ainda que consiga em alguma medida – *in statu nascendi* – se humanizar no trabalho e contribuir em alguma medida para a emancipação do ser humano.

Nesse sentido, veremos em trabalhos posteriores que a superação da alienação do trabalho em sua totalidade dificilmente virá através de um simples movimento econômico, como uma espécie de vírus que vai crescendo no interior do sociometabolismo do capital sem a mínima resistência do capital. Aqui, o papel da política é decisivo, no sentido de luta, num longo processo histórico de convencimento e construção na prática de uma sociedade controlada pelos seres humanos, auto-governada, que não seja comandada por uma força estranha: o capital.

Considerações finais

Como estamos num momento defensivo, caracterizado por inúmeras derrotas para os trabalhadores, seria melhor caracterizar a fase atual como a de um cooperativismo de subsistência, de resistência, já que até o momento há poucos sinais de um cooperativismo e associativismo capazes de superar o trabalho alienado, sem sentido social, desprovido de conteúdo.

Isso tem a ver com o contexto histórico, caracterizado pelo avanço da barbárie social e, no que se refere à esquerda, a ausência de um projeto radical para além do capital. Para nós, o cooperativismo e o associativismo vêm cumprindo um papel modesto, ao permitir que parcelas dos trabalhadores, principalmente os mais precarizados ou desempregados, tenham direito à sobrevivência num contexto desemprego e subemprego crônico. No entanto, num contexto ofensivo, o cooperativismo e o associativismo poderão cumprir um papel na superação do trabalho alienado, através da expropriação dos expropriadores, reunificando o caracol à sua concha, através da coordenação global da produção pelos produtores associados tendo em vista a produzindo valores de uso e o “desenvolvimento da rica individualidade” do ser humano. Essa parece ser a contribuição de István Mészáros.

Em linhas gerais, como vimos, o processo de construção de uma sociedade para além do capital deve abarcar todos os aspectos da inter-relação entre Capital, Trabalho e Estado. Para concluir, Mészáros utiliza uma fascinante passagem de Goethe:

Como no caso do pai de Goethe (mesmo que por razões muito diferentes), não é possível colocar abaixo o prédio existente e erigir outro com fundações completamente diferentes em seu lugar. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, “retirando um andar após o outro com fundações completamente diferentes em seu lugar”. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, “retirando um andar após o outro de baixo para cima, inserindo a nova estrutura, de tal modo que ao final nada deve ser deixado da velha casa”. Na verdade, a tarefa é ainda mais difícil do que esta. Pois a

estrutura de madeira em deterioração do prédio também deve ser substituída no curso de retirada da humanidade da perigosa moldura estrutural do sistema do capital (Mészáros, 2002, p. 599 - parênteses no original) = (mesmo que por razões muito diferentes).

2

Qual autogestão?¹³

A tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção (Karl Marx).

Hoje em dia, a totalidade do pensamento socialista (que é mais velho do que Marx, mas que dele recebeu expressão sistemática e científica), que representa *per se* uma crítica da produção de mercadorias e do mercado, bem como uma profunda desmistificação histórica do conjunto de suposições teóricas que se originam de Hobbes, Locke e Smith, corre o perigo de ser atirada ao mar. Pois ao lado de políticos e acadêmicos conservadores, também um número crescente de socialistas, e acima de tudo, muitos social-democratas de esquerda e eurocomunistas, estão agora redescobrimdo e reincorporando a seus esquemas de pensamento social certos axiomas burgueses que não têm qualquer fundamento científico ou base empírica: são simplesmente artigos de fé cega ou de superstição (Ernest Mandel).

¹³ Este texto é uma versão revista e ampliada do artigo “Os dois pilares para se construir a autogestão: uma crítica aos pesquisadores da Economia Solidária”, apresentado no “X Encontro Nacional de Economia Política”, em Campinas, maio de 2005 e posteriormente publicado na *Revista de Economia Política* (nº 22/2008). O autor agradece as críticas e sugestões do professor José Brendan MacDonald.

Introdução

Este capítulo pretende retomar as críticas de alguns autores marxistas que se pronunciaram sobre a necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados. Em nossas pesquisas, verificamos que nem todos os socialistas que defendem a necessidade de abolição da propriedade privada dos meios de produção – e consequentemente o controle das fábricas pelos trabalhadores – vislumbram a necessidade de extinção dos mecanismos de “mercado”.

Mas por que o “mercado” tem um poder tão enigmático a ponto de atrair inclusive os “socialistas”? Para não irmos mais longe, é durante a Revolução Russa que (res)surgem algumas vertentes “socialistas” que afirmam que os mecanismos de mercado são imprescindíveis para o socialismo. Enquanto isso, para uma outra corrente, a que defenderemos como sendo aquela que resgata a crítica totalizante de Marx, é inconcebível a tentativa de se combinar “autogestão” e “concorrência”.

Nesse sentido, podemos adiantar que a palavra “autogestão” é extremamente polissêmica, passando por um espectro que vai desde defensores do “socialismo de mercado” até aqueles que questionam a propriedade dos meios de produção e a perda do controle do produto do trabalho numa sociedade regida pela produção de mercadorias.

Como se trata de uma palavra em disputa, nosso capítulo recebeu o nome: Qual autogestão?, tentando, evidentemente, resgatar o debate sobre planejamento socialista da produção pelos produtores associados como um dos pilares da autogestão.

Isso porque, a nosso ver, a Economia Solidária deu muita atenção ao tema das decisões “democráticas”

realizadas “dentro dos muros” de Cooperativas Populares, Associações de Trabalhadores e Fábricas Recuperadas, sem, no entanto, realizar uma crítica profunda aos “mecanismos de mercado”.¹⁴

Cruz (2006) retrata o surgimento desta novidade na história da América Latina e afirma que

(...) o surgimento de milhares de iniciativas econômicas de tipo associativo – cooperativas, associações, empresas recuperadas, instituições comunitárias de crédito, clubes de trocas etc. – no Cone Sul da América Latina, a partir dos anos 1990, representa a emergência de um fenômeno econômico e social que, embora guarde estreitas relações com experiências anteriores, tem características específicas, que resultaram das transformações ocorridas nas últimas décadas, tanto da economia quanto da sociedade latino-americana (Cruz, 2006, p. 1).

É ele também um dos autores que procura definir o que é Economia Solidária. Este pesquisador se pronuncia nos seguintes termos:

o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais a) o trabalho; b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.); c) os resultados econômicos do empreendimento; d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento; e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (Cruz, 2006, p. 69).

¹⁴ Sobre as Fábricas Recuperadas e este debate na Economia Solidária, ver Novaes (2006), Novaes (2007), Faria (2005), Cruz (2006) e Tiriba (2002).

Vimos também que o debate sobre a necessidade de planejamento não está morto na América Latina, ainda que seja difícil encontrar muitos defensores do mesmo nos dias atuais. Nos últimos anos, Marques (1998), Lucita (2002), Katz (2004), além de Carcanholo e Nakatani (2007), entre outros, se pronunciaram sobre o tema.

Marques (1998) faz uma revisão bibliográfica que compara as obras de Nelson, Mandel e Nove. Carcanholo e Nakatani (2007) retomam o debate da planificação socialista a partir da experiência cubana¹⁵.

No movimento de Fábricas Recuperadas, encontramos apenas um grupo na Argentina que parece estar observando as Fábricas Recuperadas de uma forma muito próxima a análise aqui exposta. Para Lucita (2002):

(...) cualquiera sea la forma que adquieran, si los trabajadores que gestionan estas empresas vuelcan sus esfuerzos y creatividad exclusivamente hacia el interior de sus establecimientos, si abandonan todo intento de coordinación y de solidaridad con otras fábricas y experiencias están indefectiblemente condenadas a recaer en la competencia capitalista y en la autoexplotación.

Si el movimiento de ocupación fabril y gestión obrera es capaz de superar los estrechos límites de cada una de las fábricas en cuestión, si se afirma en el carácter social de su producción – diferenciada por tanto de la lógica de la ganancia – y avanza en las coordinación y planificación de sus producciones – diferenciándose por lo tanto de la anarquía capitalista –, estará exponiendo ante la sociedad, que da muestras de una adhesión y simpatía hacia el movimiento pocas veces conocida, que otra forma de producir y de planificar son posibles, y que

¹⁵ Sobre o debate em Cuba, ver também Saenz (2004) e Deutschmann e Salado (2003).

outras relaciones de producció n son necesarias para resolver la crisis del pa ís [Argentina] (Lucita, 2002, p. 4).¹⁶

Tiriba (2002), numa palestra em Belo Horizonte, esboça o que seria para ela autogestão, nos seguintes termos:

prefiro não adjetivar um empreendimento de “autogestionário”. Talvez fosse um pouco mais humilde de nossa parte dizer que nestes processos produtivos os trabalhadores se inspiram nos princípios da autogestão para poder repensar a organização do trabalho. Penso que chamar, de antemão, esses processos de autogestionários é reduzir o significado da autogestão a um processo que é vivido apenas entre as quatro paredes de um estabelecimento. Como vimos em outras mesas deste seminário, a autogestão diz respeito aos processos mais amplos da vida (...) A produção associada como uma forma de organização dos trabalhadores (...) não diz respeito a vinte trabalhadores que olham para sim mesmos, para seu próprio umbigo, mas têm a sociedade dos produtores livres como horizonte (Tiriba, 2002, s/nº).

Para nós, as fábricas de trabalhadores não podem ser analisadas sem se prestar atenção ao entorno em que estão inseridas. Não pode haver uma teoria que se sustente olhando apenas “para dentro” das cooperativas, celebrando

¹⁶ Lucita (2002) esclarece os trabalhos do grupo de Economistas de Izquierda (EDI) na seguinte nota: “En este sentido es necesario valorizar la iniciativa de un grupo de estudiantes de Ciencias Económicas nucleados en la Agrup. En Clave Roja que han convocado, entre otros a los miembros del EDI, para constituir grupos de trabajo en el seno de una Comisión de Planificación Económica que aporte a la resolución de los problemas de gestión de las empresas ocupadas y avance en la planificación de la producción y el consumo de productos sociales” (Lucita, 2002, p. 6).

a nova forma de decisão “democrática”, “parlamentarista”, na qual os trabalhadores decidem coletivamente os rumos de cada empresa sem se observar a permanência da perda do controle do produto do trabalho (Novaes, 2006).¹⁷ Nesse sentido, o debate aqui exposto parte das nossas pesquisas sobre as Fábricas Recuperadas, traçando os limites e as possibilidades da construção do planejamento socialista da produção.

Nossa hipótese é a de que há no mínimo três vertentes na Economia Solidária e que a vertente mais à esquerda realiza uma crítica parcial, senão incompleta, ao “sociometabolismo do capital” (Novaes, 2006). Como veremos, apesar da Economia Solidária perceber que as Cooperativas Populares, Fábricas Recuperadas etc. “competem” no “mercado” (o que é), os mesmos não vislumbram a coordenação global pelos produtores associados (como deveria ser). Ao não criticarem a tirania da circulação, podemos inferir que estes estão rejuvenescendo a velha proposta socialista de mercado com uma nova roupagem.

Para apontar algumas críticas à tese “socialista de mercado” e resgatar o debate sobre a necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados, sintetizamos as obras de C. Bettelheim, I.

¹⁷Lembremos que para Braverman: “As demandas de participação e controle pelos trabalhadores escapam de muito à visão marxista. O conceito de uma democracia na oficina baseada simplesmente na imposição de uma estrutura formal de parlamentarismo – eleição de diretores, votação sobre decisões referentes à produção de acordo com a organização existente – é decepcionante. Sem o retorno do requisito de conhecimento técnico pela massa dos trabalhadores e reformulação da organização do trabalho – sem, em uma palavra, um novo e verdadeiramente coletivo modo de produção – a votação nas fábricas e escritórios não altera o fato de que trabalhadores continuem dependendo tanto quanto antes dos “peritos” e só podem escolher entre eles ou votar nas alternativas apresentadas por eles” (Braverman, 1987, última nota de rodapé do livro).

Mészáros e E. Mandel. Sobre a visão da Economia Solidária, no que se refere ao tema do mercado, uma atenção especial é dada à obra de Paul Singer, pesquisador e militante mais renomado deste movimento no Brasil. Encerramos este capítulo com algumas considerações finais.

A necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados

A visão de C. Bettelheim

Para iniciar nossa argumentação, vejamos porque C. Bettelheim defende a necessidade de planejamento, a luz dos acontecimentos históricos da URSS:

Nas semanas seguintes à Revolução de Outubro, o partido bolchevista tenta transformar a atividade dispersa e anárquica de centenas e milhares de comitês de fábrica em um controle operário coordenado, que possa conformar-se às exigências de uma política proletária.

A tarefa não é fácil, pois ao mesmo tempo em que cresce o número dos comitês de fábrica, cada um deles tende a multiplicar suas prerrogativas e a tratar cada fábrica como uma unidade de produção independente – propriedade coletiva de seus próprios trabalhadores –, determinando por si mesma o que se produz, a quem vende e a que preço, isto quando a *dominação social da classe operária* sobre os meios de produção exigiria que os poderes atomizados e contraditórios desses comitês fossem subordinados a um fim político comum.

Uma coordenação social da produção é particularmente indispensável na indústria, onde cada unidade de produção executa apenas um número limitado de processos de transformação e representa somente um elo no meio de um processo de produção de conjunto altamente socializado. A sobrevivência da indústria soviética e a luta contra as forças de mercado e contra a predominância dos interesses particulares das diferentes fábricas exige, portanto, um mínimo de coordenação *a priori* das atividades das diferentes unidades de produção. Na falta de uma coordenação *a priori*, a coordenação se faz de qualquer modo *a posteriori*, através do mercado, ou melhor, é o resultado das forças entre os diversos ramos das indústrias ou diversas fábricas (Bettelheim, 1979, p. 133).

Bettelheim adverte que os trabalhadores da URSS não estavam convencidos da necessidade de ver limitados os poderes dos comitês de fábrica por sua subordinação a uma instância exterior, pois, aos olhos de muitos trabalhadores, o estabelecimento de um controle mais ou menos centralizado se apresentava como uma espécie de “confisco de poder” que eles acabaram de arrancar da burguesia e esperavam conservar no nível de sua própria fábrica. Adicionalmente, a passagem para o controle operário e o abandono do tipo de “gestão descentralizada” e anárquica para o qual se orientavam os comitês de fábrica, chocavam-se antes de tudo com a presença, ainda profunda nas massas, da ideologia burguesa e pequeno-burguesa favorável ao “cada um por si”, ao *egoísmo* de empresa e a uma concepção abstrata de “liberdade” (Bettelheim, 1979, p. 134).

Algo parecido foi observado na Polônia, durante as visitas de Bresser Pereira (1987) a este país. Para os poloneses:

A proposta autogestionária significava o controle direto da produção e, portanto, o controle da economia pelos trabalhadores. Não significava apenas o controle das empresas. Não bastava que os trabalhadores elessem, ao nível (*sic*) da empresa, os seus dirigentes. Isto representaria o risco de criar o que os poloneses chamam de “propriedade de grupo”. Seria transformar os trabalhadores de uma determinada fábrica, de uma determinada organização, em seus proprietários, e dessa forma colocá-los defendendo seus interesses privados contra os interesses mais gerais da sociedade (Bresser Pereira, 1987, p. 108)¹⁸.

Para Bettelheim, a simples mudança da propriedade jurídica dos meios de produção não garante uma ruptura com o sistema capitalista. Os *elementos* capitalistas das relações de produção estavam profundamente inseridos no conjunto dos processos de produção e reprodução, nas modalidades da divisão do trabalho dentro das empresas estatais e nas maneiras de separar estas umas das outras. Assim, se reproduzem relações mercantis e salariais que dão origem a um lucro monetário no nível das empresas (Bettelheim, 1979, p. 456).

Muito longe de defender a aparente “liberdade” de controle da produção em cada fábrica, Bettelheim reconhece que o controle fabril, a “gestão descentralizada” ou a “autogestão” em algumas empresas individualmente, ignora os condicionantes da produção externos à empresa. É por isso que, em contraposição à “anarquia” da produção, ao descontrole da produção e à aparente “liberdade” que se

¹⁸ No entanto, parece que há um “equivoco” na proposta polonesa, pois estes acreditavam que a “autogestão significava também descentralizar a atividade econômica e estabelecer as bases de uma economia de mercado. O planejamento econômico seria mantido, mas o mercado teria um papel maior como indicador na alocação dos recursos e na determinação das atividades empresariais” (Bresser Pereira, 1987, p. 109).

dá quando os trabalhadores adquirem os meios de produção, Bettelheim defende a coordenação social da produção pelos trabalhadores.

As propostas que tentam conciliar princípios socialistas com mecanismos de “mercado” não são tão novas e isso já poderia ser visto na obra de Proudhon. Segundo Mandel (2001), para Proudhon:

tratava-se de emancipar o operário-artesão da dominação do dinheiro (do capital), sem abolir a produção mercantil e a concorrência: ilusão tipicamente artesanal pequeno-burguesa. Se algumas vezes Proudhon é apresentado, não sem razão como o pai da ideia de autogestão operária, o impasse do “socialismo de mercado” manifesto na Iugoslávia desde 1970 já está potencialmente esboçado em suas ideias (Mandel, 2001, p. 70).¹⁹

Lebowitz (2005) também tece algumas críticas ao *socialismo de mercado* e os impasses criados na Iugoslávia:

A Iugoslávia denominou o sistema de gestão de seus trabalhadores de “autogestão” e demonstrou que os capitalistas não são necessários – que as empresas podem ser administradas pelos operários através de seus conselhos operários (...) Contudo, havia um problema no sistema de autogestão iugoslavo, relacionado ao termo “auto”. De fato, os próprios trabalhadores em cada empresa determinavam a direção das mesmas.

¹⁹ Vejamos também os argumentos do economista político Stuart Mill. Apesar de reconhecer a necessidade de uma mudança social que combine liberdade e independência do indivíduo e que acabe com a divisão da sociedade entre trabalhadores e ociosos, este autor defende a permanência da concorrência entre as associações, isso porque esta beneficiaria os consumidores e porque, “onde não existe concorrência, existe monopólio”. A última justificativa dada por Mill em defesa da concorrência, encontra-se na seguinte passagem: “proteger alguém da concorrência é dar proteção à sua ociosidade” (Mill, 1986, p. 279, vol. II).

Entretanto, eles se preocupavam prioritariamente com eles próprios. O foco de cada trabalhador em cada empresa era o interesse pessoal (...). Faltava um senso de solidariedade com a sociedade. Ao invés disso, predominavam a auto-orientação e o egoísmo. Em alguns aspectos, se parecia com o pior mito capitalista, o conceito da “Mão Invisível”: a ideia de que, se cada classe seguir seu próprio interesse, a sociedade como um todo se beneficia. Na verdade, a mão invisível na Iugoslávia provocou o aumento da desigualdade e o declínio da solidariedade – levando, em último estágio, ao desmembramento do país (Lebowitz, 2005, s/nº).

De uma forma muito próxima às ideias de Proudhon, e talvez pela crise encadeada pelos insucessos do planejamento no período de “socialismo real”, os pesquisadores da Economia Solidária no Brasil seguem propondo uma contradição: a conciliação de “autogestão” das fábricas e competição no “mercado”, cooperação e competição, “eficiência” da cooperativa e “anarquia” da produção.

A melhor maneira de entender esta contradição se dá pela análise do mais ilustre de todos expoentes da Economia Solidária no Brasil: o professor Paul Singer.

Para Singer, “O colapso do socialismo realmente existente convenceu a maioria dos marxistas que o progresso econômico e os direitos individuais não podem ser garantidos sem liberdade econômica e algum grau de competição de mercado” (Singer, 1999, p. 73). Para Dowbor (1998, p. 429), o mercado é um “mecanismo indispensável, mas nunca suficiente, ao funcionamento da sociedade”. Será?

De acordo com Mandel (1991), a própria ideia de “mercado” e “competição pura” devem ser revisitadas. Ele nos lembra que o grosso de bens intermediários não é

alocado através do “mercado”. Eles são feitos sob encomenda. O mesmo argumento vale para as licitações públicas, pois estas não conduzem à fabricação de diversos produtos que poderiam ser obtidos numa prateleira. Sendo assim, Mandel (1991) acredita que a maior parte da produção no capitalismo atual atende a padrões estabelecidos de consumo e a técnicas pré-determinadas de produção, que são em grande medida, senão completamente independentes do “mercado”.

Mészáros (2002) afirma que a Economia de Mercado capitalista é um tipo de economia dirigida, mesmo que sua estrutura seja mais complicada e impessoal do que a do sistema pós-capitalista (URSS). Ele reconhece que há planejamento no capitalismo, ou mais precisamente, que a gigantesca corporação monopolista transnacional regula e controla a produção mundial de mercadorias. No entanto, este planejamento praticado pela grande empresa não deixa de ser “parcial” e está longe de representar o controle sociometabólico da produção e distribuição pelos trabalhadores.

O “mercado” não é tão “anárquico” quanto parece ser. Dowbor (1998, p. 85) estima que entre 500 ou 600 empresas transnacionais controlam de 20% a 25% do comércio mundial de bens e serviços, em vez do suposto “mercado” metafísico que aparece nos noticiários.

Baran e Sweezy (1966) apontaram que “o capitalismo monopolista é um sistema constituído de corporações gigantescas. Isto não quer dizer que não existam outros elementos no sistema ou que valha a pena estudar o capitalismo monopolista abstraindo-se tudo, com exceção das corporações gigantescas”. E continuam: “No entanto, deve-se ter o cuidado de não cair na armadilha de pressupor que a Grande Empresa e os pequenos negócios sejam qualitativamente iguais ou tenham igual importância

para o *modus operandi* do sistema. O elemento dominante, o motor primeiro, é a Grande Empresa organizada como corporações gigantescas” (Baran e Sweezy, 1966, pp. 52-53).

Bernardo (2004 e 2005), trazendo este debate para os nossos dias, observa que uma parte muito considerável do comércio mundial, que as estatísticas continuam a apresentar convencionalmente sob a forma de transações entre países, é na realidade constituída hoje por transferências de bens e de serviços dentro das mesmas empresas transnacionais. Nas próximas linhas, seguimos o raciocínio de João Bernardo praticamente na íntegra.

O *World Investment Report* de 1993 avaliou que, em 1990, um terço das exportações mundiais de bens e serviços se referia às transações no interior de firmas. Em *Global Companies and Public Policy*, publicado em 1990, De Anne Julius, antigo economista-chefe da companhia petrolífera Royal Dutch-Shell, calculou que o comércio entre sociedades e as suas filiais no estrangeiro era responsável por mais de metade do comércio total entre países da OCDE. Segundo este autor, um terço das exportações estadunidenses dirigia-se para empresas situadas no estrangeiro que eram propriedade de firmas sediadas nos Estados Unidos, e outro terço era constituído por bens que empresas estrangeiras com filiais nos Estados Unidos enviavam para os países onde tinham a sede (Bernardo, 2005).

No mesmo livro – continua Bernardo – afirma-se que em 1986 cerca de um quinto das importações dos Estados Unidos provinha de companhias de propriedade estadunidense localizadas no estrangeiro, e cerca de um terço compunha-se de bens que companhias de propriedade estrangeira situadas nos Estados Unidos adquiriram aos países onde tinham a sede. Ainda acreditando nas

estimativas de De Anne Julius, as vendas totais efetuadas pelas sociedades de propriedade estadunidense, tanto sedes quanto filiais, as sociedades de propriedade estrangeira teriam sido cinco vezes superiores ao valor convencionalmente atribuído às exportações dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que as aquisições por sociedades estrangeiras teriam sido três vezes superiores às importações realizadas pelos Estados Unidos (Bernardo, 2005).

E, entre os doze principais países da OCDE, onze teriam vendido mais nos Estados Unidos através das filiais estadunidenses de transnacionais sediadas nesses países do que através de exportações (Bernardo, 2005).

No livro publicado em 1992, *Rivals beyond trade: America versus Japan in global competition*, Dennis Encarnation, professor na Harvard Business School, chegou a valores igualmente substanciais, calculando que as transações no interior das empresas teriam representado mais de dois quintos das importações totais dos Estados Unidos e que mais de um terço das suas exportações totais teria a mesma origem. Encarnation analisou, nesta perspectiva, a assimetria das relações entre os Estados Unidos e o Japão, observando que, enquanto mais de dois terços das importações estadunidenses provenientes do Japão ocorriam no interior de companhias, este tipo de transações mal contribuía com metade das exportações estadunidenses para o Japão; e como a maioria dos movimentos ocorridos nesta direção se devia a empresas de sede nipônica, conclui-se que as filiais de transnacionais japonesas instaladas nos Estados Unidos eram os maiores exportadores deste país para o Japão (Bernardo, 2005).²⁰

²⁰ Uma análise mais profunda da história da concorrência e do monopólio demandaria uma análise extensa que não cabe nos limites deste artigo. Para as diferentes fases do capitalismo bem como a observação de que, em

Para ele, passada uma década e meia, estes valores são possivelmente ainda mais elevados, embora seja difícil o acesso a estudos atualizados.

Singer (1998a) não acredita na proposta de formação de um “mercado paralelo” e “protegido”. Para ele, não é necessário “isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção” (Singer, 1998a, p. 113). Segundo Singer,

A posição de Owen (e de Fourier, entre outros) supunha que a economia socialista deveria ser construída como um todo fechado e relativamente autossuficiente, para não ser “contaminada” pelo ambiente capitalista.

(...) A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale mostrou que os trabalhadores têm capacidade de organizar atividades econômicas segundo princípios próprios, socialistas, e que os empreendimentos cooperativos podem, em certas condições, competir vitoriosamente com empresas capitalistas pelos mercados (Singer, 1998a, p. 113).

Singer (2000) evoca o “direito de escolha” para justificar a permanência dos mecanismos de mercado.²¹ Ele se expressa nos seguintes termos:

Precisamos de mercado porque é a forma de interação que conhecemos, que permite manter as diversas burocracias separadas, evitando que um poder total se apossa da economia.

longo prazo, o monopólio e o oligopólio tendem a prevalecer sobre a concorrência, ver Marx (1966), Lenin (1991), Baran e Sweezy (1966) e Mészáros (2002).

²¹ Para outras críticas a Paul Singer, ver também Germer (2004).

Não haveria plano geral, do tipo soviético, mas planos particulares de firmas, famílias e governos a serem conciliados em mercados e no plano geral, pelo parlamento econômico. Mercados são essenciais para possibilitar ao indivíduo o direito de escolha, como trabalhador e consumidor (Singer, 2000, pp. 38-39 *apud* Carcanholo e Nakatani, 2007, p. 204).

Já os defensores das Redes de Economia Solidária (RES) acreditam que é possível “blindar” ou “isolar” a Economia Solidária dos “efeitos negativos” da “concorrência” sob os empreendimentos econômicos solidários. É evidente que os defensores das redes estão interessados na expansão e na integração entre os diversos empreendimentos da Economia Solidária. No entanto, um breve olhar para a inserção das Cooperativas, Associações de Trabalhadores e Fábricas Recuperadas nos mostraria que o capital transnacional domina praticamente todas as etapas da cadeia produtiva. Quando se tenta “integrar” ou “fechar” relações entre as Cooperativas, logo se verifica que os empreendimentos são, na verdade, concorrentes por um mesmo “mercado” ou têm um baixo grau de complementaridade.

A pesquisa de Vieitez e Dal Ri (2001) sobre as possibilidades de compra e venda entre as Fábricas Recuperadas brasileiras mostrou as impossibilidades de se tentar realizar estas operações dentro de um possível muro ou rede que isolasse e integrasse as mesmas. O critério para o estabelecimento de relações com outras empresas era a combinação de custo e qualidade, sendo ou não a empresa dos trabalhadores.

Em outros setores, principalmente no têxtil, já há tentativas de interligação dos empreendimentos econômicos solidários ao longo de uma cadeia produtiva e isso não pode

ser desprezado.²² Outras propostas tentam olhar a questão a partir do “desenvolvimento solidário local”, tentando “planejar” a produção de bens para uma determinada localidade. Melhor dizendo, tentam planejar o desenvolvimento a partir de dentro ou a partir das potencialidades de uma determinada região. Apesar de alguns avanços, como o da Justa Trama, uma cadeia de produtos feitos com algodão orgânico, há muitos limites, uma vez que “as pessoas estão tentando produzir mais barato, mas produzir para vender. O que não é realmente Economia Solidária” (Oliveira, 2002, p. 102).

Apesar de questionarem de alguma forma a propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores, os defensores das Redes de Economia Solidária e o professor Paul Singer, não vislumbram, nem sequer a título especulativo, a necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados. O “mercado” passa a ser naturalizado como algo que não pode ser superado. Poderíamos dizer que isso pode estar ocorrendo em função do contexto defensivo que vive a classe trabalhadora, no entanto, em nenhum momento tanto os teóricos da Economia Solidária quanto os movimentos sociais que a congregam sequer sinalizam teoricamente tal necessidade. Isso poder estar ocorrendo porque estamos vivenciando o avanço da barbárie social, aonde se luta para não morrer de fome e uma crise teórica da esquerda, que tenta mesclar teorias do capital com alguns princípios socialistas.

²² Uma de nossas futuras pesquisas pretende avaliar se há uma maior margem de manobra (fixação de preços, diminuição da precarização dos trabalhadores etc.) em cooperativas e associações de trabalhadores que estão constituindo redes ao longo de uma cadeia produtiva. Isso porque, nas cooperativas totalmente atreladas às corporações de tamanho grande ou médio, não há quase nenhuma margem de manobra em relação à produtividade, fixação de preços, qualidade etc., o que impossibilita ou dificulta a consecução da “autogestão”.

Vejamos, agora, de que forma a contribuição de István Mészáros poderia iluminar o tema aqui analisado.

A interpretação de István Mészáros

Os que desprezam a própria ideia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados (Mészáros, 2004).

Vimos na Introdução e no capítulo 1 que Mészáros, chamando a atenção ao fato de que a expropriação dos expropriadores deixa em pé a estrutura do capital, afirma que a questão fundamental é o “controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos” (Mészáros, 2002, p. 628). Em outras palavras, que a expropriação dos expropriadores é apenas um pré-requisito, não significando quase nenhuma alteração naquilo que é essencial, a necessidade do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados (Mészáros, 2002, p. 628). Como no lembra este autor, “o verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de ‘personificações do capital’” (Mészáros, 2002).

Lembremos que, para Marx, “a tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção”. Segundo

Mészáros, a relação de troca, a qual o trabalho está submetido, não é menos escravizante do que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio (Mészáros, 2002). Nesse sentido, nunca é demais retomar a passagem de Mészáros descrita no Capítulo 1 deste livro. Para ele:

A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloquente a esse respeito. Mas, mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela “expropriação dos expropriadores” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do “socialismo de mercado” (Mészáros, 2002, p. 629).

Vimos no capítulo 1 que Mészáros acredita que a possibilidade de uma modificação – inclusive das menores partes do sistema do capital – implica a necessidade de “ataques duplos”, constantemente renovados, tanto às “células constitutivas” ou “microcosmos” (isto é, o modo pelo qual as jornadas de trabalho singulares são organizadas dentro das empresas produtivas particulares) com os “macrocosmos” autorregulantes e aos limites

estruturais autorrenovantes do capital em sua inteireza (Mészáros, 2002, p. 630).²³

Para ele os conselhos têm um potencial mediador e emancipador ao solucionar, de forma racional, os problemas existenciais vitais dos trabalhadores, das preocupações cotidianas com moradias e trabalho, as grandes questões da vida social de acordo com suas necessidades elementares de classe (Mészáros, 2002). Vimos no capítulo 1 que Mészáros pondera que Conselhos de Trabalhadores não deveriam ser considerados a panaceia para todos os problemas da revolução; porém, sem alguma forma de autoadministração genuína, as dificuldades e contradições que as sociedades pós-revolucionárias têm que enfrentar irão se transformar em crônicas, e podem inclusive trazer o perigo de uma reincidência nas práticas produtivas da velha ordem, mesmo que sob um tipo diferente de controle pessoal (Mészáros, 2002, p. 457).

É preciso salientar que não vislumbramos o resgate dos instrumentos de planejamento no Estado, ainda que em algum momento tenhamos que a ele recorrer, mas, sim, a construção de organismos e instituições totalmente novos, criados pelos trabalhadores tendo em vista o “autogoverno pelos produtores associados”. Na América Latina, há mecanismos mais diversificados, como os sistemas participativos de gestão da saúde, gestão colaborativa do conhecimento e outros que já estão em voga e poderão ser aproveitados numa transição socialista. Borón é um bom exemplo de uma visão intermediária que não defende nem a volta ao estatismo do século 20 nem as fórmulas do tipo cooperativo. Segundo esse pesquisador, “provavelmente devemos pensar num conjunto de fórmulas mistas: em

²³ Para Mészáros, mediação e complexidade da transição não devem ser confundidas com gradualismo e reformismo.

alguns casos pode se implementar a transferência aos trabalhadores; em outros, uma transferência junto com mecanismos cooperativos entre os usuários, em outros casos novas formas de partilha entre o capital estatal, os trabalhadores, e as Cooperativas de Consumidores (Borón, 2000, p. 192). Evidentemente, observa Borón, havia muitos problemas na forma de regulação centralizada desde a cúpula que existia na América Latina e, para ele, um projeto socialista deveria implementar mecanismos de regulação localmente descentralizados, onde os setores da sociedade civil, isto é, o povo, tenha mais capacidade de efetuar os controles necessários para fiscalizar determinado tipo de bens e serviços.

Mészáros nos lembra ainda que, quando da sua constituição espontânea, em meio às importantes crises estruturais dos países envolvidos, os Conselhos de Trabalhadores tentaram se atribuir em mais de uma ocasião na história, “precisamente o papel de autoadministrador possível, a par da responsabilidade autoimposta – que está implícita no papel assumido e é praticamente inseparável dele – de executar a gigantesca tarefa de reedificar, em longo prazo, a estrutura produtiva social herdada” (Mészáros, 2002, p. 457).

Para teorizar sobre a dialética da parte e do todo, além de sinalizar a necessidade de “ataques duplos”, Mészáros se apoia na crítica de Rosa Luxemburgo (1999) a Bernstein. Para Luxemburgo, o problema das Cooperativas não está na falta de disciplina dos trabalhadores, tal como advogava Bernstein. A contradição das Cooperativas é que elas têm que governar a si com o mais extremo absolutismo.²⁴ Nelas, os trabalhadores são obrigados a assumir o papel do empresário capitalista contra si próprios

²⁴ Lembremos que para Luxemburgo uma cooperativa usa todos os métodos que lhe permitem enfrentar seus competidores no mercado.

– uma contradição que responde pelo fracasso das Cooperativas de Produção, que ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam por se dissolver.

Sendo assim, poderíamos interpretar a obra de Mészáros (2002), quando esse sinaliza a necessidade de ataques duplos. Por um lado, a necessidade do controle coordenado da produção através da democracia substantiva dos produtores. Para o caso das Fábricas Recuperadas, o controle global da indústria pelos produtores associados, e não apenas de fábricas isoladas, e a necessidade de mudanças qualitativas nos microcosmos, ou seja, dentro dos muros dessas fábricas.²⁵

Sobre a relação entre alienação, propriedade e o pequeno controle que os trabalhadores exercem sobre seu trabalho em cada empresa, Mészáros afirma que a alienação reforçada institucionalmente dos meios e do material de trabalho do trabalhador constitui apenas pré-condição material da articulação capitalista fragmentadora e homogeneizadora do processo de trabalho e da complexa subjugação do trabalhador ao comando do capital como “trabalhador avulso”, preso ao controle das funções produtivas infinitesimais, e sem qualquer controle sobre a distribuição da produção social total (Mészáros, 2002, p. 629).

Já sobre os Conselhos de Trabalhadores, conforme vimos na citação anterior e na ideia exposta a seguir, esses devem cumprir o papel de mediadores materiais efetivos entre a ordem antiga e a ordem socialista almejada. Isso porque o sistema do capital é um modo de controle global-

²⁵ Para a análise destas questões teóricas dentro dos processos históricos das Fábricas Recuperadas e Cooperativas Populares, ver Novaes (2007), Faria (2005) e Tiriba (2002).

universalista que não pode ser historicamente superado exceto por uma alternativa sociometabólica igualmente abrangente (Mészáros, 2002, p. 599).

E conclui observando que, enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem ocupadas de forma efetiva e exercidas autonomamente pelos produtores associados, mas deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado, ou seja, um novo tipo de personificação do capital, o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si, mantendo materialmente e, dessa forma, estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade (Mészáros, 2002, p. 601). Mészáros confere aos Conselhos de Trabalhadores e outras formas de mediação o papel na busca de um “planejamento autêntico”. Nesse sentido, para ele, todas as funções de controle do sociometabolismo devem ser progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos produtores associados pois, na falta disso, o comando das determinações produtivas e distributivas da reprodução social continuará sob a égide do capital.

Burawoy (1990a, p. 201) cita o exemplo da Argélia durante os anos de 1961 e 1964, país onde a “autogestão” afetou somente aqueles setores marginais da economia que eram administrados pelos colonos. O controle operário não tocou nas indústrias nacionalizadas, nos campos de petróleo, muito menos nas empresas estatais. O destino da “autogestão” foi lacrado (*sealed*) devido à “falha” dos trabalhadores e camponeses em ampliar seu controle para além dos pequenos negócios e fazendas herdadas dos colonos. Em alguns setores, os comitês de gestão controlaram prosperamente as “relações na produção”, mas isso perdeu significado devido à falta de habilidade para controlar as “relações de produção” entre as empresas e entre as empresas e os consumidores bem como a

distribuição da mais-valia entre as empresas e o Estado (Burawoy, 1990a). Burawoy conclui que “a conquista dos aparatos de produção somente torna-se significativa em conjunção com a conquista dos aparatos do Estado. Mas quando são feitas mudanças nesta direção, como aconteceu no Chile, o Terceiro Mundo sempre tem o apoio das sanções políticas e econômicas internacionais do capitalismo, esperada ou inesperadamente” (Burawoy, 1990a, p. 202).

Se os trabalhadores administrarem as fábricas através de decisão democrática, tal como enfatiza a Economia Solidária, apesar de haver a possibilidade de autoadministração dos assuntos cotidianos, o Estado, ou algum órgão estranho aos trabalhadores, ainda continuará estipulando as condições das fábricas: o que será produzido, com quais materiais, de qual fonte etc. Em resumo, os trabalhadores não continuam decidindo o que produzir, para quê produzir e para quem produzir. No entanto, se os órgãos de mediação estiverem sujeitos à influência de “baixo”, por meio dos mecanismos de participação dos conselhos fabris e de coordenação global da produção, os trabalhadores conseguirão atingir graus crescentes de controle social sobre suas próprias vidas.

Harry Magdoff (2002) também nos ajuda a elucidar os problemas do planejamento, particularizando para o caso da URSS, numa entrevista onde relatou sua conversa com Che Guevara, quando o último esteve nos Estados Unidos:

Eu disse a Che: “o importante é que, quando os planos são feitos, os planejadores, aqueles que propõem as direções e números, deveriam se aplicar a pensar nas alternativas políticas reais à luz de condições práticas”. Nesse ponto, Che riu e disse que quando estava em Moscou, seu anfitrião Kruschev, que era então chefe do partido e do governo, levou-o a ver lugares como um turista

político. Rodando pela cidade, Che disse a Kruschew que gostaria de se encontrar com a comissão de planejamento. Kruschew disse: “*Por que isso? Eles não passam de um bando de contadores*”.

Mészáros (2004) comenta esta entrevista de Magdoff e traça as seguintes linhas: “O fracasso do planejamento soviético – adotado em toda a Europa oriental –, e com ele o fim dos sistemas de tipo soviético, foi determinado pela imposição *de cima* por um corpo “separado” de decisão, pelas ordens crescentemente problemáticas que até mesmo aquele “bando de contadores” era obrigado a aceitar sem discussão, sendo que os próprios produtores nunca eram consultados, a não ser mediante o ritual anual de “aprovação entusiástica” (Mészáros, 2004, p. 45).

As decisões eram autoritárias também no sentido de que não permitiam “a revisão e a alteração das projeções depois de o plano estar legalmente codificado, geralmente com consequências extremamente dolorosas para as pessoas envolvidas” (Mészáros, 2004, p. 45).

A visão de Ernest Mandel

Para E. Mandel, como vimos na epígrafe deste capítulo, um dos “axiomas burgueses” é a proposta de conciliação de socialismo com “mercado”. Talvez seja por isso que o grupo coordenado por Chasin deu à tradução do artigo de Mandel, intitulado em inglês *In defense of socialist planning*, o título de “Socialismo x mercado”, por verificar essa contradição em termos. Neste artigo, Mandel derruba as ideias contrárias ao “planejamento democraticamente

centralizado” (Mandel, 1991, p. 83), principalmente criticando o socialista de mercado Alec Nove.²⁶

Segundo Mandel, os argumentos de Nove – em “A economia do socialismo viável” – rejeitam a proposta marxista de construção do socialismo sem produção de mercadorias. A combinação de mercado e socialismo leva Nove inevitavelmente a “contradições desconcertantes” (Mandel, 1991, p. 91). Para Mandel, planejamento não é sinônimo de “perfeita” alocação dos recursos, nem da alocação científica, nem sequer de uma alocação “mais humana”. Para ele, o termo designa uma alocação “direta”, *ex-ante* (Mandel, 1991, p. 17). Por isso, é o oposto da alocação via mercado, que é *ex-post*.

Poderíamos então perguntar: quais são as formas de se adaptar a produção ao consumo?

Para Mandel, existem duas opções. Numa delas, tais necessidades são entendidas como dadas desde o início, aferidas *ex-ante* pelo corpo social dominante, e a produção é então organizada para satisfazê-las, ou, de modo diverso, supõe-se que elas sejam desconhecidas ou de qualquer modo incertas, cabendo ao “mercado” as revelar *ex-post* através dos dispêndios da demanda efetiva.

Apesar de reconhecer que os mecanismos de “mercado” não se encontram na totalidade da economia capitalista, como vimos anteriormente, Mandel acredita que o mercado deve ser totalmente substituído pela “autogestão articulada dos produtores” (Mandel, 1991, p. 71). O problema poderia ser colocado com o seguinte questionamento: “como aumentar a satisfação das

²⁶ Para saber mais sobre a concepção de planejamento da produção e o papel do mercado para E. Mandel, Alec Nove e Elson, ver Marques (1998). Para as críticas de Mandel a Nove, ver Mandel (1991). Para as críticas de Mészáros a Nove e seu “guru” Brus (1973), ver Mészáros (2002 – capítulo 5 e capítulo 20) e a Introdução do livro *O poder da ideologia* (Mészáros, 2004).

necessidades básicas de consumo e reduzir a carga e a alienação do trabalho dos produtores diretos?” (Mandel, 1991, p. 72).

A “autogestão” articulada dos produtores poderia trazer para a realidade tais metas, desde que os trabalhadores sejam participantes ativos – e não meramente consultados – no processo de tomada de decisões e da administração direta da economia e da sociedade. Segundo Mandel, “a administração não seria monopólio do ‘nível central’, nem tampouco a autogestão seria confinada ao nível (*sic*) do local de trabalho. Ambas seriam mescladas tanto em nível (*sic*) central quanto descentralizadamente” (Mandel, 1991, p. 79).

A “autogestão” democrática não quer dizer que todos decidam sobre tudo. Determinadas decisões podem ser tomadas em nível do posto de trabalho, da fábrica, do bairro, regional, nacional e mundialmente (Mandel, 1991).²⁷ Veremos no próximo capítulo que Tragtenberg (2005) se posiciona neste debate de uma forma um pouco diferente. Ele “puxa” o debate para a relação entre participação na fábrica e ausência de controle por parte dos trabalhadores das decisões vitais da sociedade. Ele divide sua análise de política da participação na fábrica e na sociedade entre a “ótica dos trabalhadores” e a “ótica empresarial”. Na ótica dos trabalhadores, o participacionismo teve como motor os “Delegados de Pessoal”, criados por ocasião da Frente Popular de 1936 na Espanha. Eles se constituíram num instrumento da classe trabalhadora para controlar a produção e decidir democraticamente o papel das empresas na sociedade (Tragtenberg, 2005). Para ele, a “participação autêntica” é aquela “onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem

²⁷Para mais detalhes da obra de Mandel, ver Marques (1998).

condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado” (Tragtenberg, 1987, p. 30).²⁸

Bettelheim, Mészáros, Mandel e Tragtenberg, apesar das especificidades de cada um, não se contentam com o controle de algumas fábricas, posicionando-se, cada qual à sua maneira, em defesa do controle da sociedade pelos trabalhadores.²⁹ Se, para algumas vertentes da Economia Solidária, autogestão significa propriedade coletiva dos meios de produção e decisão democrática na fábrica, para os primeiros não significa somente isso, mas fundamentalmente o autogoverno pelos produtores associados.

Aqui, não custa repetir o que pensavam os poloneses sobre a autogestão:

A proposta autogestionária significava o controle direto da produção e, portanto, o controle da economia pelos trabalhadores. Não significava apenas o controle das empresas. Não bastava que os trabalhadores elessem, ao nível (*sic*) da empresa, os seus dirigentes. Isto representaria o risco de criar o que os poloneses chamam de “propriedade de grupo”. Seria transformar os trabalhadores de uma determinada fábrica, de uma determinada organização, em seus proprietários, e dessa forma colocá-los defendendo seus interesses privados contra os interesses mais gerais da sociedade (Bresser Pereira, 1987, p. 108).

²⁸ Tragtenberg (1987) analisa o planejamento socialista da produção durante a Revolução Espanhola (1936-1939).

²⁹ Sobre as diferenças entre Bettelheim e Mandel no debate sobre a planificação em Cuba, ver Carcanholo e Nakatani (2007).

Considerações finais

Procuramos elucidar neste capítulo, a partir de algumas impressões sobre o debate atual na Economia Solidária, a imprescindível necessidade de construção histórica da coordenação global da produção pelos produtores associados. Trata-se, evidentemente, de uma crítica ao rejuvenescimento das propostas “socialistas de mercado”. A nosso ver, muito mais que uma “falha” na argumentação sobre o tema Mercado x Planejamento ou Mercado e Planejamento, a abordagem teórica de uma vertente da Economia Solidária, em especial a de Paul Singer, é fruto de uma crise ideológica, uma crise que não vê mais as virtudes do planejamento socialista.

Vimos que Paul Singer é adepto da “concorrência”, seja entre empresas convencionais e Cooperativas – o que é –, num primeiro momento, seja entre as Cooperativas, num segundo momento, o que deveria ser. Ao não vislumbrar o planejamento da produção, tendo em vista a produção de valores de uso, a Economia Solidária realiza uma crítica parcial, senão incompleta ao sociometabolismo do capital. O desafio de construir uma sociedade sem classes sociais, sem Estado, totalmente desmercantilizada e governada pelos produtores associados é urgente neste início de século. Acreditamos que é impossível contemplar todos os autores e correntes do marxismo que deram uma contribuição fundamental sobre a necessidade do planejamento socialista da produção pelos produtores associados numa possível e necessária transição socialista. Ainda assim, resolvemos dar alguns passos neste sentido, ao resgatar a obra de alguns autores, principalmente de István Mészáros.

Da mesma forma como é impossível construir o socialismo em um só país, não existe construção de

socialismo numa só empresa, o que nos leva a crer que deve haver um processo de ocupação generalizado e o convencimento político de que outro mundo é possível e necessário. Se isso acontecer, a autogestão poderá florescer e deixar de ser *exótica*, quer dizer, apenas para casos isolados. De acordo com Ricardo Antunes, enquanto a autogestão não atacar os centros nevrálgicos da acumulação de capital, pouco se pode esperar dela. A representação de uma semente num terreno inadequado nos parece elucidativa para colocarmos nossas últimas reflexões:

Las empresas en cogestión son, por así decirlo, como una semilla de socialismo en un entorno hostil: el capitalismo. Si plantas una semilla en un terreno inadecuado para ella y en unas circunstancias climatológicas difíciles y no le prestas, además, los cuidados precisos, la semilla no crecerá o crecerá enferma. Las semillas de Invepal, Inveval [empresas venezolanas] sólo podrán desarrollarse plenamente si el resto de la economía avanza en la misma dirección. Sólo estatizando la banca, los monopolios y los latifundios bajo control obrero podremos garantizar el terreno y el clima adecuados para el desarrollo de un nuevo modelo de relaciones productivas y que la competencia, la lucha salvaje por los mercados y el beneficio privado propios del capitalismo son eliminados (Moreno e Sanabria, 2006).

Acreditamos que as Cooperativas e Associações de Trabalhadores tendem a degenerar no capitalismo, ainda mais nesta fase de “acumulação flexível”, caracterizada pela precarização e superexploração da força de trabalho. No máximo, podem sobreviver.

Para que o cooperativismo e o associativismo de trabalhadores possam florescer, eles devem se inserir numa

proposta de construção de uma sociedade “para além do capital” e, para isso, faz-se necessário retomar o debate sobre a coordenação da produção pelos produtores associados.

3

A participação do trabalhador na fábrica: contrastes entre as propostas do modelo japonês e as propostas autogestionárias³⁰

Introdução

Antes de prosseguir, é importante destacar uma preocupação presente em nossos estudos: a facilidade com que a pedagogia toyotista se apropria, sempre do ponto de vista do capital, de concepções elaboradas pela pedagogia socialista e, com isso, estabelece uma ambiguidade nos discursos e nas práticas pedagógicas. Essa apropriação tem levado muitos a imaginar que, a partir das novas demandas do capital no regime de acumulação flexível, as políticas e as propostas pedagógicas passaram a contemplar os interesses dos que vivem do trabalho, do ponto de vista da democratização. Assim é que categorias clássicas da pedagogia (só possíveis de objetivação plena em outro modo de produção) passaram a fazer parte do novo discurso pedagógico: formação do homem em todas as suas dimensões de integralidade com vistas à politecnia, à superação da fragmentação do trabalho em geral e em decorrência do trabalho pedagógico, ao resgate da cisão

³⁰ Publicado na *Revista Sociologias*, UFRGS, junho de 2010.

entre teoria e prática, à transdisciplinariedade, e assim por diante.

Torna-se necessário desemaranhar este cipóal e estabelecer os limites da pedagogia toyotista, para que se possa avançar na construção teórico-prática, nos espaços da contradição, de uma pedagogia de fato comprometida com a emancipação humana (Acácia Kuenzer, 2003).

Este capítulo pretende desmistificar o caráter aparentemente radical das políticas de *participação* dos trabalhadores nas empresas que vêm sendo adotadas pelo capital principalmente nos últimos 40 anos. Para isso, contrastamos esta participação com a propugnada pelos adeptos da *autogestão*.

Um olhar superficial nos deixaria a impressão de que os empresários estão promovendo políticas de participação do trabalhador na empresa que os levariam a *cavar a sua própria cova*. Ou, nas palavras de Frigotto (1995), como se eles estivessem fora da relação social de produção capitalista, o que o leva a perguntar: “os homens de negócio mudaram suas concepções e seus interesses? Ou estamos diante de transformações que mudam efetivamente dentro da relação capitalista, sem, contudo, alterar a natureza desta relação?” (Frigotto, 1995, p. 55).

Para Tragtenberg, “a linguagem tecnocrática emprega o termo inovação em lugar de mudança. Sucedem-se revoluções organizacionais que nada mudam, revoluções filosóficas que são revoluções filológicas” (Tragtenberg, 2005, p. 54). Nesta linha de raciocínio, o autor afirma que:

a exploração do trabalho no capitalismo desenvolvido, especialmente nos EUA, na sua prática, ainda está sob o signo do taylorismo, embora a retórica dominante do discurso administrativo patronal seja “sistêmica”, ou

“relações humanas”, ou de “desenvolvimento organizacional” (Tragtenberg, 2005, p. 121).

No que se refere à relação interempresas, muitos estudos procuram evidenciar as mudanças proporcionadas pela reestruturação produtiva, principalmente no que se refere aos processos de terceirização e inclusive de quarteirização (Leite, 2003; Kuenzer, 2003; Lima, 2001).³¹ Tendo em vista a relação Estado-Sociedade, Emir Sader aponta que estamos diante do Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital. A partir da década de 1970, mas principalmente nas décadas posteriores, as grandes corporações transnacionais vão ganhando maior poder de determinação dos rumos do capitalismo, em contraste com a fase anterior (1945-1973) onde o Estado-Nacional dos países capitalistas desenvolvidos, em particular sob a égide da social-democracia europeia, conseguia exercer uma regulação entre capital e trabalho. A partir de 1973, o que presenciamos é a crescente apropriação dos fundos públicos pelo capital (Frigotto, 1995) e a forte intervenção do Estado para garantir as condições de acumulação de capital financeiro.

Tendo como referência esse quadro, é que este capítulo analisa as políticas de participação do trabalhador na empresa. Acreditamos, como sugere Tragtenberg, que nenhuma forma de organização do trabalho supera radicalmente a divisão do trabalho anterior, mas se sobrepõe a mesma (Bruno, 2006), promovendo mudanças marginais sem que se altere a essência da relação social capitalista, que é baseada na exploração da força de trabalho pelo capital.

³¹ Para a sistematização e as controvérsias deste debate, ver Leite (2003), Invernizzi (2004) e Salerno (2004).

Disso decorre nossa inquietação: em que medida as propostas “participacionistas” atualmente em voga têm um caráter de fato emancipatório? O modelo japonês supera radicalmente – no sentido de ir à raiz dos problemas – o taylorismo-fordismo ou trata-se de uma mudança que não altera a natureza da relação de classes no capitalismo, como sugerem Frigotto e Tragtenberg?

Nesta introdução, já cabe adiantar que, para autores como Hirata (1990), os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) não representam de forma alguma “uma produção controlada pelos trabalhadores, mas, sim, uma organização [informal] em pequenos grupos para discutir e resolver problemas diagnosticados no local de trabalho”. Para ela, os CCQs diferem das propostas autogestionárias “pela própria natureza e não só em grau (Hirata, 1990, p. 136 – grifo nosso).

Para Tragtenberg (2005), as propostas ensejadas pelo capital, a partir dos anos de 1960, que vão desde políticas de estímulo à participação do trabalhador nas decisões de assuntos “marginais” até a participação nos lucros e resultados, são, na verdade, uma “pseudoparticipação”, pois quem de fato participa e controla a produção nesta nova fase de acumulação é o capital financeiro.

No nosso entender, a “apropriação” do discurso socialista pelo capital e sua ressignificação é, no mínimo alarmante, como sugere Kuenzer (2003) na epígrafe deste capítulo.³² Com o objetivo de trazer para o debate os argumentos daqueles que estão desemaranhando este cipocal, o capítulo contrasta e delimita as propostas

³² Quando nos referimos ao discurso socialista, estamos nos espelhando em Marx e os críticos da organização do trabalho capitalista. Aliás, não podemos nos esquecer que Lenin admirava Taylor e aplicou os seus princípios, métodos e técnicas no processo de trabalho na antiga URSS. Sobre isso, ver Bryan (1992) e Novaes (2007).

participacionistas vislumbradas pelo capital nesta nova fase histórica com as propostas de participação voltadas para a construção de uma sociedade governada pelos produtores associados.

Aqui, uma dificuldade deve ser evidenciada. Acreditamos que o processo de trabalho no capitalismo é moldado pela luta capital-trabalho. Nesse sentido, os trabalhadores conformam as iniciativas dos empresários da mesma forma que os capitalistas moldam as iniciativas da classe operária, o que torna difícil explicitar os limites de cada proposta de participação. Isso nos leva a crer que nunca haverá numa empresa um processo “totalmente puro” que possa ser entendido como uma iniciativa dos capitalistas ou dos trabalhadores.³³ O “produto” da luta de classes no chão de fábrica, por estar sempre sendo construído e reconstruído, será o resultado desta luta contínua; o que dificulta a análise dos avanços e retrocessos para a emancipação dos trabalhadores.

Para Frigotto, os avanços e retrocessos “teimam em existir na mesma totalidade e num mesmo processo histórico e sua definição se dá pela correlação de força dos diferentes grupos e classes sociais” (Frigotto, 1995, p. 144). Porém, por mais que haja luta no processo de trabalho, as classes não têm o mesmo poder de intervenção no processo de trabalho (Noble, 1979; Novaes, 2005, Dagnino, 2006) e o poder da ideologia atua no sentido de “evitar” essa luta (Mészáros, 2004).

Dois pontos adicionais precisam ser enfatizados nesta introdução. Sobre a palavra “autogestão”, Valeska Guimarães *et al.* (2004) já constataram sua polissemia. Alguns utilizam a palavra para caracterizar as Fábricas Recuperadas (FRs), as Cooperativas de Trabalhadores etc.

³³ Sobre este debate, ver Novaes, Assis e Dagnino (2004), Leite (1994) e Noble (1979).

Neste caso, essas autoras preferem usar a expressão “empreendimentos com características autogestionárias”. Usaremos a palavra “autogestão” para designar “processos mais amplos da vida”, como sugere Tiriba (2001) numa palestra na UFMG:

Particularmente, prefiro não adjetivar um empreendimento de “autogestionário”. Talvez fosse um pouco mais humilde de nossa parte dizer que nestes processos produtivos [de cooperativas populares, fábricas recuperadas] os trabalhadores se inspiram nos princípios da autogestão para poder repensar a organização do trabalho. Penso que chamar, de antemão, esses processos de autogestionários é reduzir o significado da autogestão a um processo que é vivido apenas entre as quatro paredes de um estabelecimento. Como vimos em outras mesas deste seminário, a autogestão diz respeito aos processos mais amplos da vida (Tiriba, 2001, s/nº).

Concordamos, então, com Guimarães, Korosue e Corrêa (2004, p. 5) que a “autogestão não pode ser resumida apenas aos limites das empresas”. Contudo, quando nos remetemos à “autogestão” nas empresas, iremos adotar, como essas autoras, o “sentido estrito do termo” para poder abordar a “autogestão e seu conteúdo numa dimensão microeconômica, ou seja, no interior das organizações” (Guimarães *et al.*, 2004, p. 5). Nesse caso, iremos estranhar a palavra através das aspas.

Mészáros (2002), Burawoy (1990a), Bettelheim (1979), J. Faria (1987) e Guillermin e Bourdet (1976), entre outros, cada qual a sua maneira, também não acreditam que a *autogestão* deva ser resumida ao seu sentido *estrito* (Novaes, 2008). Eles ressaltam que a participação do trabalhador deve ocorrer não somente dentro dos muros

das fábricas, mas deve ser substancialmente de outra natureza, radicalmente distinta do tipo de participação estimulada pelo capital e até mesmo por muitos sindicatos.³⁴

O segundo ponto é que este capítulo faz parte de uma pesquisa que resultou na tese *A relação universidade-movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas* (Novaes, 2010). Um dos objetivos era observar e refletir que tipo de concepção de participação e qual “arsenal teórico” os assessores (engenheiros etc.) de FRs deveriam ter em mente ao realizarem seu trabalho. Nosso interesse sobre o tema decorreu de uma entrevista que fizemos com um consultor de uma FR. Inquietou-nos o fato de que este consultor possuía em sua mesa (em que decidia sobre os aspectos de sua consultoria à FR) um livro sobre as técnicas japonesas e disse que iria utilizar na FR “todo aquele arsenal”. Imediatamente nos veio a pergunta: as ferramentas utilizadas pelo modelo japonês são neutras? Elas servem para os propósitos da “autogestão” nas fábricas de trabalhadores? Antes de tentar responder esta questão (que, é claro, não foi por nós formulada ao consultor), nos propusemos dar um passo atrás e escrever este capítulo. Depois de concluída esta etapa da pesquisa, iremos abordar os possíveis motivos que levam esses consultores a tentar adotar as técnicas japonesas em FRs.

O capítulo foi estruturado da seguinte forma. Para analisar as diferentes propostas de participação, que vão desde as estratégias gerencialistas para cooptar a força de trabalho até as propostas de participação para construir a

³⁴ Talvez tenha sido por essa dificuldade que preferimos importar a expressão “Fábricas Recuperadas” da Argentina e Uruguai, em vez de usar a palavra empreendimentos de autogestão ou empresas de autogestão que vem sendo disseminada no Brasil. Para ver a forma como a palavra autogestão foi apropriada e ressignificada no Brasil, ver Faria (2005).

autogestão, faremos uma breve análise de política da participação dos trabalhadores na empresa. O texto possui um caráter de sistematização da bibliografia sobre as diferentes concepções de participação dos trabalhadores na fábrica. Encerramos o artigo com algumas considerações sobre esta parte da pesquisa.

Uma análise da participação do trabalhador na fábrica

De acordo com Storch (1985), nunca se sabe se as propostas de participação serão “boas” ou “ruins” para os trabalhadores, o que nos leva a crer que devemos destrinchar e analisar os seus propósitos. É esta a intenção desta seção.

Pateman (1992), refletindo sobre as implicações do tipo de participação na empresa e na sociedade, enfatiza que muitos autores não incluem como *participação* situações como as seguintes: a) quando um indivíduo apenas toma parte numa atividade do grupo; b) quando apenas é informado sobre uma decisão que o afeta antes que seja executada; c) quando está presente em uma reunião, mas não exerce influência alguma.

Para Pateman (1992), influência e poder não têm o mesmo significado, porquanto “estar em posição de influenciar uma decisão não é o mesmo que estar em posição (ter o poder para) determinar o resultado ou tomar essa decisão” (Pateman, 1992, p. 96).

Segundo Pateman (1992), existem duas formas de participação, a parcial e a plena. A primeira ocorre nas situações em que os trabalhadores podem influenciar as decisões, mas a prerrogativa da decisão final permanece com a direção da empresa. É dela o poder e o controle sobre

a decisão final. A participação plena acontece quando cada membro isolado de um corpo deliberativo tem igual poder de determinar o resultado final da decisão: “Neste tipo de situação, não existem dois lados com poderes desiguais de decisão, mas um grupo de indivíduos com poderes iguais para decidir” (Pateman, 1992, p. 98).

Importa, também, distinguir os níveis decisórios em que a participação se efetiva. Alguns autores, como Connerley (1974) e Pateman (1992), preferem distinguir apenas dois níveis: a) níveis mais baixos, nos quais ocorrem as decisões rotineiras que afetam as condições de trabalho, o nível de produção, a atribuição e a execução de tarefas; b) alto nível, associado às decisões mais importantes da empresa (estratégicas), que possuem consequências em longo prazo, como a definição das suas políticas e diretrizes gerais.

Outros autores discriminam os três níveis organizacionais em que a participação pode ocorrer: operacional, tático e estratégico (Storch, 1985). A participação pode se limitar a determinado(s) níveis ou atingir todos os níveis (Guimarães, 1995).

Quanto à base formal em que se assenta a participação, duas formas distintas podem coexistir: as legalmente estabelecidas e as voluntárias, categorizadas por alguns como, respectivamente, ou formal, e “de facto” ou real. A participação “de jure” é estabelecida a partir dos sistemas legais e formais, incluindo as normas operativas e regras escritas, no âmbito da empresa e fora dela. A participação “de facto” ou real, ao contrário da anterior, não está prescrita formalmente e depende da capacidade efetiva dos trabalhadores em se organizar para atuar sobre o processo decisório (Guimarães, 1995, p. 84).

As estratégias do capital: aumento da produtividade e apropriação do saber tácito

De acordo com Burawoy (1990b), no século 20, o capital encontrou diversas formas de controle da força de trabalho. Andrew Friedman (1977) contestou a visão unilinear de Braverman (1987) sobre a degradação do trabalho e ressaltou a importância da resistência operária na configuração de duas estratégias gerenciais: controle direto e autonomia responsável. Se o controle direto leva necessariamente à desqualificação, a autonomia responsável atrela os operários aos interesses do capital permitindo-lhes um controle limitado sobre as tarefas e uma unidade também limitada entre concepção e execução. No período inicial do capitalismo, a autonomia responsável era um legado do passado e tomou a forma de controle de ofício, enquanto no capitalismo monopolista passa a ser uma estratégia gerencial consciente, de prevenção contra a resistência operária (Burawoy, 1990b).

Segundo Faria (2004) e Guimarães (1995), é possível traçar uma diferença entre as estratégias do capital (gerenciais) e as estratégias dos trabalhadores. Nas estratégias do capital a questão central é a manipulação do trabalhador para que a empresa atinja a eficácia máxima dos resultados organizacionais.

As estratégias da gerência atacam – como não poderia deixar de ser – os sintomas da alienação e não as suas causas. Nelas podem ser enquadradas, as propostas de criação de CCQs, *Kanban* e as estratégias *enriquecedoras* de cargos, sendo a participação não um direito do trabalhador, mas, sim, uma arma do capital para comprar a “alma do trabalhador” (Silva, 2001) ou um meio de regulação de conflitos uma vez que já não é mais possível

administrá-lo através da coação física, como sugere Motta (1982).

Para Tragtenberg (2005), trazendo este debate para os anos de 1960-1970, “o fato é que no período de capitalismo monopolista de Estado, tanto na empresa quanto no Estado, a burguesia reforça o caráter autoritário do Estado, de um lado; de outro, intensifica a pressão ideológica mediante ‘panaceias’ administrativas que se constituem em pseudogestão e pseudoparticipação” (Tragtenberg, 2005, p. 111).

Em perspectiva histórica, Tragtenberg narra os motivos que levaram à mudança da estratégia empresarial:

Na década de 1950, com o aumento dos técnicos, engenheiros e trabalhadores do terciário, e maior desgaste nervoso no trabalho, a aplicação de relações humanas coloca-se imediatamente. É o período em que surgem obras sobre relações industriais, sugerindo a diplomacia em lugar do autoritarismo nas relações patrão-operário. Na França, a “humanização do trabalho”, na Itália, sob influência católica, com o lema “humanização na empresa”; na Alemanha, pelas técnicas de cogestão, as relações humanas têm uma vida transfigurada (Tragtenberg, 2005, p. 32).³⁵

É interessante destacar que a onda participacionista, surgida na França, foi precedida de uma série de decretos que ia contra os assalariados. Tais decretos levaram à alta dos preços em detrimento dos assalariados e aposentados, anulando cláusulas que estabeleciam correspondência entre salários e preços. Aumentaram as taxas de juros, tarifas de transportes e

³⁵ “Como os trabalhadores da automobilística veem a teoria das relações humanas? Como uma forma de tirar mais leite, formando vacas alegres” (Tragtenberg, 2005, p. 36).

correios. Verificou-se, em suma, uma ação ofensiva contra o nível de vida dos trabalhadores (Tragtenberg, 2005).

Tragtenberg observa também que as estratégias de geração de consentimento na fábrica, via participação, e a associação entre trabalhadores e capitalistas, não são muito novas. Pela sua importância, esse longo trecho do autor merece destaque:

A ideia de que patrões e assalariados devam ser considerados como “associados” mediante uma “participação dos trabalhadores” nos lucros não é nova. Em 1838, o Conde de Laborde já sugeria isso, no reinado de Luis Felipe. Em 1844, a Sociedade de Economia Política discutia esse tema: “Que se deve pensar da participação nos lucros como meio de evitar as greves?” Em 1891, o Marquês de La Tour du Pin elaborou projetos que consideravam a empresa como associação entre capital e trabalho (...) Na escala social, a “associação capital e trabalho” mascara a exploração do trabalho pelo capital e tem por fim encerrar os assalariados no horizonte da empresa, pondo-os em concorrência uns com os outros, para maior proveito da classe capitalista em seu conjunto, levando o assalariado a criar um valor suplementar para além do valor relativamente mínimo que corresponde ao salário (Tragtenberg, 2005, p. 107).

Podemos dizer que Tragtenberg divide sua análise da participação na fábrica entre a ótica dos trabalhadores e a ótica empresarial. Na ótica dos trabalhadores, tema da nossa próxima seção, o participacionismo teve como motor os “Delegados de Pessoal” criados por ocasião da Frente Popular de 1936 na Espanha. Eles se constituíram num instrumento da classe trabalhadora para controlar a

produção e decidir democraticamente o papel das empresas na sociedade (Tragtenberg, 2005).

Na ótica dos empresários não se aceita dividir a autoridade na empresa. Eles aceitam o participacionismo nas trocas de informações, admitem a consulta, a delegação de responsabilidades, sem colocar em xeque a decisão. É por isso que para os trabalhadores o participacionismo aparece como a “nova ratoeira do capital” (Tragtenberg, 2005, p. 109).

A participação dos trabalhadores na discussão da produtividade, entre outros aspectos, é uma “técnica utilizada para enganar o público e dar impressão, à mão de obra, de que ela possui papel importante nas decisões, o que é uma farsa” (Tragtenberg, 2005, p. 35).

Ricardo Antunes (2007) considera que a implantação dos métodos participativos é parte do intento do capital de criar o “envolvimento” dos trabalhadores, na verdade, adesão e sujeição dos mesmos aos planos das empresas.

É lógico que, comparada à direção patronal de direito divino, a participação ou a cogestão aparece como algo renovador, sugere Tragtenberg. Contudo, “a legalização dos conselhos de empresa ou sua seção sindical, o direito de reunir-se regularmente na mesma não são suficientes para garantir uma espécie de ‘dualidade de poder’ na empresa” (Tragtenberg, 2005, pp. 109-110).

É por isso que Tragtenberg (2005) afirma que a impossibilidade de uma gestão real dos meios de produção pela mão de obra significa na prática, via instrumentos como a “pseudoparticipação”, um reforço do modo de produção capitalista. Em outras palavras, como as empresas no capitalismo não são geridas pelos próprios produtores, a “participação” e o “diálogo” tomam a forma de extração do conhecimento operário visando arrancar maior produtividade (Tragtenberg, 2005).

Outra estratégia utilizada pelos empresários é a participação nos lucros. Para Tragtenberg, o assalariado é levado a trabalhar com mais intensidade, intensificando sua exploração, sem um aumento correspondente na sua remuneração real, na esperança de obter uma fração do lucro (Tragtenberg, 2005, p. 107).³⁶

No livro *A fábrica como agência educativa*, Silva (2005) caminha na mesma direção que Tragtenberg. Ele afirma que a ideologia da empresa flexível avança no momento em que o processo de (des)construção da sociedade de bem-estar social coloca-se como uma inevitabilidade histórica e concorre, de maneira acelerada, para a redefinição da forma de exploração do trabalho. Emerge, no final do século 20, um novo fenômeno conhecido como “flexploração” e precarização do trabalho, isto é, gestão racional da força de trabalho por meio da insegurança, do medo de perder o emprego (Silva, 2005).

Para Tragtenberg (2005) e Silva (2005), dentre outros, a fábrica não é somente uma instituição voltada para a extração do trabalho excedente, mas também um aparelho ideológico. Neste sentido, o conselho de fábrica atua como agente de “tranquilização” e “pacificação” social, tornando-se um dos instrumentos de manipulação ideológica.

³⁶ Um estudo [Dieese, 2006] sobre a Participação nos Lucros ou Resultados (PLRs) é elucidativo. Comentando o estudo, afirma a *Folha de S.Paulo*: “O que mais chamou a atenção dos especialistas [do Dieese] foi o fato de a conquista da PLR estar associada à realização de greves. No setor industrial, por exemplo, a busca de divisão de lucros motivou 33,7% das greves que ocorreram em 2005”. Em entrevista a *Folha de S.Paulo* (2006), Daniel Huertas, técnico do Dieese responsável pela pesquisa, afirma que “esse percentual ultrapassou até a motivação de fazer paralisações por reajustes salariais, que foi de 31,4% em 2005”. Esses dados dispensam comentários. Eles ilustram bem o poder de atração que as PLRs exercem sobre a classe trabalhadora.

O toyotismo – ou ohnoísmo – cria, na realidade, um trabalhador pluriparcelar engajado e flexível. A fábrica, mediante uma pedagogia participativa, apropria-se do saber tácito e da subjetividade humana levando à intensificação do ritmo do trabalho ao paroxismo nas empresas de produção discreta (Silva, 2005).³⁷

Para Tragtenberg, o capital percebeu que se os grupos informais não podem ser destruídos, “manda a boa técnica das relações humanas que sejam “reconvertidos” (Tragtenberg, 2005, p. 35).

Para Bernardo, “em vez de romper com os ciclos básicos do taylorismo, o toyotismo prolongou-os no que diz respeito à intensificação do trabalho e aplicou-os de maneira inovadora aos problemas específicos do trabalho intelectual” (Bernardo, 2004, p. 86).

A contribuição de dois educadores, Acácia Kuenzer e Gaudêncio Frigotto, também nos parece válida para *desemaranhar* este *cipóal* que entrelaça as propostas dos trabalhadores com as do capital. De acordo com Kuenzer (2003), o regime de acumulação flexível, ao aprofundar as diferenças de classe, reforça a dualidade estrutural como expressão da polarização das competências (Kuenzer, 2003, p. 77).

Dentre as demandas do novo processo produtivo, Kuenzer acredita que o foco está em superar o desperdício (controle de qualidade feito pelo trabalhador). No entanto, essa política de controle de qualidade feita pelo próprio trabalhador não tem como objetivo reconstruir a unidade rompida entre trabalho intelectual e manual, mas evitar a perda e, assim, ampliar as possibilidades de valorização do capital (Kuenzer, 2003). Mais precisamente, a “finalidade

³⁷ Cumpre observar que apesar deste novo modelo nascer nas empresas de produção discreta, ele espalha-se enquanto ideologia de outros setores e até mesmo no Estado.

das novas formas de organização, ao aumentar as possibilidades de reprodução ampliada do capital não supera, mas aprofunda a divisão entre capital e trabalho” (Kuenzer, 2003, p. 81).

Ao analisar as demandas por educação dos trabalhadores e dirigentes, Kuenzer (2003) verifica uma clara definição de fronteiras entre trabalho intelectual e manual. Apesar de verificar que desde os anos de 1990 está havendo uma educação de trabalhadores de “novo tipo”, considera que se acirra nesta nova fase, ao contrário do que diz o novo discurso do capital, a cisão entre o trabalho intelectual, que compete a um número cada vez menor de trabalhadores, com formação flexível resultante da prolongada e contínua capacitação, e o trabalho instrumental, cada vez mais esvaziado de conteúdo (Kuenzer, 2003).

Frigotto (1995) nos traz a análise das relações entre sociedade, processo de trabalho e educação e, indiretamente, da participação do trabalhador na fábrica.

Segundo Frigotto (1995), o caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital toma formas e conteúdos historicamente diferenciados no capitalismo nascente, no capitalismo monopolista e no capitalismo transnacional ou na economia globalizada.

No livro *Produtividade da escola improdutiva*, Frigotto (1984) procura explicitar as condições históricas do capitalismo monopolista que demandaram, produziram e configuraram a teoria do capital humano. Já em *Educação e a crise do capitalismo real*, Frigotto (1995) nos mostra que as novas demandas de educação contidas em documentos dos novos “senhores do mundo baseadas nas categorias sociedade do conhecimento, qualidade total, educação para a competitividade, formação abstrata e polivalente,

expressam os limites da teoria do capital humano e as *redefinem* sob novas bases” (Frigotto, 1995, p. 18).

Para ele, a mudança de aparência da Teoria do Capital Humano (TCH) ocorre nos anos de 1980.³⁸ Ela surge nessa época com novos conceitos e categorias que aparentemente não apenas superam aquelas perspectivas, como lhes são opostas. Trata-se, na verdade, de uma metamorfose de conceitos, sem, todavia, alterar-se fundamentalmente as relações sociais que mascaram (Frigotto, 1995).

A partir deste momento histórico, surgem novas categorias-ponte: flexibilidade, participação, trabalho em equipe, competência, competitividade e qualidade total. E é aqui que Frigotto se pergunta se esta

mudança de enfoque seria a explicação real de que a “nova (des)ordem” mundial, sob a égide da sociedade do conhecimento, estaria efetivamente delineando novas relações não classistas, pós-industriais e, portanto, de processos educativos e de formação humana desalienados e não subordinados aos desígnios do capital? Os homens de negócio mudaram suas concepções e seus interesses? Ou estamos diante de transformações que mudam efetivamente dentro da relação capitalista, sem, contudo, alterar a natureza desta relação? (Frigotto, 1995, pp. 55-56).

O primeiro desafio para qualquer pesquisador é o de qualificar a base histórico-social das quais emergem essas novas exigências educativas e de formação humana – rejuvenescimento da TCH – e de decifrar por que as teses de uma formação geral e abstrata que prepara sujeitos

³⁸ A ideia-chave da TCH é a de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção (Frigotto, 1995).

polivalentes, flexíveis e participativos aparecem no mesmo momento em que surgem as perspectivas neoconservadoras de ajuste no campo econômico-social e no campo social mediante as leis de mercado (Frigotto, 1995).

Para ele, este movimento de mudança das categorias e a necessidade de conservar a natureza excludente das relações sociais especificam os dilemas e as contradições que o capital e os homens de negócio historicamente encontram para adequar a educação aos seus interesses. Ao mesmo tempo, explicita um espaço de contradição dentro do qual é possível desenvolver uma alternativa de sociedade e de educação democráticas que concorram para a emancipação humana (Frigotto, 1995, p. 19).

Para Frigotto, a mudança que o capital engendrou no campo da educação é a necessidade de combinar a já existente educação básica com a “capacidade de abstração” (Frigotto, 1995). Na atual fase, o capital depende de trabalhadores com capacidade de abstração e de trabalho em equipe.

Em sua essência, a TCH é a mesma das propostas vigentes nas fases anteriores e está circunscrita à órbita do capital, pois submete o conjunto dos processos educativos escolares ao imediatismo da formação técnico-profissional restrita (Frigotto, 1995). Na TCH rejuvenescida, a valorização da educação básica geral para formar trabalhadores com capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos fica subordinada à lógica do mercado, do capital e, portanto, da diferenciação, segmentação e exclusão (Frigotto, 1995, p. 145).

Desta forma, está na pauta do capital a criação de uma espécie de trabalhador super-homem: flexível, participativo, cooperativo, versátil, líder, que tenha princípios de moral, habilidade de discernir, equilíbrio físico-emocional. Além disso, ele deve ter uma boa base de

conhecimentos (a cultura traz sensibilidade para gerir), é preciso conhecer expressões da cultura, da história, artes, grandes filmes (Frigotto, 1995). No entanto, esta demanda real de mais conhecimento, mais cultura geral, se confronta com os limites imediatos da produção e da lógica do lucro (Frigotto, 1995, p. 158).

As estratégias dos trabalhadores: a concepção de participação dos adeptos da autogestão

Para nós, cabe diferenciar – tal como sugerem Tragtenberg (2005), Guimarães (1995), Storch (1985, 1987) e Faria (2004) – as estratégias participacionistas promovidas pelo capital daquelas que a classe trabalhadora tem utilizado historicamente para organizar a produção, sendo a “autogestão” das fábricas uma delas.

Sobre a distinção entre técnicas empregadas pela gestão participativa japonesa e formas participativas de “autogestão” ou de controle operário onde os próprios trabalhadores administram a produção, convém lembrar a contribuição de Helena Hirata. Ela é enfática ao afirmar, analisando as formas de gestão participativa (como os CCQs) que as propostas “diferem pela própria natureza e não só em grau. Não se trata de forma alguma de uma produção controlada pelos trabalhadores, mas, sim, de uma organização [informal] em pequenos grupos para discutir e resolver problemas diagnosticados no local de trabalho” (Hirata, 1990, p. 136).³⁹

³⁹ Para saber mais sobre o *modelo japonês*, ver Salerno (1993), Invernizzi (2004, Silva (2005), Antunes (2007) e Venco (2007), dentre outros. Antunes (2007) ressalta a heterogeneidade tecnológica no Brasil e a permanência do

Guillerm e Bourdet (1976) concordariam com Hirata, pois, para eles, participar não significa necessariamente autogerir. Podemos depreender que quando estes autores se referem à autogestão ele têm em mente um novo tipo de participação, sem falar na necessidade de generalização do Sistema de Cooperativas na sociedade. Este novo tipo de participação não tem nada a ver com propostas participacionistas onde os trabalhadores decidem sobre tudo, menos o essencial.

Como vimos, para Faria (1987) a busca da participação do trabalhador, o enriquecimento de tarefas, o CCQ, *Kanban*, *Kaizen*, são estratégias utilizadas pelo capital para atacar os sintomas e não as causas da alienação do trabalho. Já a autogestão não nasce desta *visão* de participação, mas, sim, das lutas históricas da classe trabalhadora nos séculos 19 e 20 para levar a cabo a democracia na produção e, quem sabe, a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas. Nesse sentido, alienação significa perda do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana (Mészáros, 2002).

Guimarães resolve este problema revisando a bibliografia sobre democracia industrial. Ela utiliza a expressão “democratização industrial” “no sentido de caracterizar um processo contínuo (de avanço e retrocesso) que possibilita aos trabalhadores, enquanto “grupo dirigido”

fordismo em diversos setores. Venco analisou o trabalho dos chamados teleoperadores, em geral mulheres que realizam a média de 140 ligações em uma jornada de seis horas, com pausa de 15 minutos, e precisam cumprir metas excessivas de produtividade em tempo preestabelecido. Segundo a socióloga, o setor de *telemarketing* e *call center* apresenta características do taylorismo, que consiste na racionalização do trabalho e minimização do excesso de rotinas (*Jornal de Unicamp*, 2007).

ampliar a participação na tomada de decisões em todos os níveis (Guimarães, 1995, p. 88).⁴⁰

Para Guimarães, a participação industrial deve ser entendida como um fim em si e não como um instrumento ou um meio de que se utiliza a direção das empresas para aumentar a eficiência e a eficácia organizacional (Guimarães, 1995).

Se as estratégias gerencialistas procuram *reduzir* a participação do trabalhador à estreita necessidade de aumentar a produtividade da empresa e, com isso, permitir a reprodução do capital, as vertentes que advogam a autogestão adicionam a necessidade de participação fora do âmbito da empresa e propõem a participação dos trabalhadores no controle da sociedade.⁴¹

Greenberg (1975) considera Marx um dos pioneiros desta visão, uma vez que, para ele, a condição do trabalhador de participante das decisões na empresa não seria suficiente, cabendo uma indispensável participação nos mecanismos de controle da sociedade (Storch, 1987; Guimarães, 1995).

De uma forma muito parecida, para Tragtenberg, a “participação autêntica” é aquela “onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado” (Tragtenberg, 1987, p. 30).

⁴⁰ Verifica-se que Guimarães (1995) acredita acertadamente que a democracia é um “processo” e não um “estado”.

⁴¹ É evidente que o capital tem uma visão do que deveria ser a participação do trabalhador na sociedade (fora da empresa). No entanto, os limites deste artigo nos impossibilitam o aprofundamento da questão. Sobre este debate e sua relação com a democracia formal, elitista, substantiva, socialista, operária, minimalista, maximalista etc., ver Wood (2003), Mészáros (2002), O'Donnell (1999) e Chomsky (1997).

Motta também fala em “participação autêntica” em contraposição às “modalidades de manipulação camufladas sob esse rótulo” (Motta, 2004, p. 370). Para ele,

a eventual construção de uma sociedade autogestionária passa inquestionavelmente pela questão da educação politécnica e polivalente, pela aprendizagem não autoritária. Por aprendizagem não autoritária entendo aquela que impede a internalização dos mecanismos de submissão e conformidade (Motta, 2004, p. 372).

Uma das visões mais radicais dentre as que defendem a *autogestão* das fábricas e da sociedade é a de István Mészáros. Ele tem em vista a construção, de acordo com as possibilidades históricas, de uma sociedade “para além do capital” (Mészáros, 2002). Mészáros nos dá algumas pistas sobre o que seria uma proposta de participação do trabalhador na fábrica e na sociedade nos seus livros *Para além do capital* e *A educação para além do capital*. Na obra *Para além do capital* ele propõe uma mudança global que tem por objetivo não só o fim do capitalismo, como sugerem outros, mas o definhamento progressivo do “sociometabolismo do capital” (Mészáros, 2002). Sua teoria vai em busca das exigências qualitativamente mais elevadas da nova forma histórica, o socialismo pós-capital, onde o ser humano possa desenvolver sua *rica individualidade*. Para construir esta nova sociedade, Mészáros parece concordar com os autores referidos sobre a necessidade de outro tipo de participação não só na empresa como também uma indispensável

participação nos mecanismos de controle da sociedade que estão alienados dos trabalhadores.⁴²

Considerações finais

Há indícios que nos levam a pensar que estamos num período de regressão histórica. Presenciamos no período pós-1973 uma crise civilizatória, uma crise ecológica sem precedentes, a crise do socialismo real, o esgotamento do mais longo período de acumulação continuada do capital, a crise do Estado de bem-estar, o aumento da distância entre os países ricos e pobres e entre pobres e ricos dentro de cada país.

O capital deu diversas respostas à crise de acumulação dos anos de 1970. No entanto, no nosso entender, não estamos presenciando uma busca efetiva de superação da crise e sim uma tentativa de recomposição dos mecanismos de reprodução do capital pela exacerbação da exclusão social e de uma crescente apropriação dos fundos públicos pelas empresas privadas (Frigotto, 1995). Para os defensores do capital, estamos numa sociedade pós-industrial, sem classes, não mais fundada na extração do trabalho excedente.

O objetivo deste capítulo era desemaranhar o cipal que hoje enreda as propostas de autogestão como o participacionismo proposto pelo capital. Se para os defensores da autogestão a participação do trabalhador na fábrica tem em vista a construção de uma sociedade produtora de valores de uso governada pelos produtores

⁴² Os adeptos da autogestão também destacam a necessidade de um novo processo de trabalho. Sobre este debate, ver Guillerm e Bourdet (1976), Invernizzi (2004), Novaes (2005b) e Novaes e Dagnino (2005).

associados, as propostas ensejadas pelo capital nesta sua nova fase buscam maximizar a extração de mais-valia através de uma nova onda de sistematização e expropriação do conhecimento tácito do trabalhador.

De acordo com Tragtenberg, a experiência histórica demonstra que o participacionismo proposto pelo capital não tem diminuído o poder da direção das empresas. Tampouco tem alterado o comando ditado pelo capital financeiro nesta nova fase do capitalismo (Tragtenberg, 2005).

O que escrevemos não é suficiente para desemaranhar este cipóal, mas serve para dar os primeiros passos no desvelamento do novo discurso do capital sobre a participação dos trabalhadores na fábrica e seu contraste com a pedagogia engajada na emancipação humana. Serve também para colocar em relevo a diferença não só de grau, como nos dão a entender muitos pesquisadores, mas também de natureza entre o novo discurso do capital e as estratégias de emancipação que a classe trabalhadora está construindo.

4

Lições do debate entre os defensores da estatização sob controle operário e da autogestão⁴³

Introdução

Este capítulo tem por objetivo apresentar a polêmica travada entre teóricos marxistas e diferentes grupos do movimento de Fábricas Recuperadas (FRs) na América Latina sobre o que fazer quando uma fábrica fecha: ela deve ser estatizada sob controle operário ou os trabalhadores devem lutar pela criação de uma cooperativa ou associação?⁴⁴

Durante nossa pesquisa de mestrado (Novaes, 2005), verificamos que parte do movimento operário da Argentina, Venezuela e Brasil reivindicava a estatização das fábricas falidas ou abandonadas por seus empresários, enquanto outros grupos, nos mesmos países, acenavam com a proposta de “autogestão”. Diante deste dilema, surgiu o interesse de apontar algumas características do Estado capitalista, apresentar os argumentos defendidos

⁴³ Publicado na *Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria* (Riless - Argentina). Volumen II, nº 2, 1º semestre de 2008.

⁴⁴ O autor agradece os comentários e sugestões dos pareceristas e dos professores Renato Dagnino, Felipe Silva e Paulo Alves de Lima Filho.

pelos partidários da estatização e os argumentos de alguns partidários da “autogestão”. Neste sentido, o capítulo ganhou a forma de uma breve revisão bibliográfica sobre o tema.

Antes de prosseguir, duas ressalvas são necessárias. Sobre a palavra “autogestão”, Guimarães *et al.* (2004) já observaram que a mesma pode ser e vem sendo empregada com diversos significados. A nosso ver, isso reflete os projetos de sociedade de diferentes correntes teóricas e dos movimentos de Fábricas Recuperadas etc. que vão desde aqueles que acreditam que os trabalhadores devem ser os donos dos meios de produção e devem competir no “mercado” até a proposta mais radical que advoga a autogestão enquanto autogoverno pelos produtores associados numa sociedade não regida pelo “mercado”. É justamente por essa polissemia que estranhamos com itálico todas as vezes que utilizamos a palavra “autogestão”. Ainda nesta introdução cabe lembrar que, com exceção da Venezuela de Chávez, nenhum dos governos dos últimos dez anos na Argentina, no Brasil e no Uruguai estatizou as fábricas que fecharam. Apesar de alguns grupos insistirem com a proposta de estatização com controle operário, estes governos não aceitaram esta proposta⁴⁵.

O capítulo foi estruturado da seguinte forma. Na primeira seção desenvolvemos os argumentos dos defensores da estatização das fábricas dos defensores da estatização dos setores estratégicos. Na segunda seção, mostramos o ponto de vista dos autores que defendem a autogestão. Encerramos o capítulo com algumas considerações finais.

⁴⁵ Para saber sobre as Fábricas Recuperadas no Brasil, ver Faria (2005), Novaes (2005) e Novaes (2007a).

Argumentos dos defensores da Estatização

Para apontar os principais argumentos dos defensores da estatização, nos reportamos à palestra de Júlio Turra, um representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT- Brasil) que combate às ideias que propugnam a autogestão.

Durante sua palestra no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH--Unicamp), em dezembro de 2005, que tinha como objetivo relatar as recentes conquistas dos trabalhadores latino-americanos no que se refere à recuperação de empresas, Turra afirmou, em certo momento, que Hugo Chávez estava estatizando várias fábricas (e ele concordava com o fato). Mas que, no entanto, Chávez pretendia estatizar uma fábrica de extrato de tomate. Aqui parece ser o ponto fulcral do argumento de Turra quando ele se pergunta: mas o que há de estratégico ao estatizar uma fábrica de extrato de tomate?

Depreende-se desta pergunta que os defensores da estatização alegam que as fábricas estratégicas devem estar nas mãos do Estado.

A certa altura da palestra, Turra observou que partilhava da visão de Engels que afirma mais ou menos assim: “Estado é sinônimo de polícia. Tudo o mais decorre da *pressão* popular”. Traduzindo, as outras faces do Estado, que não a polícia, são o resultado das lutas, principalmente dos trabalhadores, para construir bens públicos.

Para nós, o Estado comporta algumas contradições. Se olharmos para o Estado do bem-estar social (1945-1973) na Europa, o mesmo não decorreu apenas da pressão da classe trabalhadora para desmercantilizar, na medida do possível, a sociedade e controlar socialmente o capital. Ao mesmo tempo que os trabalhadores tentaram frear o

avanço irracional do capital, houve também, por parte dos capitalistas, o interesse em “chamar” o Estado para regular e estabilizar a economia e assim garantir as condições gerais de produção e reprodução do capital “produtivo”. Para isso, o mesmo deveria se tornar produtor naqueles setores onde o tempo de amortização do capital era muito longo. Ademais, deveria criar políticas keynesianas de aquecimento da economia, gerando emprego estável etc. Neste sentido, a defesa de Turra da estatização parece subestimar o controle e a funcionalidade das estatais bem como do Estado do bem-estar social (Ebes) para a reprodução do capital.

Diante da ameaça da expansão da Revolução Russa (1917), da crise de 1929, das lutas sociais na Europa e duas catastróficas guerras mundiais, surgiu o Ebes. Mais precisamente, Przeworski (1989) acredita que o Ebes surgiu num momento histórico de predominância das ideias de Keynes. Lembremos que Keynes advogava a necessidade de intervenção pública como forma de evitar o colapso total do sistema capitalista engendrado pela busca da “eficiência” individual das empresas *versus* o desgoverno da produção como um todo.

Foi neste momento que, de vítima passiva dos ciclos econômicos, o Estado tornou-se quase da noite para o dia uma instituição por meio da qual a sociedade podia regular as crises a fim de manter o pleno emprego (Przeworski, 1989). Ao mesmo tempo, usava-se do *deficit* para financiar as obras públicas produtivas durante as depressões, através das políticas anticíclicas. Deve-se lembrar também que foram criadas políticas que permitissem o acesso e a “integração” (Mészáros, 2002) de uma parcela dos trabalhadores aos bens de consumo. É nesse momento que esta parcela de trabalhadores passa a fazer parte dos cálculos da “demanda efetiva”.

Przeworski nos alerta que o envolvimento do Estado na produção e venda de produtos finais é raríssimo. Na Europa, o Estado tornou-se administrador do crédito, era produtor de carvão, ferro e aço, produção e distribuição de energia, transportes e comunicação (Przeworski, 1989). Para este autor, o Estado dedicou-se às atividades que não eram lucrativas, mas que eram necessárias para a economia como um todo. Ou melhor, o Estado não concorreu com o capital privado: ele fornecia os insumos necessários para o fortalecimento rentável da economia como um todo (Przeworski, 1989, p. 56). Era esta a divisão entre Estado e mercado. Além disso, aplicando medidas pautadas pela teoria do bem-estar, atenuava os efeitos concentradores de renda advindos do “mal” funcionamento do “mercado”.

Przeworski afirma que para a social-democracia, o Estado pode transformar os capitalistas em funcionários privados do povo sem alterar a situação legal da propriedade privada⁴⁶. Eles não visam à transformação do sistema econômico, mas unicamente à correção dos efeitos de seu funcionamento (Przeworski, 1989, p. 58).⁴⁷

A visão de Turra sobre a estatização não é unânime. Há um dissenso, ou melhor, diferentes correntes dentro dos defensores da estatização. Uma delas pode ser observada na leitura do artigo de dois militantes venezuelanos: Yone Moreno e Willian Sanabria (2006). Para estes, tudo deve estar nas mãos do Estado, não apenas as empresas

⁴⁶ Para Keynes, não é a propriedade privada dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados, a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete (Przeworski, 1989, p. 240).

⁴⁷ Rosa Luxemburgo (1974 [1915]), em *A crise da social-democracia*, nos mostrou o reformismo da social-democracia ao abdicar a necessidade da transição socialista e apregoar o gradualismo.

estratégicas, tal como nos dá a entender a argumentação de Júlio Turra.

Quando propõem “os dez eixos para transformar a cogestão revolucionária em estatização sob gestão dos trabalhadores”, afirmam que

Los trabajadores de las empresas en cogestión y ocupadas deben proponer a la UNT [Unión Nacional de los Trabajadores], a todo el movimiento obrero, al movimiento bolivariano y la propio Presidente Chávez la estatización bajo control de los trabajadores de la banca, la industria básica, los monopolios y los latifundios como único modo de crear el marco adecuado para que el nuevo modelo de relaciones de producción rumbo al socialismo que el Presidente [Chávez] propuso pueda desarrollarse (Moreno e Sanabria, 2006).

Ao discutir as “encampações realizadas pelo governo” brasileiro no século 20, Octávio Ianni (1989) nos dá algumas pistas sobre as propostas dos trabalhadores a favor da estatização. Para ele, “na base dos movimentos destinados a forçar o Estado a encampar empresas privadas nacionais ou estrangeiras estão alguns fenômenos que devemos ressaltar: os operários e funcionários interessam-se e lutam por tornarem-se assalariados de empresas públicas devido ao maior nível de salários, às relações de trabalho menos rígidas, ao menor risco de dispensa e outras garantias. Como as atividades econômicas do governo não são motivadas exclusivamente pelo lucro, as gerências de empresas estatais podem responder mais prontamente às reivindicações dos assalariados, o que aumenta a participação do trabalhador no produto. Acresce que a cúpula sindical é sensível às pressões políticas, particularmente dos partidos e políticos de esquerda, que forçam a estatização, por acreditarem –

como os economistas liberais – que o dirigismo enfraquece a iniciativa privada (Ianni, 1989, p. 195).

Em linhas gerais, poderíamos iniciar dizendo que o Estado não é um órgão apenas de mediação nas relações de classe. Ele é elemento de preservação do predomínio de uma sobre outra classe (Ianni, 1989, p. 240). Para Ianni (1989), a função primordial do Estado é a garantia das condições de produção e expropriação. Porém, com os processos de estatização ocorridos no século 20, o Estado também se inseriu nas condições de produção (Ianni, 1989, p. 258), o que se convencionou chamar Estado-empresário. O Estado também é uma “poderosa agência de indução de investimentos, alocação de recursos, dinamização das forças produtivas, organização das relações sociais de produção, transferência de renda, planejamento indicativo e impositivo, lugar de violência organizada e concentrada na sociedade” (Ianni, 1989, p. 258).

Para completar esta parte inicial do capítulo sobre o papel do Estado na sociedade e sua relação com as classes sociais, deve-se fazer as seguintes perguntas: o Estado serve a todos que dele se apropriam? Ele é flexível ou inflexível? Seria o Estado totalmente autônomo, agindo previsivelmente em defesa dos interesses dos capitalistas, a ponto de não servir a quem dele se apropria? Ou seria ele “instrumental”, podendo então ser usado tanto por capitalistas quanto por trabalhadores? Em que medida os conflitos interferem ou não na configuração do Estado? Perguntas como esta podem nos ajudar a fugir do marxismo mecanicista do século 20, mas também criam armadilhas que impedem a observação da história do Estado, as suas contradições e conflitos.

Para Przeworski, o Estado não responde invariavelmente aos requisitos da produção capitalista, o que nos leva a crer que a atividade das instituições e as

próprias instituições são um resultado contínuo dos conflitos sociais. Sendo assim, deve-se analisar o Estado sob circunstâncias históricas concretas e observar como e por quê grupos específicos, classes ou frações de classes entram em conflito acerca de questões específicas. O resultado destes conflitos é uma determinada organização e um conjunto de políticas do Estado.

Ianni acredita que a luta de classes é capaz de imprimir suas marcas no Estado. Senão vejamos:

A análise do Estado é uma forma de conhecer a sociedade. Se é verdade que a sociedade funda o Estado, também é inegável que o Estado é constitutivo daquela. As forças sociais que predominam na sociedade, em dada época, podem não só influenciar a organização do Estado como incutir-lhe tendências que influenciam o jogo das forças sociais e o conjunto da sociedade. É claro que o Estado não pode ser organizado senão em conformidade com as tendências da sociedade, mas pode ser levado a privilegiar uma ou outra direção, conforme os desígnios dos que detêm o poder (Ianni, 1989).

Mesmo verificando as possibilidades de conformação do Estado, nos parece que há um limite na sua “flexibilidade”, pois há uma função invariável do Estado, que é encarregar-se da manutenção das relações sociais de produção capitalistas, independentemente de quem estiver no poder.

Os ensinamentos históricos das campanhas de estatização no governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) são eloquentes a este respeito. Na visão de Ianni, elas contribuíram para a “reificação do Estado”:

A amplitude, duração e o significado dessas campanhas produziram a *reificação* do Estado na consciência do proletariado. No apelo contínuo ao poder público, como

maneira de realizar reivindicações de classe, essa categoria tem sido levada a fetichizar o aparelho estatal, como se ele fosse o órgão que pode atender os seus objetivos de classe (Ianni, 1989, p. 155).

De acordo com este autor, como a classe operária não se esclarece sobre as mediações que povoam as suas relações com as outras classes e com o próprio Estado, nem sempre a sua atividade política está apoiada na compreensão do poder público como mediação. De produto e mediação de classes, o Estado é elevado à categoria de poder superior, neutro, destinado a harmonizar interesses contraditórios, passíveis de integração harmônica (Ianni, 1989, p. 155-156). Com o getulismo, e suas variantes, o Estado ganhou a feição de poder neutro e moderador, transferindo para outro plano as determinações da atividade política, transformando-se de objeto em sujeito dessa atividade. Com isso, “a visão da história do proletariado se torna vizinha da burguesa” (Ianni, 1989, p. 156).

A leitura do texto de Moreno e Sanabria (2006) nos leva a crer que eles não propõem uma estatização “clássica” tal como nos dá a entender as encampações brasileiras. A novidade da proposta está em combinar propriedade estatal com gestão compartilhada entre os burocratas e os trabalhadores das empresas estatizadas, a chamada cogestão.⁴⁸

Dentre os motivos alegados para que a propriedade seja estatal, os autores afirmam que, se a empresa torna-se propriedade privada dos trabalhadores, os mesmos tornam-se “pequeno-burgueses”. Pode haver também a formação de uma mentalidade capitalista no seio da classe trabalhadora.

⁴⁸ Há alguns casos de empresas que já eram propriedade estatal, sendo a novidade a gestão compartilhada.

Além disso, se uma empresa de trabalhadores obtiver renda em função da sua competição com outras empresas no mercado, a pressão para que um setor dos trabalhadores consiga se desviar do conteúdo revolucionário e socialista do projeto inicial e assumir práticas capitalistas é enorme. Para eles, essa é a tendência sempre que se tenta desenvolver Cooperativas no marco do capitalismo (Moreno e Sanabria, 2006).

A maioria das Cooperativas se arruína e as que conseguem sobreviver reproduzem no seu interior todas as práticas do sistema. Se substitui um capitalista por dezenas ou centenas de pequenos capitalistas, segundo o tamanho da cooperativa. Quando a empresa precisar contratar mais trabalhadores, os cooperativistas negarão a incorporação destes na mesma. Sendo assim, a concorrência com outras empresas capitalistas gera castas entre os trabalhadores, a autoexploração e exploração dos trabalhadores contratados. Além disso, pode ficar a impressão de que os trabalhadores são “bons gestores” (Moreno e Sanabria, 2006). Para eles, há:

(...) un perverso cordón umbilical que vincula la conciencia y los objetivos inmediatos de los trabajadores a la competencia en el mercado capitalista y la lucha por conseguir beneficios. Si no logramos cortar este cordón, antes o después comenzará a desarrollarse entre sectores de los trabajadores una mentalidad capitalista. Al principio, un grupo más o menos grande empezará a dejar de verse a sí mismo como trabajadores y a sentirse accionista de la empresa. Sus ingresos, derechos y mejoras socioeconómicas provienen directamente del beneficio que obtenga ésta compitiendo en el mercado (Moreno e Sanabria, 2006).

O argumento central de Moreno e Sanabria é o de que não se pode vincular os investimentos, melhorias salariais e condições de trabalho aos rendimentos da empresa (Moreno e Sanabria, 2006).⁴⁹ Se isto ocorrer, haverá degeneração; daí a necessidade da estatização. Aqui cabe uma ponderação. Não é sem razão que estes autores defendem a estatização, pois, de fato, o que vem ocorrendo com as Fábricas Recuperadas e com as Cooperativas Populares da Economia Solidária é um processo de degeneração. No entanto, ainda assim não defendemos a estatização.

Acreditamos que a degeneração ocorre por dois motivos. Do ponto de vista dos trabalhadores, estamos diante de um contexto defensivo, caracterizado pela perda generalizada de direitos trabalhistas e a degradação do padrão de vida dos trabalhadores, alcançado no período 1945-1973. Para nós, essas Cooperativas não se inserem num contexto revolucionário que permite o florescimento do cooperativismo: elas se inserem num contexto de regressão histórica.

O modelo japonês (ou chinês?), caracterizado pela superexploração da força de trabalho tanto nas grandes corporações quanto principalmente nas empresas terceirizadas, só permite às Cooperativas recorrer a autoexploração (jornadas de trabalho extenuantes, “salários” abaixo da média do mercado etc.) para sobreviver. Se isso é verdade, não morrer de fome já é em si uma revolução num contexto caracterizado pelo avanço da barbárie social.

⁴⁹ Para saber mais sobre o contexto histórico do debate da estatização na Venezuela, ver Azzellini (2009). Dal Ri e Vieitez (2009) resgatam o “caso” Ineval, nos mostram as contradições e avanços desta experiência e traçam alguns paralelos com a Fasinpat Zanón.

Em outro artigo (Novaes e Dagnino, 2007), afirmamos que há uma “tripla exploração das Fábricas Recuperadas”: os trabalhadores se autoexploram, exploram trabalhadores contratados (não cooperados) e são explorados pelas grandes corporações.

Do ponto de vista da Economia Solidária, parece que tanto os movimentos sociais a ela vinculados quanto uma parte dos pesquisadores está perdida, sem um norte “para além do capital”. Para reverter a essência do capitalismo – produção de mercadorias e supremacia dos quadros (Vieitez e Dal Ri, 2001), deveríamos articular a luta das vertentes mais progressistas da Economia Solidária com o movimento de luta mais geral dos trabalhadores, além da necessidade de uma visão e um programa de modificação da sociedade, e não apenas de unidades produtivas.

Mas voltemos à análise do artigo de Moreno e Sanabria (2006). Eles se mostram contra o mercado, fato raríssimo em tempos rejuvenescimento das teorias “socialistas de mercado”. No entanto, apesar de advogarem a participação popular nas decisões do “plano democrático”, parece que a instância advogada para controlar a economia é o Estado. A nosso ver, os autores não vislumbram a criação de mecanismos de controle da economia em outra instância que não o Estado.

Sobre o significado de cogestão para os mesmos, parece haver uma ênfase na necessidade de assembleias democráticas e prestação de contas por parte dos trabalhadores e burocratas e uma completa inobservância para outros problemas tais como necessidade de adequação sociotécnica (Dagnino, Brandão e Novaes, 2007).

Argumentos dos defensores da “autogestão”

Se os social-democratas acreditam que se pode criar uma sociedade mais justa atuando apenas na “distribuição” da riqueza (Przeworski, 1989), para os defensores da autogestão o problema é muito mais profundo. Para esses, deve-se questionar não apenas como se distribui o excedente, mas também como se produz o excedente. Em última instância, questionam o sentido social do trabalho ou a alienação do trabalho (Mészáros, 2002; Lukács, 2003; Antunes, 1999). Vimos no capítulo 1 que para István Mészáros, não se trata apenas de uma questão de propriedade, mas, sim, a necessidade de controle das decisões estratégicas da sociedade pelos “produtores associados”.

Além disso, alguns dos defensores do controle das fábricas pelos trabalhadores geralmente afirmam que as empresas não necessariamente adquirem uma característica “pública” ao se tornarem propriedade do Estado. Elas provavelmente passarão a ser funcionais ao funcionamento do modo de produção capitalista, mas por outros meios. Caso se estatize, os trabalhadores se tornam meros coadjuvantes, ou peças da engrenagem capitalista. Um argumento por essa via levado ao extremo afirmaria que, no capitalismo, não existem empresas “públicas”. Na verdade, as empresas públicas são empresas necessárias para o bom funcionamento do sistema capitalista e são funcionais à acumulação de capital, conforme vimos na seção anterior.

Se levarmos em conta a história do século 20, verificaremos que as empresas públicas da indústria básica não “concorreram” com as empresas privadas, tal como apregoam os neoliberais, mas foram fundamentais para a manutenção e reprodução do capital. É curioso observar

que estas empresas estatais que outrora “ajudaram” a reprodução ampliada do capital passaram a ser taxadas, a partir de 1973, de “ineficientes”, “corruptas”, “gigantes”, “onerosas”, tudo isso como pretexto para atender aos anseios de uma nova onda de acumulação de capital ou mercantilização da vida que veio a ser atendida através de processos obscuros de privatização.

Nas palavras de Przeworski (1989), o Estado não concorreu com o capital privado, mas forneceu insumos necessários para o fortalecimento rentável da economia como um todo. Para Borón (2000), a estatização “foi uma deformação funcional para a acumulação capitalista, mas não para os interesses populares” (Borón, 2000, p. 193).

Não queremos aqui esboçar uma visão dualista, como se o Estado fosse conformado única e exclusivamente em função dos interesses do capital. Ainda que determine significativamente os rumos da sociedade, o capital não consegue dominar tudo e todos. No polo oposto, cair no erro de acreditar que o Estado responde aos interesses da “comunidade” (Marx, 2005), de todos, como se não ouvessem conflitos sociais e interesses antagônicos na sociedade de classes. Segundo Behring e Boschetti, devemos analisar as:

políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, recusa a utilização de enfoques restritos ou unilaterais, comumente presentes para explicar sua emergência, funções ou implicações (Behring e Boschetti, 2006, p. 36).

As ponderações feitas nos parágrafos anteriores servem por enquanto para polemizar com os defensores da

estatização que ignoram a funcionalidade das empresas públicas para a reprodução do capital e as grandes possibilidades de burocratização se uma fábrica for estatizada.

Dentre os representantes de uma proposta mista, poderíamos nos deter na obra de Atilio Borón. Depois de esclarecer que o marxismo dedicou-se às teorias do “curto prazo”, acreditando que haveria uma espécie de “enterro fulminante” do capitalismo, Borón sustenta que deveremos adotar uma agenda de longo prazo, além de termos ideias claras para determinados problemas ensejados pelos processos de liberalização, de desregulação, de privatização, de aberturas comerciais e em relação à globalização econômica. Ele se pergunta: o que podemos fazer diante disso? (Borón, 2000).

A partir dos valores do socialismo, podemos dar respostas alternativas a estas questões. Nos anos de 1960 – prossegue Borón –, a maioria dos que lutavam pelo socialismo teriam dito, por exemplo, “vamos nacionalizar as indústrias básicas”, “vamos estatizar”. Esta foi a resposta de Salvador Allende no Chile, e também a resposta de toda esquerda latino-americana. Mas, provavelmente hoje, a estatização de grandes setores industriais não seria uma boa saída. Escrevendo no ano de 1994, Borón chega inclusive a sinalizar um cenário que não se efetivou no Brasil, se levarmos em consideração o completo “tratoração” de privatizações da década comandada pelos Fernandos, Collor e Henrique Cardoso. Para ele,

Na América Latina, dificilmente exista força política suficiente para fazer retroceder as políticas de privatizações. A Argentina e o México são dois bons exemplos dessa dificuldade. Provavelmente no Brasil, se possa conter o avanço indiscriminado das privatizações. Aqui [no Brasil], por enquanto, as condições são outras.

De qualquer forma, um projeto socialista deve ter propostas alternativas à simples reestatização. Por que não pensar em fórmulas do tipo cooperativo? (Borón, 2000, p. 192).

E prossegue afirmando que na Nicarágua o governo sandinista ensaiou a transferência das empresas aos trabalhadores. Essa fórmula deu bons resultados numa época, embora, para ele, hoje devam ser vistas com mais cautela. No fim das contas, Borón não defende nem a volta ao estatismo do século 20 nem as fórmulas do tipo cooperativo. Segundo este pesquisador:

Provavelmente devemos pensar num conjunto de fórmulas mistas: em alguns casos pode se implementar a transferência aos trabalhadores, em outros, uma transferência junto com mecanismos cooperativos entre os usuários, em outros novas formas de partilha entre o capital estatal, os trabalhadores, e as cooperativas de consumidores (Borón, 2000, p. 192).

Na sua opinião, a volta indiscriminada às estatizações não parece ser uma boa saída à crise gerada pelas políticas neoliberais. Não podemos enfrentar a desregulação com um processo simetricamente inverso de regulação (Borón, 2000, p. 192).

Evidentemente, observa Borón, havia muitos problemas na forma de “regulação centralizada desde a cúpula que existia na América Latina”. Para este pesquisador, um projeto socialista deveria implementar mecanismos de regulação localmente descentralizados, onde os setores da sociedade civil, isto é, o povo, tenham mais capacidade de efetuar os controles necessários para fiscalizar certo tipo de bens e serviços. Em uma palavra,

“teremos que reconstruir o Estado sem cair no estatismo” (Borón, 2000, p. 193).

O desafio está em “reconstruir os espaços públicos”. Pensava-se na URSS e na América Latina que

quanto mais Estado tínhamos, mais avançávamos no caminho do socialismo. Isso demonstrou-se historicamente falso, um trágico erro. O avanço do Estado não significava o progresso do socialismo. Devemos reconstruir o público sem cair nos vícios do estatismo (Borón, 2000, p. 193).⁵⁰

Singer (2006) se posiciona no debate sobre a estatização *versus* autogestão quando retrata os casos de recuperação de empresas pelos trabalhadores. Depois de falar sobre os casos de empresas “em crise”, “em recuperação”, ele analisa o caso das empresas “em impasse”, deixando claro os motivos que o levam a defender a aquisição dos meios de produção pelos ex-empregados. Preferimos citar a argumentação de Singer praticamente na íntegra.

Ele observa que, em função de crise brasileira, empresas passaram a ser administradas pelos empregados, mas estes não quiseram assumi-las coletivamente. Eles reivindicam que o governo federal as estatize, com o compromisso de manter os empregos existentes. Do ponto de vista dos trabalhadores, esta opção pode ser a melhor em curto prazo, mas não no longo. Os trabalhadores que administram empresas em crise ou falidas teriam

⁵⁰ Sobre a relação entre capitalismo e democracia, Borón (2000) afirma que “existe uma contradição que o capitalismo não pode resolver: a que existe entre um modo de produção fundado na extração de mais-valia, na expropriação do produto do trabalho e um modo de representação política de caráter democrático. A democracia cancela, teoricamente, as possibilidades de extrair indefinidamente mais-valia” (Borón, 2000, p. 194).

enormemente facilitada sua tarefa se pudessem contar com crédito, abundante e barato, dos bancos oficiais (Singer, 2006, s/nº).

Porém, continua Singer, os trabalhadores seriam apenas assalariados, podendo ser demitidos ao bel-prazer do administrador público. Em regime de autogestão, os trabalhadores são sócios do empreendimento e apenas correm perigo de serem excluídos em casos de conflitos graves. Para todos efeitos práticos, os trabalhadores em autogestão gozam de algo equivalente à estabilidade no “emprego” (Singer, 2006, s/nº).

Durante muitas décadas, empresas em crise foram assumidas pelo Banco do Brasil e outros bancos públicos, quando credores das mesmas. Pode-se presumir que isso ocorria tanto para minimizar os prejuízos do banco quanto para atender as demandas dos trabalhadores e da opinião pública com eles solidária. Quando começou o processo de desestatização, ainda sob os últimos presidentes do regime militar, verificou-se que havia dezenas de empreendimentos, das mais variadas espécies, na posse daqueles bancos. Popularizou-se na época a ideia que os bancos públicos funcionavam como “hospitais de empresas” (Singer, 2006, s/nº).

Essa política foi, sem dúvida, benéfica para as comunidades dependentes daquelas empresas, com um certo custo ao Tesouro, que nunca foi, até onde sabe Singer, averiguado. É provável que a população mobilizada em solidariedade aos trabalhadores duma grande empresa em crise encare com simpatia a estatização da mesma. É o que deve estar ocorrendo em Joinville, em relação ao caso da Cipla, que emprega cerca de mil trabalhadores (Singer, 2006, s/nº).

Mas, esta política, pelo que sabemos, nunca foi sistematizada por regras de aplicação universal. A maioria

das empresas que faliram não foi estatizada, mas simplesmente desapareceu. Os casos em que houve estatização eram excepcionais e foram decididos em função de critérios casuísticos. Hoje, a opinião pública tolera muito menos políticas deste tipo, inclusive porque está alertada para os sacrifícios que o serviço de dívida pública impõe aos usuários dos serviços públicos. A eventual estatização das quatro empresas, cujos empregados a demandam, poderia desencadear uma onda de reivindicações de estatização de numerosas empresas em crise ou em estado falimentar (Singer, 2006, s/nº).

Convém atentar para o fato de que, no presente, a opção conhecida e favorecida pelo movimento sindical e pelas entidades que promovem a Economia Solidária é a recuperação de empresas pela sua transformação em autogestões. A demanda por estatização é excepcional e tudo leva a crer que se fundamenta na seguinte postura ideológica: todos trabalhadores devem ser assalariados do capital e, nesta condição, lutar para superar o capitalismo como um todo; a transformação de assalariados em gestores coletivos de empresas os tornaria patrões e, portanto, sustentáculos do sistema vigente (Singer, 2006, s/nº).

Não é o caso de entrar aqui nesta controvérsia, observa Singer. O que importa para ele “é que a recusa à opção autogestionária não decorre apenas das vantagens que a eventual estatização proporcionaria aos trabalhadores, mas duma atitude política. É o que explica o fracasso das tentativas que foram feitas para convencer os trabalhadores da Cipla a optar pela organização em cooperativa ou associação, tendo em vista preservar seu trabalho e renda. Foi reiteradamente explicado aos trabalhadores que o governo não pretende estatizar a Cipla, mas que eles têm a possibilidade de se apropriar dela e

administrá-la coletivamente. Nem mesmo a ameaça da venda em leilão do maquinário da empresa, liquidando-a na prática, os demoveu” (Singer, 2006, s/nº).⁵¹

É evidente que estas empresas se encontram num impasse que, se não for resolvido, acarretará o seu fechamento. Somos de parecer que esta eventualidade só será evitada se a propriedade das empresas for transferida a alguém com disposição e meios de recuperá-las. Se os trabalhadores se recusam a este papel, a opção que resta é encontrar quem queira adquiri-las ou, então, deixar que o processo falimentar siga o seu curso (Singer, 2006, s/nº).

Desde já, pode-se perceber que Borón se enquadraria numa visão mista, ao defender parcialmente a permanência da estatização e de fórmulas do tipo cooperativo, que Singer não defende a estatização das empresas em hipótese alguma. Mais do que isso, que a competição é algo desejado numa sociedade socialista. E uma terceira visão de “autogestão”, defendida, por exemplo, por Mészáros e Maurício Tragtenbreg, autores que defendem a necessidade imprescindível de coordenação da produção em contraposição a qualquer proposta “socialista de mercado”.

Para compreender a “proposta” de Mészáros, poderíamos iniciar verificando de que forma este autor se contraporia à seguinte afirmação de Moreno e Sanabria (2006): “el capitalismo, es decir, la propiedad privada de los medios de producción: la banca, las principales industrias y la tierra, por parte de un puñado de empresarios es –y seguirá siendo mientras no les expropiemos– la piedra de tranca al desarrollo del país y de la revolución” (Moreno e Sanabria, 2006, s/nº). Ao contrário deles, para Mészáros

⁵¹ A Cipla é uma empresa de Santa Catarina que reivindica a estatização dos meios de produção sob controle operário. Sobre este caso, ver Faria (2005).

(2002) capitalismo, ou melhor, capital, não é sinônimo de propriedade privada dos meios de produção. Segundo este autor, as relações capitalistas de propriedade representam não mais que o pré-requisito material e as garantias legalmente sancionadas à articulação substantiva do complexo global de reprodução sociometabólica.

Vimos nos capítulos anteriores que, para Mészáros, a relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio (Mészáros, 2002).

A verdadeira questão é, portanto, para Mészáros, “a relação dialética entre o todo e suas partes”. Sob o sistema do capital, os escalões do topo de sua estrutura de comando, com a sua perversa centralidade, usurpam o lugar do todo e dominam as partes, impondo a sua parcialidade como “interesse do todo”. É assim que a totalidade autossustentada do capital pode se afirmar, provocando um curto-circuito não dialético na relação parte/todo, como um sistema orgânico. A alternativa hegemônica socialista, portanto, envolve a reconstituição dialética objetiva das partes e do todo, das menores células constitutivas até as relações produtivas e distributivas mais abrangentes, de modo não conflitante (Mészáros, 2002, p. 980).

Sendo assim, o sucesso do planejamento depende, para Mészáros:

da coordenação das suas atividades produtivas e distributivas livremente consentida por aqueles que executam os objetivos conscientemente divididos. Portanto, o planejamento genuíno é inconcebível sem

uma substantiva tomada de decisão de baixo, pela qual tanto a coordenação lateral quanto a integração abrangente de práticas reprodutivas se tornam possíveis. E vice-versa, pois, sem o exercício conscientemente planejado e amplamente coordenado das suas energias e habilidades criativas todo discurso sobre a tomada de decisão democrática dos indivíduos não possui qualquer substância. Apenas juntos os dois poderão definir as exigências elementares da alternativa hegemônica socialista à ordem sociometabólica do capital (Mészáros, 2002, p. 980).

Poderíamos concluir, interpretando Mészáros, que a autoadministração pelos produtores associados deve ser pensada como uma alternativa hegemônica à ordem social do capital. Ao contrário do que vislumbra a maior parte dos defensores da Economia Solidária, Mészáros advoga a necessidade de “ataques duplos”: por um lado, o controle coordenado da produção através da democracia substantiva dos produtores (ações para fora dos muros das fábricas) e, por outro, a necessidade de mudanças qualitativas nos microcosmos (dentro dos muros das fábricas). Sobre a relação entre direitos de propriedade e autogestão, Mészáros critica ainda os equívocos da esquerda cooperativista. Vejamos:

De fato, nada é realizado por mudanças – mais ou menos facilmente reversíveis – apenas dos direitos de propriedade, como testemunha amplamente a história das “nacionalizações”, “desnacionalizações” e “privatizações” no pós-guerra. Mudanças legalmente induzidas nas relações de propriedade não têm garantia de sucesso mesmo que abarquem a ampla maioria do capital privado, quanto mais se se limitarem à sua minoria falida. O que necessita radicalmente ser alterado é o modo pelo qual o “microcosmo” reificado da jornada

de trabalho singular é utilizado e reproduzido, apesar de suas contradições internas, por meio do “macrocosmo” homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo (Mészáros, 2002, p. 629).

É este complexo que necessita de uma reestruturação radical, de tal modo que um “macrocosmo” qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de “microcosmos” qualitativamente diferentes (Mészáros, 2002) tendo em vista o controle sociometabólico pelos produtores associados.

Lebowitz (2005) também ressalta a necessidade de coordenação da produção pelos produtores associados, em contraposição à “mão invisível do mercado”. Isso pode ser visto quando ele critica as propostas de autogestão na Iugoslávia. De acordo com ele,

A Iugoslávia denominou o sistema de gestão de seus trabalhadores de “autogestão” e demonstrou que os capitalistas não são necessários – que as empresas podem ser administradas pelos operários através de seus conselhos operários (...) Contudo, havia um problema no sistema de autogestão iugoslavo, relacionado ao termo “auto”. De fato, os próprios trabalhadores em cada empresa determinavam a direção das mesmas. Entretanto, eles se preocupavam prioritariamente com eles próprios. O foco de cada trabalhador em cada empresa era o interesse pessoal (...). Faltava um senso de solidariedade com a sociedade. Ao invés disso, predominavam a auto-orientação e o egoísmo. Em alguns aspectos, se parecia com o pior mito capitalista, o conceito da “Mão Invisível”: a ideia de que, se cada classe seguir seu próprio interesse, a sociedade como um todo se beneficia. Na verdade, a mão invisível na Iugoslávia provocou o aumento da desigualdade e o declínio da

solidariedade - levando, em último estágio, ao desmembramento do país (Lebowitz, 2005, s/nº).

Para nós, é impossível mudar o mundo sem tomar o poder, ao contrário do que sugere John Holloway. Mas onde está o poder hoje em dia. No Estado ou principalmente nas grandes corporações?

Acreditamos que é preciso reconhecer que há uma crítica, em geral proveniente de algumas vertentes do marxismo e do anarquista, que afirma que os socialistas do século 20, quando “tomaram o Estado”, em vez de destruí-lo, acabam reforçando-o. Isso pode ser visto, por exemplo, nas obras de João Bernardo (1975) e Maurício Tragtenberg (2005) – um intelectual que se autodenominava *marxista anarquizante*. Poderíamos confrontar a visão de Tragtenberg, que apresentaremos logo em seguida com a visão de Moreno e Sanabria (2006), que afirmam:

En la economía, la sociedad, el Estado – e incluso en el seno del propio gobierno – vemos sectores que, con más o menos contradicciones, reflejan la presión de lo nuevo, de los trabajadores y los sectores populares que empujamos para que vayamos verdaderamente hacia el socialismo, se expropie a los capitalistas y se construya un estado revolucionario, un estado de los trabajadores, que sustituya al actual. Pero, por otro lado, también vemos desarrollarse una burocracia reformista (en realidad, pro-capitalista), que la presión que expresa (de un modo más o menos consciente según los casos) es la de los capitalistas y de la propia ideología burguesa (Moreno e Sanabria, 2006, s/nº).

Ainda de acordo com estes autores, ao retratar a revolução espanhola como um exemplo histórico que nos traz alguns ensinamentos, concluem que

(...) en la medida que las organizaciones obreras no tomaron el poder y sustituyeron al estado burgués agonizante por un genuino estado de los trabajadores, las colectividades no fueron capaces de avanzar y extenderse a una organización colectiva, basada en la planificación democrática, de toda la economía y empezaron a retroceder (Moreno e Sanabria, 2006, s/n°).

Para Tragtenberg, há poucas esperanças na estatização das fábricas. Isso pode ser visto quando descreve a “corrente estatista” como sendo aquela que luta para que os meios de produção passem para as mãos do Estado, após o desaparecimento da propriedade privada. Ele observa que esta tem raízes na Alemanha, com Rodbertus, Friederich List, chegando a Stálin, para quem estatização dos meios de produção é sinônimo de socialização dos meios de produção (Tragtenberg, 1986). Este pensador social observa ainda que já no século 19 Engels advertira do perigo de tal identificação, salientando que a passagem dos meios de produção de mãos privadas para as mãos do Estado significava “a transformação do Estado como capitalista ideal em capitalista coletivo real”. Para Tragtenberg,

A estatização dos meios de produção, a preservação do salariedade como forma de remuneração do trabalho, o controle do processo produtivo pela tecnocracia, o partido político no cume do estado são práticas dominantes na URSS, China, países do Leste Europeu e Cuba. Houve uma revolução? Sim. A propriedade privada dos meios de produção foi substituída pela propriedade estatal dos mesmos, só que gerida por uma burocracia que tem no partido, seja socialista (PS), seja comunista (PC) – seu principal instrumento de disciplinação do trabalhador (Tragtenberg, 1986, p. 8).

Em oposição à corrente estatista, diversos teóricos e militantes do movimento operário vislumbravam na autogestão a resposta aos seus problemas. No entanto, foram sufocados tanto pelos interesses do capital, pelos constrangimentos históricos do século 20, quanto em função dos setores da esquerda que subiram ao poder, em geral a burocracia ou a tecnocracia dos partidos socialista e comunista. A autogestão em estágio embrionário ocorreu na Comuna de Paris, no início da Revolução Russa de 1905 e 1917, na Revolução Espanhola, na Revolução Húngara de 1919 e 1956, na Polonesa, na Revolução dos Cravos (Portugal 1975-1976) etc.

Sobre a Rússia, para alguns militantes da Oposição Operária (Kolontai, Bogdanov), o aumento da produtividade do trabalho, numa sociedade que vislumbrava o socialismo autogestionário, viria não como consequência da adoção de técnicas que se haviam mostrado bem-sucedidas nos países capitalistas avançados, no caso o taylorismo, “mas de uma nova organização do trabalho fundada na criatividade e iniciativa do trabalhador” (Bryan, 1992, p. 475).

Num outro plano, em contextos não revolucionários ou de ascensão parcial das lutas dos trabalhadores contra sindicatos burocratizados e o Estado capitalista, podemos citar o *Cordobazo* argentino e as Comissões de Fábrica brasileiras.

Voltando ao texto de Moreno e Sanabria (2006), fica a ideia de uma tomada do Estado e transformação do mesmo em “Estado revolucionário” e um “Estado dos trabalhadores”. Cabe observar que os autores não sinalizam com uma proposta de definhamento do Estado, e nos parece que isso é imprescindível, o que nos leva a crer que os mesmos não vislumbram uma sociedade governada pelos produtores associados. Afinal, por que precisaríamos de um “genuíno estado dos trabalhadores”? Seria para continuar

assegurando as condições de produção e expropriação de mais-valia, poderia perguntar Maurício Tragtenberg.

Considerações finais

O desafio de construir uma sociedade sem classes sociais, sem Estado, totalmente desmercantilizada e governada pelos produtores associados é urgente neste início de século.

Acreditamos que é impossível contemplar todos os autores e correntes que deram uma contribuição fundamental sobre necessidade da estatização e o papel da autogestão numa possível e necessária transição socialista. Ainda assim, resolvemos dar alguns passos neste sentido ao apontar as lições do debate entre os defensores da estatização, de uma proposta mista e os defensores da autogestão.

Para Moreno e Sanabria (2006), assim como é impossível construir o socialismo em um só país, não há construção de socialismo numa só empresa, devendo haver um processo de ocupação generalizado para que as iniciativas de cogestão, para eles, e de autogestão, para nós, deixem de se tornar “casos isolados”. Para Ricardo Antunes, enquanto a autogestão não atacar os centros nevrálgicos da acumulação de capital, pouco se pode esperar da mesma. A representação da semente num terreno inadequado nos parece elucidativa para colocarmos nossas últimas reflexões:

Las empresas en cogestión son, por así decirlo, como una semilla de socialismo en un entorno hostil: el

capitalismo. Si plantas una semilla en un terreno inadecuado para ella y en unas circunstancias climatológicas difíciles y no le prestas, además, los cuidados precisos, la semilla no crecerá o crecerá enferma. Las semillas de Invepal, Inveval y las demás empresas citadas sólo podrán desarrollarse plenamente si el resto de la economía avanza en la misma dirección. Sólo estatizando la banca, los monopolios y los latifundios bajo control obrero podremos garantizar el terreno y el clima adecuados para el desarrollo de un nuevo modelo de relaciones productivas y que la competencia, la lucha salvaje por los mercados y el beneficio privado propios del capitalismo son eliminados (Moreno e Sanabria, 2006).

Entretanto, devemos concordar com Chomsky que “proteger o setor estatal hoje é dar um passo na direção da abolição do Estado, porque assim se mantém uma arena pública na qual as pessoas podem participar, organizar, influir na política etc. ainda que de forma limitada. Se se tira isso, nós regrediremos para uma ditadura privada e isso não é, de forma alguma, um passo em direção à libertação” (Chomsky, 1999, p. 68). Evidentemente que Chomsky é defensor da autogestão enquanto projeto de sociedade, mas podemos dizer que a privatização avassaladora no capitalismo no fim do século 20 o levou a tal afirmação.

Na América Latina, os processos de privatização aumentaram a “ditadura privada” em níveis que Chomsky nem sequer pode imaginar. Diante disso, pode-se afirmar que estamos diante do “Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital”. A partir da década de 1970, mas principalmente nas décadas posteriores, as grandes corporações transnacionais vão ganhando maior poder de determinação dos rumos do capitalismo, em contraste com a fase anterior (1945-1973) na qual o

Estado-Nacional conseguia exercer algum controle social sobre o capital.

O que presenciamos, a partir de 1973, é a crescente apropriação dos fundos públicos pelo capital, a mercantilização de bens públicos e a forte intervenção do Estado para garantir as condições de acumulação, principalmente para a reprodução do capital financeiro.

Fourier, um socialista utópico, dizia que as fábricas capitalistas do século 19 eram “prisões brandas”. No século 20, João Bernardo afirma que vivemos a “democracia totalitária”, principalmente em função da ditadura desempenhada pelas grandes corporações.

Se o texto de Moreno e Sanabria nos dá a impressão de que a transição socialista se daria através daquilo que Borón chama “enterro fulminante” (Borón, 2000), para Borón e Mészáros não há golpe fulminante. A leitura das propostas destes autores nos leva a crer que se trata de uma transição muito mais demorada do que a imaginada pelos socialistas nos séculos 19 e 20. Isso não significa confundir longo prazo com gradualismo e reformismo.

5

As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros⁵²

Introdução

A questão das forças produtivas na transição ao socialismo é um tema que só há relativamente pouco tempo começa a entrar, como um tema controverso, na agenda de discussão da esquerda. Monika Reinfelder, escrevendo ainda nos anos de 1970, nos oferece uma boa descrição da problemática sobre a qual está focado este capítulo:

Desde sua morte, em 1883, as discussões sobre a “mensagem” de Marx tem se caracterizado por divisões fundamentais em vez de pelo consenso. Isso torna impressionante o fato de que, sobre a questão da tecnologia, o consenso tenha reinado por mais de um século; quando mais não seja por *default*. Não que a palavra “tecnologia” esteja ausente das questões do marxismo: ao contrário, ela figura de modo significativo sempre que se quer estabelecer “princípios básicos” e isto sempre em posição privilegiada nos debates sobre a

⁵² Este capítulo é uma versão revista e ampliada do mesmo artigo que foi apresentado no 4º Encontro do Cemarx (Unicamp) em novembro de 2005 e que foi posteriormente publicado na *Revista Organizações e Democracia*, da Unesp-Marília no ano de 2007.

transição ao socialismo. Entretanto, a tecnologia em si mesma é raramente considerada como um problema para a teoria marxista; em vez disso, tecnologia é tecnologia, e isso é tudo! Em campos como a Economia, Política e Direito, tal perspectiva seria vista como uma heresia: aqui, dado que quase todas as correntes do marxismo tenderiam a concordar, o que é demandado é uma *crítica*. Mas a ideia de submeter a *tecnologia* ao mesmo tratamento parece tão absurda que ela somente é mencionada na forma de um repúdio violento daqueles que se atrevem a tomar a ideia seriamente para começar essa crítica (Reinfelder, 1980, pp. 10-11)

Também o conhecido autor marxista Phil Slater apresenta, na mesma época, uma síntese apropriada para caracterizar a situação que abordamos:

Apesar de suas diferenças, existe uma tradição que unifica marxistas tão diversos quanto Kautsky e Lenin, Trotsky e Stalin, Mandel e Althusser: “tecnicismo” – uma ideologia que sustenta que ciência e tecnologia são neutras e podem ser abstraídas das relações capitalistas de produção. A produção capitalista é então vista como uma base potencial para o socialismo: fordismo sem Ford na versão de Trotsky; a “democrática adoção de programas nucleares por partidos comunistas europeus” (Slater, 1980, p. 3).

A interpretação hegemônica do marxismo começa a ser questionada nos anos de 1960, de uma forma irremediavelmente pessimista, quase catastrófica, por alguns integrantes bastante conhecidos da Escola de Frankfurt. Embora aceitando o diagnóstico desses pensadores, outros autores marxistas europeus, como Panzieri [1962] (1980), Reinfelder [1976] (1980), Coriat (1976), Gorz [1974] (1996), Bettelheim [1976] (1979),

abordam a questão a partir de uma perspectiva crítica ao socialismo real, engajada com a construção de um outro socialismo.

As interpretações surgidas no Leste europeu sobre a “irrupção” da “Revolução técnico-científica” (Richta, 1972), a observação que nos países capitalistas faziam autores marxistas sobre a onda de inovações centradas na telemática e na biotecnologia, somadas às teorizações sobre a “convergência” entre os dois sistemas, inicialmente, e a rápida degenerescência e, em seguida, colapso do socialismo soviético, tiraram da agenda o tema que aqui tratamos.

Foi só mais recentemente, principalmente a partir da década de 1980, que contribuições de autores como Mészáros (2004 [1989], 2002 [1996]) Noble (1977, 1984 e 2001), Feenberg (1991, 1995, 1999, e 2002), Chesnais e Serfati (2003) e Wallis (2000), retomam o tema.⁵³ Ao rever as concepções de outros autores, sobre o papel da C&T no capitalismo e no “socialismo real” e apontar os entraves e obstáculos, que se colocariam para a transição, e destacar que a construção da sociedade socialista, demanda bem mais do que uma mudança formal da “propriedade” dos meios de produção ou uma “apropriação” das forças produtivas desenvolvidas sob a égide do capital pelos trabalhadores, eles pretendem proporcionar aos colegas, que se situam no seu próprio campo ideológico, uma linha de argumentação que lhes permita avançar na crítica do socialismo real e propor uma alternativa mais efetiva ao

⁵³ Muitos desses autores, embora usando o instrumental de análise marxista, e à semelhança de outros também situados no campo da esquerda, não se referem à expressão “transição ao socialismo”, optando por mencionar mais amplamente o da “construção de um estilo de desenvolvimento alternativo”. Optamos neste trabalho por manter aquela expressão dado que a intenção é contrastar a percepção de dois autores que a utilizam em sua obra.

capitalismo existente. Dado que, em outros trabalhos [Dagnino (2007), Dagnino e Novaes (2004), Novaes e Dagnino (2004) e Novaes (2007)], já nos referimos às contribuições desses autores, eles não serão referidos, a não ser marginalmente, neste trabalho.

O presente trabalho tem como referência o contexto brasileiro e latino-americano e visa ampliar o espaço ainda pequeno que esse tema ocupa na agenda da esquerda.⁵⁴ Alvos especiais de nossa preocupação são as iniciativas que envolvem temas como o da Tecnologia Social⁵⁵ e da Economia Solidária⁵⁶ em que, sob a liderança do intelectual brilhante e militante incansável – Paul Singer –, temos também atuado. Ao criticar – respeitosa e construtivamente – a posição que ele ali tem esposado, acreditamos nos estar alinhando com a tradição de pesquisadores que, desde uma posição contra-hegemônica crítica do capitalismo, se envolvem em debates de natureza acadêmica com a sinceridade fraterna que esta posição franqueia. Ao fazê-lo, adotamos a perspectiva que o ponto de observação dos Estudos Sociais da C&T em que nos situamos, buscando um argumento de autoridade de um pensador marxista também influente em nosso meio – István Mészáros –, para proporcionar subsídios que esta perspectiva ainda está devendo à análise da relação entre C&T e a mudança sociopolítica.

Por adotar a técnica de simulação de um diálogo entre dois pesquisadores, que se tem mostrado

⁵⁴ Além de umas poucas dissertações e teses acadêmicas, e de trabalhos como os de Lacey (2002), Oliveira (2002a, 2002b e 2003), Garcia dos Santos (2003) e dos próprios autores, é muito pouco o que se tem produzido no Brasil sobre o tema. No âmbito da Política de C&T nacional, onde o tema deveria estar sendo atualmente abordado, tendo em vista a orientação política geral do presente governo, tampouco ele é discutido.

⁵⁵ Ver, por exemplo, Dagnino, Brandão e Novaes (2004) e Dagnino (2004).

⁵⁶ Ver Dagnino (2007), Dagnino e Novaes (2004). Sobre os limites e as possibilidades da Economia Solidária, ver Novaes (2007).

especialmente útil em situações em que se quer explicitar controvérsias ainda pouco percebidas, este trabalho faz uso recorrente da citação das suas obras. Preferimos esse caminho uma vez que julgamos mais interessante para o leitor deixar que eles expressassem em seus próprios termos.

Três esclarecimentos ainda são necessários nesta introdução. Um deles se refere ao conceito de forças produtivas, o outro tem a ver com a importância da força de trabalho e o último se refere aos socialismos de Singer e Mészáros.

Sobre as forças produtivas, trata-se de uma categoria histórica, sempre analisada no movimento da história tanto por Marx quanto pelos marxistas. Numa tentativa de definição provisória, diríamos que utilizaremos neste capítulo a noção mais ampla possível, que envolve a constelação de recursos naturais, a ciência criada nos laboratórios das grandes corporações multinacionais, o conhecimento universitário, a tecnologia *hardware*, os meios e as técnicas de produção, mais conhecidos como a organização do processo de trabalho e a força de trabalho, seja através do seu conhecimento tácito, seja através do conhecimento adquirido nas escolas técnicas etc.

Dentro do marxismo, alguns autores se dedicaram ao estudo da relação entre força de trabalho, teoria do valor trabalho e sua relação com as “outras” forças produtivas. Ainda que este não seja o campo específico de Antunes (2006), podemos depreender que o trabalho foi e ainda é a maior força produtiva que movimenta a engrenagem da acumulação de capital. Se contrapondo às teses da perda da centralidade do trabalho, uma visão demasiado “eurocêntrica”, Antunes afirma que o capital prescinde do trabalho. Porém, isso não significa dizer que ele não tenha

passado por mutações no final do século 20. Algo parecido pode ser visto em Bernardo (2004).

A visão “apropriacionista” de Paul Singer

A visão de Singer sobre as forças produtivas está bem expressa no seu livro *Uma utopia militante – repensando o socialismo*. Nele, Singer (1998) faz algumas considerações necessárias ao entendimento do capitalismo contemporâneo à luz das reações da classe operária britânica à primeira Revolução Industrial. De acordo com Singer,

A primeira reação generalizável é a formulação de um projeto social alternativo ao capitalismo, em que se *combinam as novas forças produtivas com relações sociais de produção concebidas para superar a exclusão social e suscitar uma repartição equânime da renda e, portanto, dos ganhos decorrentes do avanço das forças produtivas*. Na Inglaterra do alvorecer do século 19, este projeto foi formulado principalmente por Owen: uma sociedade formada por comunidades autônomas em que os resultados do trabalho coletivo são repartidos de forma equitativa, tendo por critério o tempo de trabalho socialmente necessário gasto na produção de cada bem ou serviço (Singer, 1998, p. 108 – grifo nosso).

Também Engels (1971) destacou que Robert Owen propunha “utilizar” as forças produtivas proporcionadas pelas máquinas para acabar com a miséria e garantir a todos uma vida digna. No ano de 1817, Owen apresenta seu plano de acabar com a pobreza através de aldeias cooperativas onde os trabalhadores poderiam viver em

comunidade e produzir em comum, consumindo seus próprios produtos e trocando os excedentes com outras Cooperativas. Owen também propôs na época uma moeda baseada no tempo de trabalho incorporado no produto.⁵⁷

De acordo com Engels, Owen utiliza sua experiência como diretor de uma fábrica em Manchester e de seus ideais utopistas para transformar uma fábrica de 500 pessoas em New Lanark (Escócia) numa...

... aldeia de 2.500 pessoas, compostas na sua origem por elementos mais heterogêneos e, na sua maior parte, dos mais desmoralizados, numa colônia-modelo que se bastava a si mesmo, em que a embriaguez, a polícia, a justiça repressiva, os processos, a assistência aos indigentes e a caridade eram coisas desconhecidas, e isto simplesmente dando aos espíritos um meio mais conforme com a dignidade humana e, sobretudo, uma cuidadosa educação às crianças da nova geração (Engels, 1971, p. 321).

Segundo Engels, “as novas e potentes forças produtivas que, até então, não serviam senão para enriquecer os indivíduos e oprimir as massas, constituem, aos olhos de Owen, a base da nova ordem social e estavam destinadas a trabalhar, como propriedade comum de todos, no bem-estar comum de todos” (Engels, 1971, p. 322). Outras experiências de “comunismo modelo” (Berg *apud* Noble, 2000) foram feitas por Owen durante cinco anos na colônia de Harmony Haal em Hampshire.

⁵⁷ Sendo o trabalhador a única fonte do valor, ele deveria ser o único detentor legítimo do produto, argumentavam Owen e também os ricardianos de esquerda W. Thompson e T. Hodgskins. Singer reconhece corretamente que, para Marx, o excedente jamais poderia pertencer em sua totalidade aos trabalhadores, uma vez que idosos, crianças etc. partilharão do “resultado do trabalho produtivo” (Singer, 1998, p. 73).

Segundo Maxine Berg (*apud* Noble, 2000), os seguidores de Owen viram a máquina como meio de libertação e de futura prosperidade no socialismo. Mesmo vendo que no capitalismo e no sistema competitivo a inovação tecnológica levava à intensificação do trabalho e à exploração, estes seguidores de Owen acreditavam que estas mesmas tecnologias encarnavam uma “certa promessa e perspectiva” que podiam ser utilizadas para fins cooperativos “no futuro do milênio”. Estes pensadores advogavam a necessidade do fim da propriedade privada e acreditavam que ela permitiria a supressão da divisão do trabalho. Com o fim da divisão do trabalho, deixariam de existir as classes sociais, a desigualdade e a dominação, criando condições materiais para o ócio, a educação e a produção coletiva numa sociedade socialista (Noble, 2000, p. 26).

Para Singer (1998), o projeto de Owen pode ser caracterizado de socialista ou comunista e tem persistido com modificações ao longo de quase dois séculos. Para enfatizar sua simpatia por Owen e pela visão “apropriacionista” das forças produtivas, Singer cita E. Thompson:⁵⁸

Muito longe de ter uma perspectiva retrógrada, o owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais a prender a imaginação das massas naquele período, que começava com a aceitação dos poderes produtivos da

⁵⁸ A concordância de Singer com Owen não é irrestrita, pois “a posição de Owen (e de Fourier, entre outros) supunha que a economia socialista deveria ser construída como um todo fechado e relativamente autossuficiente, para não ser “contaminada” pelo ambiente capitalista) através de “aldeias cooperativas ” (Singer, 1998, p. 113). Para Singer “os trabalhadores têm capacidade de organizar atividades econômicas segundo princípios próprios, socialistas, e os empreendimentos cooperativos podem, em certas condições, competir vitoriosamente com empresas capitalistas pelos mercados” (Singer, 1998, p. 113).

energia a vapor e da fábrica. O que estava em questão não era a máquina e sim a motivação do lucro, não as dimensões da empresa industrial, mas o controle do capital social por detrás (Thompson, 1968, p. 408 *apud* Singer, 1998, p. 70).

Segundo Singer, a partir de 1820, a classe operária britânica, a primeira a se defrontar com uma revolução capitalista, abandona a luta contra o progresso técnico (luddismo etc.) e passa a se engajar em uma outra utopia, a da construção de um “novo mundo à base das novas forças produtivas mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração” (Singer, 1998, p. 73) O sindicalismo passou a ser fortemente influenciado pelas ideias de Owen e “isso era lógico”:

Como a oposição ao industrialismo mostrava-se inviável, a única opção que restava aos trabalhadores era desenvolver um projeto de sociedade em que seus interesses pudessem ser realizados, através do aproveitamento das forças produtivas desencadeadas pelas máquinas e pelos motores (Singer, 1998, p. 89).

Nesse sentido, para Singer, o desafio ideológico, à luz da experiência histórica, “é formular um projeto de sociedade que respeite as liberdades individuais, políticas e econômicas conquistadas pelos trabalhadores no capitalismo hodierno e lhes ofereça inserção no processo produtivo em termos de pleno emprego, participação nas decisões que afetam seus destinos também ao nível de empresa e um patamar mínimo de vida” (Singer, 1998, pp. 109-110). Quanto às forças produtivas, o “ponto de partida” deve ter como “patamar seu desenvolvimento na atualidade, quando o capitalismo está hegemônico” e não o que

aconteceu nos séculos anteriores, pois este “patamar é ultrapassado a cada momento” (Singer, 2004, p. 7).⁵⁹

Embora sem aprofundar, Singer se posiciona em relação ao socialismo real apontando que “O colapso do socialismo realmente existente convenceu a maioria dos marxistas que o progresso econômico e os direitos individuais não podem ser garantidos sem liberdade econômica e algum grau de competição de mercado” (Singer, 1999, p. 73). É possível interpretar essa passagem, a partir dos estudos sobre a inovação tecnológica, associando-a a uma opinião bem conhecida, de que um *deficit* de liberdade econômica e de competição de mercado, que teria causado uma baixa taxa de inovação nas economias socialistas, teria sido uma das causas do fracasso do socialismo real em proporcionar às suas populações progresso econômico e direitos individuais. Em outras palavras, de que a recusa em empregar certas tecnologias, que haviam se tornado lugar comum no mundo capitalista, porque contrariavam normas socialistas e

⁵⁹ Autores marxistas como os citados na Introdução questionam a ideia de que as forças produtivas estão em contínua e inexorável evolução e seu “patamar é ultrapassado a cada momento”. Chesnais e Serfati (2003, p. 46), por exemplo, criticam o descompasso na análise marxista sobre a C&T causado por uma leitura “produtivista” dos escritos de Marx e Engels. Eles sugerem que o movimento comunista internacional, ao afirmar reiteradamente que a contradição entre as relações sociais de produção e as forças produtivas levaria a uma situação em que as forças produtivas libertar-se-iam das relações sociais capitalistas e seriam postas a serviço das necessidades sociais, constituiriam o suporte de uma nova sociedade. Seguindo esta interpretação, muitos marxistas passaram a acreditar que a questão essencial da transição seria a apropriação das forças produtivas pelos trabalhadores e sua melhor utilização numa sociedade socialista. A ciência, a tecnologia ou dito de outra forma, as relações do Homem com a natureza sob a égide do capitalismo seriam para o socialismo, ao mesmo tempo, uma “herança” e um “trampolim” (*idem*, p. 46). Elas se constituiriam numa herança que o socialismo poderia aceitar. Seriam, também, um trampolim a partir do qual a humanidade poderia avançar realizando pequenas inflexões de rota.

teriam um impacto socialmente disruptivo, teria sido um detonador da crise do socialismo real.

Como ressalta Wallis (2000, p. 130): “Na perspectiva das categorias de Marx, isto resultou em uma situação de extrema ironia: um sistema identificado com o ‘socialismo’ passou a ser visto como um grilhão para o desenvolvimento das forças produtivas”. Na direção inversa, a observação do que ocorria no Primeiro Mundo parecia levar o movimento comunista a acreditar que as relações sociais do capitalismo de alguma forma teriam deixado de constituir um “grilhão” para qualquer avanço tecnológico, como até então se postulava.

Caso se adote essa perspectiva, não é de surpreender que o movimento de crítica à experiência do socialismo real que sucedeu à queda do muro de Berlim não tenha incorporado a sua variante tecnológica. Ao contrário, a ideia de avanço – em vez de retrocesso – que impulsionou o retorno ao capitalismo incluiu uma percepção de que o socialismo havia falhado porque não havia sido capaz de introduzir na economia os frutos da “Revolução tecno-científica” e que a recuperação do tempo perdido demandava uma acelerada “modernização tecnológica”.

István Mészáros: em prol de uma radical reestruturação das forças produtivas

A reflexão de István Mészáros (2002) sobre a tecnociência se dá no âmbito da proposta que formula uma mudança global que tem por objetivo não só o fim do capitalismo, mas também a transcendência do

“sociometabolismo do capital”. Sua teoria vai em busca das exigências qualitativamente mais elevadas da nova forma histórica, o socialismo pós-capital (e não pós-capitalista⁶⁰), onde o ser humano possa desenvolver sua “rica individualidade”.

Ao contrário da maioria dos autores marxistas do século 20, ele entende a tecnologia, a ciência etc. como sendo não neutras e, por isso, acredita que antes de herdarem as forças produtivas, os trabalhadores devem preocupar-se em reestruturá-las radicalmente. Para ele, o poder liberador das forças produtivas “permanece como um mero potencial diante das necessidades autoperpetuadoras do capital”. No campo mais específico da tecnologia, ele afirma que sua inserção é estruturada com o único propósito de “reprodução ampliada do capital a qualquer custo social”.

Sua interpretação sobre as forças produtivas também pode ser vista em sua obra *O poder da ideologia*, quando ele critica Habermas e dialoga com Raniero Panzieri. De acordo com Mészáros (2004, p. 519), Habermas “caricatura Marx” ao afirmar que ele “fala em forças produtivas neutras” (Habermas, 1986, p. 91). Pautando-se nas observações de Panzieri sobre a máquina e a racionalidade capitalista – além de outros autores –, Mészáros afirma que Marx sabia muito bem que “na utilização capitalista, não apenas as máquinas, mas também os ‘métodos’, as técnicas organizacionais etc. são incorporados ao capital e confrontam o trabalhador *como capital*: como uma ‘racionalidade’ externa” (Mészáros, 2004,

⁶⁰ Vimos no capítulo 1 que Mészáros (2002) usa a expressão pós-capital e não pós-capitalista porque, por exemplo, enquanto a experiência soviética, uma sociedade pós-capitalista, extinguiu a propriedade privada dos meios de produção e deu origem ao planejamento burocrático, uma sociedade pós-capital extinguirá todas as determinações da produção de mercadorias.

p. 519). Assim, todo sistema é “abstrato e parcial, passível de ser utilizado apenas em um tipo hierárquico de organização” (Panzieri, 1980 *apud* Mészáros, 2004, p. 519). De acordo com Mészáros,

Marx jamais poderia considerar neutras as *forças* produtivas, em virtude dos seus elos orgânicos com as *relações* de produção; por isso, *uma mudança radical nessas últimas, nas sociedades que querem extirpar o capital de sua posição dominante, exige uma reestruturação fundamental e um caminho qualitativamente novo de incorporação das forças produtivas nas relações socialistas de produção* (Mészáros, 2004, p. 519).

No artigo “Mais-valia e planejamento”, Panzieri (1982) afirma que

Frente à interligação de tecnologia e poder realizada pelo capital, a perspectiva de um uso alternativo (pela classe operária) da maquinaria não pode, evidentemente, basear-se numa derrubada, pura e simples, das relações de produção (de propriedade), nas quais estas sejam consideradas como uma casca destinada a desaparecer, em um certo nível de expansão produtiva, simplesmente porque se tornou demasiado pequena. *As relações de produção estão dentro das forças produtivas*, e estas foram “moldadas” pelo capital. É isso que permite a perpetuação do desenvolvimento capitalista, mesmo depois de a expansão das forças produtivas ter atingido seu nível mais alto (Panzieri, 1982, p. 25 – grifos no original e parênteses no original).

Mészáros (2002, p. 575), ao chamar a atenção para o fato de que as “condições materiais de produção, assim como sua organização hierárquica, permanecem no dia

seguinte da revolução exatamente as mesmas que antes”, e ressalta a questão-chave que estamos enfocando: as formas tecnológicas capitalistas, por possuírem uma alta inércia, fruto de um longo período de acumulação e fortes estímulos ao seu desenvolvimento, representam um significativo desafio para a mudança sociopolítica qualitativa. É por essa razão para ele uma radical transformação dos meios e técnicas de produção é considerada por como sendo “um problema paradigmático da transição”.

Segundo Mészáros, imediatamente após a “expropriação dos expropriadores”, não é apenas os meios materiais e tecnologias de produção herdadas que permanecem os mesmos junto com as suas ligações com o sistema de troca, distribuição e consumo dado, mas a própria organização do trabalho permanece profundamente encastoadada naquela divisão social hierárquica do trabalho “que vem a ser a mais pesada opressão herdada do passado” (Mészáros, 2002, p. 596-597).

Num plano mais concreto, Mészáros discorda de Lukács – e provavelmente o faria em relação a Paul Singer – sobre a “livre intercambialidade das fábricas construídas para propósitos capitalistas no socialismo, dado que o processo produtivo ocorreria sem problemas, numa base materialmente ‘neutra’”. Lembremos que para Lukács, “uma fábrica construída para propósitos capitalistas tranquilamente pode produzir sem mudanças significativas sob o socialismo, e vice-versa” (Lukács, 1991, p. 86). Para Mészáros, Lukács trata de forma “fetichista” os conceitos de tecnologia e de “instrumentalidade pura” (Mészáros, 2002, p. 864). E ele continua sua crítica de forma irônica nesta longa, porém esclarecedora passagem:

Este postulado da neutralidade material/instrumental é tão sensato quanto a ideia de que o *hardware* de um computador pode funcionar sem o *software*. E até mesmo quando se chega a ter a ilusão de que isto poderia ser feito, já que o “sistema operacional” etc. não precisa ser carregado separadamente de um disquete ou disco rígido, o *software* relevante já estava gravado no *hardware*. Por isso, nenhum *software* pode ser considerado “neutro” (ou indiferente) aos propósitos para os quais foi inventado.

O mesmo vale para as fábricas construídas para propósitos capitalistas, que trazem as marcas indelévels do “sistema operacional” – a divisão social hierárquica do trabalho – com o qual foram constituídas. Para ficar com a analogia do computador, um sistema estruturado em torno de uma CPU é bastante inadequado para um sistema operacional dividido para Processadores Paralelos “descentralizados”, e vice-versa. Portanto, um sistema produtivo que se proponha a ativar a participação plena dos produtores associados requer uma multiplicidade adequadamente coordenada de “Processadores Paralelos”, além de um sistema operacional correspondente que seja radicalmente diferente da alternativa centralmente operada, que seja a capitalista ou as famosas variedades pós-capitalistas de economias dirigidas, apresentadas enganosamente como de “planejamento” (Mészáros, 2002, p. 865).

Mészáros, ao argumentar que as questões da divisão do trabalho, da alienação, do “avanço” das forças produtivas foram abordadas incorretamente, oferece um substrato poderoso para a crítica à maioria das interpretações sobre C&T do marxismo do século 20.⁶¹ Talvez por concentrar a atenção na tomada do poder pela

⁶¹ Para Mészáros (2002, p. 527), um conceito que requer uma reavaliação fundamental é o de “avanço produtivo” do capital.

classe trabalhadora, na propriedade estatal dos meios de produção etc., e em outras tarefas imediatas relativas ao período de transição, a esquerda marxista reduziu a questão da tecnologia e da ciência a uma mera “apropriação” das forças produtivas engendradas no capitalismo pelo proletariado e a sua “melhor” utilização para a construção do socialismo.

Podemos afirmar, interpretando Mészáros, que a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente econômico, e não pode ser resumida ao tema da tomada do poder. Tudo nos leva a crer que as transformações qualitativas não se dão como resultado de uma simples mudança política, mas, sim, são processos que envolvem um longo prazo de “revolução social” através de um trabalho positivo de “regeneração” (Mészáros, 2002, p. 865). Mas, sem dúvida, Mészáros não é um fatalista, nem acredita que estamos “num beco sem saída”; muito menos acreditaria que teremos que retornar para a Idade Média e começar tudo de novo. Mészáros analisa o problema das forças produtivas, contextualizando-o dentro da história, mostrando as contradições existentes nas forças produtivas, suas amarras e o potencial emancipatório da C&T.

Ele mostra os equívocos da esquerda que “esqueceu” este problema, mas também sinaliza as possibilidades históricas de “transcendência da autoalienação do trabalho” (Mészáros, 2002). Poderíamos fazer uma analogia sobre a necessidade de reestruturação das forças produtivas sem “voltar” para a Idade Média como o mesmo entraria na teoria da transição socialista apregoada por Mészáros. Para ele, este processo deve abarcar todos os aspectos da inter-relação entre capital, trabalho e Estado – e é concebível apenas como uma forma de reestruturação transitória no

poder das mediações materiais herdadas e progressivamente alteráveis. Aqui vale a comparação:

Como no caso do pai de Goethe (mesmo que por razões muito diferentes), não é possível colocar abaixo o prédio existente e erigir outro com fundações completamente diferentes em seu lugar. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, “retirando um andar após o outro com fundações completamente diferentes em seu lugar”. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, “retirando um andar após o outro de baixo para cima, inserindo a nova estrutura, de tal modo que ao final nada deve ser deixado da velha casa”. Na verdade, a tarefa é ainda mais difícil do que esta. Pois a estrutura de madeira em deterioração do prédio também deve ser substituída no curso de retirada da humanidade da perigosa moldura estrutural do sistema do capital (Mészáros, 2002, p. 599).

Simulando o diálogo

Nesta seção final, nossa intenção é contrapor as ideias dos dois autores analisados, o que é feito trazendo à cena a discussão em curso no país sobre a Economia Solidária.

Como evidencia a passagem a seguir, Singer não concordaria com a colocação de Mészáros (2002, p. 527) de que o conceito de “avanço produtivo” requer uma reavaliação fundamental. Para Singer, o desenvolvimento “solidário”:

busca novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e autorrealização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os *avanços científicos e tecnológicos promovidos pelas multinacionais*, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão (Singer, 2004, p. 7 – grifo nosso).⁶²

Se, para Singer, o desenvolvimento das forças produtivas abriu possibilidades positivas e quase infinitas de substituição da pessoa humana por meios artificiais no processo produtivo (Singer, 1998, p. 48),⁶³ Mészáros (2002)

⁶² Sobre os entraves que a tecnologia desenvolvida nas multinacionais cria para a emancipação humana, ver Shiva (1991; 2001), Oliveira (2002a, 2002b e 2003) e Lacey (2002). Para uma avaliação crítica mais ampla da ciência e os valores nela embutidos, ver Lacey (1999). Segundo Marcos Barbosa de Oliveira (2002), deveremos desmistificar a ideia de que a Ciência e a Tecnologia são o “lado bom do capitalismo”. No prefácio do livro de Shiva (2002), Oliveira e Lacey escrevem: “Shiva é uma crítica radical dos modelos tecnológicos dominantes na agricultura e do conhecimento que os informa” (Oliveira e Lacey, 2001, p. 17). Para estes pesquisadores, as quatro violências por ela denunciadas: violência contra os supostos beneficiários do conhecimento (lavradores pobres e suas famílias), propriedade intelectual (monopólio do conhecimento), pilhagem do conhecimento, pilhagem da natureza, “são decorrência não de formas particulares de utilização desse conhecimento, *mas de sua própria natureza*. O conhecimento reducionista serve necessariamente aos interesses da agricultura capital-intensiva e mesmo em condições socioeconômicas favoráveis *não pode* contribuir para projetos favoráveis à justiça social” (Oliveira e Lacey, 2001, p. 17 – grifo nosso). No livro *O fetiche da tecnologia*, procuramos mostrar que a tecnologia capitalista não pode ser simplesmente transplantada para empreendimentos com características autogestionárias (Novaes, 2007).

⁶³ Esta visão positiva acerca da tecnologia desenvolvida no capitalismo é encontrada de forma reiterada nos escritos de conhecidos líderes marxistas cuja posição acerca de outras questões era radicalmente distinta. Segundo Lenin “os bolcheviques devem distinguir a fábrica como meio de exploração (disciplina baseada no temor da inanição) e a fábrica como um meio de organização (disciplina baseada no trabalho coletivo, unificado pelas condições possibilitadas por uma forma de produção altamente desenvolvida tecnicamente).” E segue: “O taylorismo, como todo progresso capitalista, é uma combinação da refinada brutalidade da exploração burguesa e um elevado número de grandes conquistas

utiliza as categorias totalidade da força de trabalho e capital social total para ressaltar como o capital tem sido capaz de utilizar tanto as formas primitivas de acumulação de capital (escravismo, trabalho em domicílio, terceirização etc.) quanto as fábricas automatizadas.⁶⁴

Se nossa leitura estiver correta, pode-se afirmar também que Singer minimiza a luta entre capital e trabalho que deu origem a inúmeras máquinas⁶⁵ e acentua ou resume a entrada da maquinaria a uma decorrência da competição intercapitalista.

Mészáros (2002) lembra ainda que a máquina é o resultado da materialização de relações sociais, da luta de classes, enquanto Singer nos dá a entender que a máquina seria um atributo físico, neutro, não proveniente do meio na qual foi engendrada; uma *receita de bolo* que, por isso, poderia ser usada tanto por trabalhadores quanto por capitalistas. Singer (2004) também parece acreditar numa visão linear de “progresso”, de “avanço científico e tecnológico” (Singer, 2004, p. 7), onde a “melhor tecnologia sobrevive” e onde há uma “superioridade técnica” (Singer,

científicas obtidas mediante a análise do movimento mecânico durante o trabalho, a eliminação de movimentos imprecisos e supérfluos, a elaboração de métodos corretos de trabalho, a introdução dos melhores sistemas de contabilidade e controle etc. Nós temos que organizar na Rússia o estudo e o ensino do sistema taylorista e experimentá-lo sistematicamente, adaptando-o aos nossos objetivos” (Lenin, 1960 *apud* Reinfelder, 1980, p.16). Sobre Lenin e o seu contexto histórico, ver Bryan (1992), além dos autores citados.

⁶⁴ Para saber mais sobre a categoria totalidade do trabalho e sua heterogeneidade, ver Mészáros (2002, parte IV). Para uma apresentação da obra de Mészáros, ver Antunes (2005).

⁶⁵ Feenberg (2002), procurando ressaltar a luta entre capital trabalho, lembra que Marx, demonstrando uma face pouco conhecida dos deterministas tecnológicos marxistas, já ressaltava que “poder-se-ia escrever toda uma história dos inventos que, a partir de 1830, surgiram apenas como armas do capital contra os motins operários” (Marx, 1996, p. 32, vol. II).

2004, p. 10),⁶⁶ enquanto, conforme vimos, para Mészáros um conceito que requer uma reavaliação pelo marxismo é o de “avanço” produtivo do capital, o que leva Mészáros (2002) a crer que o sociometabolismo do capital cria, na verdade, forças destrutivas.⁶⁷

Mészáros também discordaria de Singer no que se refere ao que, segundo ele, seria o interesse “naturalmente antagônico ao capital que o emprega” do “proletariado científico e tecnológico”. Antagonismo que estaria determinado pelo fato de que “a ética científica de conquistar conhecimento novo para a humanidade deve se chocar com sua comercialização” (Singer, 2004, p. 15).⁶⁸

Mészáros (2004), provavelmente se contraporiria a Singer quando argumenta sobre a inexistência de uma ética científica acima dos interesses do capital. Ademais, Mészáros parece crer que o papel dos cientistas e tecnólogos ao longo da segunda metade do século 20 de forma alguma se chocou com os interesses de

⁶⁶ Reinfelder (1980), Noble (2001) bem como Pinch e Bijker (1990) criticam a visão evolucionista da tecnologia. Esta visão acredita equivocadamente que a seleção tecnológica é um processo semelhante a evolução darwiniana. Para uma revisão das obras de Noble, ver Novaes e Dagnino (2005).

⁶⁷ Hobsbawm (1996, p. 562) afirma que: “O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana”.

⁶⁸ Seguindo a vertente inaugurada por Engels, Plekhanov é um dos autores marxistas que de forma mais radical se expressa acerca da autonomia absoluta das ciências naturais, no âmbito das quais, segundo ele, “um gênio descobre leis cuja operação, é claro, não depende de relações sociais”. Condição semelhante gozaria os meios de produção: ainda que desenvolvidos em (e através de) relações sociais de produção específicas, eles teriam uma prioridade lógica e histórica sobre estas últimas. Essas duas ideias conduzem à outra, mais conhecida e que sintetiza a visão do marxismo ortodoxo sobre a C&T, de que “é apoiadas num estágio particular das forças produtivas que emergem determinadas relações de produção”. (Plekhanov, 1972 *apud* Reinfelder, 1980 p. 15)

comercialização.⁶⁹ Para ele, “Uma das ilusões mais resistentes em relação às ciências naturais refere-se às suas pretensas ‘objetividade’ e ‘neutralidade’, que lhes são atribuídas em virtude de seu caráter experimental e instrumental, em contraste com o caráter socialmente mais envolvido e comprometido das “ciências humanas”. Entretanto, um exame mais cuidadoso mostra que estas objetividade e neutralidade não passam de lenda, pois, na realidade, o que ocorre é o oposto” (Mészáros, 2004, p. 283). A ciência não é um agente soberano, material e politicamente autossuficiente, diz Mészáros. Ela é “inseparável, subordinada ou ‘vinculada’ à voz que domina o presente: a comunidade de negócios do complexo militar-industrial” (Mészáros, 2004, p. 283).⁷⁰ Para ressaltar a divergência de opiniões entre Singer e Mészáros, citamos outra passagem de Singer que deixa claro sua visão sobre o papel da C&T no capitalismo e para a transição:

A mola que impulsiona o desenvolvimento capitalista é a concorrência entre os capitais privados pelo domínio dos mercados em que atuam. Nessa luta, a superioridade técnica é um dos elementos determinantes da competitividade. Por isso as empresas investem muito

⁶⁹ Uma interpretação contrária a de Singer é defendida também por Noble (1977) que, em suas pesquisas, verificou como a maioria dos envolvidos com P&D nos laboratórios das grandes empresas em nada se assemelhavam ao arquétipo dos cientistas desinteressados e sabiam muito bem que suas atividades tinham um fim comercial.

⁷⁰ Comentando a opinião de Austin, que afirmava que os grandes cientistas chegaram às suas descobertas “perambulando para um lado e para o outro com seus instrumentos” e “tropeçando em algo realmente importante, mais do que, um belo dia resolvendo: vamos atacar algum problema” Mészáros (2004, p. 278), refuta a ideia de independência dos cientistas citando Einstein, quem em *On peace* afirmou: “se eu fosse novamente um rapaz e tivesse de decidir como ganhar a vida, não tentaria me tornar um cientista, um acadêmico ou um professor. Escolheria antes ser um encanador ou um vendedor ambulante, na esperança de encontrar aquele modesto grau de independência possível nas atuais circunstâncias”.

em P&D [Pesquisa e Desenvolvimento]. Embora, ao fazerem isso, as empresas visem apenas o lucro, elas acabam possibilitando persistente avanço do conhecimento científico (Singer, 2004, p. 10).

Pode-se depreender então que, indiretamente, ao buscarem o lucro, as empresas acabam promovendo o “avanço” – entendido como positivo para a classe trabalhadora e para a superação do capitalismo – do conhecimento científico.⁷¹ O que seria preciso então mudar?

Segundo Singer, uma nova proposta de desenvolvimento – o “desenvolvimento solidário” – seria entendido como “um processo de desenvolvimento de novas forças produtivas”: novos bens e serviços de consumo humano e novos processos de produção (Singer, 2004, p. 8 e 10). No entanto, o desenvolvimento solidário não teria a pretensão de se opor ao desenvolvimento. Para Singer, seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais equitativa e menos casual. Nesse sentido, o desenvolvimento solidário “apoiar-se sobre os mesmos avanços do conhecimento, e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua

⁷¹ Posição semelhante é assumida entre outros autores marxistas por Trotsky quando, aparentemente buscando continuar a colocação de Lenin sobre o taylorismo indicada em nota anterior, diz que os revolucionários não devem pretender esmagar o fordismo, mas “separar o fordismo de Ford, socializá-lo e purgá-lo”. Postura que se alinha com sua visão de que o marxismo estaria fundado na ideia de que o “desenvolvimento da técnica é a mola fundamental do progresso e que o programa comunista deve estar construído sobre a dinâmica das forças produtivas” (Trotsky, 1974, *idem* p. 18).

utilização, e, portanto, dos benefícios que venham proporcionar” (Singer, 2004, p. 11).⁷² Dentre as rupturas necessárias no campo da C&T, Singer destaca a necessidade de se colocar o novo conhecimento livremente disponível para todos, ao contrário do que ocorre no regime de propriedade privada, via patentes, que atualmente vigora.⁷³

Por último, mas não menos importante, faz-se necessário analisar duas outras questões levantadas por Singer com as quais Mészáros provavelmente não concordaria. Segundo Singer,

A terceira revolução industrial está levando a uma redução do autoritarismo capitalista e aumento das responsabilidades. Se for verdade que as novas forças produtivas desenvolvidas na revolução microeletrônica exigem maior participação e democracia nas empresas, a predição de Marx de que o socialismo se imporá por exigência do desenvolvimento das forças produtivas será então realidade (Singer, 1999, p. 31).

No seu livro *Uma utopia militante*, Singer desenvolveu esse argumento com maior precisão ao afirmar

⁷² É interessante verificar como Stalin, embora se referindo a um contexto bem distinto, argumenta de forma semelhante para indicar como as avançadas forças produtivas usadas no capitalismo poderiam ser colocadas a serviço de um novo projeto político. Segundo ele, o capitalismo contemporâneo estaria marcado por uma condição em que “as relações capitalistas de produção teriam cessado de corresponder ao estágio alcançado pelas forças produtivas da sociedade e passado a estar numa situação de irreconciliável contradição com elas”. Os revolucionários teriam, então, que entender que sua “missão histórica” seria liberar as forças produtivas através da “substituição da existente propriedade capitalista dos meios de produção pela propriedade socialista” (Stalin, 1973 *idem* p. 17).

⁷³ Esta proposição já se tornou concreta – para Singer – com o movimento de “*software* livre”. Dentre outras rupturas, Singer propõe também a necessidade de uma outra organização da produção, pautada na propriedade social dos meios de produção.

que para Marx, “a revolução social seria um resultado de uma transformação supraestrutural, condicionada e exigida pela evolução das forças produtivas”⁷⁴ (Singer, 1998, p. 20).

Segundo Mészáros (2004, pp. 266), a ideia de que a ciência segue um curso de desenvolvimento independente, de que as aplicações tecnológicas nascem e se impõem sobre a sociedade com uma exigência férrea, é uma simplificação demasiadamente grosseira que é frequentemente utilizada para mascarar objetivos ideológicos.

Mészáros (2004, p. 261-262) afirma que “graças ao poder das forças sociais reificadoras que estavam por trás do sucesso do positivismo e neopositivismo, uma visão extremamente unilateral do desenvolvimento ‘autônomo’ da ciência e da tecnologia se tornou, não o ‘senso comum’, mas o mistificador lugar comum de nossa época. Seus defensores vão desde filósofos ganhadores do prêmio Nobel, como Bertrand Russel, até sábios midiáticos dedicados à divulgação de voos lunares religiosamente acompanhados; desde os escritores de ficção científica até os bem recompensados propagandistas do complexo militar industrial. A aceitação acrítica desta visão foi particularmente favorecida pelo pós-guerra, período marcado pelo consenso e por sua irmã gêmea, a ideologia do fim da ideologia. Tornou-se moda falar sobre a “ascensão da sociedade tecnológica, um tipo totalmente novo de

⁷⁴ Essa visão, defendida por vários autores marxistas desde os anos de 1920, tornou-se francamente dominante no movimento socialista europeu dos anos de 1970, como expressaram alguns de seus líderes o “socialismo estaria sendo forjado no calor branco da revolução científico-tecnológica” e “podia ser inferido do atual desenvolvimento das forças produtivas que a sociedade moderna estava madura para o socialismo” (Reinfelder, 1980, p. 19). No plano acadêmico, autores como Richta (1972) argumentava que seria a Revolução técnico-científica o que iria possibilitar a convergência entre os sistemas socialista e capitalista, quando não a vitória do socialismo, era saudado em todo o mundo.

sociedade humana, na qual a ciência e a tecnologia ditam as formas dominantes de pensamento e moldam cada vez mais quase todos os aspectos de nossa vida cotidiana”.

E conclui: “A afirmação de que nossa ‘sociedade tecnológica’ é um ‘tipo totalmente novo de sociedade’ em que ‘a ciência e a tecnologia ditam’ o que acontece ao corpo social, abalando por sua própria conta as instituições estabelecidas e ‘destruindo os fundamentos sociais por sua própria conta as instituições estabelecidas e os fundamentos sociais dos valores mais prezados’, é uma completa mistificação. Não pode haver um ‘tipo totalmente novo de sociedade’ criado pelo mecanismo pretensamente incontrolável e autopropulsionado das descobertas científicas e dos desenvolvimentos tecnológicos porque, na verdade, a ciência e a tecnologia estão sempre profundamente inseridas nas estruturas e nas determinações sociais de sua época” (Mészáros, 2004, p. 265).

Ao longo de sua obra, Mészáros não demonstra ou teoriza nada que nos leve a crer que o socialismo se impõe por “exigência do desenvolvimento das forças produtivas”.⁷⁵ Ele também parece não crer que a revolução para Marx seria o resultado somente de uma transformação supraestrutural. Conforme vimos nas páginas anteriores, Mészáros, ao realizar a atualização da obra de Marx “para os nossos dias”, crê que a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente econômico, e não pode ser resumida ao tema da tomada do poder – tema que Singer não compartilharia –, devendo necessariamente transformar também radicalmente a “infraestrutura”

⁷⁵ Combatendo a visão dominante no movimento socialista europeu, Walter Benjamin (*apud* Reinfelder, 1981, p. 9) assim se expressou: “Nada tem atrapalhado mais o movimento trabalhista alemão do que a crença de que ele estaria nadando a favor da corrente, uma corrente que ele associa à dinâmica do desenvolvimento tecnológico”.

produtiva. Para Mészáros, uma mudança supraestrutural pouco intervêm no domínio do capital sobre o trabalho. Suas obras também não afirmam em momento algum que a terceira Revolução Industrial esteja levando a uma redução do autoritarismo do capital e das responsabilidades dos trabalhadores. Aliás, para Mészáros, o que vem ocorrendo é justamente o oposto, a intensificação do trabalho em níveis estarrecedores.⁷⁶

Uma palavra final deve ser dita sobre o objetivo enunciado no começo deste trabalho: ampliar o espaço ainda pequeno que a questão das forças produtivas na transição ao socialismo ocupa na agenda da esquerda. É claro que cabe ao leitor uma apreciação sobre sua consecução, sobre a eficácia do método de simulação de um diálogo e, também, sobre a conveniência de submeter a uma crítica tão cerrada um dos intelectuais que mais tem contribuído para a criação de um pensamento de esquerda em nosso país. Não obstante, acreditamos que ele se constitui num exercício de crítica que explora de maneira apropriada os limites oferecidos pelo espaço acadêmico e que, ao fazê-lo, traz para o seu interior, revitalizando uma tradição da universidade brasileira, questões indispensáveis para a construção de nosso futuro.

⁷⁶ Sobre as implicações recíprocas entre microeletrônica e chão de fábrica, vimos no capítulo 3 uma extensa bibliografia que se contrapõe à afirmação de Singer, das quais destacariamos Tragtenberg (2005), Faria (1987; 1998); Silva (2001; 2002), Noble (1984). Faria (1987), por exemplo, diferencia as estratégias de cooptação dos trabalhadores promovidas pelo capital e as estratégias dos trabalhadores em busca da autogestão, contrapondo-se a ideia de Singer de que as primeiras possam ser consideradas “democráticas”. Tragtenberg (2005), já nos anos de 1980, desmistifica a suposta democratização da fábrica, o “participacionismo” etc., mostrando que as novas tecnologias e as novas formas de envolvimento da classe trabalhadora se configuram com as velhas formas de extração de trabalho sob novas roupagens, muito mais devastadoras que o taylorismo.

6

Uma pedra protossocialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre a política pública de Economia Solidária no governo Lula⁷⁷

Introdução

Este capítulo pretende tecer algumas linhas sobre a filosofia da política pública de Economia Solidária no governo Lula, principalmente no primeiro mandato. Quando da eleição de Lula, mesmo com a divulgação da “carta ao povo brasileiro”, na verdade uma carta ao capital financeiro, ainda pairava na sociedade alguma alegria popular e a esperança de uma mudança. Afinal, havia sido eleito um operário que poderia representar os anseios do povo.

Francisco de Oliveira (2003) pergunta se existia a possibilidade de ruptura ou ela foi apenas uma ilusão eleitoral. A nosso ver, tratou-se de uma ilusão eleitoral, pois partimos da hipótese de que a subida de Lula não representou uma ruptura histórica com a ditadura militar e com os governos Collor, Itamar Franco e FHC. O desafio de

⁷⁷ Escrito com o Prof. Paulo Alves de Lima Filho. Os autores agradecem os comentários de Fábio Campos.

iniciar uma transição rumo a uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas, autogovernada pelos produtores associados, não entrou e dificilmente entrará na pauta do governo Lula.

De imediato já poderíamos adiantar que o governo Lula atribui um papel pouco estratégico à Economia Solidária. Para nós, a espinha dorsal do governo Lula é a reprodução do capital financeiro e a garantia da superexploração do trabalho. Como linha menor, e divergindo deste projeto para o Brasil, temos algumas vezes que pretendem criar uma social-democracia tardia no Brasil. Para Patrus Ananias, por exemplo, teríamos que “reconstruir o Estado de bem-estar social” (Ananias, 2006). Um sintoma bem claro da pouca relevância do movimento de Economia Solidária é a forma como foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), quatro meses depois do 1º dia de governo. Ao que tudo indica, esta secretaria somente foi criada devido à pressão – de baixo para cima – do movimento de Economia Solidária.

Também é preciso salientar que embora não concordemos com muitas das posições do secretário Paul Singer, trata-se de um fiel defensor do cooperativismo e associativismo popular, inclusive dentro de uma ótica socialista (embora a nosso ver utópica no contexto histórico brasileiro). Uma visão próxima a de Paul Singer parece não se repetir em outras esferas deste governo ou do PT, pois estes nem sequer mencionam a necessidade do socialismo no Brasil.

Do ponto de vista da geração de trabalho e renda, a visão hegemônica do governo é a de acenar com a esperança da retomada da carteira assinada, cabendo ao cooperativismo apenas, se tanto, o papel de trabalho “temporário”, “passageiro”, até que atravessemos a tempestade da recessão. É em função disso que a visão ao

fim predominante não é a de Singer – secretário de uma pasta marginal compromissada com a promoção do cooperativismo rumo a uma sociedade alternativa – mas, sim, a de um cooperativismo “funcional”, como forma de conter o desemprego e subemprego em massa. Isso nos permitirá desenvolver o argumento de que a Senaes seria uma espécie de pedra protossocialista num colar declaradamente pró-capital, principalmente pró-capital financeiro.

No capítulo 5 analisamos a visão de Paul Singer sobre a tecnologia capitalista. No capítulo 2 fizemos a crítica à visão de mercado deste pensador social. Esses capítulos devem ser vistos como complementares ao tema aqui esboçado, uma vez que, para nós, é fundamental compreender a forma como o secretário Paul Singer pensa determinadas questões. Como é sabido, diferentes diagnósticos sobre determinados problemas levam a diferentes propostas de intervenção na realidade e, para o nosso caso, no Estado capitalista periférico brasileiro. Porém, ao mesmo tempo em que é importante compreender a visão do secretário, também é preciso analisar o que pensam os segmentos ou grupos de poder que compõem a Senaes, se eles reforçam ou contrariam a visão do secretário.

Este capítulo faz parte de uma pesquisa em andamento que pretende contrastar as políticas públicas para a promoção do cooperativismo em quatro países da América Latina: Argentina, Venezuela e Uruguai, além do Brasil. Trabalhamos com a hipótese de que há uma diferença substancial entre as propostas dos governos de Chávez, Kirchner, Lula e Tabaré Vasquez. A de Chávez parece estar inserida numa ótica de construção do “socialismo do século XXI” enquanto no Brasil, Argentina e Uruguai, apesar das especificidades de cada um, predomina a “ideologia da contenção social ao desemprego e

subemprego em massa” (Novaes, Serafim e Dagnino, 2007 e Novaes, 2007).

Este capítulo tem um caráter preliminar, uma vez que o momento atual não permite uma avaliação minuciosa do tema. Frequentemente, os historiadores afirmam que é muito difícil analisar um momento histórico que ainda está em processo. No entanto, arriscamos algumas hipóteses, que serão melhor fundamentadas num momento posterior.⁷⁸

Adotamos as seguintes balizas para analisar a política de Economia Solidária do governo Lula: a) história da América Latina, particularmente a do Brasil, b) a correlação de forças na sociedade e em especial a luta de classes em torno do projeto cooperativista nos dois governos Lula; c) a correlação de forças que sobe ao poder no governo Lula e sua economia política, b) o Estado herdado e, de acordo com a ideologia de sua economia política, as possibilidades de revertê-lo do ponto de vista da criação de políticas compromissadas com a superação da sociedade de classes e a emancipação das Cooperativas e Associações de Trabalhadores, c) a visão hegemônica sobre Economia Solidária no governo Lula; d) a visão de Economia Solidária do secretário Paul Singer e dos segmentos que compõem a Senaes.

⁷⁸ Cabe ressaltar que este texto foi escrito no final do primeiro governo Lula, não conseguindo captar as contradições da política de economia solidária na sua totalidade. Depois disso, principalmente em função do PAC, o Pacto de dominação no Brasil foi aperfeiçoado, ao resgatar o Brasil Grande Potência, usando os fundos públicos para as grandes empreiteiras, gerando emprego que em alguma medida “integraram” trabalhadores formais e informais no mercado de trabalho e no fetiche do consumo etc. modificando parcialmente o cenário para a Economia Solidária e os rumos dos movimentos sociais. Optamos por preservar a estrutura do texto e aprofundar tanto a análise dos dois governos Lula quanto o “inventário” das políticas de Economia Solidária em outro trabalho.

Para confeccionar este texto, nos baseamos em textos da internet que procuram “desvendar” o governo Lula, na observação semestral do sítio da Senaes, em conversas informais com membros da secretaria, nas palestras de Paul Singer e na leitura de alguns artigos de pesquisadores que vêm refletindo sobre a Economia Solidária. Convém assinalar a pouca atenção dada pelos pesquisadores brasileiros ao projeto de sociedade concebido por esta nova “esquerda” – para o nosso caso da Economia Solidária, suas inovações em termos de políticas públicas, de transformação do Estado e seus limites – assim como a desatenção prestada às coligações de partidos habitantes do poder e o perfil dos secretários(as), seja nas prefeituras que criaram políticas de Economia Solidária seja no Governo Federal.

O capítulo foi estruturado da seguinte forma: inicialmente traçamos algumas linhas sobre o Brasil inserido no contexto mais amplo das transformações ocorridas na América Latina nos últimos 30 anos. Em seguida, traçamos algumas linhas sobre a história do Brasil, com o objetivo de compreender o governo Lula em perspectiva. Em seguida, defendemos o argumento de que as políticas públicas para a promoção da Economia Solidária se constituem numa pedra protossocialista dentro de um colar pró-capital, principalmente pró-capital financeiro. Descrevemos, então, algumas das políticas de Economia Solidária criadas no governo Lula e encerramos o Capítulo com considerações finais.

Notas sobre os últimos 30 anos da América Latina

O mundo foi palco, nos anos de 1970, de uma generalizada crise socioeconômica que deu origem a inúmeras estratégias por parte do capital para a recomposição da sua taxa de lucro. Na América Latina, o aumento do endividamento externo, acompanhado pela segunda crise do petróleo, conformou nesse período fortes mudanças na estrutura sociopolítica, que redundaram em elevada concentração de renda, acentuada pauperização e desemprego estrutural, ditaduras políticas e conseqüente desmantelamento das formas de representação político-sindicais dos trabalhadores, além de afirmação definitiva da forma subordinada dos capitalismo nacionais.

É nos anos de 1990 que a América Latina começa a ficar em ruínas, aprofundando a ruptura ensejada pelas ditaduras militares. Eduardo Galeano escreveu, nos anos de 1970, *As veias abertas da América Latina*, livro extremamente atual, que serviu para simbolizar a sangria de recursos jorrados para fora da região. Se fosse atualizado para o caso dos anos de 1990, possivelmente receberia o nome de *As veias arrombadas da América Latina*. Outra menção ao tema pode ser encontrada no conto de Julio Cortázar, “La casa tomada”, onde o autor retrata a invasão de uma casa, que pouco a pouco é toda ocupada. O paralelo com a América Latina “tomada” é plenamente cabível, em função da perda de controle dos centros de decisão para as potências do norte, principalmente o império estadunidense.

Com a exceção dos governos Chávez, Corrêa e Morales, que tentam hoje imprimir novas marcas no continente, para os outros países o padrão de acumulação do capital vigente é o da hipertrofia do capital financeiro aliada à superexploração do trabalho.

Os anos de 1980 ficaram marcados pelo baixo crescimento, estagnação do emprego com carteira assinada e início da exacerbação dos conflitos sociais. Mas é somente nos anos de 1990 que a barbárie se configura em sua plenitude na América Latina.

Na década de 1990, “década vendida”, na qual, aliás, o crescimento foi ainda menor do que o da década perdida, vivemos outra estagnação econômica, processos de abertura comercial e aplicação das políticas arquitetadas pelo Consenso de Washington e consentidas pela nova correlação das forças de centro-direita ascendidas ao poder, que deu aval a esses processos. No Brasil, Collor e Fernando Henrique Cardoso. Na Argentina, Carlos Menem privatiza a nação. A América Latina foi desindustrializada e desnacionalizada, tornando-se uma “colônia moderna”.

É também na década de 1990, em troca do “apoio” internacional para a realização destas políticas e da estabilização monetária, que a América Latina receberá grandes fluxos de capital financeiro de curto prazo (Dos Santos, 2000).

A “resposta” dada a esta crise pelos estados latino-americanos foi chamada pelos cientistas sociais de modelo neoliberal. Uma “solução” apontada pelo neoliberalismo para a crise fiscal foi a redução gradativa da atuação do Estado para o exercício de certas funções. Entre outras, é nessa época que para efetivar essa máxima, o Estado *produtor* de bens e serviços é taxado de “ineficiente”. Alguns autores latino-americanos resumiram esta questão na seguinte expressão: “Estado mínimo para os trabalhadores e a soberania nacional, Estado máximo para o capital”.

A adoção de políticas de ajustes estruturais pela América Latina, na década de 1990, aprofundou o desmantelamento da estrutura salarial e trabalhista e na perda de direitos sociais e da proteção social adquirida

(Svampa, 2003), conformando assim um aumento do desemprego, do subemprego e, em linhas gerais, da indigência social – e da dependência (Dos Santos, 2000). Tal como nos informa a tese de doutorado de Isabella Jinkings (2007), as transformações recentes do capitalismo mundial apontam para movimentos simultâneos de privatização e desregulamentação da vida social e econômica, de ataque aos direitos democráticos e de fortalecimento dos aparatos coercitivos do Estado, caracterizando um Estado cada vez mais Penal.

A adoção de políticas de segurança de “tolerância zero” nos EUA é expressiva destes movimentos constitutivos da globalização do capital, sob o domínio do neoliberalismo, que convertem amplos segmentos sociais em deserdados das condições básicas à sobrevivência.

Cada vez mais distanciado das políticas sociais e comprometido com o capital transnacional, contratando, nas palavras de Aécio Neves, “ONGs, Oscips e Apacs” para a “elaboração de diagnósticos”, para a realização de “oficinas profissionalizantes [...] e, com empresas privadas, na oferta de vagas de trabalho [alienado] para presidiários e ex-detentos” (colchetes nosso), o Estado neoliberal apresenta-se crescentemente fortalecido em seus mecanismos repressivos, fenômeno que alguns autores analisam como a “emergência do Estado Penal” em substituição ao chamado Estado de bem-estar social europeu e o Estado com leves características públicas na América Latina.

Nesse sentido, o Estado cumpre uma função fundamental ao “forçar” a privatização das políticas públicas que outrora estavam sob seu comando. Essa parece ser a proposta do governador Aécio Neves, do Prefeito Kassab e dos Governadores de São Paulo para o nosso capitalismo de miséria, ao colocar sob a esfera da rentabilidade do capital, disfarçado sob a roupagem de

parcerias público-privadas e ONGs, os presídios de Minas Gerais, e o ensino, no caso de São Paulo.

Junto a isso, o Estado mantém sua função de criação de cursos profissionalizantes para que os presos voltem a trabalhar “normalmente”, vendendo sua força de trabalho, obviamente sem voltar a desobedecer a ordem⁷⁹. Passemos agora à análise de algumas das especificidades do Brasil nesse processo, para então, depois, retratar a singularidade do governo Lula.

Especificidades do Brasil

Procuraremos traçar aqui algumas linhas sobre este país chamado Brasil. Devido à tentativa de obtermos uma visão panorâmica, considerado principalmente o período pós 1990, deixaremos muita coisa pelo caminho.

O Brasil, terra de índios que viviam para a subsistência, entrou no sistema do capital em 1500 como uma grande colônia de exploração, voltada para o mercado externo. Em 1816, encerra-se o pacto colonial, passando o império britânico a dominar nossas terras. No início do século XX, o Brasil passa a se industrializar num contexto de consolidação do imperialismo (Dos Santos, 2000).

Com a revolução de trinta e a ascensão de Getúlio Vargas, a acumulação de capital passa a ser internalizada, via industrialização. O mercado interno se consolida, há a criação de uma massa proletária significativa e até uma consolidação das leis do trabalho. No pós Segunda Guerra

⁷⁹ Para o debate sobre a “inversão” do crime, os episódios nos presídios no ano de 2007 que paralisaram o Estado de São Paulo, etc, ver Pinassi (2009), p.87-94.

Mundial e principalmente nos anos de 1960 é quando diversas demandas da classe trabalhadora latino-americana são atendidas, pois elas e forças a ela ligadas vão se aproximando da conquista do poder ou nele já se encontram, como é o caso do Brasil. O ponto de ruptura no subcontinente ocorreu com as ditaduras militares dos anos de 1960, nitidamente engajadas na dissolução dos avanços conquistados pelos trabalhadores e os setores burgueses empenhados na conquista de fatias maiores de soberania econômica nacional, conformando aquilo que Florestan chamou de contrarrevolução capitalista (Fernandes, 1989).

Na primeira fase da ditadura, o bloco civil-militar liderado pelos militares da ala direita da revolução de 1930, antivarguistas, velhos anticomunistas americanófilos amantes do nazifascismo e formas assemelhadas nativas ou forâneas, é hegemonizado pela ala pró-industrialização, ainda que subordinada, destinada a cumprir os desígnios históricos do Brasil Potência por eles desejado. Opera-se a completude do DI da economia e funda-se um importante complexo industrial-militar destinado a conferir ao país o *status* de potência média emergente na América do Sul. Os militares iniciaram a financeirização da economia brasileira, com taxas de emprego relativamente estabilizadas em níveis altos e repressão aos movimentos sociais. Humphrey (1980) narra o milagre econômico como sendo o resultado da superexploração da força de trabalho nas fábricas, via contenção salarial e aumento da produtividade dos trabalhadores.

Na segunda fase da ditadura, nossa elite arquitetou muito bem a transição para a “democracia”. Na verdade, tivemos uma transição transada, sem rupturas com a antiga ordem (Fernandes, 1989).

A Constituinte de 1988, com um determinado ar progressista, foi atropelada em vida pela burguesia e seus

representantes nela e depois posta no escanteio pelas reformas dos anos de 1990 (Lima Filho, 2007). A ausência de uma polarização socialista da classe trabalhadora na política nacional vai conduzir as composições burguesas no poder do estado não contra, mas por dentro da ordem do capitalismo moderno e subalterno construído pela primeira fase da ditadura. Em 1989, Lula foi derrotado pelos meios de comunicação, principalmente no Jornal Nacional e já no período pré-eleições, onde se reproduziram permanente e diligentemente os pontos fracos de Lula e se acentuaram as virtudes de Collor. FHC, numa coligação com o PFL e outros partidos de aluguel, promoveu o definitivo saqueio da nação.

No Brasil, a abertura comercial e a valorização cambial iniciada com o Plano Real, resultaram no barateamento dos produtos importados, na queda da inflação, nos processos de reestruturação produtiva (Leite, 2003) das empresas e na desestruturação produtiva (Oliveira, 1994) da indústria brasileira. No plano político, o Brasil experimentou a chamada “transição transada”. Saímos de uma ditadura militar e aprofundou-se a nossa plutocracia. Manteve-se o capitalismo dos monopólios, subordinado, gerado sob a etapa anterior.

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD/ IBGE (Ipea, 2007), o Brasil, de 1995 a 2003, presenciou o crescimento acentuado do desemprego, que saltou de 6,2% para 10%. A informalidade cresceu. A taxa de trabalhadores sem carteira assinada (incluindo aqui os que trabalham por conta própria) chegou a 47,2% em 2002. A renda média real dos trabalhadores brasileiro caiu 21,88%, entre 1996 e 2002 (Ipea, 2007).

Poderíamos realizar este debate em perspectiva histórica. De acordo com Ianni (1989, 2000), diferentes projetos de Brasil foram arquitetados em nossa história,

que variaram fundamentalmente entre dois: capitalismo associado ou transnacional (períodos de 1956-1962, 1964-1982, 1985-1994, 1995-1998 e que estenderíamos por nossa conta para 1999-2002) e capitalismo nacional (1930-1945, 1950-1954, 1962-1964)⁸⁰.

Ianni, por exemplo, não tem dúvidas ao enquadrar os últimos governos (1994 a 2002) como promotores de um Brasil “província do capitalismo global”, o que nos leva a crer que se tratou da promoção do capitalismo associado, porém com o agravante da desindustrialização. De acordo com Ianni (2000),

esta é a ironia da história: o Brasil nasce no século XVI como província do colonialismo e ingressa no século 21 como província do globalismo. Depois de uma longa e errática história, através do mercantilismo, colonialismo e imperialismo, ingressa no globalismo como modesto subsistema da economia global. (...) [O Brasil] ingressa no século 21 como simples província do capitalismo global; revelando-se um caso de dependência perfeita (Ianni, 2000, p.51).

E ele prossegue: “o que caracteriza a encruzilhada em que se encontra o Brasil na transição do século 20 ao

⁸⁰ Ainda seguindo os passos de Ianni: “Ao longo da história da formação do capitalismo no Brasil, o país oscilou entre duas tendências principais. Em certos momentos predominava uma inclinação no sentido de um capitalismo nacional, razoavelmente autônomo, apoiado no mercado interno, com centros decisórios internalizados, aspirando ao desenvolvimento econômico autossustentado. Em outros momentos, predominou a inclinação no sentido do capitalismo associado, articulado ao internacional, procurando beneficiar-se das associações com as multinacionais. O que venceu, ao longo dessa história, foi o capitalismo associado. Ainda que com problemas, disputas e antagonismos de cunho financeiro, tecnológico, militar, político e outros, o que passa a predominar desde a época do Programa de Metas é um sistema econômico altamente associado com as multinacionais, com matriz nos Estados Unidos, em países da Europa e no Japão” (Ianni, 1989, p. 255).

XXI é o abandono e o desmonte do projeto nacional, com as suas implicações político-econômicas e socioculturais, e a implantação de um projeto de capitalismo transnacional, com as suas implicações político-econômicas e socioculturais” (Ianni, 2000, p. 51).

Para aqueles que ainda não acreditavam no “declínio do Brasil nação”, as décadas de 1980 e 1990 simbolizam o enterro (agora definitivo) da possibilidade de um desenvolvimento capitalista nacional. No entanto, mais uma vez, e insistentemente, surgem as vozes que tentam trilhar uma saída capitalista nacional para o Brasil, como uma espécie de retorno ao passado: e estas vozes estão presentes em algumas alas do PT e PSB. Ou eles não aprenderam as lições históricas dos últimos 60 anos ou, realmente, não estão comprometidos com uma possível transição socialista. Sejamos mais precisos.

As próprias elites dirigentes do país são enfáticas ao evidenciar que não querem promover um capitalismo nacional, haja vista terem sido elas próprias a promover a última pilhagem da nação. São elas que não querem um capitalismo nacional, preferindo o “cosmopolitismo de cócoras” na expressão de Fiori. Se elas não querem, por que o governo insiste em tentar fabricar mais uma vez um empresário nacional, nem mesmo desejado por eles mesmos?

Theotônio dos Santos (2000) acredita que não só o Brasil, mas a América Latina como um todo marchava em direção ao socialismo nos anos de 1960. O suicídio de Getúlio postergou o golpe militar em dez anos, fato que se consubstanciaria na renúncia de Jânio Quadros e na ascensão de João Goulart. Se Juscelino representou a primeira morte da nação, a ditadura militar de 1964 significou o aprofundamento da desnacionalização e a extinção das forças de esquerda brasileiras. Trata-se

evidentemente de uma ruptura histórica. Mas a regressão histórica não para por aí, conforme veremos no item seguinte.

Trabalhar até a exaustão

As forças do trabalho foram erodidas na era FHC, em parte como derivação da inserção na globalização, em parte como estratégia deliberada do grupo dominante (Oliveira, 2003). No Japão, será nos anos de 1990 que virão à tona as denúncias sobre o *Karoshi*, doença proveniente da intensificação do trabalho com o “modelo japonês”. No Brasil, os trabalhadores que ficaram nas empresas reestruturadas, “trabalham com a arma do desemprego na cabeça” – feliz expressão de C. Dedecca. Os que foram vítimas da desestruturação industrial ou já pertenciam ao mercado informal, trabalham com a arma da fome na cabeça. O trabalho superexplorado nos canais brasileiros dá origem à *birôla*, um infarto do miocárdio proveniente do trabalho que leva à exaustão. Os teleoperadores, em geral mulheres que realizam a média de 140 ligações em uma jornada de seis horas, com pausa de 15 minutos, e precisam cumprir metas excessivas de produtividade em tempo preestabelecido, executam atividades que apresentam características do taylorismo (Venco, 2007), e que, aliás, frequentemente geram depressão.

Lembre-mos de que foi Jacques Wagner, o primeiro ministro do Trabalho de Lula, quem acenou, ainda em 2003, com o perdão à multa rescisória das empresas que demitissem. Não foi criada no governo Lula nenhuma política de mudança efetiva das relações de trabalho que

regiam e regem o país e, ao que tudo indica, nada se fez para reverter o quadro de superexploração do trabalho. Há fortes evidências de que a agenda de mudança criada pelo governo Lula é a da continuidade da superexploração da força de trabalho.

Apesar de ter início nas décadas de 1970-1980, é na década de 1990 que as empresas brasileiras se internacionalizam, seja através de uma política mais agressiva das que “sobraram”, seja através da venda do seu patrimônio ou de grandes parcelas dos seus ativos para o capital estrangeiro. Isso para não falar nas empresas públicas que foram saqueadas, principalmente nos setores de telecomunicações e energia. Calcula-se esse montante em aproximadamente 112 bilhões de reais, em valores de 2002.

Vivemos neste período inúmeros processos de fusões e aquisições. Basta ver que dentre as quinhentas maiores empresas instaladas no Brasil, a maioria é de corporações multinacionais. Também, principalmente na década de 1990, é que as grandes corporações passam a se beneficiar e, ao mesmo tempo, estimular a reprodução financeira do capital. Este processo levou a uma ruptura entre as definições de setores produtivo/improdutivo. É neste período que os bancos ganharam lucros astronômicos. No governo FHC esta tendência se firma e no governo Lula ela se reforça, ou seja, universaliza-se o domínio do capital financeiro sobre a produção material e seus inevitáveis corolários enquanto capital fictício em país de capitalismo subordinado: corrupção, especulação, desnacionalização e desindustrialização⁸¹.

⁸¹ Fábio Campos (2009) nos lembra também que há uma perda de discricionariedade na política econômica nos últimos anos e que esta tem avançado muito no governo Lula. Ele observa, por exemplo, que os exportadores não precisam mais internalizar suas divisas na economia nacional. Desse modo, numa crise financeira, o país não tem mais a

A partir dos anos de 1990, a crise da sociedade brasileira se agudiza. Dentre os sintomas do aprofundamento desta crise, podemos destacar a escalada das drogas, o aumento assustador de condomínios para proteger a classe dominante, o aumento das vendas de remédios para depressão, o número de malabaristas, ambulantes e jovens limpando-sujando os vidros dos carros etc. Em Campinas, importante cidade do interior paulista, o aumento da depressão na classe média é visível, bastando a um observador desatento ficar meia hora em qualquer farmácia do Cambuí.

De acordo com Márcio Pochmann, 5 mil famílias controlam 40% do PIB brasileiro e 10 mil famílias controlam nossa dívida pública. O Brasil é um paraíso para 10 mil famílias: toda a economia é arquitetada para atender e beneficiar os rendimentos deste grupo de poder, além de outros setores da oligarquia e das multinacionais. Para os trabalhadores, principalmente os informais, resta a luta pela sobrevivência diária.

O primeiro governo Lula

N'A *crítica à razão dualista*, Oliveira (2004) nos mostra que a exclusão e a concentração da renda no Brasil são necessárias para a acumulação de capital. Mostra também que os mutirões – a chamada autoconstrução –, bem como a ausência de uma reforma agrária são

capacidade de nem mesmo usar aportes cambiais advindos da venda de commodities naturais e industriais, que correspondem a 67% da pauta de exportações. Os analistas “esquecem” que há um nível elevado de conversibilidade da conta capital, em que os não residentes têm todas as regalias do mundo para fluir os seus recursos em moeda forte sem necessidade de *swaps* ou coisas do gênero.

funcionais para dinâmica do capital nesse capitalismo periférico, chamado atualmente por ele de capitalismo ornitorrinco, animal que guarda características de distintas espécies.

Mas o que fez o governo Lula diante do ornitorrinco? Na avaliação de Francisco Oliveira (2004), Lula aprofundou as características deste animal esquisito. Seu governo se apresenta como a fusão de dois grupos de poder, ou melhor, a formação de uma nova classe social. De um lado, temos técnicos e intelectuais travestidos de banqueiros (PSDB) – e de outro – a elite dos trabalhadores que se transformou em operadora dos fundos de previdência, núcleo do PT⁸². Mas, o que une estes dois grupos, alguém poderia perguntar? A resposta é o acesso e o controle dos fundos públicos.

Há uma nítida continuidade da política econômica de FHC, basta ver a nomeação de técnicos da Febraban para o Ministério da Fazenda. Fazendo um prognóstico do que seria o governo Lula, Francisco de Oliveira (2003, p. 40) escreve que o que iria se impor no futuro imediato é a continuação da política econômica de FHC, enfeitada com uma política social tipo Fome Zero e, posteriormente, Bolsa-Família.

Numa entrevista recente, Oliveira argumentou que já nos anos de 1980 ele previa que Lula tinha um projeto para a classe média e não mais para os trabalhadores. Em outras entrevistas, afirmou que o Brasil vive uma espécie de “hegemonia às avessas”, onde os dominados ou seus

⁸² Uma outra análise instigante sobre o papel dos sindicatos – ou melhor – do “capitalismo sindical” principalmente a partir do terceiro quarto do século 20 é oferecida por Bernardo e Pereira (2006). Este livro permite ao leitor analisar em perspectiva histórica o surgimento dos sindicatos, a tendência a conversão destes em burocracias sindicais e o papel dos sindicalistas no controle dos fundos de pensão, dentre outros temas relacionados.

representantes podem assumir o comando moral do país desde que não toquem nos fundamentos econômicos da dominação.

Lowy aponta, também em 2003, que desde o primeiro dia de seu exercício, Lula seria submetido à clássica chantagem dos mercados financeiros. Qualquer tentativa de desvio da ortodoxia neoliberal provocaria uma retração dos capitais voláteis. Aceitem, então, como todos os outros, as regras estabelecidas do jogo, acomodem-se à realidade, comenta Lowy. De fato Lula e Palocci fizeram muitas concessões aos mercados, assumiram todos os compromissos com o FMI/BM e seu sucessor – Guido Mantega – não modificou a política econômica. O primeiro sintoma da continuidade com o governo FHC foi a “Carta ao povo brasileiro”, um documento que explicitava, já no segundo turno das eleições, que nem Lula nem Serra iriam mudar a política econômica.

Lula não freou a utilização de medidas provisórias como forma de garantir a reprodução política do sistema, um belo sintoma da continuidade com os decretos lei da ditadura e com as medidas provisórias de FHC. Ocorrerá em 2004 a descoberta de que o governo se também se utilizava de um velho expediente, do mecanismo de compra de parlamentares, o chamado “mensalão”, um belo exemplo de quão podres estão as instituições brasileiras, particularmente a câmara.

Façamos, porém, algumas ponderações. Lula não teve a maioria nem na Câmara nem no Senado. A maioria dos estados brasileiros também estava nas mãos da oposição. Lula recorreu a inúmeras alianças espúrias com partidos reconhecidamente conservadores e ao já citado mensalão. O maior empresário da indústria têxtil no país, do Partido Liberal, também foi chamado para ser vice-presidente da República.

O governo Lula cumpriu rigorosamente seus contratos. No ano de 2006, pagamos 275 bilhões de reais de dívida externa. Em 2007, 180 bilhões de reais. O número absoluto da dívida externa não quer dizer nada, mas, se compararmos com os investimentos do governo em Saúde e Educação, passa a ser representativo do peso de uma dívida que já foi paga milhares de vezes.

Uma reforma da previdência mais regressiva que a de FHC foi implementada. Presenciamos, também, a desconstrução da tímida legislação social (Antunes, 2007) e o florescimento do sindicalismo corporativista (Alves, 2007).

Por sua vez, Alves (2007) e Sampaio Jr. (s/d) ponderam que o governo Lula não é autônomo, mas o sintoma de uma crise que envolve a sociedade brasileira como um todo. Nesse sentido, afirmam que não há movimentos sociais no Brasil suficientemente articulados para pressionar ou reconfigurar o atual governo. As centrais sindicais vivem uma crise estrutural e não conseguem dar um passo sequer para além do capital e das limitações do seu seguidismo pró-governista.

Uma pedra protossocialista num colar pró-capital financeiro: as políticas de Economia Solidária no governo Lula

Diferentes projetos de sociedade tentam conviver no governo Lula, mas um deles prevalece. Tudo leva a crer que, de um lado, nosso pacto de dominação está alicerçado na reprodução do capital financeiro, expropriando as riquezas do país e, de outro, o Bolsa Família para amortecer a miséria e evitar a explosão de conflitos sociais.

No caso do cooperativismo e associativismo, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), representante histórica do cooperativismo de patrões, freia a criação de novas entidades representativas do cooperativismo e deseja criar um tipo de cooperativismo desvinculado da luta de classes, baseado no assalariamento de trabalhadores e na contenção ao desemprego e subemprego em massa. Os representantes do capital financeiro, principal força do governo Lula, desejam criar um tipo de cooperativismo que não interfira nos centros nevrálgicos de acumulação do capital financeiro. A burguesia ilustrada também aceita o cooperativismo, desde que ele também não altere as estruturas sociais que garantem o *status quo*. Isso para não falar nas estratégias de criação de Cooperativas que precarizam as relações de trabalho, estas também impulsionadas por grandes corporações nacionais e estrangeiras que viram na terceirização uma forma de diminuir custos e fragmentar a classe trabalhadora.

Por sua vez, do lado dos trabalhadores, também não são poucas as propostas em torno do cooperativismo e associativismo. Elas navegam num vasto leque que vai desde o chamado “desenvolvimento solidário” até aqueles que vislumbram no cooperativismo um instrumento de luta social que lhes sirva, num primeiro momento, para garantir a sobrevivência, mas num contexto ofensivo, de florescimento e universalização do cooperativismo tendo em vista o “autogoverno pelos produtores associados” numa sociedade totalmente desmercantilizada. Não é preciso dizer que a posição que defendemos é a última.

Mas caberia a pergunta: como esses conflitos se materializam no Estado brasileiro? Acreditamos que se materializam na luta entre classes ou frações de classes para a apropriação dos fundos públicos e configuração de

políticas que lhes permitam uma certa sustentação ou o reforço de políticas públicas a muito tempo existentes para as classes dominantes.

No nosso caso, o desafio é desvendar como as políticas públicas são conformadas pela luta de classes. A nosso ver, é necessário levar em conta o peso da estrutura inercial do Estado brasileiro (subalterno), grosso modo dominado há séculos pela oligarquia rural, desde 1930 pela “burguesia industrial” e nos últimos 30 anos pelo capital financeiro. Além disso, cabe perguntar sobre a capacidade – principalmente da Senaes e do MDS – de reconfigurar o nosso Estado. Não é por acaso que o Estado não “ouve” nem “anda” para os movimentos sociais e, quando “anda”, anda a passos lentos e em função da pressão dos mesmos. Isso nos permite concluir que o Estado capitalista não é “total flex”, para usar uma palavra corriqueira. Acreditamos que o capital não sobreviveria um dia sem o apoio do Estado e este apoio está demasiado enraizado na estrutura social brasileira para ser revertido sem uma revolução social.

Em outras palavras, o peso das características históricas determinantes do capitalismo brasileiro interfere na lógica de funcionamento da Senaes. No entanto, a Senaes não é uma célula passiva do Estado brasileiro. Isso pode ser atestado quando, mesmo diante do avanço da barbárie no governo Lula, a Senaes consegue imprimir algumas marcas no Estado, ainda que bem modestas. Conforme veremos a seguir, a criação de um Atlas, o fortalecimento de Cooperativas Populares já existentes, a criação e o fomento de ITCPs, a criação de Centros de Formação em EcoSol etc.

Além de uma estrutura altamente inercial, uma outra característica comum do Estado brasileiro é a sua “feudalização”. Cada ministério ou secretaria de um

ministério executa sua atividade de forma segmentada e desconectada de outras instituições que trabalham com o mesmo objeto de política pública. Essa desarticulação não casual se manifesta dentro da própria coalizão de governo, na qual se nota a existência de diferentes grupos de poder ou alas de um partido com diferentes visões e entendimentos sobre um mesmo assunto. O que reforça a segmentação e a desarticulação da política pública a ele referida.

No caso da política de Economia Solidária, é fácil observar que enquanto um grupo de poder inserido na Senaes a reconhece como a antessala de um estilo alternativo de desenvolvimento e inclusive como uma política necessária para a construção do socialismo, outros a veem como um simples trampolim para levar os desempregados a ingressarem no mercado de trabalho numa conjuntura mais favorável. Embora não seja nossa intenção desenvolver tais questões neste Capítulo, as mencionamos porque elas ajudam a entender as contradições que emergem do processo de elaboração das políticas públicas para a promoção da Economia Solidária.

Para o caso dos defensores do cooperativismo e associativismo rumo a uma sociedade desmercantilizada e autogovernada, o desafio é imenso, uma vez que eles têm que enxergar os problemas dentro de uma “totalidade histórica” e buscar a integração ou reversão de uma função estatal, com políticas fragmentadas em diversas secretarias ou ministérios – alguns dos quais vitalmente ligados àquela função estatal – que só enxergam a realidade de forma parcial⁸³.

⁸³ Um tema que iremos abordar em outros artigos tem a ver com a resistência e a ideologia dos funcionários públicos liberais ou desenvolvimentistas “acostumados” a criar políticas de geração de trabalho, diríamos trabalho alienante, diante da novidade da Economia Solidária. A sabotagem consciente ou inconsciente da burocracia estatal já

Se o problema dos trabalhadores desempregados e subempregados fosse apenas a geração de trabalho não alienante, seria fácil. No entanto, trata-se concomitantemente de uma questão de moradia com tecnologia apropriada, saúde não mercantilizada, alimentação saudável, lazer não alienante, educação pela autogestão etc. o que nos obriga a pensar a questão de uma forma totalizante.

Um dos problemas, frequentemente assinalados por alguns pesquisadores, é o quanto de dinheiro e por quanto tempo deve-se investir a fundo perdido nas Cooperativas e Associações de Trabalhadores, ou seja, quanto tempo elas irão demorar para se tornarem empreendimentos “sérios”, tomada por séria somente a reprodução ampliada do capital. A nosso ver, subestimamos os prazos e o contexto de surgimento das mesmas. Tanto no caso brasileiro quanto no venezuelano, as Cooperativas não conseguem sobreviver sem o apoio direto do Estado, aliás, tal como o capital monopolista. Resta saber se há possibilidades de garantia de sustentação destas Cooperativas, pois verificamos, tomando por base as políticas implementadas

foi observada por diversos pensadores sociais. Lenin, refletindo sobre este tema no contexto da revolução russa, chega à seguinte conclusão: “Nós assumimos a velha máquina do Estado, e foi esse nosso infortúnio. Com muita frequência essa máquina funciona contra nós. Em 1917, depois de tomarmos o poder, os funcionários públicos nos abandonaram. Isso nos atemorizou, e nós pedimos: “Por favor, voltem”. Eles todos voltaram, mas esse foi o nosso infortúnio. Temos agora um vasto exército de funcionários, mas faltam-nos forças suficientemente educadas para exercer um controle real sobre eles. Na prática, ocorre com frequência que, na cúpula, onde exercemos o poder político, a máquina, bem ou mal, funciona. Mas, lá embaixo, os funcionários governamentais têm controle arbitrário e com frequência o exercem de maneira a contrariar nossas medidas. Na cúpula, temos não sei quantos, mas de qualquer modo creio que não são mais que alguns milhares; e por fora, várias dezenas de velhos funcionários que recebemos do czar e da sociedade burguesa, e que, em parte deliberadamente e em parte inconscientemente, trabalham contra nós” (Lenin, 1976, v.33, p.428-429).

na Prefeitura de São Paulo (Marta Suplicy, entre os anos de 2001-2004), que logo após a mudança de governo, a maioria das Cooperativas criadas na gestão da Marta Suplicy desvaneceu-se devido à supressão dos apoios estatais.

Afirmamos em outros trabalhos que frequentemente alguns analistas “apressados” afirmam que o cooperativismo deveria funcionar sem subsídios do Estado. Esquecem que não existe nem sequer uma grande corporação que não tenha seus tentáculos no aparelho de Estado, se apropriando dos fundos públicos. Na agricultura, por exemplo, o argumento se aprofunda, pois não existe um único país no mundo que não subsidie seus agricultores. Na França, 70% do preço dos alimentos advém de subsídios. Neste sentido, por que eles querem que as Cooperativas alcancem certa perfeição que nem mesmo as empresas capitalistas “conseguem”?

É curioso notar que em tempos neoliberais, onde o Estado não é tão liberal quanto se tem propalado, quando o Estado de fato dá dinheiro ao capital estrangeiro, alguns afirmam que se trata de dinheiro para o “progresso da nação”, enquanto quando o dinheiro retorna para o povo, é chamado de Estado “paternalista” ou “populista”. O caráter ideológico dessas posições é evidente.

A filosofia do cooperativismo no governo Lula

Acreditamos que no caso da Senaes, o cooperativismo e o associativismo se encaixam numa proposta de transformação social rumo ao “desenvolvimento solidário”. Ainda que não isento de críticas, o socialismo é

tomado como horizonte por Paul Singer e seus auxiliares. Porém, como já nos dedicamos a isso nos outros capítulos deste livro, não cabe aqui retomar essas ideias.

Já para as outras secretarias e ministérios do governo Lula, o cooperativismo é visto como algo “passageiro”, “transitório”, um “quebra-galho”, um instrumento de “inclusão” até o momento da carteira assinada “retomar” o seu papel. Para a linha hegemônica do governo Lula, notadamente comprometida com o capital financeiro, o cooperativismo cumpre a função de amortecedor dos conflitos sociais ou a de um animal exótico e inofensivo no zoológico das políticas de geração de trabalho e renda. É justamente por isso que podemos afirmar ser a Senaes é uma pedra protossocialista num colar pró-capital, principalmente pró-capital financeiro.

Para Singer, o cooperativismo é algo que veio para ficar, tanto pela crise estrutural do desemprego e subemprego, quanto pelo que deveria ser a sociedade. Para o Ministério do Trabalho, a crise é conjuntural, passageira e o “sonho” é que todos tenham carteira assinada.

Uma comparação entre o Brasil e a Venezuela ajuda a explicitar o nosso argumento. Podemos representar simbolicamente de que forma se dá a combinação entre as visões dos diversos ministérios no Brasil e da Venezuela. No Brasil há pequenos vetores (principalmente Senaes e o MDS) que impulsionam o cooperativismo de trabalhadores. Estes são anulados, seja pelo contexto macroeconômico e pelo papel atribuído ao mesmo pelos outros ministérios. Ao contrário, na Venezuela, parece que há pequenas oposições entre o Ministério da Economia Comunal e as demais políticas do governo chavista.

Mas as políticas de Economia Solidária no Brasil não decorrem apenas das ideias que surgem na mente ilustrada de alguns quadros que se dispuseram para

arquitetar novas políticas públicas. Ela decorre da pressão dos movimentos sociais que veem na Economia Solidária uma resposta para seus anseios e necessidades imediatas, como veremos a seguir.

A pressão do movimento de Economia Solidária por políticas públicas de outra natureza

Acreditamos que as políticas de Economia Solidária são uma resposta pragmática de alguns poucos funcionários de carreira que foram “sensibilizados” por políticas de Economia Solidária que surgiram no Brasil. Pode-se dizer que eles “pressentiam” a dificuldade de se criar emprego com carteira assinada num contexto de crescimento do desemprego e do subemprego. Ao mesmo tempo, quadros políticos de coligações partidárias que sobem ao poder, mais engajados e conscientes sobre as necessidades do povo, viam no cooperativismo e associativismo uma outra forma de pensar o que deveria ser a sociedade, não mais pautada na carteira assinada.

Mesmo que os trabalhadores da Economia Solidária não tenham plena consciência da necessidade de criticar o Estado em sua totalidade e tentem definhar o Estado capitalista, há uma nítida pressão por políticas sociais de novo tipo. Aliás, é essa pressão que projeta determinadas pessoas e não outras a ocupar cargos específicos. Ela nos parece fundamental, mas façamos antes uma digressão sobre a forma como os conflitos sociais configuraram o Estado no século 20.

Se analisarmos o Estado brasileiro em perspectiva histórica, é possível traçar algumas tendências. No período

de 1930-1980, o Estado brasileiro, no que se refere foi arquitetado para promover a compra e venda da força de trabalho: uma política educacional voltada para a formação técnico-ideológica, uma política tributária que redirecionava os fundos para a acumulação industrial, políticas de compras do Estado para as grandes empresas etc. Nos últimos 30 anos, o Estado foi reconfigurado para promover e assegurar a reprodução do capital financeiro, o que alguns autores vêm chamando pelo nome “Estado mínimo para os trabalhadores e Estado máximo para o capital”.

Na realidade, o Estado realiza as tarefas necessárias à reprodução do capital, tarefas essas carregadas pelas frações burguesas no poder: burguesia colonial exportadora, burguesia nacional anticolonial e industrializadora e, por fim, em três fases distintas, iniciadas em 1964, todas as burguesias coloniais subordinadas ao capital financeiro nativo e forâneo, modernizadoras, nacionalistas pró-imperialistas, liberais e liberal-sociais.

Retomando nosso fio da meada – como nos lembra Ângela Schwengber (2006) – a Economia Solidária ainda é invisível para o Estado – e conseqüentemente para as burguesias no poder. A nova força – bem tímida, mas existente – que surge na sociedade brasileira com vistas a promover o cooperativismo, encontra então uma grande resistência dos funcionários públicos, em especial aqueles diretamente vinculados com a política de geração de trabalho e emprego.

Não são poucos os nossos colegas que afirmam que a burocracia brasileira não “enxerga” a Economia Solidária e muito menos vislumbram o florescimento da mesma. Quando enxergam, enxergam com bastante desconfiança.

Nos últimos 30 anos, a coluna vertebral da política de emprego foi um mix de geração de emprego com carteira

assinada com as políticas de fortalecimento do empreendedorismo, autoemprego etc e políticas assistencialistas para conter a massa de “inempregáveis”. As políticas públicas de Economia Solidária surgem como uma força marginal, no escanteio, sem voz, emparedada, na contratendência da política de geração de trabalho e renda, tentando criar um cinturão protetor que permita às Cooperativas sobreviver, seja através de políticas de compras do Estado, crédito, legislação favorável, educação pela autogestão etc. Em outras palavras, as forças e necessidades das maiorias trabalhadoras estão “subalternizadas” às correntes majoritárias no poder, em geral compromissadas direta ou indiretamente com o capital financeiro.

A pressão por políticas de novo tipo se materializou tanto na criação de baixo para cima e “na marra” da Senaes, principalmente pela pressão do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, quanto – em outro plano – na criação de departamentos e secretarias em prefeituras municipais e governos estaduais⁸⁴.

Mais precisamente, em alguns casos, em especial nas prefeituras, é fácil perceber que a política cooperativista não surge pela negativa, isto é, a ausência de alternativas diante da crise da carteira assinada, mas, sim, em função de uma proposta tendo em vista a construção de uma sociedade não pautada na carteira de trabalho.

De forma dialética, é preciso então compreender o surgimento desta política como o resultado da pressão dos movimentos sociais que chegaram às portas do Estado brasileiro em busca de políticas a seu favor que encontraram algumas mentes inquietas dentro dos partidos ou coligações partidárias catapultadas ao poder, as quais já

⁸⁴ Para um histórico e cronologia das políticas públicas de economia solidária, ver França Filho et al. (2006), dentre outros.

não viam na carteira assinada uma resposta ao desemprego e subemprego. Entretanto, pela pressão de funcionários públicos ou de funcionários comissionados que passam a tentar arquitetar “novas” políticas públicas para os grupos da Economia Solidária já existentes ou – para alguns casos – nem sequer formados.

É neste contexto de pressão dos movimentos sociais e de alguns membros alçados ao Estado pelos novos governos que surge o Conselho Nacional de Economia Solidária – Conaes – com uma leve influência dos movimentos sociais na confecção das políticas públicas. Se dividíssemos a política pública em três momentos: formulação, execução e avaliação, poderíamos dizer que parcelas do movimento da Economia Solidária querem agora interferir na formulação da política pública, seja através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, seja agora via Conaes. Para os analistas de políticas públicas, significa que os trabalhadores podem ajudar a desenhar a política pública, algo que poderia ser caracterizado como uma forma de definhamento do Estado – *in statu nascendi*. Tudo leva a crer que Paul Singer e sua equipe tentam fazer aqui uma inovação ou reproduzir uma inovação já iniciada em outras políticas, principalmente na saúde. Em vez do paternalismo das políticas públicas recorrentes no Brasil onde uma tecnocracia concebe a política pública, no caso da Senaes o povo é convidado para ajudar a desenhar as políticas públicas de Economia Solidária.

Vejamos agora, de forma bem sintética, as principais ações da Senaes. Iremos destrinchar e analisar estas propostas em outro momento das nossas pesquisas⁸⁵.

⁸⁵ Como um esboço de plano de pesquisa para destrinchar e refletir sobre as contradições das políticas públicas de Economia Solidária, devemos destacar: os limites e o papel da construção conjunta com o povo de políticas públicas e as possibilidades de definhamento e superação do Estado capitalista (tema-chave da alienação do trabalho), a quantidade e a

Atlas da Economia Solidária

Quando Paul Singer criou a Senaes, não foram poucas as declarações que afirmavam que deveríamos mapear a Economia Solidária para melhor intervir na realidade social. Diante desta necessidade, surgiu um imenso estudo para tentar identificar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), o setor onde estão inseridos, regiões do país, questões de gênero, rendimento etc.

Levando a proposta da Economia Solidária para outras esferas do Estado

Uma outra política criada logo depois da criação da Senaes foi a proposta de levar a Economia Solidária para outras esferas do Estado brasileiro e para isso, a Senaes optou por criar um curso de formação para funcionários de outros ministérios. Todos ministérios foram chamados e dos 37, cerca de treze se interessaram pelo tema.

qualidade de recursos utilizada, o inventário e as tentativas de construção de políticas interssetoriais com outras secretarias e ministérios, tendo em vista uma educação para além do capital, uma produção, distribuição e consumo voltados para a satisfação das necessidades humanas, a cooptação de setores da Economia Solidária pelo Estado, etc. , , Portanto, este capítulo é insuficiente e muito provisório, mas já traz para o debate alguns dos elementos fundamentais da nossa crítica.

Proninc – O apoio a Incubadoras de Cooperativas Populares

Em outro artigo (Novaes, 2008) e em nossa tese de doutorado (Novaes, 2010), retratamos o surgimento das ITCPs, e de uma forma mais geral, a tentativa de reacoplar a Universidade Pública às demandas dos movimentos sociais. A novidade do Proninc parece ser a tentativa de vincular funcionários públicos, seja de Universidades, Prefeituras e do Governo Federal aos anseios dos trabalhadores, principalmente os precarizados, via criação de políticas em torno do cooperativismo e associativismo.

Acreditamos que a maior força na Senaes é a das Incubadoras Universitárias. Alguns leitores, bem informados sobre as políticas para a criação de Incubadoras de Cooperativas no Brasil, devem estar dizendo que no governo Lula tivemos um crescimento substancial do número de Incubadoras de Cooperativas. Mais uma vez, temos a impressão de que os programas de Incubação das Incubadoras, bem como o financiamento para a Incubação de Cooperativas, apesar de ter se tornado uma política, ainda não se transformou numa ação-chave deste governo e dificilmente se tornará. O capital financeiro é quem dita as regras e os ventos da “Reforma de Bolonha” já chegaram ao Brasil.

A lateralidade das ITCPs pode ser vista nas declarações e na desconfiança que alguns fazedores de políticas públicas anunciam sobre a Incubação de Cooperativas. Do ponto de vista dos mesmos, trata-se de uma “concessão” aos pobres e marginalizados, ainda que não declarem isto. Do ponto de vista das classes dominadas, trata-se da realização de uma “pressão”, juntamente com os professores universitários, pela

tentativa de mudar a agenda de pesquisa, ensino e extensão das Universidades Públicas.

Podemos observar a pouca atenção foi dada ao tema da Adequação Sociotécnica, isto é, a necessidade de adequar a tecnologia convencional para os propósitos dos movimentos sociais (Novaes, 2010).

No Capítulo 5 vimos que Singer parte de uma concepção neutra e evolucionista da tecnologia. A Secretaria de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia pouco dialoga com a Economia Solidária não dialoga com a Senaes, e isso pode ser um sintoma da baixa integração entre a política científica e tecnológica e a política de promoção do associativismo.

Nas equipes da Senaes e do Ministério do Desenvolvimento Social, são raros os fazedores de Políticas Públicas que veem a inadequação da tecnologia convencional e se interessam em promover uma Política Científica e Tecnológica atrelada aos interesses das Fábricas Recuperadas, Associações e Cooperativas de Trabalhadores. Para piorar, se o problema fosse exclusivo à Senaes e MDS, seria até mais fácil criar uma PCT conectada aos interesses dos movimentos sociais, mas o grande problema é justamente o fato de que o MCT adota uma postura neutra e ofertista da tecnologia (Dias, 2006; Serafim, 2008)⁸⁶.

Em outros momentos, também fizemos uma crítica à visão ofertista dos editais do CNPq, que foca sua proposta na aquisição de máquinas e equipamentos e ignora a necessidade de Adequação Sociotécnica. Este tipo de edital, além de impedir o aprendizado tecnológico, ignora a

⁸⁶ A dissertação de mestrado de Serafim (2007) analisa detalhadamente a baixa relação entre a política científica e tecnológica e a política de inclusão social no governo Lula.

necessidade de adaptação da tecnologia convencional aos interesses das Cooperativas Populares.

Em Novaes (2007), afirmamos que a proposta de adquirir máquinas e equipamentos a fundo perdido, tal como vem sendo estimulada pela Fundação Banco do Brasil e pelo edital do CNPq, num primeiro momento, é muito sedutora. No entanto, podemos deduzir através de um olhar mais profundo que a proposta de “atualização” tecnológica traz consigo três pressupostos que, a nosso ver, devem ser analisados com maior cuidado: a) o de que a última tecnologia é sempre a melhor; b) já existe tecnologia disponível, basta utilizá-la e c) esta tecnologia disponível serve tanto para os propósitos de empresas convencionais quanto para empreendimentos com características autogestionárias (Novaes, 2007).

A visão de senso comum aceita a marcha da tecnologia como “inevitável” e “imutável”. Para Burawoy, “Se a tecnologia na realidade não é neutra e seu desenvolvimento é um processo não só econômico, mas também político, é importante analisar porque se fabrica e se comercializa uma determinada máquina ao invés de outras” (Burawoy, 1989, p. 233).

Centros públicos de Economia Solidária

No segundo Governo Lula, a Senaes multiplicou seu apoio à criação de Incubadoras de Cooperativas em Prefeituras ou de Centros Públicos de Economia Solidária. Ela também lançou uma chamada para a criação dos Centros de Formação em Economia Solidária, sendo um em Brasília, e outros quatro para as regiões Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste, além do Nordeste.

Cada proposta recebeu cerca de 1 milhão de reais para criar cursos em diversos formatos tendo em vista o fortalecimento das atividades formativas para a Economia Solidária.

Além dos centros de formação, pequenos implantados podem ser vistos na Educação proporcionada pelo Estado capitalista, seja no Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio e Universidades. Sem conseguir abalar as estruturas educacionais do Estado, estas propostas existem, mas são tão marginais que não configuram uma política pública de grande peso.

Considerações finais

Este Capítulo refletiu sobre a filosofia das políticas públicas criadas pela Senaes. Para isso, acreditamos que era necessário analisar a “posição relativa” da Senaes no governo Lula, seu prestígio, apoio e poder. Fizemos uma breve retrospectiva da nossa história para situar os limites e desafios de uma secretaria marginalizada dentro de um governo pró-capital financeiro.

Defendemos o argumento de que a política pública para a promoção da Economia Solidária se constitui numa pedra protossocialista dentro de um colar pró-capital, principalmente pró-capital financeiro. Esta é sua principal contradição: se em alguma medida ela contribui para o definhamento do Estado, seja através da co-gestão das políticas públicas e dos seus propósitos, por outro lado, ela ajuda a preservar as estruturas de dominação estatais, uma vez que os ministérios hegemônicos do Governo Lula não contestam o papel do Estado na reprodução do capital

financeiroA margem de manobra do Estado transfigura-se em cooptação, neutralização das lutas sociais e ilusão de mudança, dando a impressão que a Economia Solidária pode crescer sem o questionamento do capital na sua totalidade.

Apesar da impossibilidade de aprofundar a caracterização das políticas da Senaes, não é difícil descrever e refletir sobre a filosofia desta política pública. Em trabalhos futuros, pretendemos destrinchar e analisar com maior acuidade esta política pública.

7

Para onde vão as Fábricas Recuperadas?⁸⁷

Introdução

Minha hipótese é a de que, apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir de revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho (Ricardo Antunes).

Este capítulo pretende refletir sobre o fenômeno das Fábricas Recuperadas (FRs) brasileiras. Na primeira seção fizemos um breve histórico das lutas autogestionárias para situar as FRs em perspectiva. A seção seguinte observa mais detalhadamente o contexto que levou ao surgimento das FRs, procura destacar algumas estatísticas, fatos recorrentes, limites e possibilidades que as mesmas abrem para o desenvolvimento de práticas e relações sociais autônomas de organização da classe trabalhadora brasileira. A terceira seção aborda o papel dos sindicatos na

⁸⁷ Artigo publicado na *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 26, junho de 2010. Escrito com Maurício Sardá de Faria.

recuperação das fábricas pelos trabalhadores. Na quarta seção resolvemos sublinhar dois casos especiais (Cooperminas e Catende Harmonia). A penúltima seção analisa as “fábricas em impasse”, fábricas que vislumbram a estatização sob controle operário e compara com as saídas encontradas pela experiência Zanón (Argentina).

A última seção observa que as FRs estão numa encruzilhada. Mesmo trazendo elementos que sinalizam para uma forma superior de produção, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção e na autogestão, as FRs estão passando por processos de degeneração. Observamos que há limites impostos pelo mercado, pelo contexto histórico defensivo, pela visão de mundo dos trabalhadores das FRs, pela crise teórica da esquerda brasileira e pela ausência de lutas mais amplas dos trabalhadores rumo a uma “sociedade para além do capital” (Mészáros, 2002). Para os casos das fábricas que reivindicam a estatização, apesar de acenar para uma “politização” maior do que nas FRs, a ausência de uma resposta positiva por parte do governo as colocou numa situação de impasse. Encerramos o capítulo com considerações finais.

Um breve histórico das lutas sociais pela autonomia

As iniciativas autogestionárias de luta e de produção dos meios de vida é um claro espectro cujo rastro histórico pode ser percebido desde há pelo menos dois séculos. Neste percurso, a autogestão assume formas variadas de organização e cria instituições novas, consoante às condições materiais e sociais da ocasião. Seja em cenários

de guerra ou de irrupções revolucionárias, seja em períodos de ascensão do capitalismo transnacional (durante os Trinta Gloriosos) ou nas crises econômicas e estruturais do capitalismo, são recorrentes estas formas de luta que enveredam pelo desenvolvimento de práticas e relações sociais baseadas na autonomia, no coletivismo e no igualitarismo. Cada momento de ascensão do ciclo das lutas sociais provoca na trajetória da autogestão um movimento espasmódico e em espiral ascendente, o que nos permite perceber (e apostar) que essa trajetória traz dentro de si a possibilidade de superação das relações sociais e do modo de produção capitalistas.

As experiências autogestionárias são diversas tanto no que diz respeito à temporalidade e intensidade quanto aos espaços geográficos em que se efetivam, sendo perceptíveis um pouco por todo o lado no processo de constituição do sistema capitalista. Nossa retrospectiva, que procura resgatar a cultura produtiva e autogestionária dos envolvidos diretamente nas experiências e a elaboração conceitual que realizam das suas práticas, ressalta como marco inicial a revolta de 1831-1834 dos tecelões de Lion, na época uma importante cidade industrial francesa.

Nesse primeiro esboço contemporâneo da autogestão como forma de luta dos trabalhadores, os mestres tecelões da seda, cansados das baixas tarifas, declararam que “valia mais morrer de uma bala do que de fome” e tomaram a cidade por várias semanas, cunhando a divisa “viver trabalhando ou morrer combatendo”. Os *canuts*, como eram conhecidos, foram precursores da insígnia do “direito ao trabalho”, cunhada na vaga revolucionária de 1848 (Rude, 1982; Moissoner, 1988; Demoustier, 2006).

Durante aquela década, e para além das reivindicações objetivas que aglutinaram os trabalhadores em torno da luta direta, o que esteve em questão foi a

inserção dos operários nas unidades de produção do nascente capitalismo industrial francês. O que os trabalhadores reivindicavam, através do Direito ao Trabalho, era, fundamentalmente, o direito de participar na organização dos processos de produção da vida material e social, a começar pelo direito de organizar seu próprio trabalho, e fazê-lo distintamente ao que apregoava a ideologia industrial-burguesa (Meister, 1972).

Nesse período, e durante todo o século 19, as associações e as cooperativas figuraram dentre as principais formas de organização e de resistência dos trabalhadores ao processo de expansão mundial do capitalismo. Até a Comuna de Paris, em 1871, a associação foi o princípio articulador de relações sociais igualitárias, coletivistas e democráticas dos trabalhadores que se espalhou pelos países que então formavam a Europa.⁸⁸

Tal vertente associativista assegurava, por um lado, o caráter orgânico da instituição operária e, por outro, a efetivação de laços de solidariedade com as comunidades de interesse, das quais os trabalhadores eram também agentes ativos. Aos olhos de hoje, o princípio associativista assumia uma dupla função, que só posteriormente foram divididas: a organização para a produção dos meios de vida – especialmente através das diversas formas de cooperativismo (de produção, consumo e crédito, inicialmente) – e a resistência coletiva às relações sociais do capital.

Essas formas associativas de produção, ao substituírem a competição entre os trabalhadores pela solidariedade e a fragmentação pelo coletivismo, revelavam um processo de auto-organização que era já entendido no seu duplo aspecto de meio e de fim. A autogestão das suas

⁸⁸ Para o caso brasileiro, não podemos esquecer a existência, dentre outros, do Quilombo dos Palmares, principalmente nos primeiros anos.

lutas revelava para os trabalhadores a necessidade indissociável de autogestão da produção e da vida social. Por isso, a pedagogia das lutas dos trabalhadores contém sempre uma dimensão organizativa, unificando os trabalhadores para a superação da exploração e do próprio assalariamento (Tragtenberg, 1986).

Neste período, a associação, instituição pioneira das práticas autogestionárias, era como que o princípio e o meio para a superação das relações sociais do capital, das formas de exploração e alienação dos trabalhadores no interior das unidades de produção capitalistas. Não é por acaso que a primeira organização internacional dos trabalhadores foi denominada “Associação Internacional dos Trabalhadores” (Bruhat, 1952).

Desde então, a autogestão figura no horizonte da luta de classes, nas organizações e nos conflitos que ultrapassam a disciplina e a fragmentação próprias das relações sociais do capital. A associação alcançava o papel de preparar os trabalhadores para a vida coletiva, levando-os a assumir a produção das condições materiais de existência. Essa estratégia atinge um ponto culminante na Comuna de Paris (1871), quando a associação foi projetada como forma organizativa para o conjunto da sociedade, pelo menos naqueles poucos 72 dias em que se tentou “tomar o céu de assalto”.

Já nos *Manuscritos de 1844*, Marx havia percebido nas Associações Operárias o fundamento das relações sociais de produção comunistas, prenúncio da transformação do sistema capitalista. As Associações realizam a unificação da luta econômica e da luta política, de maneira que a própria forma associativa transforma-se no seu mais importante conteúdo:

Quando os artesãos comunistas se associam, sua finalidade é inicialmente a doutrina, a propaganda etc. Mas com isso e ao mesmo tempo apropriam-se de uma nova necessidade, a necessidade de associação, e o que parecia meio, converte-se em fim. Pode-se observar este movimento prático, em seus resultados mais brilhantes, quando se veem reunidos os operários socialistas franceses. Já não necessitam de pretextos para reunir-se, de mediadores como o fumo, a bebida, a comida etc. A vida em sociedade, a associação, a conversa, que por sua vez têm a sociedade como fim, lhes bastam. Entre eles, a fraternidade dos homens não é nenhuma fraseologia, mas, sim, uma verdade, e a nobreza da humanidade brilha nessas figuras endurecidas pelo trabalho (Marx, 1987, p. 187).

As Associações aparecem para Marx como uma prática social em que o meio é ao mesmo tempo seu fim, isto é, que ao constituírem suas Associações, os trabalhadores estão projetando uma nova sociedade, fundada na solidariedade prática entre os homens e “sem nenhum lugar visível para os capitalistas”.⁸⁹ Com isso, a construção das Associações pode se transformar na luta pela própria associação. Afirmar, no entanto, que nas Associações meio e fim são a mesma coisa, é diferente de estabelecer que o meio vira fim, pois aí temos a definição dos processos de burocratização, em que o meio torna-se o fim, e o fim é esquecido ou perde-se na estrutura. A associação elimina a concorrência entre os trabalhadores,

⁸⁹ Cabe sublinhar, novamente, os “elogios” de Marx à experiência de *Rochdale* bem como a forma irônica que ele aborda a possibilidade de supressão dos capitalistas. Numa determinada passagem do capital, ele cita o jornal *Spectator* onde este afirma que a experiência de *Rochdale* (Inglaterra) “mostrou que associações de trabalhadores podem gerir lojas, fábricas e quase todas as formas de atividades com sucesso e melhorou imediatamente a condição das pessoas; mas não deixou nenhum lugar visível para os capitalistas. Que Horror!” (Marx, 1996, p. 381).

unificando-os em torno dos seus interesses comuns, e os põe de acordo sobre a necessidade de enfrentar ao mesmo tempo o patronato, o regime de salariedade e o Estado como órgão “separado” da sociedade.

A derrota da Comuna, a diáspora operária e o avanço do estalinismo no século 20 abriram o caminho para o deslocamento ideológico e político que se verificou no seio do movimento socialista internacional. Se, até então, a associação dos produtores imediatos, forjada por seus próprios meios, era condição fundamental para a realização prática do socialismo, o massacre dos *communards* abriu caminho para uma reinterpretação das tarefas prementes da classe operária, resultando na nova estratégia política que se vai processar no interior da Segunda Internacional. A auto-organização dos trabalhadores, através do princípio associativo (cooperativo) em múltiplos campos da vida social, perde terreno e rivaliza com a tese da necessidade de organização, única e exclusivamente, do partido da classe operária, tendo em vista a conquista do poder político (Desroche, 1981).

Na virada para o século 20, não eram poucas as dificuldades que o próprio desenvolvimento das estruturas e das relações sociais de produção capitalistas representava para a expansão do setor cooperativo de base operária, dada a rápida concentração de capitais, a expansão do comércio, das máquinas e das técnicas de fabrico. Nas palavras de Marx, o cooperativismo “mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria” (Marx e Engels, 1980, p. 27).

Tal cenário amplificava as críticas ao cooperativismo no seio do movimento operário internacional, aos seus

limites no interior desse modo de produção, resultando no progressivo abandono da prática associativista no campo da produção dos meios de vida. Com o deslocamento do cooperativismo, ganham terreno as formas organizativas inspiradas pela social-democracia alemã, no plano parlamentar, e no *trade-unionismo* inglês, no campo da regulamentação das condições de trabalho (Faria, 2005).

A despeito das implicações políticas dessa virada organizativa, os trabalhadores persistem com iniciativas autônomas de organização das suas lutas no interior das unidades produtivas. Nas conjunturas de ruptura revolucionária ou de acirramento das contradições entre as classes os trabalhadores retomam a estratégia de juntar as duas vertentes da prática associativa: resistência e produção dos meios de vida.

Diante da fuga dos patrões ou quando estes são desalojados do controle das unidades produtivas, os trabalhadores se veem diante da necessidade de retomar a produção dos seus meios de vida por sua própria conta. Nada mais eficaz, quando isso ocorre, do que a ocupação das instalações, como aconteceu na Comuna de Paris, no início da Revolução Russa, na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), na Hungria (1919 e 1956), na Tchecoslováquia (1968) etc.; durante a greve geral de 1968 na França e nas ocupações das empresas que se seguiram até 1974; no Chile, nos três anos que durou o governo Allende; em Portugal - na Revolução dos Cravos de 1974 a 1976; na Polônia (1980-1983); no *Cordobazo* argentino (1969). No Brasil, nas Comissões de Fábricas no final da década de

1960 e 1970,⁹⁰ até as atuais FRs do Brasil, da Argentina, do Uruguai, da Venezuela...⁹¹

No Brasil, dentre aqueles que realçavam o debate sobre a autogestão e as formas autônomas de organização dos trabalhadores, merece destaque a obra de Maurício Tragtenberg que se autodenominava “marxista anarquizante”. Para ele a autogestão é condição essencial para a perspectiva socialista. De maneira qualificada e insistente, Tragtenberg chamou a atenção para as alternativas que não se reduziam nem às teses estatizantes da ditadura do partido, nem à democracia capitalista de mercado apregoada pelos social-democratas. Seja qual for a situação, o resultado pende para a burocratização das instituições de luta, originalmente autônomas, da classe trabalhadora, como as Comissões de Base, os sindicatos e o partido (Tragtenberg, 1986). Assim como para os portugueses entre 1974 e 1975, as opções não se resumem ao capitalismo de Estado ou privado.

No centro dos constrangimentos estruturais que emergem do próprio desenvolvimento do trabalho associado no sistema capitalista, e que em geral levam ao estreitamento do horizonte e da vida ativa dessas experiências, pode-se identificar claramente a ação de um grupo social específico, para alguns uma classe, denominada historicamente de formas variadas como gestores, burocratas, tecnocratas, “ornitorrincos” etc. Entender como pensa e atua esse novo segmento é crucial para avaliar corretamente os labirintos que se apresentam aos trabalhadores em luta no interior das unidades de

⁹⁰ Para mais detalhes sobre estes temas, ver Bernardo (1986) e Tragtenberg (1986).

⁹¹ Sobre as FRs na Argentina e no Uruguai, ver Ruggeri, Martínez e Trincherro (2005), Ruggeri (2009); Fajn *et al.* (2003), Novaes (2007), Vieitez e Dal Ri (2006). Para o caso Venezuelano, ver Lebowitz (2005); Azzellini (2009) e Moreno e Sanabria (2007).

produção. Principalmente porque, por seu intermédio, se difunde um mecanismo de encilhamento dos horizontes das FRs nos limites do mercado, da tecnologia capitalista e do Estado, que, por sua vez, exigem e reforçam a necessidade da presença de uma categoria-função determinada. Nesses processos, um dos mecanismos centrais reside na identificação, sempre reducionista e apressada, da autogestão com a propriedade coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores (Tragtenberg, 1986; Mészáros, 2002).

Dentre suas funções no enquadramento das FRs, os gestores operam, de forma mais ou menos consciente, a redução das formas de organização da produção, comercialização e consumo pelos trabalhadores às relações modificadas de propriedade. Derivando daí sua identificação com as relações de produção, assumindo características sociais, solidárias ou socialistas. Porém, sendo o controle independente da propriedade, o que tais situações propiciam é o surgimento de um novo tipo de separação entre dirigentes e dirigidos, entre os que decidem e executam. Opera-se, dessa maneira, a socialização da propriedade dos meios de produção entre os trabalhadores, mas não se efetiva a propriedade social, pertencente à comunidade ou aos trabalhadores enquanto classe.

Na história do movimento associativista, pode-se perceber que as estruturas coletivas de gestão, criadas em conjunturas de acirramento das contradições sociais, tendem a se desarticular ou são assimiladas nos momentos de descenso das lutas, dando início a um novo ciclo de acumulação do capital.⁹² Igualmente pode ocorrer de a autogestão significar apenas a cristalização de uma “normalidade democrática” no interior das unidades

⁹² Sobre isso, ver Bernardo (2009).

produtivas, o que acaba por levar a uma separação entre os que decidem sem produzir e os que produzem sem decidir acerca dos aspectos essenciais da produção, da organização e do ritmo do processo de trabalho e da tecnologia adotada ou a ser rejeitada. No limite, isola os trabalhadores da definição sobre o processo de trabalho como um todo e a destinação do produto do seu trabalho, características decisivas da alienação do trabalho.

A questão central é que, sob a égide do capital, os trabalhadores não realizam uma atividade dotada de sentido social. Eles perdem o controle do produto do seu trabalho, do processo de trabalho, de si e da civilização humana (Mészáros, 2002; Antunes, 2002). No que se refere à perda do controle do produto do trabalho, ou aquilo que a historiografia identificou como críticas ao “socialismo de mercado”, Mészáros (2002 e 2004) remete suas críticas tanto ao marxismo que associou o socialismo com a propriedade dos meios de produção quanto aqueles que passaram a “fetichizar o mercado”. Lembremos que, para a teoria marxiana, “a tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção”.

De acordo com Mészáros (2002), a relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante do que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Assim, ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio.

Bernardo (2009 [1991]), no seu livro *Economia dos conflitos sociais*, aprofundou o debate da (im)possibilidade de sobrevivência da autonomia operária num contexto onde a produtividade é dada pelo “mercado”. Para o nosso caso, quanto mais conectada com o mercado mundial, menor as

chances de “sobrevivência” de uma determinada Fábrica Recuperada.

Diante disso, podemos dizer que experiências como as FRs tenderão a degenerar, restituir as antigas relações sociais, aumentar a jornada de trabalho etc. ou, inclusive, contratar trabalhadores não cooperados.

A autogestão é compreendida aqui como uma utopia militante, projeto de organização societária que encontra no processo de produção da vida material a chave para a superação desse modo de produção e transformação do todo social. A autogestão busca ampliar as formas de democracia direta no interior da empresa, combinando-a, quando necessário, com instâncias de representação e de rodízio nos postos estratégicos. Exige a superação da condição parcelizada, fragmentada e inferiorizada dos trabalhadores no interior do processo de produção das condições materiais de existência ou aquilo que Gramsci chamava reunificação entre o *homo faber* e o *homo sapiens*. Significa a transcendência, ainda que parcial, da alienação, o que é igual dizer a superação da exploração econômica e da opressão política. A parcelização das atividades é substituída pelo trabalho coletivo e pela rotatividade dos trabalhadores nos diferentes postos de trabalho, além da revogabilidade dos cargos, para que todos possam conhecer as etapas do processo produtivo e solidarizar-se profundamente com os companheiros de trabalho. Além disso, os trabalhadores em autogestão podem circular entre as empresas, pois ninguém deve ser condenado à execução de um tipo de atividade durante toda a vida.

Na autogestão, as diferenças salariais são abolidas ou, quando existirem, serão decididas em comum acordo pelo coletivo de trabalhadores, pois este é o único critério objetivo a justificar as diferenças de remuneração. A inferiorização dos trabalhadores será abolida pela

participação de todos nas decisões sobre os assuntos que dizem respeito à empresa e à sociedade, inclusive sobre por quê produzir, o que, quanto e como será produzido determinado produto. Num plano mais amplo, significa o controle da sociedade pelos trabalhadores.

A autogestão não significa a ausência de disciplina, mas a disciplina e as normas que são decididas coletivamente. Tanto as normas quanto os estatutos que regem as relações internas da empresa não são definidos *a priori*, mas são elaborados de acordo com as relações práticas que se estabelecem entre seus membros, e devem ser abertos para acompanhar a mudança nessas relações. A autogestão é a utopia do futuro, pois pressupõe a construção de sujeitos autônomos.

A autogestão pode dar origem a uma nova tecnologia, que busque favorecer ao máximo a relação direta entre os trabalhadores, que lhes permita a troca de informações e a comunicação no processo de trabalho. Em alguns casos, os meios tecnológicos existentes podem ter seus sentidos invertidos para dar azo às novas relações de produção em autogestão, coletivas e igualitárias. Por exemplo, o sistema de comunicações da empresa, até então utilizado para transmitir de cima para baixo, pode ser utilizado para permitir o envio de decisões de baixo para cima, em tempo real, no momento mesmo em que as decisões devem ser tomadas.⁹³

A autogestão pressupõe a redução ao máximo dos níveis hierárquicos, para favorecer a horizontalização das relações no interior das empresas. As empresas em autogestão devem ser abertas, atuantes nas lutas dos trabalhadores de sua época, buscando o relacionamento com outros movimentos sociais para estreitar os laços de

⁹³ Sobre o tema tecnológico, ver Faria (2005), Novaes (2007) e Dagnino (2008).

solidariedade entre os trabalhadores, auxiliando outros trabalhadores na conquista dos meios de produção.⁹⁴ A solidariedade dos trabalhadores autogestionários é prática para fundar outra economia e modificar nas bases as estruturas da sociedade existente.

No entanto, como podemos observar no caso das FRs, essa utopia já é realizada parcialmente no presente. Das FRs, o que se espera é que possam levar mais longe a modificação das relações de propriedade e controle, em direção a uma alteração profunda nas relações sociais de produção.

Quando Marx tratou, no capítulo sobre “A assim chamada acumulação primitiva” de *O capital*, do processo histórico que levou à expropriação dos produtores diretos e à conversão dos trabalhadores em proletários “livres como pássaros”, mediante a dissolução da propriedade privada baseada no trabalho e a subsequente efetivação da propriedade privada capitalista, assinalou que, no avanço desse processo, após a transformação das condições gerais de trabalho em capital, a expropriação prossegue no seio já da própria classe capitalista, como lei imanente desse modo de produção, em que “um capitalista mata muitos outros” através da centralização dos capitais. Assim,

Paralelamente a essa centralização ou à expropriação de muitos outros capitalistas por poucos se desenvolve a forma cooperativa do processo de trabalho em escala sempre crescente, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas coletivamente, a economia de

⁹⁴ Ver, por exemplo, a Fábrica de Relógios LIP, um caso clássico de autogestão que se transformou em filme (*Os Lip, a imaginação no poder*), e a Fábrica Sem Patrões Zanón (Neuquén, Argentina), que abordaremos mais à frente.

todos os meios de produção mediante o uso como meios de produção de um trabalho social combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arreventado. Soa a hora final da propriedade capitalista. Os expropriadores são expropriados (Marx, 1988, pp. 282-284).

Sendo assim, a propriedade privada capitalista, que surge como negação da propriedade privada individual, produz a sua própria negação, materializada na propriedade social e baseada na organização social da produção. A propriedade social futura estrutura-se a partir do fundamento conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum das terras e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho.

Marx estabeleceu uma dialética positiva entre o trabalhador e os meios de produção quando usou a metáfora do “retorno do caracol à sua concha”. Lembremos que este pensador social, numa passagem que retrata a mudança proporcionada pela manufatura, observou que: “Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da

manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital” (Marx *apud* Antunes, 2005)

Se a transformação histórica da propriedade privada parcelada dos meios de produção baseada no trabalho em propriedade privada capitalista representou um processo “longo, duro e difícil”, pois se tratou da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, a transformação da propriedade privada capitalista em propriedade social será comparativamente mais rápida, na medida em que “agora trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo”. O problema é saber se as FRs são para isso um primeiro passo.

Algumas notas sobre as Fábricas Recuperadas

Acreditamos que a experiência das FRs representa a retomada de um campo da luta de classes que foi subestimado após a Comuna de Paris: o da produção cooperativa dos meios de vida. Nessa dimensão – que abrange a organização do processo de trabalho, os mecanismos instituídos de tomada de decisões, as formas de controle e gestão das unidades produtivas –, o conteúdo da autogestão revela-se imprescindível.

As experiências brasileiras no campo da Economia Solidária ganharam terreno a partir dos anos de 1990, numa conjuntura defensiva para os movimentos sociais.⁹⁵ A

⁹⁵ Sobre a Economia Solidária, cabe uma importante nota. Em muitos seminários, congressos etc. temos visto que os economistas, sociólogos etc. apressadamente já lhe taxam de “reformista”, ignorando os debates, as contradições e a existência de uma ala socialista na Economia Solidária.

nosso ver, as FRs são Cooperativas e Associações de Trabalhadores que surgiram na contramão do intenso processo de desestruturação e precarização do trabalho, cujo ritmo passou a ser ditado pela voracidade capitalista na sua vertente neoliberal, de financeirização, abertura comercial, aperto fiscal e enxugamento de certas funções sociais do Estado, ataque aos direitos sociais e trabalhistas etc.

Nessa conjuntura, algo que não era mais do que uma série de experiências isoladas ganha fôlego, tendo como palco as unidades produtivas em crise, especialmente as empresas de gestão familiar em crise. Surge desses casos uma perspectiva nova que apontava para a possibilidade efetiva da propriedade coletiva dos meios de produção e do controle das fábricas pelos trabalhadores. Além disso, é importante destacar, essas experiências passaram a reivindicar para si – e a assumir – o sentido do associativismo e da autogestão.

Mais precisamente, acreditamos que as FRs são um fenômeno social em alguma medida original e em certo sentido herdeiro de experiências anteriores, desenvolvido pela classe trabalhadora latino-americana num contexto de hegemonia do capital financeiro, onde a luta sindical tradicional por emprego com carteira assinada enfrentava sérias dificuldades. Tais experiências conquistaram desde então significativo espaço social, inclusive com a criação – no ano de 2003 – da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego do governo Lula⁹⁶.

Em outros casos, e de forma parecida, muitos tomam a obra de Paul Singer como sinônimo de Economia Solidária, mais uma vez incorrendo na subestimação das diferentes práticas e projetos nesse “campo”.

⁹⁶ Em termos quantitativos, o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, realizado pela Senaes, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, encontrou cerca de 60 Fábricas

Ao mesmo tempo, as FRs são o resultado de uma “nuvem” anticapital na América Latina que envolve um vasto leque de rebeliões populares: as lutas contra a privatização da água, da energia elétrica, do gás e do petróleo principalmente na Bolívia, Equador e Venezuela, os *piqueteros* interrompendo ruas e rodovias para travar a circulação de mercadorias e pessoas na Argentina, as lutas do Movimento Sem-Terra contra o latifúndio, destes com outros setores da sociedade contra a privatização de empresas estatais etc., as lutas contra o avanço do Estado mínimo para os trabalhadores e máximo pro capital financeiro, o surgimento do Movimento Sem Teto no Brasil, as FRs etc.

Não podemos esquecer que os trabalhadores tentam se reerguer de um ponto de ruptura: o golpe de 1964. No Brasil dos anos de 1960, com o surgimento das Ligas Camponesas (*Peasant Leagues*), com a ascensão das lutas dos trabalhadores urbanos, com as “Reformas de Base” de João Goulart (1962-1964), houve um ciclo ascendente de lutas etc. que levou alguns historiadores a dizer que o Brasil – mas também a América Latina como um todo – marchava para o socialismo. Com a ditadura civil-militar (1964-1985), houve uma ruptura nas lutas operárias e camponesas, levando os trabalhadores ao chão. No final dos anos de 1970, com o abrandamento do regime militar, surgiu o “novo sindicalismo”, o Movimento Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as lutas por habitação decente etc.

Nos anos de 1990, também entra em cena a Economia Solidária. Nesse sentido, pode-se dizer que nos anos de 1980 e 1990, tentando renascer das cinzas dos

Recuperadas, do total de 22 mil empreendimentos já computados. Para acessar os dados do Mapeamento, veja o site <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>.

anos de 1960, surgiram inúmeras lutas populares, dentre elas as FRs e as fábricas que buscavam a estatização. Este breve histórico serve para situar o surgimento das FRs dentro de um pano de fundo mais amplo: as lutas brasileiras que vinham num processo de ascensão, que foram interrompidas e tentam renascer.

As FRs têm sido objeto de estudo de diversas pesquisas e levantamentos. Os principais dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies) indicam que pelo menos 60 empreendimentos econômicos solidários podem ser de fato identificados como FRs, ou organismos de segundo grau a partir da recuperação de empresas (Senaes, 2007). Pesquisa anterior (Faria, 2005) já levantava 65 experiências, das quais participavam 12.070 trabalhadores, aí incluídos os 4 mil de Catende.⁹⁷

Já pelos dados do Sies, participam dessas empresas cerca de 10 mil trabalhadores, em sua maioria homens. A principal forma jurídica é a cooperativa. A distribuição regional mostra que a maioria se concentra no Sul e Sudeste do Brasil, áreas mais industrializadas do país – sobretudo na área urbana. Os principais setores econômicos são industriais (metalurgia, têxteis, calçados, vidros e cristais, cerâmicas), além de extração mineral e de serviços.

Para além da sua quantificação, uma pesquisa de campo realizada em 2005 junto a 28 experiências de FRs no Brasil estabeleceu uma tipologia da autogestão a partir de critérios relativos a gestão, mercado, crédito, tecnologia, forma de propriedade e participação institucional (Tauile *et*

⁹⁷ Os dados do Sies não são precisos no que diz respeito às FRs. O que sabemos é que apenas 41 empreendimentos são apoiados por entidades representativas, sendo 16 pela Anteag e 25 pela Unisol. Os números com os quais trabalhamos neste artigo referem-se a um recorte feito a partir de uma resposta do mapeamento sobre o motivo principal de formação do empreendimento.

al., 2005). Os sete tipos ideais resultantes vão do “socialmente desejável” – a empresa dos trabalhadores em autogestão – ao “socialmente inaceitável” – a “coopergado ou terceirizada”.

Esse estudo apresenta uma caracterização interessante das FRs, pois, ao mesmo tempo em que capta o que são as experiências estudadas, aponta um horizonte para as mesmas por meio do estabelecimento de características desejáveis. O estudo também evidencia o caráter contraditório e heterogêneo das experiências estudadas.

Embora essa heterogeneidade e as contradições do fenômeno possam ser encontradas em outros estudos, ainda assim é possível estabelecer uma caracterização geral das experiências brasileiras desenvolvidas até o final dos anos de 1990, apontadas em diferentes estudos. Destacamos as seguintes:

a) a quase totalidade das experiências resulta da recuperação de empresas familiares, sendo a falência ou estado pré-falimentar, em muitos casos, frutos de um processo de sucessão familiar mal-sucedido; não é raro encontrarmos fábricas fundadas no início do século 20, com maquinários com mais de 50 anos;

b) via de regra, essas empresas já carregam no ventre um passivo trabalhista vultoso, sendo comum aos trabalhadores a vivência por longos períodos com salários em atraso e o não recolhimento pelas empresas dos direitos trabalhistas e sociais devidos durante meses e, por vezes, vários anos;

c) na iminência do encerramento das atividades, os trabalhadores mobilizam-se para a reivindicação dos direitos trabalhistas e, nesse momento, surge a perspectiva de manutenção da fábrica em funcionamento com o afastamento dos antigos proprietários;

d) em muitos casos, o sindicato assume o papel de protagonista ativo na organização dos trabalhadores, na apresentação e discussão das possibilidades para a manutenção da empresa em funcionamento, na negociação com os ex-proprietários e com os organismos públicos e privados para a busca de financiamento. Por vezes, o sindicato torna-se também corresponsável na gestão dessas empresas sob o controle dos trabalhadores;

e) pode ocorrer de os trabalhadores abrirem mão dos seus direitos trabalhistas e verbas rescisórias contratuais em troca da propriedade coletiva dos meios de produção das empresas;

f) na grande maioria dos casos, opta-se pela utilização da forma cooperativista, na ausência de um marco legal que reconheça as especificidades desse fenômeno recente no Brasil; atualmente, podem ser também sociedades anônimas ou limitadas;

g) é comum verificarmos a utilização do termo “autogestão”, que pretende abranger tanto as alterações ocorridas na forma de propriedade das empresas, quanto também as características democráticas que devem presidir a organização do processo de trabalho e a forma de gestão da cooperativa. Entretanto, a tendência geral das experiências pesquisadas no Brasil é a de manutenção da divisão do trabalho anterior, sendo as principais alterações referentes à divisão das retiradas (nome que se dá para os antigos “salários”), do excedente (“sobras”) e do processo decisório na fábrica que, em geral, se dá por meio de assembleias gerais;

h) apesar de identificarmos mudanças na divisão dos (“salários”), são poucas as experiências brasileiras que optam pela divisão igualitária. Na pesquisa coordenada por Ruggeri (2005), foram identificadas que 44% das fábricas argentinas praticavam a igualdade de remuneração;

i) essa situação nova impacta na motivação dos trabalhadores, pelo menos por certo período, e os torna mais inclinados para a realização das tarefas produtivas com maior empenho e zelo;

j) nessas experiências, a “estratégia competitiva” pode lançar mão de mecanismos como a extensão da jornada de trabalho não remunerada ou mesmo a flexibilização da massa salarial para acompanhar as oscilações do mercado. Em outras palavras, na impossibilidade eventual do reprojeto da tecnologia existente ou de um investimento em novas tecnologias, essas empresas podem lançar mão de mecanismos característicos da mais-valia absoluta para a realização dos seus processos econômicos;

k) há uma baixa “politização” dos trabalhadores, no que se refere à necessidade de unificação das lutas dos trabalhadores e construção de uma sociedade “para além do capital” (Mészáros, 2002), algo que é mais recorrente nas lideranças das fábricas que buscam a estatização.

Vejam agora as contradições presenciadas pelos sindicatos e o papel destes na ajuda aos trabalhadores das FRs.

O papel dos sindicatos

Desde as primeiras experiências, a proliferação de empresas autogestionárias foi acompanhada de um movimento de leve abertura dos sindicatos ao tema do cooperativismo e do associativismo. O sindicato costuma ser a primeira instituição à qual os trabalhadores recorrem para intervir como representante legal em casos de concordata e falência da empresa em que trabalham e, cada

vez mais, esses casos têm motivado experiências de cogestão e autogestão sugeridas pelo próprio sindicato.

Uma evidência dessa nova postura foi o apoio de parte do sindicalismo à criação de instituições específicas para o fomento à Economia Solidária e à autogestão. Em 1994 foi fundada, por exemplo, a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), a partir de um trabalho de assessoria iniciado em 1991 com a empresa de calçados Makerli, de Franca (Estado de São Paulo), em conjunto com sindicatos locais. Dentre as empresas recuperadas filiadas à Anteag estão, por exemplo, a Usina Catende e a Cooperminas.

A maior central sindical brasileira, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), também se viu diante a necessidade de modificar a postura meramente reativa diante a redução de postos de trabalho formal e internalizar a discussão sobre as formas alternativas de geração de trabalho. Quando as primeiras experiências começaram a surgir na base dos sindicatos filiados à CUT, os trabalhadores não encontraram elaboração ou definição precisa sobre o que fazer frente ao fechamento das empresas em processo falimentar. A prática sindical mais comum era, e ainda é, a negociação para garantir o pagamento das indenizações aos trabalhadores das empresas, buscando-se apenas evitar as artimanhas patronais para burlar a legislação e sonegar os direitos trabalhistas.

Cabe lembrar que esse problema representava para o movimento sindical, até então, uma espécie de “tabu”. A intervenção dos sindicatos na gestão implica uma redefinição da divisão de trabalho entre patronato e gestores, que tomam as decisões nas unidades produtivas, e os sindicatos, que negociam a jornada e o valor da força

de trabalho, levando a um sindicalismo de terceiro tipo, para além da dualidade “contestação ou conciliação”.

Em 1999, a CUT lançou sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Mas isso se deu, em certa medida, de forma descolada das experiências de FRs, então em pleno vapor. Coube ao ramo dos metalúrgicos da Central se ocupar da organização e representação das FRs existentes na base do sindicalismo cutista.

Diante do desemprego que assolava o maior polo industrial do país, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista (cinturão da grande São Paulo) resolveu apoiar a constituição de Cooperativas na região, mantendo postos de trabalho para seus cooperados. Em seu II Congresso, em 1996, o sindicato estabeleceu um compromisso com a difusão do cooperativismo e da autogestão como formas alternativas de geração de trabalho. Com isso, deu passos significativos em direção a mudanças históricas, como o entendimento de que o direito à sindicalização também se estende a cooperados da área de metalurgia (Oda, 2001). Outra iniciativa significativa foi o estabelecimento de uma parceria com a *Lega delle Cooperative*, maior federação cooperativa italiana, e mais três grandes centrais sindicais italianas, visando ao intercâmbio de experiências, principalmente com iniciativas da região da Emília Romana. Em 1999, Cooperativas formadas com ajuda do sindicato (entre elas, as quatro que formaram a Uniforja) associaram-se para fundar a Unisol (União e Solidariedade das Cooperativas), atuando inicialmente apenas no Estado de São Paulo, com a missão de organizar e representar essas iniciativas, além de combinar o combate às “coopergatos” (aquelas que se utilizam da forma cooperativa para precarizar as relações de trabalho) e incentivar as Cooperativas que denominam “genuínas” ou “autênticas”. Logo assumiu abrangência nacional, formando a Unisol

Brasil, que hoje conta com cerca de 280 Cooperativas e Associações filiadas, das quais 25 são FRs. Mesmo representando pouco mais do que 10% das experiências filiadas à Unisol, as empresas recuperadas respondem por 75% da movimentação financeira total, cerca de R\$ 1 bilhão.

As Fábricas Recuperadas na encruzilhada

Atualmente, observa-se que grande parte das experiências latino-americanas de FRs já ingressou num processo de assimilação completa à ordem capitalista. Processo que possui suas origens tanto nos limites internos ao próprio movimento quanto na necessidade de produzir para os circuitos de acumulação do mercado capitalista (inclusive para o mercado suntuoso das elites). Ou, ainda, nos limites que decorrem das ações de um aparelho de Estado que, apesar de estar ocupado por governos simpáticos ao movimento, segue adotando políticas públicas (referentes ao crédito, às compras governamentais etc.) cujo ajuste desfigura a dinâmica impulsionada por aqueles empreendimentos, e que tende a submetê-los às práticas usuais do mercado que favorecem o grande capital (Faria, Dagnino e Novaes, 2007).

O que se observa é um isolamento entre os empreendimentos em autogestão. Dito de outro modo, trata-se da não efetivação de encadeamentos produtivos, para frente ou para trás, que permitissem a essas experiências um apartamento das relações com o mercado ou, pelo menos, um “retardamento” de sua captura pelas

cadeias produtivas dominadas pelo capital.⁹⁸ As dificuldades próprias de um processo de recuperação das empresas em crise são amplificadas pelos entraves que se erguem à adequação da tecnologia e organização do trabalho, no relacionamento com o “mercado” para o escoamento da produção, e na formatação das políticas públicas de fomento a essas experiências.

As imposições e restrições do Estado em relação à compra de produtos e à contratação de serviços das empresas recuperadas pelos trabalhadores, e o estímulo que oferece à aquisição de uma tecnologia convencional inadequada (embutida ou não em máquinas, equipamentos e insumos produtivos), prejudicam a sustentabilidade econômica dos empreendimentos solidários e dificultam no processo de alteração da divisão do trabalho capitalista, através da “adequação sociotécnica” (Dagnino, 2008; Novaes, 2007). No que se refere à assistência “técnica”, inexistem profissionais com os conhecimentos específicos da autogestão. Tendo em vista a Universidade, a ausência de pesquisa e desenvolvimento que siga os parâmetros da autogestão e desmercantilização da sociedade.

No plano técnico-administrativo interno aos empreendimentos, outra dificuldade dos processos de autogestão resulta da tendência à sua acomodação às normas e formas usuais previstas nos manuais e reconhecidas institucionalmente. Práticas contraproducentes (como a da elaboração de um “plano de negócio”, a utilização de técnicas toyotistas como o “envolvimento” dos trabalhadores) são frequentemente adotadas, muitas vezes com a melhor das intenções, por

⁹⁸ Para ver alguns exemplos de encadeamentos horizontes e verticais entre trabalhadores autogestionários, ver a Revolução dos Cravos e o caso Polonês (Faria, 2005; Nascimento, 2005).

ONGs, assessorias técnicas e órgãos públicos (Henriques, 2007).

Na pesquisa realizada por um dos autores sobre oito FRs situadas no Brasil, na Argentina e no Uruguai, foram apontadas algumas tendências gerais. Em primeiro lugar, constata-se que, apesar de inseridas no sistema produtor de mercadorias e tenderem por isso a reproduzir as relações de trabalho herdadas, as FRs foram capazes de realizar mudanças substantivas no processo de trabalho, principalmente nos seguintes aspectos: a) *software*, são mudanças de natureza cultural ligadas à repartição do “salário” e do excedente, isto é, “retiradas” (antigos salários) mais próximas ou igualitárias, fundos (sobras de fim de ano) igualitários ou proporcionais; a adequação parcial da fábrica aos interesses dos trabalhadores (melhoria dos refeitórios, eventos culturais na fábrica etc.); e a apropriação do conhecimento do processo produtivo sem modificação da divisão do trabalho; b) *orgware*, apropriação do conhecimento do processo produtivo com modificação da divisão do trabalho e; c) *hardware*, relacionam-se à aquisição de maquinário, às adaptações e ao repotenciamento (Novaes, 2007b).

Ao mesmo tempo, as FRs observadas, embora tenham promovido processos de Adequação Sociotécnica (AST),⁹⁹ parecem encontrar obstáculos devido: a) à naturalização da organização do processo de trabalho pelos cooperados; b) ao fetiche da tecnologia, que leva a que se acredite que a última tecnologia é sempre a melhor e se ignore seu caráter relacional (Novaes; Dagnino, 2007); c) ao tempo necessário para uma transformação significativa das

⁹⁹ Chamamos de Adequação Sociotécnica o processo de desconstrução e reconstrução da tecnologia capitalista, em seus aspectos *software* (mudanças culturais, repartição do excedente etc.); *orgware* (organização do processo de trabalho); *hardware* (mudanças nas máquinas e equipamentos). Sobre isso, ver Dagnino (2008) e Novaes (2007).

forças produtivas e da forma de repartição do excedente; d) aos constrangimentos impostos pelo “mercado” capitalista; e) ao momento extremamente defensivo enfrentado pela classe trabalhadora, caracterizado pela perda de direitos trabalhistas, fragmentação das lutas e superexploração do trabalho (Novaes, 2007b).

O item “e” merece algum destaque. A conjuntura de refluxo das lutas sociais, isto é, a situação desde o início dos anos de 1990 assinalou um movimento pendular nos extremos. Se durante toda a década de 1990 e início dos anos de 2000 as políticas neoliberais canalizavam a energia dos trabalhadores para a manutenção dos direitos anteriormente conquistados, frente à iniciativa deliberada de desestruturação do mercado de trabalho, a partir de 2004 o Brasil verificou a retomada ascendente de emprego formal e recomposição salarial, tanto no setor público quanto no privado. Se o primeiro momento possibilitou o aprofundamento dos processos de recuperação das empresas, o segundo cristalizou o quadro das iniciativas, como que as acomodando no mercado de produção e consumo em expansão.

Porém, e malgrados todos os desvios e degenerações, não resta dúvida de que a própria existência de inúmeras FRs (pelo menos sessenta no Brasil e duas centenas na Argentina) representa uma conquista que deve ser preservada e acompanhada muito de perto pelos trabalhadores. Talvez possa emergir daí inspiração para avançar em direção aos setores dinâmicos do capitalismo, que até agora têm se mantido imunes às práticas da autogestão dos seus processos de trabalho. Em países em que os liberais nunca estiveram dispostos a ceder nem os anéis nem os dedos, experiências de ocupação e a posse coletiva dos meios de produção de empresas como a Usina Catende, CBCA, Conforja, Fogões Geral, Cipla, Interfibras

etc. não podem ser desprezadas. E é também impossível ficar indiferente após entrar numa fábrica como a antiga Botões Diamantina, hoje Cooperbotões, no cinturão industrial de Curitiba/PR, e ver os trabalhadores do chão de fábrica ocuparem-se eles próprios dos seus assuntos.

Na sala de reuniões, uma bandeira da CUT. Ou, no caso da Cipla, em que a sala de formação criada recebeu o nome de Sala Ferreirinha, antigo militante metalúrgico nascido na região. Pode-se, então, acreditar nas possibilidades que se abrem nas FRs.

Os casos CBCA e Catende Harmonia

Cabe mencionar, rapidamente, dois casos que nos parecem ilustrativos do campo das FRs no Brasil. O primeiro é o caso da CBCA, hoje Cooperminas (Criciúma/SC), cuja luta foi iniciada em meados dos anos de 1980, talvez a experiência mais duradoura de empresas recuperadas. O segundo caso é o Projeto Catende, de meados da década de 1990, seguramente o maior e mais complexo processo de recuperação de empresa falida existente no Brasil.

A Cooperminas surgiu do processo de falência da antiga CBCA – Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá, fundada em 1917 para a extração do carvão na cidade de Criciúma/SC. O processo de conquista da empresa é semelhante à quase totalidade dos casos no Brasil, mas foi um dos primeiros. Em meados de 1987, com os salários atrasados vários meses, os trabalhadores lançam-se numa luta ativa para reaver os direitos trabalhistas. A empresa encerra as atividades. Os trabalhadores mobilizam-se em

defesa dos empregos, inicialmente solicitando a estatização da mina. No processo, aceitam a reabertura da massa-falida tendo como síndico o próprio Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A empresa funcionou dez anos dessa maneira, até que, em 1997, realizam um acordo com os antigos proprietários e encaminham a criação da Cooperminas.¹⁰⁰

Queremos destacar três aspectos dessa experiência: primeiro, que os trabalhadores tiveram que realizar durante esse tempo lutas intensas para manter a mina sob seu controle e impedir a venda em leilão do patrimônio para pagar os credores. Numa dessas lutas, os mineiros aparecem na imprensa nacional com dinamites amarradas ao próprio corpo para bloquear a retirada de equipamentos da mina de beneficiamento. O segundo aspecto diz respeito às condições de trabalho na mina. Tivemos a possibilidade de visitar o subsolo (“baixar a mina”) em 1992 e 2005. É notório o avanço que os mineiros da CBCA realizaram nas condições de trabalho, podendo-se observar melhorias significativas na ventilação, na iluminação, na segurança e na aquisição de novos equipamentos que diminuem a poluição no interior da mina. O terceiro aspecto diz respeito ao mercado. A cooperativa possui, como as demais mineradoras da região, uma cota de carvão com compra garantida pelas usinas termoeletricas, o que permite alguma estabilidade e possibilidade de projeção para o longo prazo.

Já o Projeto Catende Harmonia é o maior e o mais complexo projeto de empresa recuperada em andamento no Brasil. Trata-se de uma usina de açúcar fundada em 1892, a partir do antigo Engenho Milagre da Conceição, e que compreende 48 engenhos distribuídos em 26 mil hectares, abrangendo cinco municípios da Zona da Mata Sul de

¹⁰⁰ Sobre a experiência da CBCA, ver Fantin (1992), Faria (1992) e Anteaq (2004).

Pernambuco: Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu. A usina passou por diversas mãos até se tornar a maior usina de açúcar da América Latina na década de 1950, sob controle do “Tenente”, como era conhecido o coronel Antônio Ferreira da Costa. Na gestão de Tenente, foi construída a estrada de ferro para o escoamento da produção e uma hidroelétrica para assegurar a energia, além de construir a primeira destilaria de álcool anidro do país.

A usina entrou em crise no final dos anos de 1980, com o fechamento do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A situação agravou-se em 1993, quando foram demitidos 2.300 trabalhadores dos engenhos. Esta demissão em massa deu início então à luta dos trabalhadores, que se recusaram a deixar as casas sem o recebimento dos direitos trabalhistas. Os sindicatos rurais, com o apoio da Contag, CUT e CPT, ajudaram na sustentação da luta para garantir os direitos trabalhistas. Em 1995, foi solicitada a falência da empresa, quando os trabalhadores assumiram o controle e deram início ao Projeto Catende. As dívidas da empresa somavam cerca de R\$ 1,2 bilhão (o Banco do Brasil é o maior credor, com R\$ 480 milhões). O patrimônio é avaliado em R\$ 67 milhões, e o passivo trabalhista é de R\$ 62 milhões. Em 1998, os trabalhadores criaram a Cia. Agrícola Harmonia, uma sociedade anônima, para receber o patrimônio da antiga Usina Catende. Em 2002, os agricultores criaram uma cooperativa de produção denominada Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, credores da antiga empresa e que habitam nas terras da usina. No total, o projeto envolve, entre campo e indústria, cerca de 4 mil famílias, ou 20 mil pessoas. Além dos 48 engenhos e da usina de açúcar (parque industrial), o patrimônio abrange ainda uma hidroelétrica, uma olaria, uma marcenaria, um hospital,

sete açudes e canais de irrigação, frota de veículos e implementos (tratores, caminhões etc.), várias “casas grandes” (uma delas transformada em centro de educação). Em sete anos de projeto, a taxa de analfabetismo baixou de 82% para 16,7%.¹⁰¹

O Projeto Catende, pelo que já realizou em termos de mudança das relações de trabalho e de cultura política, vai muito além de uma simples recuperação de empresa falida, pois alcança a dimensão de um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, social, cultural e político para a região do agreste pernambucano. Vale destacar, no entanto, que este projeto apresenta como diferencial, até mesmo em relação aos projetos de assentamento de reforma agrária, o fato de manter a terra e todas as instalações da usina como propriedade social da totalidade dos participantes do projeto. Assim, no campo, articulam a agricultura familiar com a lavoura da cana em terras comuns.

Cabe assinalar, finalmente, que já se observa casos de FRs no Brasil que deram início à reconversão da produção, buscando tecnologias sociais adequadas ao processo de autogestão. A própria Usina Catende está buscando a diversificação da produção no desenvolvendo novos produtos, como uma minidestilaria de álcool para os assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares. Outra está construindo pequenas máquinas de biodiesel, também visando a soberania energética de comunidades rurais. Talvez sejam estes os

¹⁰¹ Nos baseamos aqui, sobretudo, no plano de gestão de sustentabilidade autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia, que está no livro da Anteag (2005). Nos baseamos também em Nascimento (2005), *Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende*. (Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias) e em Kleiman (2008). Não podemos deixar de mencionar as similaridades e a “herança”, inclusive geográficas, com as Ligas Camponesas dos anos de 1960.

primeiros passos para que se ultrapasse o desafio de encadear os empreendimentos econômicos solidários em um sistema econômico próprio, estruturado sob outros princípios e critérios de eficácia. Mas falta ainda muito para que se alcance o encadeamento das FRs num sistema próprio e autossuficiente, que envolva inclusive as iniciativas autogestionárias em outros países.

Fábricas em impasse: a busca da estatização

As três fábricas (Cipla, Flaskô e Interfibras) que reivindicam a estatização não conseguiram um aceno positivo do governo e, com isso, seguir resistindo a duras penas. Nelas, a defesa da estatização articula-se a uma crítica às Cooperativas em regime capitalista, retomando as análises desenvolvidas durante a II Internacional.

A fragilidade jurídica dessas experiências e a ausência de receptividade do governo brasileiro para as propostas de estatização de empresas falidas acabam por deixar os trabalhadores desses empreendimentos vulneráveis às investidas judiciais, além das dificuldades já bastante evidentes para acesso ao crédito e ações de fomento.

Embora haja um componente ideológico para justificar essa bandeira, sempre está presente no discurso da estatização um argumento financeiro, como subsídios de energia elétrica, mas principalmente a garantia de pagamento dos salários mesmo em períodos de crise.

Entendemos que mesmo quando a luta se dá pela estatização sob controle operário, desconsidera-se nessas situações o fato de que vivemos em um Estado capitalista,

mais que isso, um estado autoritário latino-americano que não reconhece formas de cogestão, tal como ocorreu em alguns casos europeus. Adicionalmente, há um enorme risco de burocratização, tal como se deu nos casos de empresas encampadas pelo Estado na década de 1950.

Nesse caso, incorre-se no equívoco teórico e histórico de encontrar a emancipação dos trabalhadores única e exclusivamente na forma de propriedade dos meios de produção, quando significa apenas que passariam estes a ser “explorados” pelo Estado, em vez de patrões privados. Falta a lição, tão cara aos portugueses durante a Revolução dos Cravos, que socialismo de Estado ou privado não são as únicas opções.

Trata-se de uma armadilha de difícil solução sem inúmeras transformações concomitantes. Se as Cooperativas e Associações originadas de FRs estão degenerando por terem que conviver num ambiente hostil à sua reprodução – o chamado mercado –, as fábricas em impasse estão numa dupla armadilha: burocratização – caso sejam encampadas pelo Estado – ou dissolução, caso não encontrem uma solução no médio prazo.

Talvez o caso mais enigmático da região seja a FasinPat (Fábrica Sem Patrão) Zanón (Argentina), uma experiência que sempre buscou a estatização mas não foi acolhida pelos governos Kirchner. Eles adotaram a tática de enfrentar o Estado Capitalista e ao mesmo tempo buscar alianças com determinados setores do Estado (universidades públicas, institutos de assessoria “técnica”, deputados etc.), para não falar de outros trabalhadores. Nesse sentido, caberá a nós, pesquisadores, averiguar o desenrolar deste caso, que iremos detalhar brevemente nas linhas a seguir.

Os bravos lutadores de Zanón (Argentina)

Mesmo num ambiente hostil à produção de valores de uso, as FRs argentinas também procuram subverter a lógica da produção de valores de troca e tentam atribuir um novo significado ao espaço de trabalho, combinando lutas de resistência ao trabalho e não mais ao “emprego”.

Os dilemas e as “vitórias” das FRs podem ser vistos em diversas iniciativas, mas em especial na FaSinPat Zanón (uma fábrica de azulejos e porcelanato de Neuquén), talvez o caso mais rico do país vizinho. Muitos sindicalistas não conseguiriam imaginar o retorno ao chão de fábrica de dois trabalhadores que “puxaram” a luta da FaSinPat (Fábrica Sem Patrões) Zanón, mas foi isso que aconteceu em agosto de 2009, após a expropriação dos meios de produção.

O plano de construir uma fábrica de azulejos e posteriormente de porcelanato na província argentina de Neuquén é típico de uma história de gângsteres. Ela foi criada por um empresário italiano chamado Zanón com inúmeros subsídios dos militares argentinos, do governo da província e, nos anos de 1990, com financiamentos de Menem que, aliás, jamais foram pagos. Essa fábrica era considerada uma das mais modernas da América Latina e virou pó nos anos de 1990. Mas é aí que essa história ganha novos significados, principalmente no contexto que resultou na eclosão da rebelião social de dezembro de 2001.¹⁰²

¹⁰² A província de Neuquén é extremamente contraditória. Por um lado, “recebeu” exilados do golpe de Pinochet e exilados argentinos que fugiram da repressão nos centros metropolitanos; houve um bispo de esquerda que abrigou muitos militantes na região; foi onde se processaram também as lutas dos *piqueteros* de 1994, em Cutral-Có, e as lutas dos professores secundários que resultaram no assassinato do professor Carlos Fuentealba; conta ainda com a luta dos Mapuches e a experiência Zanón. Por outro lado, Neuquén é governada há mais de 40 anos por um partido

O relato dos trabalhadores sugere uma luta que deve ser olhada por um mesmo prisma, mas por ângulos distintos. A luta se dá ao mesmo tempo contra um sindicato burocratizado, contra um Estado corrupto e avesso às demandas dos trabalhadores, além da falência dos partidos políticos e da “democracia” capitalista. A isso tudo se junta a luta contra um patrão autoritário e paternalista, que se enriquecia a custa dos trabalhadores e dos privilégios obtidos no Estado argentino. E daí a luta por colocar a fábrica novamente em marcha, agora sob controle operário, tentando-se realizar a produção de valores de uso, escapar do “mercado” ou, ao menos, sinalizar a produção de azulejos para o povo e interesses “públicos”. E, por fim, a luta pelo resgate da união entre trabalhadores “classistas” e entre trabalhadores e estudantes, rompida pela ditadura civil-militar.

O estopim que deu origem ao movimento na Zanón foi a demissão de 600 trabalhadores em 2001. Eles queimaram a carta de demissão e saíram nas ruas para protestar. Na fala dos trabalhadores aparece como principal motivação a tentativa de “abrir e averiguar o caixa da empresa”, “recuperar postos de trabalho”, “recuperar a comissão interna”, “Zanón é do povo” e “voltar a viver”.

O antigo patrão não se conforma com a luta dos trabalhadores e não acredita que ele poderiam “andar sozinhos”. Talvez por oposição a isso os trabalhadores lançaram a palavra de ordem: “Os trabalhadores podem produzir sem os patrões, mas os patrões não podem produzir sem os trabalhadores”.¹⁰³

chamado Movimento Popular Neuquino (MPN), que governa a província de forma populista e faz(ia) uma farra com os recursos do petróleo da região.

¹⁰³ Lema muito similar ao utilizado pelos operários da fábrica de relógio LIP, ocupada na França em 1973.

Inicialmente, o movimento foi levado adiante por operários militantes do Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS), vinculado à IV Internacional. No caso da Zanón, o lema defendido por estes trabalhadores é “estatização sob controle operário”, lema nunca atendido pelo casal Kirchner. É curioso observar que na fábrica temos hoje não mais que seis trabalhadores do PTS, muitos “independentes” e trabalhadores de outros partidos, tentando conviver. É preciso reconhecer que sem o “caldo de indignação” na fábrica, na região e na América Latina, dificilmente a ocupação – que mais parece uma guerra civil – em Zanón poderia ganhar força.

O antigo refeitório da fábrica tinha dois pisos. Respeitando a hierarquia, os subalternos ficavam no andar de baixo e os “seres superiores” ficavam no andar de cima, o que permite que se realize um paralelo imediato com o filme *Metrópolis*, de Fritz Lang. A parte que era dos trabalhadores se tornou uma biblioteca, ainda bastante simbólica em função da utilização praticamente nula. Na parte de cima funciona o novo refeitório. Mesmo que ainda bastante figurativa, deve ser reconhecida a iniciativa de se criar uma biblioteca na fábrica. Em outras empresas recuperadas argentinas há um espaço para aulas de bacharelado.

Há um laço comunitário com o Movimento de Trabalhadores Desocupados (MTD). Quando a fábrica começou sua luta, eram mais ou menos 220 funcionários da antiga empresa. Hoje estão com 480, sendo que mais de metade vieram do MTD. Não deixa de ser curioso notar que esses trabalhadores recebem a mesma *retirada* (salário) que os outros, havendo apenas um complemento para trabalhadores mais antigos, para os trabalhadores dos conselhos e para os postos com insalubridade.

Pedro, o *Pepe*, um dos cooperados que vieram do MTD, foi atingido no olho por uma bala durante uma passeata. Ele foi deslocado para o setor de imprensa. Se fosse noutra empresa, provavelmente seria despedido, ainda mais em tempos de produção toyotista-enxuta. A mãe de um jovem funcionário da fábrica, morto em 1999 num acidente de trabalho, passou a trabalhar na fábrica em função dos laços comunitários, pois o jovem era a principal fonte de renda da família.

No bairro Nova Espanha, bem próximo à fábrica, os trabalhadores montaram um centro médico. Além disso, fizeram e fazem doações de azulejos para hospitais, para trabalhadores que têm suas casas incendiadas por desastres naturais, pobres da região que solicitam ajuda etc. Deu-se início a uma política de contratação de mulheres. Já são trinta. O sindicato dos docentes da região (Aten) fez uma proposta de utilização de um dos espaços da fábrica para darem aulas. Alguns professores e alunos da UBA (Universidade de Buenos Aires), mas principalmente da Universidade de Comahue (UnCo), tentam resgatar a tradição de unificação das lutas entre trabalhadores e universitários inaugurada na Reforma de Córdoba de 1918 e no *Cordobazo* de 1969. Alunos da engenharia da UnCo ajudaram os trabalhadores nas passeatas, arrecadação de fundos, bem como na restauração das máquinas, do aumento da qualidade dos azulejos e na reformulação do processo de trabalho. Contaram ainda com a ajuda dos químicos da UBA para criar “azulejos autolimpantes” – azulejos que têm uma película que permite que o mesmo se limpe com a luz do Sol – o que parece navegar na onda da produção de bens socialmente úteis, dada sua utilidade em escolas e hospitais.

Muitos poetas, artistas, documentaristas, bandas de música de esquerda e intelectuais engajados abraçaram a

causa da FaSinPat Zanón, realizando *shows* e filmes para relatar, refletir e ajudar a transformar a realidade da fábrica. Pode-se dizer que, tal como o caso da fábrica de relógios LIP, na cidade de Besançon/França, o caso FaSinPat Zanón transcendeu o âmbito da desconhecida região de Neuquén para ganhar o mundo. Também é preciso observar que alguns ativistas e intelectuais vão à Zanón como uma espécie de “Meca” dos movimentos sociais, tentando buscar ali a “solução” para os seus problemas.

Mas é no seio da heterogestão que nasce a autogestão. Sem o conhecimento “técnico” de muitos trabalhadores que estavam na antiga fábrica, jamais os trabalhadores conseguiriam colocar a fábrica em marcha novamente. Nas palavras de Aiziczon:

#-Uma condição *sine qua non* do controle operário em Zanón foi que no grupo de trabalhadores dispostos a levar a cabo [a experiência] existia uma quantidade de pessoal de cada seção da fábrica que permitia operar minimamente todo o conjunto da linha de montagem; ficar sem eles nos setores nevrálgicos significaria um obstáculo difícil de se ultrapassar uma vez que teriam que conseguir alguém que lhes substituísse fora das portas da fábrica. Em Zanón, 270 trabalhadores dos 380 no momento da demissão resistiram e representavam muito bem a possibilidade de começar a produzir. Havia gasistas, eletricitas, mecânicos, uns três ex-chefes [ex-hierárquicos] e equipes completas de cada setor (Aiziczon, 2007, p. 18).

Aiziczon ressalta outro requisito da antiga organização do trabalho fabril que contribuiu para o processo que vivem atualmente: antes, a polivalência significava que um trabalhador muitas vezes devia realizar e cobrir as tarefas de vários operários e, às vezes, em

distintas seções. Paradoxalmente, a flexibilização laboral se tornou uma possibilidade de controle operário ao produzir também um aumento do conhecimento do funcionamento de cada setor e de cada máquina (Aiziczon, 2007, pp. 18-19).

Tudo isso nos permite dizer que a fábrica está tendo um novo significado para os trabalhadores. Em vez de lucros e exploração dos trabalhadores, a FaSinPat Zanón aponta agora para a produção de valores de uso (onde o mundo não é uma mercadoria), vínculos comunitários (“Zanón és del pueblo”), unificação das lutas dos trabalhadores e utilização do espaço fabril para estudo, seja dos próprios trabalhadores ou de estudantes do ensino médio e fundamental, e instaura o rodízio nos cargos estratégicos da fábrica, a recuperação de outras fábricas na região, o classismo etc.

Sobre o “classismo”, vale mencionar que, em novembro de 2009, a FaSinPat Zanón conclamou todos os trabalhadores dos setores “combativos e antiburocráticos” para a realização da primeira plenária regional dos trabalhadores argentinos “classistas”. Na estraçalhada Argentina do início deste milênio, alguns trabalhadores da desconhecida Neuquén resistiram bravamente e parecem estar inaugurando um novo ciclo de lutas anticapital. Nas palavras de Natalio Navarrete, o “Chico”,

O objetivo era entrar [na fábrica] para produzir e demonstrar que nós podíamos fazê-lo [...] Com o que produzimos e com o que ganhamos temos que demonstrar que podemos gerar mais postos de trabalho, e criamos novos postos de trabalho [...] Podemos trabalhar em conjunto [coordenar] com outros setores e ter outras alternativas, e estamos fazendo isso. Então vamos tendo novos desafios [...], agora um dos últimos delineamentos que fizemos é chegar [...] no nível

nacional com as fábricas ocupadas e com outros setores de desempregados [...] para ir com toda essa gente aos grandes meios de produção, às grandes fábricas onde estão sendo recuperadas as comissões internas e onde está a burocracia e apresentar nossa experiência das fábricas ocupadas e começar a dizer sobre o trabalho que estamos fazendo, que pode haver coordenação, que os trabalhadores podem juntar tanto os empregados quanto os desempregados (Navarrete entrevistado por Aiziczon, 2009, p. 215).¹⁰⁴

Vimos em Novaes (2007) que se para a Economia Política existe apenas a categoria trabalho e não a de trabalhador, nas FRs o objetivo é, na medida do possível, facilitar ao máximo suas vidas dentro e fora do seu ambiente de trabalho, o que para nós pode ser considerado uma espécie de humanização do espaço de trabalho pelos cooperados. Apesar dos imperativos da produção de mercadorias impedirem uma maior margem de manobra, já são bastante reais as possibilidades de mudança.

No entanto, se é verdade, como aponta o lema do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER – Argentina), que toda empresa que “fecha, deve ser ocupada e colocada para produzir”, o que podem fazer os trabalhadores quando as fábricas não fecham?

A relativa diminuição de fábricas fechadas e a amenização do quadro de desemprego na América Latina se tornaram um problema para a continuidade dos movimentos de FRs, pois, com o relativo crescimento da economia, como poderiam contaminar outros trabalhadores? Somente como exemplo, a Antegag (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão), passou também a atuar junto a políticas de

¹⁰⁴ Para mais detalhes sobre Zanón, ver Aiziczon (2009) e Festi (2009).

geração de trabalho e renda, via Cooperativas que surgem “do zero”, mudando parcialmente sua estratégia.

Sobre as bandeiras dos movimentos argentinos, tomemos como exemplo o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores (MNFRT – Argentina). Este movimento tem como marca o isolamento da política e dos partidos políticos. Verificamos que o MNFRT é um movimento social que aponta fundamentalmente para a conservação do posto de trabalho e para que os próprios trabalhadores administrem a fábrica. Isto serve para diferenciá-los de outra vertente, a do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER). O MNFRT afirma, por exemplo, que não faz política, que a proposta deles serve somente para conservar postos de trabalho. No caso do MNER, já viraram comuns os processos de cisão interna, comprometendo as possibilidades de maior unidade ao movimento (Novaes, 2007).

Poderíamos fazer algumas ilações que nos ajudariam a sintetizar nossos argumentos. Acreditamos assim que este refluxo das FRs se deve a diversos fatores, sendo os mais importantes: a) um contexto extremamente desfavorável, defensivo, que impede o florescimento do cooperativismo e a contaminação de outros trabalhadores tendo em vista a criação de uma sociedade para além do capital; b) o ambiente hostil – chamado “Mercado” – que estrangula o desenvolvimento das FRs; c) problemas internos dos movimentos de FRs (rachas, desmembramentos etc.) que vão contra qualquer unidade; d) a crise teórica da esquerda, dando origem a remendos teóricos, mesclas entre o ideário do capital com pequenas pitadas de reforma; e) dificuldades de relacionamento e acesso às políticas públicas. Neste último caso, persiste uma visão crítica da esquerda que continua enxergando o cooperativismo apenas como uma forma de contenção ao

desemprego em massa ou de diminuição das tensões sociais. Não percebem a vertente de esquerda da Economia Solidária e a autogestão como elementos fundamentais para qualquer política anticíclica efetiva, pois ajudaria a superar a exploração, axioma elementar do capitalismo.

O que se observa é que os movimentos de FRs estão longe de constituírem movimentos sociais vigorosos ou de buscarem alianças mais profundas com outros movimentos sociais. Se as FRs começaram como uma espécie de *tsunami*, na atual conjuntura se transformaram numa marola, principalmente na Argentina, Brasil e Uruguai (Novaes, 2007a).

Considerações finais

Acreditamos que as Cooperativas e Associações de Produção, comercialização, consumo etc. são experiências práticas de auto-organização dos trabalhadores que podem ser potencializadas numa conjuntura de transformação social que tenha em vista a transcendência do trabalho alienado. Ao mesmo tempo, pode-se presumir que as Cooperativas e Associações de Trabalhadores, caso permaneçam isoladas de outras lutas sociais, definirão ou sobreviverão a duras penas. Elas dificilmente poderão avançar rumo à desmercantilização e ao controle global do processo de trabalho pelos produtores associados.

Rosa Luxemburgo dizia que as Cooperativas são formas híbridas, pois guardam elementos das empresas convencionais e anunciam outras características que são próprias de um projeto emancipatório. Preferimos a denominação anfíbios, uma vez que os seres híbridos não se reproduzem ou não podem florescer. Nesse sentido, as

Cooperativas de Resistência são “anfíbios embrionários” que poderão florescer ou degenerar, em função do processo histórico no qual estão inseridos.

Por último, cabe a ressalva metodológica de que a observação das FRs não comporta análises maniqueístas. Deve-se mostrar os avanços e retrocessos que ocorrem no âmbito das mesmas e se referir às formas possíveis de transformação de um mesmo fenômeno. No entanto, é preciso reconhecer que, embora significativa, a transformação na forma de propriedade dos meios de produção não tem possibilitado que se avance até a superação da substância da exploração e da opressão de classe, inerentes às relações sociais de produção do capital.

Tanto para as FRs como para o conjunto de experiências de Economia Solidária, a questão de fundo por nós abordada é a do destino das experiências de organização coletiva e autogestionária, seja das fábricas, objeto deste capítulo, seja do trabalho coletivo no campo, da construção da moradia, a autogestão dos bairros, das cidades, de um país ou mesmo do socialismo autogestionário, na sua dimensão internacional. Trata-se, enfim, de saber se as experiências em vigência podem constituir pontos de apoio ou referência para movimentos emancipatórios de organização da produção dos meios de vida. Se apontam para a superação do trabalho alienado e desmercantilização da vida, se dão forma ao trabalho consciente, livre, prazeroso, se aprofundam ou radicalizam a democracia nos locais de trabalho e na sociedade etc.

Acreditamos que, no âmbito das FRs, a transformação das condições de trabalho implica a efetivação de outras formas de organização social e política, como fruto do próprio processo de auto-organização, como prática recheada de contradições que sinaliza a necessidade

de superação da alienação e, ao mesmo tempo, um caminho para a emancipação dos trabalhadores.

Porém, o isolamento social das FRs implica também o isolamento da “batalha na produção”, como que aprisionados pelo aparato técnico herdado, permitindo o descolamento dos demais processos de luta social e a burocratização por parte dos gestores que permanecem na fábrica, ou os próprios trabalhadores que se assumem a função de novos tecnocratas, contribuindo, assim, para a degeneração ou perda das características autogestionárias das FRs.

Ao mesmo tempo em que vemos nas FRs embriões de superação da autoalienação do trabalho, da divisão social e técnica que persiste na organização da produção dos meios de vida, percebemos que esses casos isoladamente não têm conseguido superar a produção de mercadorias, deixando à flor da pele as contradições e ambiguidades que são próprias dessas experiências.

Referências

AIZICZON, F. *Zanón – Una experiencia de lucha obrera*. Buenos Aires: Herramienta, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. *Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-Ufam, 2006.

ALVES, F. Políticas públicas de apoio à economia solidária no Brasil: algumas reflexões à luz da experiência do ABC paulista. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 269- 279.

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 461-474.

ANDRIOLI, I.; FUCHS, R. (Org.). *As sementes do mal – A silenciosa contaminação dos solos e alimentos*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ANTEAG. *Autogestão em Avaliação – Ibase/Anteag*. São Paulo: Gráfica Yangraf, 2004.

ANTUNES, Caio. *Trabalho, alienação e emancipação : a educação em Mézáros*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2010.

ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização- riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In:

ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 15-25.

ANTUNES, R. Construção e desconstrução da legislação social no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 499-508.

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha – Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim – Origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

AZZELINI, D. *Economía solidaria, formas de propiedad colectiva, nacionalizaciones, empresas socialistas y co-autogestión en Venezuela*. Revista ORG & DEMO (Marília), v.10, n.1/2, p.5-30, jan./dez. 2009.

BARAN, P.; SWEEZY, P. *Capitalismo Monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BEHRING, E. & BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo, Cortez, 2006.

BENINI, E.; BENINI, E.; NOVAES, H. T. *A problemática dos dirigentes públicos: determinantes de uma gestão pública patrimonialista*. Campinas, Impresso, julho de 2010.

BENSAID, D. *Os irredutíveis – Teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BERNARDO, J. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Afrontamento, 1975.

BERNARDO, J. A autonomia das lutas operárias. In: BRUNO, L. e SACCARDO, C. (Coord.). *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986.

BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores – ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BERNARDO, J. *Democracia Totalitária – Teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.

BERNARDO, J. Algumas reflexões acerca do livro *Democracia Totalitária*. Publicado em PREC. *Põe, Rapa, Empurra, Cai*, número zero, novembro de 2005.

BERNARDO, J.; PEREIRA, L. *Capitalismo sindical*. São Paulo: Xamã, 2008.

BERTULLO, J.; SILVEIRA, M.; ISOLA, G.; CASTRO, D. *El cooperativismo en Uruguay*. Montevideo: Unidad de Estudios Cooperativos, Universidad de la República, 2003.

BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BETTELHEIM, C. *Revolução cultural e organização industrial na China*. Rio de Janeiro: Graal, 1979a.

BORÓN, A. O pós-neoliberalismo é uma etapa em construção. In: SADER, E. (Org.). *Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 185-196.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRESSER PEREIRA, L.C. 1980/81: A revolução autogestionária na Polônia. In: VENOSA, R. (Org.). *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

BRUHAT, J. *Histoire du mouvement ouvrier français*. Tome I – Des origènes a la revolte des canuts. Paris: Éditions Sociales, 1952.

BRUNO, L. *O que é autonomia operária?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRUNO, L. *Palestra proferida em homenagem ao Maurício Tragtenberg*. Campinas, Faculdade de Educação, Unicamp, maio de 2006.

BRUS, W. *The economics and politics of socialism: Collected essays*. London: Routledge & Kegan Paul, 1973.

BRYAN, N. *Trabalho, tecnologia e educação*. 1992. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1992, v. I e II.

BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BURAWOY, M. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.1, nº 13, ano 5, junho de 1990b.

BURAWOY, M. *El consentimiento en la producción*. Los cambios del proceso productivo en el capitalismo monopolista. Madrid, Centro de Publicaciones – Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.

BURAWOY, M. *The politics of production*. 3. ed. Londres-Nova Iorque: Verso, 1990a.

CACCIAMALI, M. C. *As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul*. São Paulo: Revista Estudos Avançados, set./dez. 2005, v. 19, n° 55, p.85-104.

CAMPOS, F. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, 2009.

CARCANHOLO, M. D.; NAKATANI, P. A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos 1960. *Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, n° 15, 2007, p. 195-231.

CARRERE, R.; LOVERA, S. Árvores geneticamente modificadas: um passo à frente ... na direção errada. In: LANG, C. *Árvores geneticamente modificadas – A ameaça definitiva para as florestas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CHESNAIS, F. e SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: *Revista Crítica Marxista*, Campinas, Revista Crítica Marxista, Boitempo Editorial, número 16-2003.

CHOMSKY, N. Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, 11 (29), 1997, p. 259-276.

CHOMSKY, N. Os intelectuais, o Estado e os meios de comunicação: entrevista com Noam Chomsky. *Democracia e autogestão*. São Paulo: Humanitas/FFCLH, 1999.

CHRISTOFFOLI, P. I. *O processo produtivo capitalista na agricultura e a introdução dos Organismos Geneticamente Modificados. O caso da cultura da soja Roundup Ready (RR) no Brasil*. Brasília, UnB, Tese de Doutorado, 2009.

CONNERLEY, E. F. *Participative management and a industrial Democracy: toward a participative theory of organization*. 1974. Dissertation presented to the Faculty of the Graduate School: University of South Califórnia, 1974.

CLAUDIN, F. *A oposição no “socialismo real”*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CORIAT, B. *Ciencia, técnica y capital*. Madrid: H. Blume, 1976.

CORTÁZAR, J. *La casa tomada*. Campinas: Impresso, 2007.

CRUZ, A. *A diferença da igualdade*. A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 2006.

CRUZ, A. Políticas públicas para a economia solidária: fronteira entre política social e política para o desenvolvimento local. *Revista Sociedade em Debate*, nº 33. Pelotas: Educat, 2006b. p. 117-139.

DAGNINO, R. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.C.; NOVAES, H.T. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr. et al. *Tecnologia social – Uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 15 a 64.

DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. *As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros*. Marília: Revista Org & Demo, Unesp, v. 8, p.60-80, 2007.

DAL RI, N.M.; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone-Fapesp, 2008.

DESROCHE, H. Pratique coopérative et parti ouvrier (1876-1879). In: _____. *Solidatirés ouvrières*. Tome I – Sociétaires et compagnons dans les associations coopératives (1831-1900). Paris: Les Editions Ouvrières, 1981, p. 99-123.

DEUTSCHMANN, D.; SALADO, J. (Org.). *Gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964*. La Habana: Ocean Press: 2003.

DIAS, R. B. *A política científica e tecnológica latino-americana: relações entre enfoques teóricos e projetos políticos*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2005.

DIEESE. Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas – 2005. Dieese, *Estudos e Pesquisas*, ano 3, número 22, agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>.

DOS SANTOS, T. *A teoria da dependência – balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOWBOR, L. *A reprodução social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ENGELS, F. *Anti-Duhring*. Lisboa: Afrodite, 1971.

FAJN, G. et al. *Fábricas y empresas recuperadas – Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Ediciones del Insituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.

FAJN, G.; REBÓN, J. El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, v. 1, n° 28, 2005.

FARIA, J.H. Trabalho, tecnologia e sofrimento: as dimensões desprezadas do Mundo do Trabalho. *Revista Crítica Jurídica*, nº 18. Disponível em: <<http://www.unibrasil.com.br/asite/publicacoes/critica/18/M.pdf>>.

FARIA, José Henrique de. *Comissões de fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas*. Curitiba: Criar Edições, 1987.

FARIA, José Henrique de. *Economia política do poder*. Curitiba: Juruá, 2004. V. 2.

FARIA, M.; DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. Santa Catarina, *Revista Katalysis*, UFSC, maio-junho 2008.

FARIA, M. S. ...*Se a coisa é por aí, que autogestão é essa ...?* Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

FARIA, M. S. de. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Sociologia Política, 2005.

FARIA, M. S. *Massa falida CBCA: proposta de leitura weberiana numa experiência de gestão operária*. Florianópolis, UFSC, 1992. (Monografia de conclusão de curso de graduação em Administração).

FARIA, M.; DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. Santa Catarina, *Revista Katalysis*, UFSC, maio-junho 2008, p.

FEENBERG, A. *Critical theory of technology*. Oxford University Press, 1991

FEENBERG, A. *Transforming technology*. Oxford University Press, 2002.

FESTI, R. *Zanón e a crise capitalista*. São Paulo: Revista Iskra, nº II, 2009, p. 114-127.

FILGUEIRAS, L. *Projeto político e modelo neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica*. Campinas, Impresso, s/d.

Folha de São Paulo. *Indústria paga 73% dos acordos de ganhos sobre o lucro*. Dinheiro, B7, 03.08.2006.

FRANÇA FILHO, G. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 259-267.

FRIEDMAN, A. *Industry and labour: class struggle at work and monopoly capitalism*. London: Macmillan, 1977.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

GAIGER, L. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. 2002. Disponível em; <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 10 de março de 2002.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GALVÃO, A. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. 2008

GARCIA DOS SANTOS, L. *Revolução tecnológica, internet e socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

GARCIA DOS SANTOS, L. Quando o conhecimento científico se torna predação *high tech*: recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil. In: SOUSA SANTOS, B. (Org.). *Semear outras soluções – Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 125-166.

GERMER, C. *A 'economia solidária': uma crítica com base em Marx*. Campinas, Unicamp, 4º Encontro do Cemarx, 2004.

GORZ, A. Técnica, técnicos e luta de classes. In: GORZ, A. (Org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GREENBERG, E. The consequences of work participation: a clarification of the theoretical literature. *Social Science Quarterly*, nº 56, p. 191-209, set. 1975.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. *Autogestão: uma visão radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GUIMARÃES, V. N. et al. *Autogestão como estratégia de sobrevivência das organizações e dos trabalhadores: estudos multisetoriais no estado de Santa Catarina*. Relatório de Pesquisa CNPq. Florianópolis, UFSC, 2004.

GUIMARÃES, V. N. *Novas tecnologias de produção de base microeletrônica e democracia industrial: estudo comparativo de casos na indústria mecânica de Santa Catarina*. 1995. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

HABERMAS, J. *Autonomy and solidarity*. Entrevistas; edição e introdução de Peter Dews. Londres, Verso, 1986.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HENRIQUES, F. C. *Assessoria a Empreendimentos de Autogestão*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

HESSEN, B. *Las raíces socioeconómicas de la mecánica de Newton*. Havana, Academia, 1985.

HIRATA, H. Transferência de tecnologia de gestão: o caso dos sistemas participativos. In: SOARES, R.M. *Automação e competitividade*. Brasília: Ipea, 1990, p. 135-148.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

HOBSBAWM, E. Os destruidores de máquinas. In: HOBSBAWM, E. *Os trabalhadores* – Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOLYOAKE, G. *Os vinte oito tecelões de Rochdale*. Rio de Janeiro: GB, 1933.

HOLZMANN, L. *Operários sem patrão*. Gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.

IANNI, O. *Estado e capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IANNI, O. O declínio do Brasil-nação. São Paulo: *Revista de Estudos Avançados* 14 (40), 2000, p. 51-58.

IBGE (2007). *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio*. Síntese de Indicadores 2005, Brasília, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>>.

INVERNIZZI, N. *Flexibles y disciplinados* – Los trabajadores brasileños frente a la reestructuración productiva. México: Editora da Universidad Autonoma de Zacatecas, 2004.

JINKINGS, I. *Sob o domínio do medo: controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo*. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, Campinas, 2007.

IPEA (2007). *Radar Social 2005* – Trabalho. Texto IPE, Brasília, ed. 2005. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>.

KATZ, C. *El porvenir del socialismo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

KATZ, C.; BRAGA, R.; COGGIOLA, O. *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. et al. (Org.). *Trabalho, educação e capitalismo*. Campinas: Autores Associados, 2003, p. 77-96.

LACEY, H. A tecnociência e os valores do Fórum Social Mundial. In: LOUREIRO, I.; LEITE, J.C.; CEVASCO, M. (Org.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LACEY, H. *Is science value free?* London: Routledge, 1999.

LEBOWITZ, M. *Constructing co-management in Venezuela: contradictions along the Path*. Disponível em: <www.mrzine.monthlyreview.org/lebowitz241005.html>.

Acesso em: agosto de 2006.

LEITE, M. P. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta-Fapesp, 1994.

LEITE, M. P. *Trabalho e sociedade em transformação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

LENIN, V. *Imperialismo – Fase superior do capitalismo*. 6. ed. São Paulo: Global, 1991.

LENIN, V. *Collected works*. Progress Publishers, 1976.

LIMA FILHO, P. A. de. *Nuvens negras sobre a república*. O paraíso em trevas: desafios à emancipação no Brasil. Salta, Argentina, 2007. Disponível em: <<http://www.ibec-estudos.org.br/biblioteca>>.

LIMA FILHO, P. A. de. Os devoradores da ordem: exclusão social no capitalismo incompleto. In: GALEAZZI, M. A. (Org.). *Segurança alimentar e cidadania: a contribuição das universidades paulistas*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

LIMA FILHO, P. A. de **

LIMA, J. C. Interiorização industrial e fábricas cooperativas. In: GUIMARÃES, N. A. e MARTIN, S. (Org.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Senac, 2001.

LOMBARDI, J.C. O velho discurso que rege a História educação brasileira. *Jornal da Unicamp*, ed. 334, 21 a 27 ago. 2006.

LOUREIRO, I. *Rosa Luxemburgo – Dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LUCITA, E. Autogestion social y nueva organizacion del trabajo (I). Ocupar, resistir, producir. 2002. Disponível em: <[http:// www.rebellion.org/argentina/lucita241202.htm](http://www.rebellion.org/argentina/lucita241202.htm)>. Acesso em: junho de 2005.

LUKÁCS, G. *The process of democratization*. Albany, State University of New York, 1991 (traduzido de Demokratisierung heute und morgen).

LUKÁCS, G. Prefácio (1967). In: LUKÁCS, G. *História e consciência de classe – Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martin Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, R. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Presença, 1974 [1915].

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MAGDOFF, H. *Criando uma sociedade justa: lições da planificação na URSS & nos EUA*. 2002. (Entrevistado por Huck Gutman). Disponível em: < <http://resistir.info>>. A entrevista em inglês pode ser obtida em: <<http://www.monthlyreview.org/1002gutman.htm>>.

MANDEL, E. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001.

MANDEL, E. Socialismo x mercado. São Paulo: Ensaio, 1991. (Traduzido de *In Defense of Socialist Planning*. New Left Review, nº 159, 1986).

MARQUES, R. M. O papel do mercado na economia socialista: a leitura de Nove, Mandel e Elson. São Paulo, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, número 2, junho de 1998.

MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, 1966.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. V. I, Livro I, Tomo II, Cap. XXIV – A assim chamada acumulação produtiva.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. V II.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, K. A guerra civil na França. In: MARX, K. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. II.

MAZALLA NETO, W. *Agroecologia e tecnologia social – um debate em construção*. Trabalho de Conclusão de Curso – Especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina, DPCT – Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2009.

MEISTER, A. Quelques aspects historiques de l'associationnisme en France. In.: _____. *Vers une sociologie des associations*. Paris: Les Editions Ouvrières, 1972. p. 49-108.

MÉSZÁROS, I. *Marx: A teoria da alienação*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MÉSZÁROS, I. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987.

MÉSZÁROS, I. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1996.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Editora da Unicamp/Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e controle social*. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MILIBAND, R. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MILL, J. S. *Princípios de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MINTO, L. W. *O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação, 2005.

MOISSONNIER, M. *Les canuts: vivre en travaillant ou mourir en combattant*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1988.

MORENO, Y.; SANABRIA, W. *Las empresas en cogestión y ocupadas en Venezuela, la lucha por el control obrero y el socialismo*. Disponível em:

<<http://freteco.elmilitante.org/content/view/24/30/>>.

Acesso em: junho de 2006.

MORENO, Y.; SANABRIA, W. *Las empresas en cogestión y ocupadas em Venezuela, la lucha por el control obrero y el socialismo*. Disponível em:

<<http://freteco.elmilitante.org/content/view/24/30/>>.

Acesso em: junho de 2006.

MOTTA, F. P. Administração e participação: reflexões para a educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, p.369-373, jul./dez.2003.

MOTTA, F. P. *Participação e cogestão*. Novas formas de administração. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MURÚA, E.; ABELLI, J. *Charla en el 2º Congreso Nacional de Sociología*. Buenos Aires: UBA, outubro de 2004.

NASCIMENTO, C. *Do “beco dos sapos” aos canaviais de Catende. (Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias)*. Brasília, Senaes, abril de 2005. Disponível em: <<http://www.mte.senaes.gov.br>>.

NEVES, A. *Segurança, um novo paradigma*. Folha de São Paulo, 28/06/2009.

NOBLE, D. *La locura de la automatización*. Barcelona: Alikornio, 2001.

NOBLE, D. Social Choice in machine design. In: ZIMBALIST, A. (Org). *Case studies on the labor process*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1979.

NOBLE, D. *Una visión diferente del progreso – En defensa del luddismo*. Barcelona: Alikornio, 2000.

NOVAES, H. T. Os dois pilares para se construir a autogestão: uma crítica aos pesquisadores da economia solidária. In: *X Encontro Nacional de Economia Política*, Campinas, Unicamp, maio de 2005.

NOVAES, H.T. Ideias de Canário e O Alienista: debatendo as faces da alienação em cooperativas de trabalhadores a partir de Machado de Assis. 2006. In: IV Encontro Internacional de Economia Solidária, *Anais...* São Paulo, agosto de 2006.

NOVAES, H. T. *Eles querem retorno ao passado: um balanço da política científica e tecnológica do governo Lula*. Congresso da AUGM, Unicamp, Campinas, 2006.

NOVAES, H. T. *O fetiche da tecnologia – A experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2007.

NOVAES, H. T. De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, nº 2, p. 84-97, 2007a.

NOVAES, H. T. Qual autogestão? São Paulo, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 22, maio de 2008.

NOVAES, H. T. *Renascendo das cinzas? A relação das universidades argentinas com a “fábrica sem patrões”* Zanón. Caracas, IV Encuentro de Jóvenes Investigadores, abril de 2009.

NOVAES, H. T. *Uma falsa solução: a reforma educacional e a multiplicação de ONGs no Estado de São Paulo*. Campinas, Unicamp, Texto para debate do Curso de Extensão Estado e Políticas Públicas, setembro de 2009b.

NOVAES, H. T. *A autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação no trabalho associado*. PUC (SP): Revista e-curriculum. Revista eletrônica científica de Educação: Currículo, vol.5, Número 1 – Dez. de 2009c. <http://www.pucsp.br/ecurriculum/>

NOVAES, H. T. *A relação universidade-movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas*. Campinas, Unicamp, Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Depto. de Política Científica e Tecnológica, 2010.

NOVAES, H.T. e DAGNINO, R. O fetiche da tecnologia. *Revista Organizações & Democracia*. Marília: Editora da Unesp, Revista Organizações & Democracia, número 5, 2004.

NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. A tripla exploração das fábricas recuperadas latino-americanas. In: XII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política, *Anais...*, 2007, São Paulo, USP.

NOVAES, H. T. LIMA FILHO, P. A. A filosofia da política cooperativista na Venezuela de Hugo Chávez: lições preliminares. 2006b. Maringá, *Revista Espaço Acadêmico*, nº 64, set./2006, Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>.

NOVAES, H. T., LIMA FILHO, P. A. de. *O que fazer quando as fábricas não fecham?* Balanço das políticas para a promoção do cooperativismo na Venezuela. Marília, Unesp, V Seminário do Trabalho Trabalho e Educação no Século XXI, 22 a 26 de maio de 2006.

NOVAES, H. T.; SERAFIM, M. P.; DAGNINO, R. A filosofia da política pública para a promoção do cooperativismo na Argentina (2003-2007): lições preliminares. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 75, p. 1-18, 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>.

O'DONNELL, G. Anotações para uma teoria de Estado. São Paulo, *Lua Nova* nº 4, 1981.

O'DONNELL, G. Teoria democrática e política comparada. *Dados*, v. 42, nº 4, Rio de Janeiro, 1999.

ODA, N. T. *Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação*. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade de São Paulo (USP), Escola Politécnica, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, F. *Crítica da razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

OLIVEIRA, F. O trabalho abstrato e as novas formas de conflito. In: LOUREIRO, I.; LEITE, J. C.; CEVASCO, M. (Org.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

OLIVEIRA, M. A. de. Debate. In: FERRETTI, C. et al. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, M. B. de. Fórum Social busca caminhos para uma nova ciência. (2002a). Reportagem de Rafael Evangelista realizada no Seminário Tecnociência, Ecologia e Capitalismo FSM. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/especial/fsm2/fsmlI01.htm> Julho de 2002>.

OLIVEIRA, M. B. de. A ciência que queremos e a mercantilização da universidade. In: LOUREIRO, I. e DEL MASSO, M.C. (Org.). *Tempos de greve na universidade pública*. Marília: Unesp, 2002b. Disponível em: <<http://www.ufg.br/seminario-andifes/textos/ufscar/docs/cqmu.pdf>>.

OLIVEIRA, M. B. de. Ciência: força produtiva ou mercadoria? *Revista Crítica Marxista*, nº 21, 2005, p. 77-96.

OLIVEIRA, M. B. de. Desmercantilizar a tecnociência. In: SANTOS, B.S. (Org.). *Um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, 2003. Disponível em: <<http://www.ufg.br/seminario-andifes/textos/ufscar/docs/desmercantilizar.pdf>>.

PANZIERI, R. Mais-valia e planejamento. In: TRONTI, M. et al. (Org.). *Processo de trabalho e estratégias de classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANZIERI, R. The capitalist use of machinery: Marx versus the objectivists. In: SLATER, P. (Org.). *Outlines of a critique of technology*. Londres: Ink Links, 1980.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital – uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINCH, T., BIJKER, W. E. The social construction of facts and artifacts: or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other. In: Bijker et al. *The social construction of technological systems*. Cambridge: MIT Press, 1990.

PLEKHANOV, G. *The development of the monist view of history*. Moscow, 1972.

PRADO Jr, C. P. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B.S. (Org.). *Produzir para viver – Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAW, I. Bioamazônia, Novartis e o Brasil. *Folha de SPaulo*, 8 de jun. de 2000.

REINFELDER, M. Introduction: breaking the spell of technicism. In: SLATER, P. (Org.). *Outlines of a critique of technology*. Londres: Ink Links, 1980.

REZENDE, S. *A política de ciência, tecnologia e inovação do governo federal*. Campinas, Congresso da Abipti, maio de 2006. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: 4 de maio de 2006.

RICHTA, R. *Economia socialista e revolução tecnológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

RUDE, F. *Les revoltes des canuts (novembre 1831-avril 1834)*. Paris: Fañçois Maspero, 1982.

RUGGERI, A.; MARTÍNEZ, C.; TRINCHERO, H. *Las empresas recuperadas en Argentina*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2005.

RUGGERI, A. (Org.). *Las empresas recuperadas – Autogestion obrera en Argentina y America Latina*. Buenos Aires: Editorial da Facultad de Filosofía y Letras (Universidad de Buenos Aires), 2009.

SAENZ, T. W. *O ministro Che Guevara*. Testemunho de um colaborador. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALERNO, M. S. Modelo japonês, trabalho brasileiro. In: HIRATA, H. *Sobre o “modelo japonês”*. São Paulo: Edusp, 1993.

SAMPAIO Jr, P. de A. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAMPAIO Jr., P. de A. *Brasil: as esperanças não vingaram*. Osal, nº 78, s/d.

SAMPAIO Jr., P. de A. *PAC – Um passo atrás*. Impresso, s/d

SCHOR, J. B. *Nascidos para comprar – Uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo*. São Paulo: Gente, 2009.

SCHWENGBER, A. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 293-296.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <[http://: www.senaes.gov.br](http://www.senaes.gov.br)>. (Várias datas).

SERAFIM, M. P. *A política científica e tecnológica e a política de inclusão social: buscando convergência*. Dissertação de Mestrado. IG/Unicamp, 2008.

SEVA FILHO, A. O. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera, e hidrelétrica nas Amazônias. In: *I Seminário Nacional sobre Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*, UFMG, Belo Horizonte, em 03.04.2008. Disponível em: <<http://www.fem.unicamp.br/~seva>>.

SHIVA, V. *The violence of the green revolution: third world agriculture, ecology and politics*. Londres e Nova York, Zed Books, 1991.

SHIVA, V. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, F. L. G. Uma breve reflexão sobre as harmonias administrativas: de F.W. Taylor a T. Ohno. In: ACCIOLY E

SILVA, D. e MARRACH, S.A. (Org.). *Maurício Tragtenberg – Uma vida para as ciências humanas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

SILVA, F.L.G. A organização e gestão dos recursos humanos por meio dos estoques: uma abordagem crítica. *Revista Organizações & Democracia*. VIEITEZ, C. e DAL RI, N. (Org). Marília: Editora da Unesp, 2002, número 3.

SILVA, F. L. G. *A fábrica como agência educativa*. Araraquara: Cultura Acadêmica-Unesp, 2005.

SINGER, Daniel. *Whose milenium – Theirs ou ours?* New York: Monthly Review Press, 1999.

SINGER, P. I. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998a.

SINGER, P. I. Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo. In: SADER, E. (Org.). *Desorganizando o consenso*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998b.

SINGER, P. I. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, P. I. Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão. In: *Democracia e autogestão*. São Paulo: Temporaes, 1999.

SINGER, P. Economia socialista. In: *Economia socialista – Socialismo em discussão*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária. In: SOUZA SANTOS, B. *Produzir para viver, os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-129.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. São Paulo, *Revista de Estudos Avançados*, número 51, 2004.

SINGER, P. I. *Empresas em crise, empresas em recuperação e em impasse*. Impresso, 2006.

SLATER, P. (Org) *Outlines of a critique of technology*. Londres: Ink Links, 1980.

STORCH, S. Discussão da participação dos trabalhadores na empresa. In: FLEURY, M.T. e FISCHER, R.M (Org.). *Processo e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985.

STORCH, S. Uma perspectiva estrutural sobre cooperativas industriais. In: VENOSA, R. (Org.). *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987, p. 61-91.

TIRIBA, L. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2001.

TIRIBA, L. *Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego*. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/Lia%20TN3.htm>>. Belo Horizonte: UFMG, 2001. Acesso em: junho de 2005.

TIRIBA, L. *Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego*. 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/Lia%20TN3.htm>>. Acesso em: junho de 2005.

TRAGTENBERG, M. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In: VENOSA, R. (Org.). *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.

TRAGTENBERG, M. *Administração, poder e ideologia*. 3. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

TROTSKI, L. *The revolution betrayed*. New York, 1974. In: REINFELDER, M. *Introduction: breaking the spell of technicism*. Livro organizado por P. SLATER *Outlines of a critique of technology*. Londres: Ink Links, 1980.

VAINER, C. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? *Unitrabalho Informa*, ano 3, nº 10. São Paulo: Fundação Unitrabalho, 2000.

VENCO, S. *Telemarketing nos bancos – O emprego que desemprega*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

VENCO, S. Tese expõe insalubridade no telemarketing. *Jornal da Unicamp*, março de 2007a.

VIEITEZ, C. e DAL RI, N. M. *Trabalho associado*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIEITEZ, C. e DAL RI, N. M. *Inveval – fábrica estatal venezuelana sob controle dos trabalhadores*. Revista ORG & DEMO (Marília), v.10, n.1/2, p.141-158, jan./dez.2009

WALLERSTEIN, I. Uma política de esquerda para o século XXI? Ou teoria e práxis novamente. In: LOUREIRO, I.; LEITE, J.C.; CEVASCO, M. (Org.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WALLIS, V. “Progresso” ou progresso? Definindo uma tecnologia socialista. *Revista Crítica Marxista*. Campinas: Revista Crítica Marxista, 2000. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/07walli.pdf>>.

WIRTH, I. G.; FRAGA, L. NOVAES, H.T. *Educação, Trabalho e Autogestão: limites e possibilidades da Economia Solidária*. Submetido ao 5º Econtro Brasileiro de Educação e Marxismo (EBEM). Florianópolis, UFSC, abril de 2011.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo – A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Filmes

A classe operária vai ao paraíso. Diretor: Enio Petri

Braços cruzados – Máquinas paradas. Diretores: Roberto Gervitz e Sergio Toledo

Cabra marcado para morrer. Diretor: Eduardo Coutinho

Metrópolis. Diretor: Fritz Lang

O Homem de Ferro. Diretor: Adrej Wajda

Os Lip – A imaginação no poder. Diretor: Christian Rouaud

Corazón de Fábrica – Zanón.

Sobre o autor

Henrique Tahan Novaes é docente da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) UNESP, campus de Marília e do Programa de Pós Graduação em Educação.

Autor dos livros: “O fetiche da tecnologia - a experiência das fábricas recuperadas” (já na 3ª edição em português e também publicado em espanhol); “A relação universidade-movimentos sociais – reatando um fio interrompido” (2ª edição. Publicado também em espanhol) e “Mundo do Trabalho Associado e Embriões de educação para além do capital” (Lutas anticapital, 2018).

Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão sobre produção destrutiva, cooperação, autogestão, agroecologia e escolas de agroecologia.

É um dos coordenadores do Curso de Aperfeiçoamento Itinerante “Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas” (UNESP/IBEC-GPOD), já na sua 11ª edição. Coordenador do Mini Curso Itinerante “Questão agrária, cooperação e agroecologia”, já na sua 7ª Edição. Foi coordenador do Curso Pós Médio em Agroecologia, em parceria com o Centro Paula Souza, os Movimentos Sociais do Campo e o Pronera. Atualmente é coordenador do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, com ênfase em agroecologia e agrofloresta, com essas mesmas entidades.

Contato: hetanov@gmail.com